



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ELVIRA BARBOSA DA SILVA

**O VOCABULÁRIO EM DOCUMENTOS ESCOLARES  
DE MORRETES OITOCENTISTA NO PARANÁ:  
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

---

LONDRINA  
2011

ELVIRA BARBOSA DA SILVA

**O VOCABULÁRIO EM DOCUMENTOS ESCOLARES  
DE MORRETES OITOCENTISTA NO PARANÁ:  
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera

LONDRINA  
2011

ELVIRA BARBOSA DA SILVA

**O VOCABULÁRIO EM DOCUMENTOS ESCOLARES  
DE MORRETES OITOCENTISTA NO PARANÁ:  
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vanderci de Andrade Aguilera  
UEL – Londrina - PR

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Célia Marques Telles  
Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho  
Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Aparecida Negri Isquerdo  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

---

Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 24 de outubro de 2011.

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.  
(SARAMAGO,1996).

A meu pai (in memoriam).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que é Sabedoria.

Agradeço à minha mãe que teve a paciência de aguentar o mesmo assunto de sempre: A Tese.

À Profa. Dra. Vanderci por ter, primeiramente, recebido-me em sua sala, pelo interesse, por tudo de bacana no trabalho, e pelo exemplo de energia e espírito elevado.

Aos componentes da banca examinadora que aceitaram ler e avaliar meu trabalho.

A meus irmãos que, muitas vezes, fizeram a parte que me competia na família.

À Ju que conseguiu muitos dos livros que analisei e pelas orações.

A Thiago por toda e tanta assistência técnica.

À UEL por oferecer o programa de Doutorado em Estudos da Linguagem.

À UTFPR – Câmpus Apucarana, por conceder um dia livre para seus docentes poderem estudar.

Aos companheiros do PHPP pelos ensinamentos, pelas dicas, pelas piadas (Ênio).

Aos meus alunos que me estimulam a desejar mais aprendizado.

A todos os que me trazem o fascínio de viver.

Muito obrigada.

SILVA, Elvira Barbosa da. **O vocabulário em documentos escolares de Morretes oitocentista no Paraná**: um estudo filológico. 2011. 180 fls. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

## RESUMO

Esta tese está embasada no estudo do léxico de documentos escolares em Morretes no Paraná, por intermédio da análise de manuscritos produzidos naquele município. Para o intento, utilizei a abordagem filológica que tem por característica o estudo de documentos de época. O objetivo geral é compor um vocabulário com as unidades léxicas extraídas do *corpus*. Os objetivos específicos visam a fazer a edição semidiplomática dos manuscritos produzidos em Morretes nos anos 1800; buscar nos estudos lexicológicos e lexicográficos estudos que comprovam o reflexo da sociedade letrada na construção da realidade linguístico-social de Morretes nos anos 1800. Este trabalho está dividido em: Introdução, em que apresento, além dos objetivos já citados, a questão-problema, as hipóteses e outros 5 capítulos. O primeiro é a metodologia que delimitou os passos para se chegar à elaboração do vocabulário proposto, a estrutura dos manuscritos e seus autores e o tipo de edição, bem como as normas para a transcrição. No capítulo 2 a contextualização histórica situa o leitor no tempo-espaço dos manuscritos para melhor compreensão de fatos extralinguísticos que podem ter colaborado para a ocorrência de transformações na língua portuguesa, paranaense. A historiografia da escolarização paranaense mostra que o começo indigno da educação no Brasil onera os necessários investimentos de uma sociedade que urge avançar. No capítulo 3, as discussões teóricas debatem o estudo do léxico em terras paranaenses, analisam a influência das comunidades na produção de sua linguagem e como abrigam os termos pertencentes a determinado momento sócio-histórico-cultural nos manuscritos, além do percurso de um fazer lexicográfico e lexicológico. O capítulo 4 contém os passos para a elaboração do vocabulário, os itens para compô-lo, os estudos dos termos adequados com embasamento de obras que tratam das técnicas lexicográficas. Apresento no capítulo 5 o vocabulário, objetivo do trabalho. As considerações finais apontam que as hipóteses desta tese são legítimas, pois identifiquei problemas pouco investigados. As referências contêm as obras que alimentaram o arcabouço teórico deste trabalho. Ao final, apresento o anexo com a grade curricular da época estudada. Um segundo volume traz os manuscritos oitocentistas e sua transcrição justalinear.

**Palavras-chave:** Manuscritos. Estudos lexicológicos e lexicográficos. Escolaridade. Sócio-história.

SILVA, Elvira Barbosa da. **The vocabulary in educational documents of Morretes in Paraná**: a philological essay. 2011. 180 pages. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

### **ABSTRACT**

This thesis is based on the study of the lexicon of education of Morretes in Paraná, through analysis of manuscripts produced in the municipality. For this purpose, I used the philological approach that is characterized by the study of ancient documents. The overall goal is to compose a vocabulary with lexical units extracted from the corpus. The specific objectives are intended to make the semidiplomatic edition of manuscripts produced in Morretes in the 1800s; to seek the origins of Portuguese-Latin Gramaticography and Lexicography studies showing the reflection of society in the construction of the linguistic reality of Morretes in the nineteenth century. This work is divided into: Introduction, in which I present, besides the aforementioned goals, the question-problem, the hypothesis and other five chapters. The first one is the methodology that delineated the steps to reach the proposed development of the vocabulary, the structure of the manuscripts and their authors and the type of editing, which is conservative, as well as standards for transcription. In chapter 2 the historical background guides the reader in the space-time of manuscripts for better understanding of extralinguistic facts that may have contributed to the occurrence of changes in the Portuguese, paranaense language. The historiography of education shows that the beginning of Paraná unworthy of education in Brazil charged on investments necessary for a society that needs to go forward. In chapter 3, the theoretical discussions debate the study of the lexicon in paranaense land, analyze the influence of communities in the production of their home language, and terms belonging to a particular socio-cultural –historical moment of the manuscripts and the course of the lexicologic and lexicographic practice. Chapter 4 contains steps for the preparation of the vocabulary items that should compose it, the appropriate terms of its studies with foundation works dealing with lexicographic techniques. In Chapter 5 I present the vocabulary, the main objective of this research. The final considerations show that the hypotheses of this thesis are legitimate, because I identified very little investigated problems. The references contain the references that fueled the theoretical framework of this research. At the end, I submit attachments with the nineteenth-century curriculum. A second volume brings the nineteenth-century manuscripts and their transcription in parallel columns.

**Key-words:** Manuscripts. Lexicologic and lexicographic studies. Education. Socio-history.

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Mapa do caminho de Peabiru.....	42
<b>Figura 2</b> – Mapa do caminho do Viamão .....	43
<b>Figura 3</b> – Localização de Morretes no Paraná .....	45
<b>Figura 4</b> – Primeira igreja de Morretes (restaurada) .....	47
<b>Figura 5</b> – Rio Nhundiaquara .....	48
<b>Figura 6</b> – Serra da Graciosa .....	49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>CAPITULO 1 – METODOLOGIA</b> .....	15
1.1 RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	15
1.2 A IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES DOS DOCUMENTOS.....	22
1.3 A EDIÇÃO.....	32
1.4 AS NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO DOS MANUSCRITOS.....	34
1.5 EM SÍNTESE.....	36
<b>CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	38
2.1 HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ.....	38
2.2 HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE MORRETES.....	45
2.3 UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO NO PARANÁ .....	52
2.4 UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO EM MORRETES.....	72
2.5 SÍNTESE DO 2º. CAPÍTULO .....	76
<b>CAPÍTULO 3 – LÉXICO: HISTORIOGRAFIA E DISCUSSÕES</b> .....	79
3.1 LÉXICO .....	79
3.2 A GRAMATICOGRAFIA E A LEXICOGRAFIA .....	83
3.2.1 A Gramaticografia Portuguesa .....	84
3.2.2 As Enciclopédias .....	86
3.2.3 Os Glossários.....	86
3.2.4. Os Dicionários .....	87
3.2.5 Os Dicionários: Tipologia .....	89
3.3 BLUTEAU E MORAIS SILVA: OS MAIS IMPORTANTES DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	91
3.3.1 O vocabulário português-latino de Bluteau.....	91
3.3.2 O Dicionario da Língua Portuguesa de António Morais Silva.....	93
3.3.3 O Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa .....	95

3.3.4	Outras obras de valor.....	96
3.3.5	Síntese do capítulo.....	101
<b>CAPÍTULO 4 –A ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO.....</b>		<b>102</b>
4.1	A ORGANIZAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO.....	102
4.2	UNIDADE LEXICAL E DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA.....	104
4.2.1	A estrutura da definição semântica no dicionário.....	104
4.2.2	A metalíngua da definição lexicográfica.....	106
4.2.3	A técnica da paráfrase lexicográfica e instrução semântica por meio de sinônimos.....	106
4.2.4	O círculo vicioso das definições lexicográficas.....	107
4.2.5	Definição linguística e definição enciclopédica.....	107
4.2.6	A descrição semântica no dicionário.....	108
4.2.7	As fraseologias.....	108
4.3	A MACROESTRUTURA.....	109
4.4	A MICROESTRUTURA.....	111
4.4	PARA SINTETIZAR.....	114
<b>CAPÍTULO 5 – O VOCABULÁRIO DE DOCUMENTOS ESCOLARES EM MORRETES.....</b>		<b>115</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>		<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>129</b>
<b>ANEXO.....</b>		<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

Quando fui recebida, aliás, muito bem recebida pela Professora Doutora Vanderci de Andrade Aguilera, expus meu propósito de tê-la como orientadora, leitora de um trabalho que analisasse manuscritos. Talvez a situação não lhe ocorra, mas fez uma pergunta crucial: “Qual a sua angústia?” Penso que, quando um orientador faz esse tipo de questionamento, está tudo certo com ele. A gestação de uma pesquisa é angustiante. Isso leva o orientando a refletir e a abalar suas convicções, pois não é fácil encontrar respostas, mais lógico é abraçar grandes perguntas. Foi da conversa com a Professora Doutora Vanderci que surgiu a questão-problema: **Por que analisar manuscritos?**

Na dissertação de mestrado, eu já havia utilizado manuscritos como *corpus* para análise linguística, porém, sob outra perspectiva, sob uma interpretabilidade totalmente diferenciada. A participação no projeto “Para a História do Português Paranaense”, na época, sob a coordenação da Professora Vanderci apontou os primeiros caminhos a ser percorridos<sup>1</sup>.

Participantes do grupo de pesquisa oriundo do projeto mencionado “adotavam” cidades do Paraná e, assim, iam à busca de manuscritos produzidos no município ou referentes a ele. Adotei Morretes. Tal cidade, praticamente, não tinha documentos no arquivo do PHPP, no instituto de referência da Universidade Estadual de Londrina. Lembrei-me do que havia lido em Smith (2003, p.10) “uma comunidade linguística que se respeita faz remontar sua origem ao seu mais longínquo princípio”. Saí à cata de documentos antigos sobre Morretes no arquivo público e no municipal, como explicado no capítulo referente à Metodologia.

A questão-problema potencializava-se. O trabalho deveria iniciar com a seleção do *corpus* e, posteriormente, a transcrição dos textos selecionados. Percebi que a edição dos textos seria a ferramenta básica para o estudo linguístico, especialmente a investigação da variação de registro, aquela que trata do grau de formalidade na língua.

A busca de fatos sócio-históricos que os manuscritos ofereciam serviria como “embasamento essencial para a reconstrução da sócio-história linguística do português brasileiro” (MATTOS; SILVA, 2002, p. 18). Em meu caso, o conhecimento da sócio-história significou a exigência básica para a análise do português paranaense na área da escolaridade. Assim, penso que o dito acima justifica a seriedade deste trabalho.

### Hipótese

---

<sup>1</sup> Atualmente a coordenação do PHPP compete à Profa. Dra. Fabiane Altino.

Quanto à hipótese, esta tese propõe demonstrar que:

- i) As unidades lexicais extraídas do *corpus* expressa a realidade linguística da sociedade letrada morretense oitocentista.

Tal hipótese está embasada na evidência de que os recursos linguísticos verificados nos manuscritos escolares de Morretes revelam a condição linguística das pessoas envolvidas naquele ambiente escolar. A investigação do vocabulário dos profissionais inseridos na escolaridade permite conhecer seus fenômenos linguísticos e sócio-históricos, pois, percebe-se que o léxico demonstra suas relações com a sociedade e, portanto, representa a comunidade que o produz e o utiliza.

## Objetivos

Esta tese tem os seguintes objetivos:

- i) Geral:
  - Compor um vocabulário com as unidades léxicas extraídas do *corpus*;
- ii) Específicos:
  - a) Proceder à edição semidiplomática dos manuscritos produzidos na cidade de Morretes, Paraná nos anos 1800;
  - b) Buscar nos estudos lexicológicos e lexicográficos estudos que comprovam o reflexo da sociedade letrada na construção da realidade linguístico-social de Morretes dos anos 1800.

Esta tese está estruturada em 5 capítulos, além da introdução, como segue:

## A metodologia

Este capítulo delimitou os passos e os recortes, tanto temporais quanto espaciais, da pesquisa para atingir o objetivo principal deste trabalho: a composição do vocabulário de termos utilizados pelos agentes da escolaridade no município de Morretes e seus distritos. Neste tópico apresento, também, a estrutura dos manuscritos, a identificação dos autores de cada um deles; a edição escolhida para figurar neste trabalho que foi a *semidiplomática* e as normas para sua transcrição.

Considerei importante apresentar os homens e as poucas mulheres que nos legaram poucos itens de sua história de vida, mas que produziram o *corpus* desta pesquisa.

Apresento, ainda, as personagens que não subscreveram manuscritos, mas que foram mencionadas nos textos.

### **A contextualização histórica**

Este capítulo visa a situar o leitor neste trabalho de Linguística Histórica cujas partes contemplam:

a) A História do Paraná e de Morretes que espelham a formação da sociedade na perspectiva de seu território, sua política, população e, também, de sua identidade. Revelam que a construção desta terra contou com nativos, imigrantes de variadas etnias e, portanto, diversas culturas; contou, ainda, com o trabalho escravo, com línguas diferentes, enfim, com uma verdade paranaense historicamente construída, aliás, como todas as verdades.

b) História da Escolarização no Paraná e em Morretes, em que procurei trazer um conhecimento que muitos alunos de cursos de licenciatura não têm acerca do tema. Apesar do ufanismo paranaense e dos avanços realizados na escolarização, pode-se notar que as condições de educação foram das piores existentes. Suas instalações físicas, higienização, arremedo de merenda, transmissão do conhecimento técnico e global e a formação de professores e alunos eram débeis. Assim, o desconhecimento desta sócio-história por parte da maioria de meus alunos mostrou-me que, para ensinar determinada língua, é preciso aprendê-la, conhecê-la, e compreender seu histórico, o que, a meu ver, é requisito preliminar.

### **Léxico: Historiografia e discussões**

Neste capítulo apresento uma breve historiografia da Lexicografia para discutir o que tomo como referencial para análise tais como:

a) O estudo do léxico. Este mostra que a linguagem empregada em terras paranaenses já havia despertado interesse em alguns estudiosos, porém não de forma sistemática. No início do curso de Letras (Linguística) em Londrina, não havia o Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994), obra que contempla relevantes informações acerca do vocabulário paranaense. Por exemplo, cada mudança ocorrida na língua, seja morfossintática, sintática, semântica ou, ainda, qualquer outro tipo de transformação verificada na esfera lexical, interessa ao Atlas Linguístico do Paraná. Este trabalho, coordenado pela Professora Doutora Vanderci de Andrade Aguilera, fez, ao longo do tempo, a construção de índices que revelaram muito da complexa rede de acontecimentos no estado. Este tópico discute, principalmente, o fazer dicionarístico; suas definições e outros aspectos.

## **A elaboração do vocabulário**

Aqui, apresento alguns dados da Lexicologia como definição de unidade lexical, descrição semântica, homonímia e polissemia nos dicionários, os procedimentos escolhidos quanto à macro e microestrutura para que as unidades léxicas ali figurassem.

## **O vocabulário de documentos escolares em Morretes**

No vocabulário figuram as unidades contidas no *corpus* estudado que representam a o léxico do grupo letrado morretense oitocentista.

## **Considerações finais**

Nas considerações finais, resumo a conclusão do resultado desta pesquisa e sugiro, ainda, que mais investigações acerca do léxico sejam acolhidas por outros estudiosos.

## **Anexo**

O anexo traz a grade curricular da escolaridade dos anos 1800 no Paraná e em Morretes.

## **O segundo volume**

O segundo tomo contém os manuscritos e, ao lado, a leitura de cada um em posição justalinear.

## **Em síntese**

Na Introdução apresento a justificativa da proposição, a estrutura e a hipótese desta tese. O perfil científico é o estudo sócio-histórico-linguístico do léxico em documentos escolares de Morretes oitocentista. Considerei importante relatar como fui recepcionada pela Professora Dra. Vanderci e sua indicação para que seus alunos participem do projeto por ela coordenado.

Nos encontros de estudos do projeto presenciei o amadurecimento que as reuniões proporcionam a seus participantes. Registro, também, que foi de uma das discussões que surgiu a questão-problema de meu trabalho: Por que analisar manuscritos? A estruturação da tese mostrou a proposta da contextualização histórica; as seções que a compõem; o vocabulário e as considerações finais. Faço menção, ainda, à existência de um segundo volume que traz os fac-símiles e sua leitura de modo justalinear.

## CAPITULO 1

### METODOLOGIA

#### 1.1 RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O *corpus* escolhido está circunscrito ao universo da escolaridade no município de Morretes, estado do Paraná no século XIX.

Para a seleção dos documentos foi necessário ir a campo, isto é, visitar o arquivo municipal de Morretes que, aliás, tinha pouquíssimo a oferecer, uma vez que as múltiplas enchentes de 1795, 1846, 1869, 1873, 1882, 1884 e uma das maiores já registradas nos dias 13 e 14 de março de 1888 (CAVAGNOLLI, 1995, p.44) haviam levado quase todos os documentos em suas águas. A enchente de 1963 também destruiu muitos documentos oficiais.

Ao visitar os prédios em que, nestes anos referidos, os centros de documentação da cidade estavam localizados, como cartórios, tabelionatos, secretarias e outros, pude notar que as construções haviam sido edificadas abaixo do nível do rio Nhundiaquara que corta a cidade, ou seja, é visível a incúria dos responsáveis. Tal fato fez lembrar a afirmação muito própria de Tânia Lobo (2001, p.10) de que “a conservação de documentos não é prioridade neste país [...] e documentos são, em sua maioria, constituídos de um material frágil – papel – pouco resistente às intempéries e idealmente deveriam estar em local fresco e seco”.

Verdelho (1995, p. 34) também lamenta o desprezo das pessoas mesmo em grandes centros de referência linguística de Portugal: “[...] na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Municipal do Porto guardam-se ainda, restos de códices que resistiram às injúrias do tempo e ao descaso dos homens, elementos bibliográficos quase suficientes para formarmos uma ideia do ambiente pedagógico [...]”.

As orientações da secretária de cultura do município, senhora Laurice Salomão de Bona<sup>2</sup>, foram de fundamental importância. Em sua entrevista, ela ofereceu as informações que possuía, contou as histórias da cidade e indicou o local mais adequado para a busca do material de interesse: o arquivo público de Curitiba.

---

<sup>2</sup> Laurice Salomão de Bona é historiadora e está em fase de conclusão de seu livro acerca da história de sua cidade.

O acervo do citado arquivo reúne grande número de documentos manuscritos relacionados às diversas áreas e observei que os já microfilmados revelam que os documentos originais, outrora escritos em papel e que sobreviveram às enchentes, tiveram muitas de suas partes destruídas. Em alguns documentos encontram-se pedaços de textos colados em outros, trabalho feito por alguém bem intencionado que reconhecia, de algum modo, a importância que tais manuscritos tinham ou viriam a ter. Contudo, falta, ainda, tecnologia adequada para a perfeita, ou, pelo menos, melhor conservação dos documentos.

Seguiu-se, assim, após a seleção dos manuscritos originais e trazidos em CD, um recorte temporal, pois suas datas vão de 11 de janeiro de 1869 a 09 de agosto de 1900 e um recorte espacial, pois são todos produzidos em Morretes ou em seus distritos como: Porto de Cima, Rio Lageado, Núcleo América, Nova Itália, Anhaia, Rio Sagrado, Barreiros, Senhora do Porto, São João da Graciosa e Colônia Santa Cândida.

A seleção contemplou documentos relativos à área da escolaridade por ser meu campo de atuação e, também, pelo interesse em verificar, especialmente, a linguagem utilizada pelas pessoas letradas nos anos 1800, bem como a realidade dos profissionais ligados à educação naquela data pretérita.

A razão de minha escolha por esta data é o fato de quase não haver documentos inteiros ou completos em datas anteriores às mencionadas. Outro motivo foi que somente em 1844 as meninas tiveram acesso à escolaridade em Morretes, cidade que eu havia adotado, e a condição educacional da mulher sempre despertou meu interesse.

Segundo Mattos e Silva (2004, p. 39), em 1824, na primeira Constituição pós-independência, houve a explícita boa intenção de tornar o ensino brasileiro universal e obrigatório. Pelos manuscritos, é possível notar que apenas a “boa intenção” não foi suficiente para tornar universal a educação brasileira em realidade efetiva.<sup>3</sup>

A pesquisa nos manuscritos revelou fatos curiosos como, por exemplo, o do professor que acusa o recebimento de compêndios de História do Brasil e catecismos, mais a autorização para despendar 5 mil reis na aquisição de objetos escolares. A verba destinada para a compra de materiais era o dinheiro que antes da lei “Eusébio de Queiroz” (que proibia o comércio de pessoas), era despendido na aquisição de escravos. Isto é, ainda, uma evidência da instalação e construção de instrumentos político-institucionais da pré-república em que a escola é um dos alvos privilegiados de atuação (manuscrito 7).

---

<sup>3</sup> Faz-se necessário, entretanto, esclarecer que o objetivo primeiro desta pesquisa é a composição do glossário com as lexis utilizadas pelos participantes da escolaridade no município de Morretes, e não a historiografia da educação no Paraná, embora esta seja instrumento obrigatório para a contextualização deste trabalho.

Outro fato que chama a atenção é o pedido de exoneração de um professor que estava “já” com cinquenta anos de idade (manuscrito 19). Há um manuscrito de professores pedindo ao inspetor de instrução que ele interceda junto ao presidente da província pelos “ordenados” em atraso havia meses (manuscrito 63).

O comunicado de um dos professores de que teria, ele mesmo, comprado roupas para aquela que seria a primeira menina a frequentar a primeira escola do sexo feminino em Morretes cujo pai era “pobríssimo” (manuscrito 71). A denúncia do chefe da circunscrição de ensino que rebaixa ao máximo o professor denunciado, mas sempre que grafa a palavra “professor” o faz com caixa alta. Os dois professores envolvidos no imbrólio eram também “irmãos” na maçonaria, embora em lojas diferentes (manuscrito 74)!

Os documentos que compõem o *corpus* deste estudo pertencem aos dois últimos quartéis do século XIX. Embora quase cento e cinquenta anos tenham se passado, vários dos problemas em torno da escolaridade no Brasil indicam muita semelhança com os da atualidade, ou seja, antes de terem resolvido as pendências antigas, já criavam novos conflitos.

É claro que o objetivo principal é a pesquisa linguística, o estudo do léxico naquele tempo imperial de uma região que integra o chamado berço paranaense. Mas, pretende, também, apresentar traços da memória histórica verificada nos documentos lavrados por aqueles que atuavam na esfera da educação daquele espaço-tempo. A obra *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre (2004, p. 45) mostra que

é dentro da rotina que melhor se sente o caráter de um povo [...] é outro meio de nos sentirmos nos outros – nos que viveram antes de nós; e cuja vida se antecipou a nossa. É um passado que se estuda tocando em nervos; um passado que emenda com a vida de cada um; uma aventura de sensibilidade, não apenas um esforço de pesquisa pelos arquivos.

Com o respaldo desta afirmação, pretendo verificar o vocabulário de professores, inspetores, presidentes da província, enfim, de agentes de uma comunidade recém desmembrada de outra província e que estava renascendo em uma sociedade em drama, em construção, em busca de uma identidade.

Com os manuscritos escolhidos, procedi à transcrição semidiplomática do *corpus*. Outra etapa foi tentar identificar os autores dos documentos e suas funções. Pelo grau de formalidade no corpo dos textos nota-se que haviam sido produzidos por pessoas letradas, algumas influentes, outras ligadas à política e à intelectualidade paranaense. Estas pessoas lançavam mão do cunho burocrático que uma mensagem oficial deveria conter. Isto foi

observado tanto nos documentos autógrafos<sup>4</sup> (escritos e assinados pela mesma pessoa) em número de 64 (manuscritos 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74 e 75) quanto nos apógrafos (escritos por uma pessoa, mas assinados por outra) que somam 10 (manuscritos 02, 35, 37, 38, 49, 50, 52, 54, 62 e 77).

O balanço feito nos documentos mostrou que é reduzido o número de manuscritos produzidos por professoras, apenas 13 dos 77 documentos (13, 16, 17, 22, 23, 25, 31, 33, 35, 38, 65, 69 e 76). Também na obra de Freyre (2004, p. 45) encontra-se a afirmação de que não há no Brasil um só diário escrito por mulher, elas não praticavam muito a escrita pessoal, embora algumas mulheres de famílias abastadas soubessem ler e escrever, pois tinham tido mestres particulares em casa. Nesta época imperial, todavia, pelo que registram os manuscritos, isto era privilégio das profissionais do ensino, que ainda não formavam um número expressivo<sup>5</sup>.

Na sequência, fiz o levantamento dos diferentes temas referentes à escolaridade encontrados nos documentos; o levantamento quantitativo-estatístico das unidades lexicais a serem analisadas e, por fim, procedi à elaboração de um vocabulário que representa parte da linguagem das pessoas letradas de Morretes oitocentista no Paraná. O *corpus* é formado por documentos cuja autoria pertence a um grupo de escribas, também chamados de copistas ou amanuenses que demonstra sua habilidade sociopolítica do saber ler e escrever. O termo *escriba* também pode ser substituído por *copista*, *escrivão* ou *amanuense* que, segundo Ostos *et al* (1997) é a pessoa que realiza um trabalho de cópia ou de escritura.

Desta forma, este *corpus* é constituído de 77 documentos oficiais distribuídos por 84 fólios com a seguinte classificação e definições propostas por Belloto (2002) ou Ferreira (2002):

**Ata:** Registro resumido das ocorrências de uma reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. Resume. Geralmente é lavrada em livro próprio (BELLOTO, 2002, p. 48).

**Atestado:** Declaração, por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial, a partir de uma realidade ou de um fato constatado. É, em geral, a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido. Costuma-

---

<sup>4</sup> O critério foi comparar se a letra e a tinta no documento condiziam com a letra de quem o assinou.

<sup>5</sup> Atualmente (2011) na UTFPR (Universidade Tecnológica Federal do Paraná) escola em que sou docente, a maioria dos estudantes são mulheres; 56.4% delas ocupam os diversos cursos oferecidos pela entidade, com participação em grande número nas engenharias.

se confundi-lo com a *certidão*, por ambos se parecerem na redação, mas vale lembrar que o *atestado* é uma declaração, enquanto a *certidão* é uma transcrição legitimada (BELLOTO, 2002, p. 48).

**Decreto:** Ato baixado pelo Poder Legislativo em assuntos de sua competência. Não está sujeito à sanção do Executivo. É promulgado pelo presidente do Legislativo (BELLOTO, 2002, p. 63).

**Inventário:** Lista de itens de um acervo ou de um estoque (BELLOTO, 2002, p. 71).

**Lei:** Norma ou conjunto de normas elaboradas e votadas pelo poder legislativo (FERREIRA, 2002, p. 1197).

**Ofício:** Documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso (Belloto, 2002, p. 51).

**Orçamento:** Previsão de receita e despesa de pessoa física ou jurídica ou cálculo para se fazer uma obra ou serviço (BELLOTO, 2002, p. 77).

**Requerimento:** Instrumento que serve para solicitar algo a uma autoridade pública e que, ao contrário da *petição*, está baseado em atos legais ou em jurisprudência. Muitas vezes, o *requerimento* faz menção a esses atos, que toma como base jurídica. Embora a definição possa ser a mesma para os requerimentos antigos e os atuais, o seu discurso é um pouco diferente num e noutro caso (BELLOTO, 2002, p. 86).

**Termo:** Declaração escrita em processo ou em livro próprio, registrando um ato administrativo, contratual, de ajuste ou uma vontade (BELLOTO, 2002, p. 88).

O quadro mostra o índice de documentos produzidos em Morretes – PR.

**Quadro 1 – Índice de documentos**

<b>Doc.</b>	<b>Título</b>	<b>Número</b>
01	Ofício	003
02	Requerimento	149
03	Orçamento	150
04	Inventário de Bens Móveis	255
05	Inventário de Bens Móveis	002
06	Ofício	001
07	Ofício	254
08	Ofício	259
09	Atestado médico	218
10	Requerimento	217
11	Requerimento	330
12	Ofício	292
13	Ofício	426
14	Ofício	252
15	Ofício	021
16	Requerimento	201
17	Requerimento	202
18	Requerimento	424
19	Requerimento	205
20	Ofício	141
21	Ofício	142
22	Ofício	380
23	Ofício	096
24	Ofício	150
25	Ofício	122
26	Ofício	112
27	Ofício	170
28	Ofício	063
29	Ofício	007
30	Ofício	008
31	Ofício	081
32	Ofício	183
33	Ofício	078
34	Ofício	026
35	Ofício	079
36	Ofício	116
37	Ofício	161
38	Termo de visita [Relatório]	037
39	Termo de visita [Relatório]	034
40	Termo de visita [Relatório]	035
41	Termo de visita [Relatório]	033
42	Termo de visita [Relatório]	036
43	Ofício	038
44	Ofício	134
45	Ofício	029
46	Ofício	040
47	Ofício	202
48	OfícioOfícioOfício	180a180b181
49	Ofício	154
50	Lei de n. 775 de 4 de Outubro	141

	de 1884 [incompleta]	
51	Decreto	162
52	Decreto [escatocolo]	163
53	Oficio	067
54	Oficio	215
55	Oficio	146
56	Oficio	148
57	Ata (1r.)Ata (1 v.)	104a104b
58	Oficio	103
59	Oficio	100
60	Oficio	057
61	Oficio	078
62	Oficio	128
63	Requerimento	120
64	Requerimento	181a
65	Oficio	181b
66	Oficio	225
67	Oficio	013
68	Oficio	230
69	Oficio	074
70	Oficio	227
71	Oficio	224
72	Oficio	128
73	Oficio	191
74	OficioOficio	229a229b229c231a231b
75	Requerimento	107
76	Requerimento	082
77	Oficio	175

**Fonte:** Elvira Barbosa da Silva

O Vocabulário de documentos escolares de Morretes oitocentista no Paraná

A seguinte tabela, por sua vez, é um relato quantitativo do índice de documentos mencionados no quadro.

**Tabela 1** – Porcentagem do índice de documentos

<b>Título</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Ata	2	2,60%
Atestado médico	1	1,30%
Decreto	2	2,60%
Inventário de Bens Móveis	2	2,60 %
Lei	1	1,30 %
Oficio	59	76,62%
Orçamento	1	1,30%
Requerimento	4	5,20%
Termo de visita	5	6,50%
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elvira Barbosa da Silva

O vocabulário de documentos escolares de Morretes oitocentista no Paraná

## 1.2 A IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES DOS DOCUMENTOS

Identificar os autores dos manuscritos que foram pessoas ilustres, influentes no município de Morretes, foi uma tarefa menos complexa, pois tais remetentes pertenceram à elite morretense e, assim, foram imortalizados em livros biográficos. Alguns deixaram obras escritas acerca da história ou da cultura da cidade. Contudo, tentar identificar os homens e as mulheres sem influência política, oriundos da base da pirâmide social da época foi tarefa mais ingrata. Eles atuavam nas escolas, porém, não tiveram cargo superior ao de professores de primeiras ou segundas letras.

Em todo o *corpus* foram pouquíssimos os documentos escritos por mulheres. Todas na condição de professoras, quase sempre interinas, não efetivas; nenhuma em cargos de inspetora ou diretora de instrução ou da circunscrição a que pertencia, o que garantiria um melhor “ordenado” ou algum poder político, ainda que ínfimo. Saliento que todos os escribas utilizaram a variedade culta do português oitocentista em seus manuscritos.

A origem da palavra hebraica para “oficial” ocorre várias vezes em textos bíblicos referentes aos dias de Moisés e Josué. Verifiquei que a erudição explica que tal palavra significa “secretário para registros”, “escrevente” ou “registrador” e “funcionário que ajudava o juiz como secretário”. As ocorrências dessa palavra hebraica indicam que no século XIV havia muitos desses secretários em Israel e que eles tinham grandes responsabilidades nos primórdios da administração do país (ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BIBLIAS E TRATADOS DO BRASIL, 2007, p. 36-56).

Para Morais Silva (1949, p. 536), o copista era um doutor e intérprete da Lei entre os Judeus. Mas, “escrivão” também era um termo chulo que significava “Arte de Furtar”, porque alguns escribas furtavam a veracidade dos escritos ao aumentar palavras ou linhas ou diminuí-las.

Os amanuenses dos manuscritos de Morretes são, ainda que nem todos se considerassem, ou não tivessem consciência de tal condição, guardiões dos documentos que produziram. São os vigilantes da escolaridade de 1869 até 1900. Entretanto, um já esperado problema ocorreu durante a pesquisa: a identidade de vários escrivães dos manuscritos não foi encontrada. As pessoas menos ilustres ou de poucos recursos financeiros, ou, ainda, de naturalidade desconhecida, não foram passíveis de consulta.

Órgãos como a Rede Integrada de Recursos Humanos, o Centro de Apoio Educacional e o Fórum de Genealogia do Paraná estão em busca de documentos e provas da existência dessas e de outras pessoas que atuaram no Paraná. Mas, além da perda de

documentação atribuída às diversas enchentes em Morretes, a primeira escola do município não fazia todos os registros de termos dos funcionários na época.

Mesmo as igrejas e os cartórios locais não puderam colaborar, pois muitas das pessoas que subscreveram os manuscritos não eram nascidas ou casadas em Morretes. Os membros de lojas maçônicas ainda têm algum registro, mas outros, nem esse recurso deixaram como legado. Assim, lamentavelmente, os dados biográficos são extremamente sumários. Dessa forma, foi possível identificar 31 autores dos documentos analisados, embora com informações desiguais:

- **Antonio Ribeiro de Macedo:** Nascido a 15/02/1843. Jornalista, historiador, deputado provincial do Paraná. Comandante da Guarda Nacional. Prefeito de Antonina. Sócio do Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro. Filho do Exator da Barreira do Itupava registrou em "Memória", de 1853, a maneira como se fazia a viagem pelo Itupava. Participou da Loja Maçônica “Estrela de Antonina” nº 0.190. (Doc. 01, fol. 1r, l. 15)
- **Brasílio Augusto Machado de Oliveira:** Nascido em São Paulo – capital – a 04 de setembro de 1848 e falecido em São Paulo a 05 de março de 1919. Além dos cargos exercidos na administração do estado, Dr. Brasília ganhou concurso para professor substituto da faculdade de direito, a mesma em que foi aluno distinto em 1883, ficou nesta ocupação até sua transferência para a província do Paraná em 1884. Retoma sua vida acadêmica em 1890 como professor de filosofia do direito e em 1891 na cadeira de direito comercial. Em 1895 torna-se membro do Conselho de Instrução Pública de São Paulo. (Doc. 50, fol. 1r, l. 15)
- **Carmella Nascimento Monforte de Moraes:** Professora da 1ª. Cadeira da escola de primeiras letras do sexo feminino de Morretes. Casada com o Professor José Gonçalves de Moraes. Filha de Manoel Ricardo do Nascimento e Virgínia Maria Bitencourt do Nascimento.
- **Ernesto Dias Laranjeira:** Inspetor geral de instrução pública (Doc. 35, fol. 1r, l. 9).
- **Ernesto Francisco de Lima Santos:** Nascido na Bahia a 13 de outubro de 1835, faleceu no Rio de Janeiro de 1902. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, Pernambuco em 1858. Foi inspetor geral de ensino em Morretes – Paraná e Presidente da Província de Santa Catarina. (Doc. 03, fol. 1r, l. 14)

- **Ernesto Frederico Laynes:** Inspetor paroquial. Participante da Loja Maçônica Perseverança no. 0. 159. Foi delegado de polícia. (Doc. 63, fol. 1r, l. 19)
- **Eugenio Guimarães Rebello:** Jornalista e médico. Participou da guerra do Paraguai. (Doc. 09, fol. 1r, l.07)
- **Fernando Machado de Simas:** nasceu em 24 de abril de 1851 em Paranaguá, Paraná e faleceu em 17 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro aos 65 anos. Foi o primeiro paranaense diplomado em farmácia (Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, turma de 1873) e proprietário da “Pharmacia Simas”, estabelecimento que foi fundado em Paranaguá e passou por Petrópolis-RJ e Rio de Janeiro. Foi também secretário da Presidência do Paraná. (Doc. 58, fol. 1v, l. 07 e 08)
- **Francisca Hectoria Mangin da Cunha:** Professora que recebeu elogios do Imperador D. Pedro II quando da visita deste a Morretes (cap. Escolarização no Paraná e em Morretes, p. 25).
- **Francisco da Silva Bastos:** Professor (Doc. 42, fol. 1r, l. 28)
- **Gabriel Pinto da Silva:** Inspetor paroquial. (Doc. 64, fol. 1r, l. 19)
- **Joaquim de Sá Ribas:** Inspetor paroquial (Doc. 48, fol.2r, l. 19)
- **João Baptista Pereira de Andrade:** Professor interino da cadeira do sexo masculino (Doc. 24, fol. 1r. l. 08)
- **João Manoel Ribeiro Vianna:** 2º. secretário da Presidência da Província do Paraná. Participante da Loja Maçônica Estrela de Antonina.
- **José Celestino de Lima:** Professor em Morretes. (Doc. 11, fol. 1r, l. 21)
- **José Ferreira das Neves:** Professor. (Do. 8, fol. 1r, l. 10)
- **José Gonçalves de Moraes:** Nascido em 1849, poeta, membro da Academia Paranaense de Letras, Deputado Estadual Provincial por duas legislaturas. Professor e Chefe da Inspeção de Ensino em Morretes. Escritor romântico, considerado por Andrade Muricy como dono do mais “delicado lirismo dentre essa grei romântica”. Foi contemporâneo de Fernando Amaro e Julia da Costa. Escreveu: *Semprevivas* e *Maria Clara* – novela inédita. Fundou o *Almanach* Paranaense. Colaborou nas revistas *Clube Coritibano*, *A pena*, *O sapo*, *O olho da rua*, *a bomba* e *Cenáculo*. Na prosa destaca-se com *A ponta do Charuto*, entre outras obras. Membro da Academia Paranaense de Letras. Participante da Loja Maçônica “Modéstia” no. 0. 214 em Morretes. (Doc. 04, fol. 1r, l. 11)

- **José Jacintho de Linhares:** Cônego, Inspetor Paroquial e Chefe da Superintendência de Educação. (Doc. 40, fol. 1r, l. 21)
- **José Lourenço Sá Ribas:** 1º. Secretário da Presidência do Paraná (Doc. 52, fol. 1r, l. 16)
- **Lindolpho de Siqueira Bastos:** Nascido em 1854. Foi Professor, militar, servidor público. Primeiro professor do ensino noturno em Morretes. Participante da Loja Maçônica Renascença. (Doc. 40, fol. 1r, l. 22)
- **Luciano José de Gracia:** Pretendente ao cargo de tabelião de Morretes em 1886. Participante da Loja Maçônica Acácia Paranaense. (Doc. 75, fol. 1r, l. 18)
- **Luiz Ferreira França:** Secretário da Presidência do Paraná. Diretor de Terras e colonização de terras da Província do Paraná (Doc. 52, fol. 1r, l. 5).
- **Luiza Maria Huy:** Professora de Morretes – Paraná (Doc. 38, fol. 1r, l. 20).
- **Manoel da Cunha Vianna:** Professor em Morretes; casado em 20 de março de 1841 com Geraldina Amélia de Freitas, primeira professora para o ensino de meninas na cidade (Doc. 05, fol. 1r, l. 23)<sup>6</sup>.
- **Manoel Salustiano Gonçalves Marques:** Dono de engenho, inspetor paroquial (Doc. 47, fol. 1r, l. 20).
- **Maria das Dores Rocha Pombo:** Uma das sete irmãs do escritor, jornalista, intelectual, e nome mais ilustre de Morretes, José Francisco da Rocha Pombo. Professora em Morretes. Diretora da Escola do bairro de Barreiros e da escola para meninos e meninas do núcleo Nova América (Doc. 65, fol. 1r, l. 19).
- **Maria Luiza Rodrigues:** Professora (Doc. 76, fol. 1r, l. 14).
- **Maria Thereza de Jesus Guimarães:** Professora (Doc. 13, fol. 1r, l. 10).
- **Pedro Ayres de Oliveira Passos:** Candidato ao concurso para cartorário de Morretes em 1886 (Doc. 75, fol. 1r, l. 13).
- **Rômulo José Pereira:** Inspetor paroquial substituto. Dono de engenho de erva-mate. Foi prefeito de Morretes. Membro da Loja Maçônica Modéstia (Doc. 55, fol. 1r, l.19).
- **Venâncio José Oliveira Lisboa:** Nasceu a 07 de outubro de 1834 no Rio de Janeiro e faleceu em 15 de maio de 1903, também no Rio de Janeiro. Foi inspetor geral da instrução pública do Paraná. Presidente da Província do Paraná de 24 de dezembro de

---

<sup>6</sup> Não encontrei documentos subscritos pela professora Geraldina Amélia de Freitas, ou algum que mencionasse seu nome.

1870 a 15 de janeiro de 1873. Presidiu, ainda, as Províncias de Minas Gerais e Bahia (Doc. 37, fol. 1r, l. 14).

Os 18 personagens aqui citados foram mencionados nos manuscritos de Morretes, porém, dados para identificá-los foram, também, infelizmente, muito poucos. O caso do Sr. José da Silva Cruz (Doc. 70, fol. 001r, l.14), citado abaixo, descrito pelo professor José Gonçalves de Moraes como “um pai de família pobríssimo”, revela que quanto menos condições financeiras uma pessoa tivesse, menos evidências sociais ela teria. Os demais, embora nem tão “pobríssimos”, não foram dignos de uma biografia completa, ou pelo menos, com maiores informações. Assim, observo que a escolarização no Brasil não tem recebido o respeito necessário para fazer dela um registro de tesouros na educação geral. Quanto ao sr. Ricardo de Souza Dias Negrão, citado no documento 75, encontrei mais dados a seu respeito por ele ter sido personagem influente na política morretense, mas não subscreveu nenhum manuscrito. Excluí aqueles que, mesmo citados, já haviam sido mencionados acima.

- **Ernestina de Loyola Xavier:** Professora no Povoado de Barreiros, município de Morretes (Doc. 49, fol. 001r, l. 11-12).
- **Euristeo José da Cruz:** Professor em Morretes (Doc. 41, fol. 001r, l. 3).
- **Fernando da Costa Lôbo:** Examinador em concurso público (Doc. 74, fol. 001r.).
- **Francisca Augusta Machiavel:** Professora no povoado de Barreiros, município de Morretes (Doc. 49, fol. 001, l. 11).
- **Francisco José de Souza Lobato:** Professor no povoado de São João da Graciosa, Porto de Cima, distrito de Morretes (Doc. 47, fol. 001r, l. 4-5).
- **Isolina Maria de Gracia:** aluna da professora Maria Thereza de Jesus Guimarães (Doc. 23, fol. 001r, l. 9-10).
- **João Baptista Guimarães:** Professor no povoado de São João da Graciosa, Porto de Cima, distrito de Morretes (Doc. 47, fol. 001r, l. 13-14).
- **João Euphrasio Cardoso França:** Professor substituto do professor José Gonçalves de Moraes (Doc. 10, fol. 001, l. 20-21).
- **João Pereira Fonseca:** Requerente de exame público (Doc. 57, fol. 001r, l. 4-5).
- **Joaquina Isabel Pereira:** Aluna da professora Maria Thereza de Jesus Guimarães (Doc. 23, fol. 001r, l. 10).
- **José da Silva Cruz:** Provavelmente lavrador sem terra (Doc. 70, fol. 001r, l. 14).

- **José Ferreira dos Santos:** Professor em Morretes (Doc. 37, fol. 001r, l. 6).
- **Justina Maria da Cunha Vianna:** Filha de Manoel da Cunha Vianna e Geraldina Amélia de Freitas (Doc. 23, fol. 001r, l. 8).
- **Maria Amalia da Silva Cruz:** Estudante em Morretes (Doc. 70, fol. 001r, l. 13).
- **Maria Candida Cordeiro:** (Doc. 43, fol. 001r, l. 6-7; Doc. 48, fol. 001r, l. 13).
- **Maria Eulália do Amaral Souza:** Professora do povoado Rio Lageado, município de Morretes (Doc. 44, fol. 001, l. 6-7).
- **Maria Olímpia Xavier de Castro:** aluna da professora Maria Thereza de Jesus Guimarães (Doc. 23, fol. 001r, l. 9).
- **Ricardo de Souza Dias Negrão:** Nasceu em 1835. Foi deputado e exerceu outras atividades na política do império. Casou-se com Maria Eufrásia da Luz Negrão. Teve 2 filhos: Maria Ricardina Negrão e Manoel Ricardo Negrão (Doc. 75, fol. 001r.).

Os 42 Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Paraná são referidos nos documentos redigidos pelos professores, inspetores paroquiais, sub-inspetores, diretores de instrução pública, secretários, ainda que em vários documentos seus nomes não apareçam. Contudo, pela datação do manuscrito, é possível determinar quem era o Presidente ou Vice-Presidente da Província no ano documentado. Como eram homens ilustres na esfera política (nota-se a ausência de mulheres no escalão governamental), seus nomes estão registrados em órgãos oficiais do estado e em obras historiográficas.

Observe-se que, na série de presidentes do Paraná, durante o 2º. Império, isto é, de 19 de dezembro de 1853 a 15 de novembro de 1889, muitos são presidentes por circunstâncias fortuitas. Os vice-presidentes ocupam o posto por causa de remoção ou de afastamento do presidente nomeado pelo imperador. Em geral, os vice-presidentes são paranaenses e os presidentes são políticos de fora. Assim, decidi por apresentá-los em ordem cronológica (CARNEIRO, 1952, p. 175)

- **Zacarias de Góes e Vasconcellos – Presidente - 19/12/1853 a 03/05/1855:** Nascido em Valença, Bahia, em 05 de novembro de 1815. Faleceu no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1877.
- **Teófilo Vítório Ribeiro de Rezende – Vice-presidente - 03/05/1855 a 27/07/1855:** Nascido em São Paulo, capital em 14 de Janeiro de 1815. Faleceu no Rio de Janeiro, capital em 10 de julho de 1884.

- **Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan – Vice-presidente - 27/07/1855 a 01/03/1856:** Nascido em Niterói no Rio de Janeiro a 15 de maio de 1812 e falecido na capital do Rio de Janeiro em 10 de julho de 1894.
- **Vicente Pires da Motta – Presidente - 01/03/1856 a 26/09/1856:** Nascido em São Paulo, capital, em 01 de setembro de 1799. Faleceu na mesma cidade em 30 de outubro de 1882.
- **José Antonio Vaz de Carvalhaes – Vice-presidente – 26/09/1856 a 11/11/1857:** Nasceu em Santos, São Paulo em 22 de dezembro de 1823. Faleceu em 30 de outubro de 1888 em Petrópolis no Rio de Janeiro.
- **Francisco Liberato de Mattos – Presidente – 11/11/1857 a 26/02/1859:** Nascido em Salvador, Bahia em 23 de agosto de 1813. Faleceu na cidade natal em 10 de fevereiro de 1892.
- **Luiz Francisco da Camara Leal – Vice-presidente – 26/02/1859 a 02/05/1859:** Nasceu no Rio de Janeiro em 27 de julho de 1822. Faleceu em Ouro Preto, Minas Gerais em 06 de dezembro de 1878.
- **José Francisco Cardoso – Presidente – 02/05/1859 a 16/03/1861:** Nasceu em Santa Cruz no Estado do Rio de Janeiro em 23 de março de 1830 e faleceu na capital do Rio de Janeiro em 08 de fevereiro de 1885.
- **Antônio Barbosa Gomes Nogueira – Presidente – 16/03/1861 a 31/03/1863:** Nascido em Sabará, Minas Gerais em 26 de abril de 1823. Falecido na capital do Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1885.
- **Manoel Antonio Ferreira - Vice-presidente – 31/03/1863 a 05/06/1863:** Nasceu em Curitiba, Paraná em 15 de junho de 1805. Faleceu em sua terra natal em 25 de agosto de 1885.
- **Sebastião Gonçalves da Silva – Vice-presidente – 05/06/1863 a 07/03/1864:** Nascido em Recife, Pernambuco em 20 de janeiro de 1827. Falecido em Paris, França em 16 de dezembro de 1879.
- **José Joaquim do Carmo Júnior – Presidente – 07/03/1864 a 18/06/1864:** Nasceu na capital do Rio de Janeiro em 29 de agosto de 1832. Faleceu na mesma cidade em 16 de agosto de 1915.
- **André Augusto de Pádua Fleury – Presidente – 18/06/1864 a 19/08/1864; 18/11/1864 a 04/06/1865 e 18/08/1865 a 23/03/1866:** Nasceu em Cuiabá, Mato Grosso

em 09 de abril de 1830 e faleceu na capital do Rio de Janeiro em 25 de novembro de 1895.

- **Agostinho Ermelino de Leão - Vice-presidente – 18/06/1864 a 19/08/1864; 23/03/1866 a 15/11/1866; 28/08/1869 a 26/11/1869; 03/05/1870 a 24/12/1870 e 02/05/1875 a 08/05/1875:** Nascido em Paranaguá em 25 de março de 1834 e falecido em Curitiba, Paraná em 28 de junho de 1901.
- **Manoel Alves de Araújo - Vice-presidente – 05/06/1865 a 18/08/1865:** Nasceu em Morretes, Paraná em 14 de março ou 11 de março de 1836. Faleceu no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro em 11 de dezembro de 1908.
- **Polidoro César Burlamaque – Presidente – 15/11/1866 a 17/08/1867:** Nascido em Oeiras, Piauí em 15 de junho de 1836 e faleceu em Terezina, Piauí em 03 de julho de 1894.
- **Carlos Augusto Ferraz de Abreu - Vice-presidente – 17/08/1867 a 31/10/1867:** Nasceu no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro em 02 de fevereiro de 1834. Faleceu na mesma cidade em 21 de outubro de 1872.
- **José Feliciano Horta de Araújo – Presidente - 31 de outubro de 1867 a 05 de maio de 1868 (ou 29.05.1868):** Nasceu em Cocais ou Ouro Preto, Minas Gerais em 25 de agosto de 1835. Faleceu na capital do Rio de Janeiro a 30 de abril ou 03 de setembro de 1908.
- **Carlos Augusto Ferraz de Abreu - Vice-presidente – 05/05/1868 (ou 29.05.1868) a 14/09/1868:** Nasceu na capital do Rio de Janeiro em 02 de fevereiro de 1834 e faleceu na mesma cidade em 21 de outubro de 1872.
- **Antônio Augusto da Fonseca – Presidente – 14/09/1868 a 28/08/1869:** Nascido em Coimbra, Portugal em 09 de fevereiro de 1830 e falecido em Jundiaí, São Paulo em 20 de junho de 1890.
- **Antônio Luiz Affonso de Carvalho – Presidente – 27/11/1869 a 20/04/1870:** Nascido em Salvador, Bahia em 05 de março de 1828 e falecido na capital do Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1892.
- **Venâncio José de Oliveira Lisboa – Presidente – 24/12/1870 a 15/01/1873:** Nascido na capital do Rio de Janeiro em 07 de julho de 1834 e falecido em 15 de maio de 1903 na mesma cidade.

- **Manoel Antonio Guimarães – Vice-presidente – 15/01/1873 a 13/06/1873 e 16/07/1877 a 16/08/1877:** Nascido em Paranaguá, Paraná em 15 de fevereiro de 1813 e falecido em 16 de agosto de 1893 na mesma cidade.
- **Frederico José Cardoso de Araújo Abranches – Presidente – 13/06/1873 a 02/05/1875:** Nasceu em Guaratinguetá, São Paulo em 20 de janeiro de 1844 e faleceu na capital paulistana em 17 de setembro de 1903.
- **Adolpho Lamenna Lins – Presidente – 08/05/1875 a 16/07/1877:** Nascido em Recife, Pernambuco em 27 de junho de 1845 e faleceu na mesma cidade em 04 de setembro de 1881.
- **Joaquim Bento de Oliveira Júnior – Presidente – 17/08/1877 a 07/02/1878:** Nascido em Conceição do Serro, Minas Gerais em 10 de dezembro de 1846 e falecido em São Paulo, capital em 06 de março de 1878.
- **Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá - Vice-presidente – 07/02/1878 a 23/03/1878; 31/03/1879 a 23/04/1879; 26/01/1882 a 06/03/1882; 18/06/1889 a 23/08/1889 e 12/09/1889 a 16/11/1889:** Nasceu em Palmeira, Paraná em 01 de junho de 1827 e faleceu em Genebra na Suíça em 07 de julho de 1903.
- **Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes – Presidente – 23/03/1878 a 31/03/1879:** Nascido em Bahia (Província), Bahia em 11 de maio de 1839 e falecido em Vassouras no Rio de Janeiro em 13 de junho de 1882.
- **Manuel Pinto de Souza Dantas Filho - Presidente – 23/04/1879 a 04/08/1880:** Nascido em Salvador, Bahia em 18 de outubro de 1852 e falecido em Paris, França em 25 ou 26 de agosto de 1937.
- **João José Pedrosa – Presidente – 04/08/1880 a 03/05/1881:** Nascido em Curitiba, Paraná em 03 de fevereiro de 1844 e falecido em Belém, Pará em 15 de outubro de 1882.
- **Sancho de Barros Pimentel – Presidente – 03/05/1881 a 26/01/1882:** Nasceu em Salvador, Bahia em 16 de outubro de 1849 e faleceu em 24 de fevereiro de 1924 na cidade do Rio de Janeiro.
- **Carlos Augusto de Carvalho – Presidente – 06/03/1882 a 26/05/1883:** Nascido na capital do Rio de Janeiro em 20 de março de 1851 e falecido na mesma cidade em 05 de maio de 1905.

- **Antonio Alves de Araújo - Vice-presidente – 26/05/1883 a 03/09/1883 e 24/08/1885 a 18/09/1885:** Nascido em Morretes, Paraná em 06 de novembro de 1803 e falecido em Palmeira, Paraná em 22 de abril de 1887.
- **Luis Alves Leite de Oliveira Belo – Presidente – 03/09/1883 a 05/06/1884:** Nascido em Ingá, Rio de Janeiro em 05 de março de 1848 e falecido em 23 de maio de 1915.
- **Brazilio Augusto Machado de Oliveira – Presidente – 05/06/1884 a 21/08/1885:** Nascido em São Paulo, capital em 04 de setembro de 1848 e falecido na mesma cidade em 05 de março de 1919.
- **Joaquim de Almeida Faria Sobrinho - Vice-presidente – 20/09/1885 a 29/09/1885 e 03/05/1886 a 26/12/1887:** Nascido em Lapa, Paraná em 13 de agosto de 1847 e falecido em Paranaguá, Paraná em 10 de setembro de 1893.
- **Alfredo d'Escragnolle Taunay – Presidente – 29/09/1885 a 03/05/1886:** Nasceu na capital do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843 e faleceu na mesma cidade em 25 de janeiro de 1899. Foi o autor de diversas obras. As mais destacadas são: Retirada da Laguna (narrativa de campanha - 1872) e Inocência (romance - 1872).
- **Antonio Ricardo dos Santos - Vice-presidente – 29/12/1887 a 09/02/1888:** Nascido em Morretes, Paraná em 22 de setembro de 1819. Falecido em Curitiba, Paraná em 17 de novembro de 1888.
- **José Cesário de Miranda Ribeiro – Presidente – 09/02/1888 a 30/06/1888:** Nascido em Barbacena, Minas Gerais em 30 de agosto de 1854 e falecido no Rio de Janeiro, capital em 23 ou 26 de abril de 1907.
- **Ildefonso Pereira Correia - Vice-presidente – 30/06/1888 a 04/07/1888:** Nascido em Paranaguá, Paraná em 06 de agosto de 1849. Faleceu no km 65 da Serra do Mar, Paraná em 20 de maio de 1894.
- **Balbino Cândido da Cunha – Presidente – 04/07/1888 a 18/06/1889:** Nasceu em São João Del Rei, Minas Gerais em 15 de abril de 1833. Faleceu na mesma cidade em 05 de dezembro de 1905.
- **Joaquim José Alves – Vice-presidente – 03/09/1889 a 11/09/1889:** Nasceu em Antonina, Paraná em 22 de junho de 1834 e faleceu em Curitiba, Paraná em 16 de agosto de 1905.

### 1.3 A EDIÇÃO

Historicamente, a crítica textual ou crítica documental, é antiga. De acordo com Beatriz da Silva (2010, p. 2):

A origem da crítica textual é bastante remota (data de muito antes do início da Era Cristã). No decorrer dos anos, foi-se firmando a ideia básica da preservação e transmissão fiel dos textos, como os textos sagrados de várias religiões e os textos literários da antiguidade greco-latina, principalmente. Em relação aos textos da Antiguidade Clássica é sabido que as mais antigas edições críticas são as dos poetas gregos pré-helenísticos, levadas a termos pelos críticos alexandrinos, tais como Aristófanos de Bizâncio e Aristarco de Samotrácia.

Apesar da tradição de editar textos ser tão antiga, a edição de manuscritos requer uma avaliação criteriosa por parte de quem irá fazê-la. Embora sua normatização tenha sido estabelecida e haja vários tipos, é necessário escolher a mais adequada para atingir o objetivo traçado. Em meu trabalho, optei por fazer a edição *semidiplomática*, pois aprendi com a equipe do PHPP (Para a História do Português Paranaense) a identificar as características próprias deste tipo de edição. Outra razão que mobilizou minha escolha foi o fato de a edição semidiplomática ser conservadora, isto é, preservar, ao máximo, a restituição genuína dos textos.

Para melhor compreensão das edições existentes, apresento, neste tópico, seus tipos fundamentais. No texto de Cambraia (2005, p. 91-105) temos a distribuição dos tipos em duas classes: a) edições monotestemunhais; b) edições politestemunhais.

a) As edições monotestemunhais podem ser divididas em: i) *fac-similar*, ii) *diplomática*, iii) *paleográfica*, iv) *interpretativa*.

- i) A edição *fac-similar*, também chamada de fac-símile ou mecânica, reproduz imagens de testemunhos utilizando-se de meios mecânicos como a fotografia, a xerografia, a escanização, dentre outros recursos. Sua vantagem é permitir autonomia ao consulente na interpretação de dado testemunho. A desvantagem, além do alto custo, é ser consultada apenas por especialistas capazes de conhecer a escrita original. Alguns exemplos de edições *fac-similares* de manuscritos são as obras lusófonas como: Cancioneiro da Ajuda e As Cantigas de Santa Maria. De

obras impressas temos: A Gramática da Linguagem Portuguesa e Os Lusíadas, entre outras.

- ii) Na edição *diplomática* é feita a transcrição rigorosamente conservadora dos elementos do modelo, como abreviações, pontuação, parágrafos, translineação, separação de palavras, etc. Ter a leitura facilitada, sem ter de decifrar a escrita original manuscrita é a vantagem deste tipo de edição. Entretanto, reconhecer determinadas características próprias da escrita antiga, conhecidas apenas por especialistas, é sua desvantagem.
  - iii) Edição *paleográfica* ou *semidiplomática* é, também, conhecida como *diplomático-interpretativa*. Neste tipo de edição o crítico realiza mudanças que facilitam a apreensão do texto ao público não especializado. O editor desenvolve abreviaturas, insere ou suprime elementos, apesar de assinalar tais atitudes em seu trabalho. Este tipo de edição tem sido bastante utilizado para análise de documentos em pesquisas de história da língua portuguesa.
  - iv) Na edição *interpretativa* tem-se o grau máximo de mediação por parte do editor. Além do que é feito na edição *semidiplomática*, é aplicado o processo de uniformização gráfica, conjecturas que aproximam ao texto de sua forma genuína. Os elementos estranhos ao público leigo em critérios de edição vêm assinalados pelo editor. Por ser interpretativa, esta edição é também subjetiva.
- a) As edições politemunhais dividem-se em: i) *crítica*, ii) *genética*.
- i) *Crítica*: sua característica é o confronto de mais um testemunho, geralmente apógrafos, cujo objetivo é reconstituir a última forma que seu autor havia dado. A edição crítica é superior à interpretativa, pois nesta o editor utiliza-se da conjectura (CAMBRAIA, 2005, p. 104).
  - ii) *Genética*: nesta edição também há comparações de mais de um testemunho, geralmente autógrafos e/ou idiógrafos (originais). A edição *genética* baseia-se no estudo da gênese da criação. O editor faz o percurso criativo ao analisar projetos, planos, esboços, roteiros, rascunhos, desenhos, rabiscos, etc. (SALLES, 1998).

#### 1.4 AS NORMAS TÉCNICAS PARA A TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Nesta tese utilizei as normas apresentadas pela Comissão de Sistematização e Redação do I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica – (São Paulo: 28 e 29 de novembro de 1990 e pela Comissão de Sistematização e Redação do II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica – (São Paulo: 16 e 17 de setembro de 1993).

#### NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

**Objetivo:** Esta norma fixa diretrizes e convenções para a transcrição e edição de documentos manuscritos. Destina-se a unificar os critérios das edições paleográficas, possibilitando uma apresentação racional e uniforme.

##### 1. Grafia

Quanto à grafia seguir-se-ão os seguintes critérios:

- 1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê), mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).
- 1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independentemente de seu valor fonético.
- 1.3 O **s** caudado duplo será transcrito como **ss** e o simples como **s**.
- 1.4 O **R** e **S** maiúsculos, com som de **rr** e **ss** serão transcritos **R** e **S** maiúsculos, respectivamente.
- 1.5 As letras ramistas **b**, **v**, **u**, **i**, **j** serão mantidas como no manuscrito.
- 1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.
- 1.7 Aos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometam a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [*sic*] entre colchetes e grifada.
- 1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.
- 1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade, ou de fácil reconhecimento, poderão ser mantidas.
- 1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, &r<sup>a</sup> = etc.; IHR = Christus.
- 1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

- 1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de **m** ou **n**, será mantido.
- 1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?]
- 1.14 A acentuação será conforme o original.
- 1.15 A pontuação original será mantida.
- 1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.
- 1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não se efetuando nenhuma correção gramatical.

## **2. Convenções**

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

- 2.1 As palavras que se apresentam parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.
- 2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [*ilegível*].
- 2.3 As linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroído entre colchetes e grifada e com a menção aproximada de seu número: [*corroídas ± 6 linhas*].
- 2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que completam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais <...>.
- 2.5 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou em sequência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.
- 2.6 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

## **3. Assinaturas e sinais públicos**

- 3.1 As assinaturas em raso ou rubricas serão transcritas em grifo.
- 3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [*senal público*].

## **4. Documentos mistos**

4.1 Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui os formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas etc.

## **5. Selos, estampilhas, etc.**

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados e desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [*estampilha*]

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [*estampilhas*].

## 6. Referências

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, 2ª via etc.

## 7. Apresentação gráfica

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragrafada do original.

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [*fl. 3*], [*fl. 3v*].

7.4 Se o original não for numerado caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos entre colchetes e em grifo: [*fl. 4*], [*fl. 4v*].

7.5 As folhas em branco serão indicadas entre colchetes e em grifo: [*fl. 13, em branco*] (ARQUIVO NACIONAL, 1993).

### 1.5 EM SÍNTESE

No capítulo 1 expus que, metodologicamente, parti da análise do material sob abordagem filológica, isto é, fiz estudo de textos antigos. Para a seleção do *corpus* foi preciso ir a campo à cata de documentos manuscritos de época. Como relatado, a procura *in loco* causou-me espanto devido ao descuido com os locais de armazenamento documental, o que denotou desprezo pela própria memória. Assim, alerta que tanto passado como futuro estão em risco.

Na seleção do *corpus* defini que os manuscritos deveriam ser alusivos à escolaridade, pois havia o interesse na realidade dos profissionais da educação daquela fase histórica. Registrei, ainda, que, após a seleção, iniciei a fase de transcrição. Trabalho monástico, portanto árduo, que exige acurada observação e cuidado na manutenção da fidelidade do texto. Os 77 documentos manuscritos, datados da segunda parte do século XIX,

são de caráter oficial e apresentam diferentes temas como estabelecido por Belloto (2002) e Ferreira (2002).

Quanto à identidade dos autores, relatei a dificuldade em encontrar dados biográficos. Ao final, registrei as normas para edição e transcrição dos manuscritos.

## CAPÍTULO 2

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Cada geração seleciona ruínas do passado e, juntando-as de acordo com seus próprios ideais e valores, faz delas casas características de seu tempo (ELIAS, 2001, p. 31).

Uma vez exposta a Metodologia adotada, reporto alguns fatos da história sócio-política e educacional do Paraná e de Morretes.

#### 2.1 HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

O breve histórico do estado do Paraná e da cidade de Morretes tem o objetivo de dar suporte historiográfico a este trabalho cujo foco principal é o estudo linguístico dos manuscritos ali produzidos. Os documentos da escolaridade de Morretes apresentam a linguagem formal, específica de seus representantes. Desta maneira, penso ser importante relatar fatos sociais, econômicos, políticos e culturais que, embora sejam extralinguísticos, podem ter contribuído para mudanças linguísticas ocorridas na língua portuguesa e paranaense.

O nome do estado cuja linguagem é estudada neste trabalho, origina-se do potamônimo<sup>7</sup> Paraná que deriva do nome tupi: *para* = mar e *na* (*nã*) = semelhante, parecido. O rio Paraná, é, assim, parecido com o mar devido à grande extensão, pois nasce da união dos rios Paranaíba e Grande, percorre, no estado do Paraná 400 km de distância, desde a foz do rio Paranapanema até a foz do rio Iguaçu. Forma, ainda, a principal bacia fluvial do estado, o que garante um dos maiores potenciais hidrelétricos do Brasil (ESTADOS, 2010).

Paraná foi, assim, o nome dado a este estado que não surgiu do nada. Tampouco resultou do imprevisto. O estado que se apresenta hoje nasceu dos destroços da, então, província do Paraná, que até 1853 fora a 5ª. Comarca de São Paulo. Havia sido também somente terra de passagem de caminheiros e viajantes. Na verdade, o Paraná foi uma das últimas províncias a conquistar autonomia política.

---

<sup>7</sup> Potamônimo é um topônimo que tem nome de um rio; o mesmo que hidrotopônimo.

Com o Tratado de Tordesilhas em 1494, grande parte do território paranaense ficou sob custódia da coroa espanhola, embora as terras que formaram o Paraná tenham sido ocupadas por nativos muito antes de os ibéricos invadi-las.

Somente em 1500 com o achamento do Brasil por Cabral, a área territorial do Paraná tornou-se portuguesa. Desta época em diante, as várias expedições encontraram o caminho de Peabiru que se iniciava no litoral de São Paulo com duas veredas que levavam a esse caminho: uma saindo próximo ao rio Ribeira e a outra, pelos campos, nas proximidades de São Miguel Arcanjo, que era conveniente por ligar Cananéia à região de Piratininga, arredores da atual São Paulo. Pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo à foz do Pirapó, subiam pela margem deste em direção ao Rio Ivaí, pela esquerda até o atual Campo Mourão. A igual distância entre o Ivaí e o Piquiri, o caminho de Peabiru – que em guarani quer dizer “rumo ao sertão” - bifurcava-se e, desta forma, a parte sul ia em direção ao rio Iguaçu, no ponto em que este recebe o rio Santa Maria. A outra parte seguia direto ao Paraná e ao Paraguai (ALBUQUERQUE, 1978, p. 35).

Além das invasões em busca de ouro e de prata, formaram-se reduções jesuíticas ditas catequizadoras, compostas por jesuítas e colonizadores espanhóis que, na verdade, buscavam a mão de obra dos indígenas, sua força de trabalho.

Segundo Steca e Flores (2002), em 1643 já existia o povoado de Nossa Senhora do Rosário, organizado pelo explorador de ouro Gabriel de Lara, com a aprovação do representante do governador geral do Brasil, Duarte Vasqueanes.

Após vários conflitos por ouro, foi criada a Capitania de Paranaguá cujo donatário era o Marquês de Cascais. Nesta época o local já contava com onze jazidas de ouro. A notícia trouxe mineradores e famílias que passaram a criar gado e a praticar a agricultura de subsistência. A povoação já possuía o pelourinho, carecia, assim, de justiça. Para organizar a vila, Eleodoro Ébano Pereira<sup>8</sup> é indicado para fundar a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba<sup>9</sup>.

O enorme povoamento do território paranaense nasceu a partir de Curitiba e trouxe novamente a disputa entre Portugal e Espanha, pois esta havia ocupado a área dos Sete Povos das Missões, de domínio português. Em contrapartida, Portugal tomou a Colônia Sacramento no Uruguai, então reconhecido por ambos os países como área espanhola. Foi o

---

<sup>8</sup> General da Armada das Canoas de Guerra de toda a Costa dos Mares do Sul. Seus objetivos em Paranaguá e no planalto curitibano eram: (i) reconhecer e cadastrar as minas, (ii) fundar uma “Casa dos Quintos”, oficina para fundição de ouro, (iii) patrulhar a costa dos Mares do Sul (STECA; FLORES, 2002, p. 4-5)

<sup>9</sup> Curitiba é nome de origem indígena (Curytuba) que significa grande quantidade de pinhões no lugar; com o tempo, tornou-se Curitiba.

Tratado de Santo Ildefonso em 1777, após o Tratado de Madri, que estabeleceu as fronteiras entre os dois reinos.

A Província do Paraná teve suas condições agroeconômicas impulsionadas pelo cultivo da erva-mate, da exploração de madeira e do desenvolvimento das lavouras de café. O enriquecimento da região atraiu investimentos e políticos dispostos a transformar a província em estado no ano de 1889 juntamente com os ideais republicanos (PARANÁ, 2011).

Balhana *et al* (1987, p. 115) afirmam que é difícil precisar o número de habitantes que viviam no Paraná do século XVII. Contudo, o estudo de Rosevics (2009, p. 3) aponta que

Os primeiros censos e dados demográficos sobre o Paraná tendem a subvalorizar a população escrava e indígena quantitativamente. O motivo dessa exclusão faz parte do contexto histórico e teórico em que estavam inseridos os pensadores do período, que não consideravam tais habitantes como parte da sociedade.

Entretanto, assim como a presença do índio, a do negro data do início dos primeiros agrupamentos humanos no Paraná, tanto em atividades mineradoras como nas posteriores, como afazeres domésticos, por exemplo. Ficou clara, desta forma, a importância do negro e do índio na formação campeira, bem como na de outras regiões.

Esse início do desbravamento da territorialidade paranaense por intermédio do trabalho dos indígenas e negros foi um marco na história brasileira. Com o Tratado de Tordesilhas de 1494, acordo de divisão de novas terras descobertas, as paranaenses ficaram sob a jurisdição espanhola. Embora Pedro Álvares Cabral tivesse feito o reconhecimento das terras como pertencentes a Portugal, a coroa portuguesa não as colonizou de imediato, especialmente porque o comércio com o Oriente tornara-se próspero.

A região de Paranaguá até 1580 era dominada por índios Carijó. A busca por ouro levou o homem branco a povoar o lugar. Gabriel de Lara, bandeirante e explorador de ouro de veio (também chamado de beta como elemento químico) e o de garimpo (lavagem), acabou por fundar a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, mas não a governou. O pelourinho foi instalado na Vila, mas não havia quem organizasse a justiça, a instrução, a sociedade como um todo (STECA; FLORES, 2002, p. 1-6). Assim, a população do Paraná nasceu a partir de incursões e expedições de aventureiros, mineradores, caçadores, do trabalho de escravos e indígenas por todo o seu território.

A Espanha, entretanto, já em 1515 explorava o Estuário da Prata. Dessas buscas descobriram vários caminhos que seriam percorridos na descoberta de outras regiões. Dos desbravamentos espanhóis surgiram as reduções jesuíticas. Ainda nessa época, nasceu a ideia de divisão das terras portuguesas em 15 capitanias hereditárias a serem doadas a quem deveria promover o desenvolvimento das mesmas.

Foi a partir do litoral e dos campos de Curitiba que surgiu o sentimento de unificação territorial no Paraná, inclusive linguística. Por ser extensão da Capitania de São Vicente, quando veio a ser Província de São Paulo, teve Paranaguá e Curitiba sob sua jurisdição com o título de Quinta Comarca. Nessa Comarca faltavam escolas e professores, havia somente um juiz de direito e nenhuma segurança local.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, primeiro governador provincial, em 1854 iniciava seus relatórios que traçavam rumos da Comarca que poderia ser transformada em Província (STECA; FLORES, 2002, p. 7-8).

Também, conforme Balhana (2002, p. 113), a nova Província, desprovida de recursos financeiros, precisava de sistema de estradas para facilitar as comunicações, transportes mais eficazes, instrução pública para ricos e pobres, transferência da feira de Sorocaba para Castro para que o lucro da venda de animais ficasse em terras paranaenses, etc. As atividades ervateiras foram os primeiros produtos de exportação.

Na agricultura, o arroz e a cana puderam dar início às pequenas fábricas em 1853. Iniciaram-se também o cultivo de café e de chá que tiveram modesto desenvolvimento.

Houve conflitos quanto à cidade a ser a cabeça da Província. Os comerciantes de Paranaguá queriam que a capital fosse uma cidade portuária. Os líderes políticos de Curitiba reivindicavam que a cidade mais importante fosse ali, especialmente, por ter sido elevada à vila desde 1693 e ter sido o principal núcleo de negociações de toda a área. Até Guarapuava concorreu à vaga. Entretanto, além da escolha da capital, havia a necessidade de prover serviços como saúde pública à população que estava prestes a configurar o que viriam a chamar de vida paranaense.

Em 1821, em Paranaguá, uma tentativa de emancipação ficou conhecida como a Conjura Separatista, mas seus líderes receberam do governo provisório um “não é chegada a hora”. A Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, que durou de 1835 a 1845, teve maior impacto no anseio de emancipação da região sul do restante do Brasil. O Paraná, no entanto, opôs-se aos “farrapos”, pois a província buscava emancipação político-administrativa.

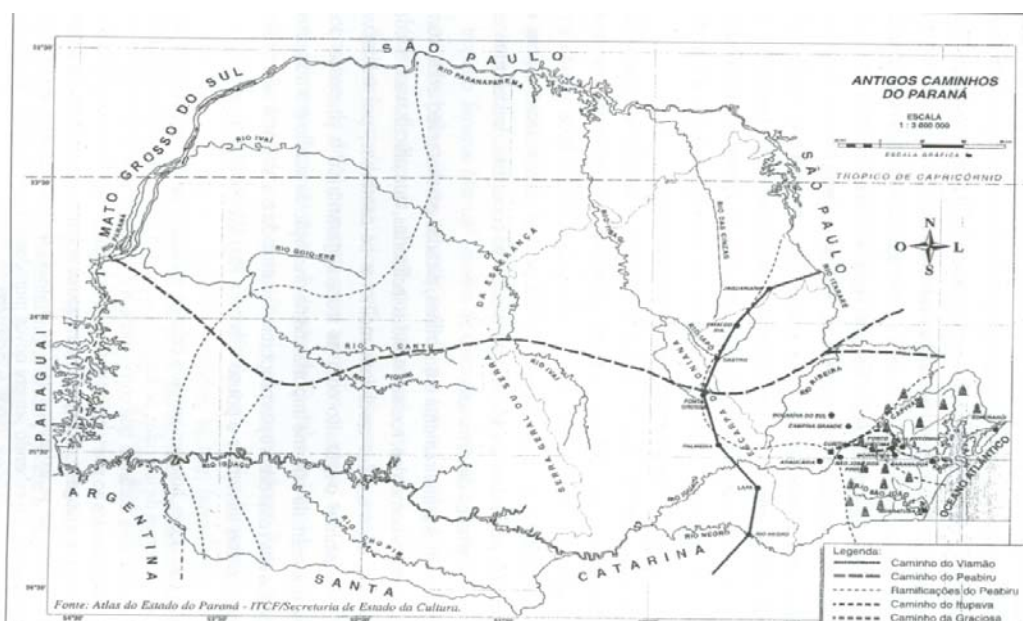
Agostinho Ermelindo de Leão e Manoel Correia<sup>10</sup> conseguiram aumentar as forças imperiais no Paraná e chegaram à vitória. (STECA; FLORES, 2002, p.10).

Os dados históricos dessa época permitem concluir que o desmembramento da 5ª. Comarca e a criação da nova província podem ser entendidos como punição aos paulistas por sua participação na Revolta Liberal de 1842<sup>11</sup>. Além disso, lideranças baianas, mineiras e gaúchas apoiaram a emancipação da província paranaense para, assim, diminuir a evidente e incômoda riqueza que São Paulo ostentava em todos os sentidos frente às demais regiões do país.

Além dos caminhos já abertos por espanhóis e portugueses, havia caminhos na mata feitos por índios. Tal desbravamento teve importância fundamental para a interiorização das terras. Tropeiros, bandeirantes e viajantes exploraram o Caminho de Peabiru que ficou conhecido como passagem obrigatória.

O mapa mostra os caminhos percorridos no Paraná antigo e o caminho do Peabiru é o que está pontilhado em destaque.

**Figura 1** – Mapa do caminho do Peabiru



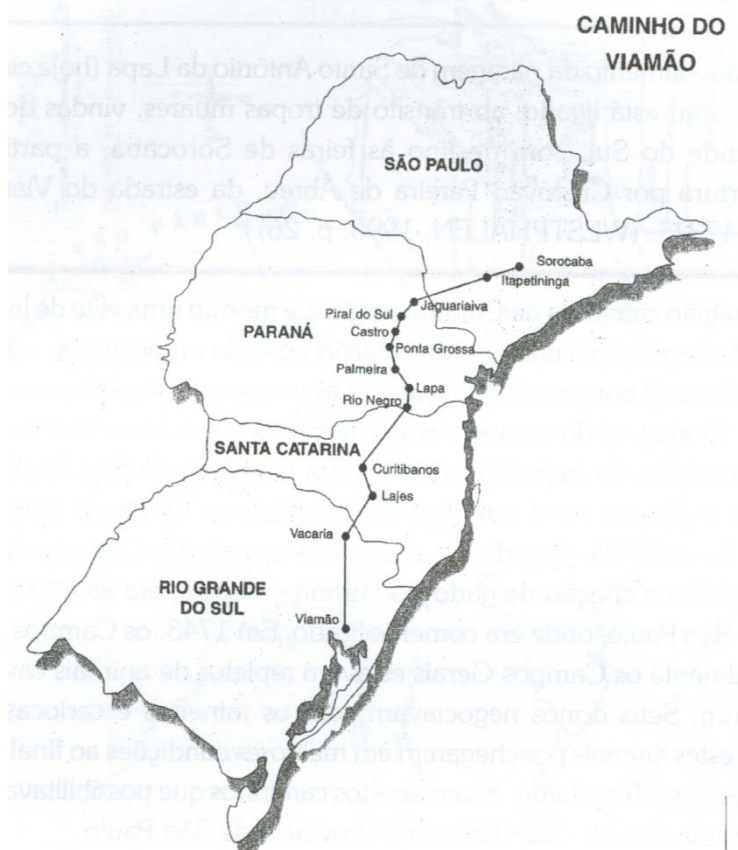
**Fonte:** Cigolini et al (apud STECA; FLORES, 2002, p. 18)

<sup>10</sup> Ermelino Agostinho de Leão foi historiador, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, político e comerciante no Paraná. Atuou como deputado no Congresso Legislativo Estadual. Como pesquisador deixou obras como “O Contestado Norte” e, a mais importante de todas, “Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná”. Manuel Correia exerceu diversas funções políticas como as de deputado, presidente da província de Pernambuco, ministro de negócios estrangeiros. Em 1875 foi Senador do Império pela província do Paraná. Fundou a Escola Normal da Corte e a Sociedade Amantes da Instrução.

<sup>11</sup> Os membros do Partido Federalista liderados por Silveira Martins eram conhecidos como “maragatos” e defendiam a instalação de um poder central forte, sem Floriano Peixoto, e o Parlamentarismo (SILVA, 1995, p. 199).

Ainda, segundo Steca e Flores (2002), o caminho de Peabiru atravessava o Paraguai e transpunha a Cordilheira dos Andes para chegar ao litoral do Peru. Em 1524, Aleixo Garcia percorreu este local e em 1541 Cabeza de Vaca também fez o percurso e chegou até a região curitibana. Vários outros caminhos levaram os tropeiros ao comércio de gado bovino e muar. Nessa época, Curitiba situava-se no trajeto da estrada de Peabiru e, por estar próxima da rota de desenvolvimento, tal cidade tornou-se a capital do Estado. A ampliação das terras e seu desenvolvimento devem-se ao trabalho de sertanistas, como Cristóvão Pereira de Abreu, que abriram trilhas importantes como a Estrada do Viamão<sup>12</sup>.

**Figura 2** – Mapa do caminho do Viamão.



**Fonte:** Cigolini et al. (apud STECA; FLORES, 2002, p. 20)

O trabalho das tropas foi essencial para a ligação entre diversas regiões do Brasil e os tropeiros, embora pertencessem à classe média, tinham vida rudimentar e enfrentavam toda sorte de perigos. Isto credita a esses homens a promoção de certa unidade linguística por onde passavam, pois a interação entre comerciantes requeria a comunicação na

<sup>12</sup> Ao olhar de cima da serra gaúcha, os rios que estão embaixo apresentam o formato de uma mão humana. Desta visão nasceu o costume que os viajantes legaram de dizer “vi a mão” (STECA; FLORES, 2002, p. 19).

mesma língua. A atividade tropeirista na 5ª. Comarca já era exercida desde 1704, mas, com a instalação das estradas de ferro, o movimento dos tropeiros foi diminuindo, tendo resistido até, praticamente, o final do século XIX.

Ficou a cargo dos imigrantes europeus o papel de colonizador na província do Paraná. Pobre de mão de obra, as terras contavam com as culturas de algodão, tabaco, erva-mate e, posteriormente, de cravo, canela, pimenta e das plantas ornamentais legadas pelos jesuítas expulsos.

Balhana (2002, p. 3-4) afirma que a estratégia de povoamento adotada no Paraná encaixou-se como parte de um projeto maior do Estado brasileiro: a imigração europeia que se baseava em quatro objetivos principais:

Preencher os vazios demográficos existentes no território paranaense; substituir a mão de obra escrava, ou seja, os negros e pardos por homens brancos europeus; produzir uma agricultura de abastecimento, pois boa parte dos alimentos era trazida de outras regiões do país e; conseguir trabalhadores qualificados para as obras públicas, e para tanto se apostava no europeu.

Desde 1810, D. João VI tentava importar mão de obra livre para o império em locais que tratavam todos como escravos. Somente no segundo quartel do século XIX é que as colônias de imigrantes passaram a trabalhar em terras paranaenses. É preciso lembrar, no entanto, que, desde 1748, açorianos já haviam se estabelecido na fronteira entre Brasil, Uruguai e Argentina. Para ligar Paraná e Mato Grosso, o Barão de Antonina<sup>13</sup> ajudou a fundar uma colônia de franceses. O mesmo se deu com alemães e italianos. Ucrânios e poloneses, por sua vez, vieram com o apoio de Lamimha Lins, presidente da província. Esses imigrantes, porém, eram proibidos de falar a língua de origem nas escolas, bem como professores e alunos eram obrigados a se comunicar em língua portuguesa. Mas, a ideia principal do Estado era formar, por meio do trabalho dos imigrantes, o trio econômico constituído de mate, gado e trigo.

A grande massa imigratória não impediu, porém, o tráfico interno de escravos negros para realizar outras funções. Houve, ainda, a escravidão branca, composta por homens endividados com seus patrões, como a que ocorreu nos condados da Inglaterra da época.

---

<sup>13</sup> Político, catequizador, militar e agropecuarista que fundaria colônias no litoral do Paraná juntamente com o suíço João Maurício Faivre. Recebeu o título de Barão de Antonina por decreto imperial em setembro de 1843 das mãos de D. Pedro II (STECA; FLORES, 2002, p. 26).

Colônias criadas pelo governo da província, como a alemã do Rio Negro, a francesa Orleans, a do Assungui composta por ingleses, a Tereza<sup>14</sup> e a colônia Tomás Coelho deveriam promover o desenvolvimento das regiões, mas resultaram em fracasso. Já as colônias particulares como a de Kittolândia, Superagui e Cecília foram criadas sem apoio financeiro do governo. Da presença dos muitos imigrantes, os bem sucedidos fundaram em 1891, o primeiro jornal de Curitiba: “Operário Livre” que traria grandes inovações para o exercício político do Estado.

As lideranças político-administrativas do Paraná vislumbravam uma sociedade composta por condições sociais e econômicas e culturais prósperas. Nessa época, disputas por terras limítrofes atiçavam as tensões entre grupos imigrantes e brasileiros já estabelecidos e que dominavam a província (STECA; FLORES, 2002, p. 26). Viria mais tarde a conhecida “Guerra do Contestado<sup>15</sup>” entre Paraná e Santa Catarina no início do século XX. Assim, neste trabalho, a história vai até aqui, pois o último manuscrito pesquisado data de 9 de agosto de 1900, ainda do século XIX.

## 2.2 HISTÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DA FORMAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE MORRETES

**Figura 3** - Localização de Morretes no Paraná



**Fonte:** Morretes (2011).

<sup>14</sup> A colônia Tereza foi fundada em 1829 por um socialista utópico, João Maurício Faivre. A chegada de alemães e italianos foi influenciada pelas respectivas esposas dos imperadores D. Pedro I e D. Pedro II, pois a imperatriz Leopoldina era de origem alemã e Tereza Cristina, de origem italiana (STECA; FLORES, 2002, p. 29).

<sup>15</sup> Conflito armado entre população cabocla e poderes estadual e federal ocorrido de 1912 a 1916 (SILVA, 1995).

Por que Morretes? A explicação lógica é que a cidade é cercada por altos morros que circundam a beira-mar paranaense. É um vale rodeado de colinas, mas Morretes, quando deixou de ser Vila para ser elevada à categoria de cidade, pela lei nº. 188 de 24 de maio de 1869 recebeu o nome de Nhundiaquara, nome do rio que corta a cidade de Morretes. No entanto, a 7 de abril de 1870, a cidade voltou a ser chamada de Morretes pela lei nº. 277.

Segundo a historiadora morretense Stella Maris Cavagnolli (1995), nos primórdios, Morretes abrigava de seis a oito mil índios Carijó<sup>16</sup> em todo o seu município. A tribo encontrava montes de cascas de ostras no rio Sambaqui-Guaçu que ficou conhecido como Rio Sagrado, sede da referida nação indígena. Nesse local encontravam peixes, crustáceos e outros frutos daquele rio; alimentavam-se, secavam ali mesmo o que não seria consumido e levavam a farta provisão para outras aldeias.

Os primeiros forasteiros teriam vindo de Cananeia pela costa de Ararapira e Superagui que entrava pela barra da baía de Paranaguá por volta de 1560.

As famílias eram formadas pela mistura de forasteiros e indígenas que tiveram como base econômica a cata de ouro de lavagem e plantações de arroz, mandioca, feijão, milho e banana, além da pesca abundante. Assim, o surgimento de Morretes está ligado à existência de Paranaguá.

Em 1733 efetivou-se a fundação de Morretes com trezentas braças de terras. A primeira sesmaria<sup>17</sup> foi doada a Manoel Dias Velho, em 1665, no rio Cubatão, atual Nhundiaquara. Vagarosamente, o Porto de Cima, distrito daquela área, tornou-se povoado. Os mineradores que ali chegavam contribuíram, também, para o desbravamento de Antonina, pois as lendas em torno dos mitos de muito ouro na cidade contribuíram para o início de sua história na época.

Com o ciclo do ouro, aventureiros de várias localidades, sequiosos do metal que abundava na região, desbravaram o local antes que a notícia da descoberta do ouro corresse nas terras entre o Pico Paraná e a baía de Antonina, que era, então, chamada de Guarapirocabá. Numeroso grupo de escravos iniciou o trabalho de mineração e, desta forma, o povoado foi se desenvolvendo. Em 1797, Guarapirocabá, então freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa, possuía 2.300 habitantes, entre os quais agricultores, mineradores e, também, bandidos (PARANÁ, 2010). O período mais significativo para o estabelecimento de famílias em toda essa região foi o século XVIII.

---

<sup>16</sup> Ramo da família Tupi-Guarani (CAVAGNOLLI, 1995, p. 18).

<sup>17</sup> Lote de terra inculco ou abandonado que o rei de Portugal concedia àqueles que se dispusessem a cultivá-lo (VIEIRA DOS SANTOS, 1850, p. 70).

Na obra “Morretes, 260 anos de memória”, da Prefeitura Municipal de Morretes (MORRETES, 1993, p. 6-7), consta que, em 1829, uma comissão especial da Câmara de Vereadores de Curitiba, em resposta à Freguesia de Morretes e Antonina, sugeriu um código para punir a produção fraudulenta da erva-mate paranaense. A erva concorria com a paraguaia e a exportação da boa congonha brasileira garantia prosperidade a toda a região.

A primeira casa em Morretes foi construída por João de Almeida<sup>18</sup> onde, atualmente, se encontra a igreja matriz de Nossa Senhora do Porto de Morretes. Ali, anos depois, foi fundada a primeira igreja<sup>19</sup>, a Igreja de Nossa Senhora do Porto dos Três Morretes, sendo a cidade chamada originalmente de Menino Deus dos Três Morretes, hoje Morretes. João de Almeida era também rendeiro do porto do Cubatão dos três Morretes e possuía canoas no local que tinham capacidade para transportar cargas e passageiros de Paranaguá a Curitiba (CAVAGNOLLI, 1995, p. 25).

**Figura 4** – Primeira Igreja de Morretes (restaurada).



**Fonte:** Acervo iconográfico da pesquisadora

Na história de Morretes, o rio Nhundiaquara, nome imposto pelo governo provincial em 1869, foi, durante muito tempo o único caminho fluvial. Outro potamônimo, *nhundi*= peixe, *quara*= buraco na língua tupi, foi a primeira via a ligar planalto e litoral. Rio bastante aurífero contribuiu para a divulgação da localidade. Suas grandes enchentes, porém,

<sup>18</sup> Antonio Vieira dos Santos homenageou João de Almeida em seus versos: “João de Almeida com sua família veio a este sólo entre os anos de 1725 e 1730. João de Almeida Chéffe da família, fes sua casa no Alto da igreja e próximo a ponte do Ribeirão outra morada chamada vulgarmente a casa da farinha na qual tinha róta e prênsa de a confecionar, e num pequeno engênho de môer canna” (MORRETES, 2011).

<sup>19</sup> À época da colonização de Morretes, a vida girava em torno de costumes religiosos. A igreja era, assim, o centro histórico-cultural da comunidade (MORRETES, 2011).

inundavam todo o município como as de 1795, 1846, 1873, 1882, 1884, 1888 que subiam até 25 palmos, e, mais recentemente, uma devastadora em março de 1963, seguida por outra em 1969 (CAVAGNOLLI, 1995, p. 45). Nessas ocasiões, os moradores abrigavam-se no morro da igreja Matriz.

Quanto às enchentes em Morretes, o próprio imperador D. Pedro II assim, descreveu em seu *Diário de visita à Província do Paraná*: “Estou em casa de Joaquim de tal, genro de José Miró. [...] A casa acha-se na margem do Nhundiaquara, que até Barreiros só é navegável por canoa. Inunda. Em 1846 Miró foi obrigado a refugiar-se na Igreja” (MORRETES, 1993, p. 15).

Em tais catástrofes, grandes quantidades de documentos foram levadas pela água, perdidas para sempre. A razão é que os prédios como cartórios, tabelionatos, secretarias que os abrigavam haviam sido erigidos abaixo do nível do rio.

**Figura 5** - Rio Nhundiaquara.



**Fonte:** Acervo iconográfico da pesquisadora

A estrada da Graciosa<sup>20</sup> teve sua construção em duas etapas, a da Serra do Mar entre 1646 e 1653 e, posteriormente até o Atuba, entre 1848 e 1870. O caminho, aberto pelos indígenas que o utilizavam para pescar, nadar, viver na área, até o momento de subirem a

---

<sup>20</sup> Prefeitura Municipal de Morretes, Morretes (PR) História. Disponível em: <[http://www.morretes\(pr\).br](http://www.morretes(pr).br)>. Acesso em: 10 jan.2011.

serra para a cata do pinhão, foi usado durante 200 anos antes da construção da estrada, não apenas por índios, mas por jesuítas e outros colonizadores. Ao lado da estrada, encontra-se o rio Mãe Catira. O início das obras deu-se no governo do primeiro presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos. Daí surgiu, também, o caminho para o primeiro planalto, o do Itupava, rio de saltos e de pedras (CAVAGNOLLI, 1995, p. 47).

**Figura 6** - Serra da Graciosa.



**Fonte:** Norbi (2005).

Com o pedágio nas estradas desde 1722, seus cobradores enriquecidos já haviam se estabelecido em Porto de Cima, distrito de Morretes, para também beneficiarem a erva-mate vinda de outros locais. A força hidráulica regional auxiliou o desenvolvimento dos engenhos de tal erva. Morretes, que havia sido promovida a freguesia em 1812, por invocação de Nossa Senhora do Porto dos Três Morretes, não obteve grandes mudanças além da lavoura. Com o passar do tempo, entretanto, o sucesso da atividade ervateira chegou aos anos 1800 com engenhos pertencentes aos líderes políticos do estado em toda a área. Francisco José Pereira da Silva, José Antonio dos Santos, Fernando José da Siqueira, Joaquim José Batista, Joaquim Ribeiro de Macedo, José da Cunha Viana, Agostinho Ermelindo de Leão<sup>21</sup>, Francisco José Pereira da Silva, José Ribeiro de Macedo, Manoel Francisco Correia Júnior, Manoel Ribeiro de Macedo Júnior, Bento Ribeiro Guimarães foram homens da indústria do mate. Alguns deles subscreveram manuscritos analisados neste trabalho, como os de número 6,15, 20, 21, 28, 29, 30, pelo coronel Antonio Ribeiro de Macedo e o de número 47, por Manoel Salustiano Gonçalves Marques.

---

<sup>21</sup> Fundador da empresa Mate-Leão do Paraná atualmente situado em Rebouças, Curitiba.

O auge do comércio em Morretes deu-se em 1832 quando o Brasil participou de conflitos no Uruguai, antiga Província Cisplatina, que acarretaria no cerco Montevideu<sup>22</sup>. D. João VI enviou tropas para o combate. Pela extrema falta de alimentos em Montevideu, os responsáveis pelo iniciante exército faziam as compras em Morretes e os encaminhavam via Porto de Paranaguá. Era em Morretes que as transações comerciais da época eram feitas, o que contribuiu para que o município se tornasse um pólo comercial.

A boa situação de Morretes permaneceu somente até a conclusão da ferrovia Paranaguá-Morretes-Curitiba, quando a estrada de ferro levou para a capital a indústria do beneficiamento do mate e com ela foram os investimentos e as famílias. Os grandes engenhos e as grandes mansões foram transformados em taperas, quase todos ainda com o mobiliário original. A vida esmoreceu em Morretes.

O *Almanach Paranaense* de 1899 (MORRETES, 1993, p. 7) trouxe uma publicação assinada pelo poeta, jornalista, professor e inspetor de ensino, José Gonçalves de Moraes, acerca da Vila de Morretes em 1853, ano da emancipação da Província:

Compreende a vila 9 quarteirões. O primeiro chamado Da vila, com 48 fogos<sup>23</sup>, o segundo também chamado Da vila com 94 fogos, o terceiro denominado Ponte Alta, com 20 fogos, o quarto chamado Porto de Cima com 229 fogos, o quinto chamado Maromby com 68 fogos, o sexto do Rio do Pinto com 89 fogos, o sétimo do Rio Sagrado, com 71 fogos, o oitavo do Barreiro, contendo 38 fogos e o nono do Rio Pequeno com 36 fogos. Nestes 738 fogos desses nove quarteirões, existem 9709 indivíduos, dos quais são homens 4856 e 4853 mulheres. Não passaram de 21 anos de idade 1.965, de 40 anos 1.233 e sobem desta idade 501. São solteiros 3.001, casados 484 e viúvos 224. São brancos 1.563, mulatos e pardos 1.233 e pretos 942. Tem 755 escravos [...] a Vila de Morretes dá 7 eleitores para o colégio de Paranaguá e o seu júri se compõe ordinariamente de 76 jurados.

Ainda o mesmo *Almanach* (MORRETES, 1993, p. 8) traz um registro feito por Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês, que, em 1820, havia escrito acerca de Morretes: “Parei no arraial<sup>24</sup> de Morretes, situado em aprazível local, à beira do Rio Cubatão. [...] Morretes era primitivamente um vilarejo subordinado ao distrito da pequena cidade de Antonina”.

Em 1875, Porto de Cima, distrito de Morretes, abrigava um clube lítero-musical cuja biblioteca contava com 1.400 volumes e leitores assíduos. Esse centro possuía

---

<sup>22</sup> Nos primeiros dias de fevereiro, Montevideu é cercada por terra e mar pelas tropas militares brasileiras (BITTENCOURT, 2010).

<sup>23</sup> Residências de famílias; lares, casas que possuíam chaminés por onde saía fumaça, portanto havia fogo. Uma casa abandonada não era um fogo (FERREIRA, 2002, p. 920).

<sup>24</sup> Aldeola, lugarejo (HOUAISS, 2004, p. 194).

um “Livro de Ouro” para assinaturas de visitantes ilustres e generosos como, por exemplo, o imperador D. Pedro II em sua passagem pelos distritos e por Morretes (CAVAGNOLLI, 1995, p. 62).

A cultura, neste lugar, era vivificada pelos habitantes que possuíam alguma formação artística e por aqueles que a apreciavam. Infelizmente, no *corpus* que escolhi para base de meu trabalho, poucas mulheres subscreveram manuscritos, nenhuma reconhecida como artista. A maioria dos documentos foi produzida por homens, vários ligados às Letras, às Artes e à Política do Estado do Paraná do século XIX. Como todos os manuscritos são relativos à educação do município, percebi que daqueles escritos recheados de vocabulário intelectualizado, eu poderia extrair mais.

Além de meu objetivo principal, que era a pesquisa linguística, vi a possibilidade de apresentar as pessoas que trabalharam na área da educação do município e de seus distritos e influenciaram a vida cultural da época.

São renomados e considerados “orgulho” do município os expoentes na Literatura, na Pintura e na Escultura nascidos em Morretes, aliás, alcunhada por seus habitantes, de “verdadeiro berço de artistas”. Optei por utilizar as obras originalmente morretenses para falar de seus representantes: *Morretes, um passado sem ruínas* de Cavagnolli, (1995, p. 119-133) e *Morretes, 260 anos de História* da Prefeitura Municipal de Morretes (1993, p. 27-40). Por serem vários, citei somente os artistas que produziram manuscritos e, ao final da lista, aqueles representantes da cultura morreteana em outras áreas além das artes literárias:

- **José Gonçalves de Moraes:** Nascido em 1849, era membro da academia paranaense de Letras, deputado estadual provincial por duas legislaturas, poeta, professor, inspetor de ensino e crítico.
- **Comendador José Ribeiro de Macedo:** Nascido a 15 de agosto de 1840, foi deputado provincial, vice-presidente da Província do Paraná, abolicionista e cronista atuante.
- **Rocha Pombo:** Nascido em 1857 no subúrbio do Anhaia, teve uma infância tranquila e aos 18 anos assumiu a regência de uma classe do ensino primário em Morretes. Fez o curso de Letras e também se dedicou ao jornalismo. Em 1879, fundou o jornal *O Povo* com o qual fazia propaganda republicana. Na cidade de Castro, lança o jornal *Ecos dos Campos*. Implantou um colégio para ensinar a geração de seu tempo.

Devido a dificuldades, transferiu-se para Ponta Grossa onde escreve e publica ensaios literários e novelas. Ingressa na política e é eleito deputado pelo Partido Liberal em 1886. Em 1897 vai para o Rio de Janeiro, onde exerce a profissão de jornalista, historiador e professor. Escreve a História das Américas e com o prêmio recebido publica a obra que lhe deu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, *A História do Brasil*, em 10 volumes. Escreveu, também, um dicionário de sinônimos. Foi o fundador da Academia Paranaense de Letras com a poltrona no. 1, cujo patrono é Antonio Vieira dos Santos. Lançou a pedra fundamental da Universidade Federal do Paraná em Curitiba.

Embora não tenham subscrito nenhum documento do *corpus* desta tese, são, também, reconhecidos como ilustres artistas morreteanos as seguintes personalidades: João Turin, José Gelbcke, Lange de Morretes e Silveira Neto dentre outros.

### 2.3 UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO NO PARANÁ

Conforme Balhana *et al* (1987, p. 67-68), aos jesuítas caberia toda a educação sistemática no Paraná com a construção do Colégio de Paranaguá. A câmara da vila insiste na criação de um colégio e de residência para os jesuítas. Prometem dinheiro, escravos e terras para agricultura. Tudo em troca de aulas e de latinidade sob os dogmas católicos.

Muitas foram as dificuldades para o início da construção do Colégio Jesuíta. O ouvidor Rafael Pires Pardiniho<sup>25</sup> sustou as obras do edifício por considerar ilegítimas as doações feitas até então. Porém, a comunidade insiste na necessidade do colégio dos padres para a administração de sacramentos e para a instrução dos moradores na doutrina cristã. Em 1738, por ordem de Manuel Caetano Lopes de Lavre<sup>26</sup>, os padres têm licença para fundar o colégio.

---

<sup>25</sup> Nasceu em Portugal em 1680. Foi juiz de fora e juiz do crime. Em 1717 foi nomeado ouvidor geral da capitania de São Paulo. Em 1719 procedeu às correições das Villas do Sul, entre elas, Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá e de Nossa Senhora da Luz de Curitiba. Deixou determinações acerca da concessão de terras, construção de casas e abertura de caminhos, bem como ordens para plantações, criação de gado, comércio e subsídios a serem cobrados. Ordenou sobre os inventários e testamentos, órfãos e regras do bem-viver, do culto divino e os religiosos. Faleceu em Lisboa em 1761 como conselheiro de Sua Majestade (PARANÁ, 1991, 336).

<sup>26</sup> Padre e cavaleiro da Ordem de Cristo, alcaide-mor da Casa de Aveiro em Portugal, homem de influência política (MINAS GERAIS, 2011).

O padre Antonio da Cruz, responsável pela ordem jesuítica, conseguiu o material de construção e mão de obra para o serviço. A data canônica de sua fundação é 10 de dezembro de 1752 com inauguração em 1755. O trabalho dos padres durou pouco, pois em 1759 a ordem foi banida do Brasil. Nascia, aí, a imposição de unidade linguística. A língua geral falada no território estava proibida. Os jesuítas foram deportados ou presos e seus bens sequestrados. Com a expulsão dos religiosos por ordem do Marquês de Pombal, as fazendas e outras terras que lhes pertenciam foram leiloadas. O colégio não passou de uma construção inacabada, abandonada que, mais tarde, tornou-se depósito de trens militares. Assim, para a formação histórico-cultural da comunidade paranaense, a obra educacional dos jesuítas em Paranaguá não obteve tempo de fazer qualquer diferença no *status quo*.

Enquanto isso, Portugal já havia fundado vários colégios em diversas cidades desde 1508 para que se criassem e vitalizassem os programas escolares, especialmente o ensino de latim (VERDELHO, 1995, p. 56).

No Paraná de 1759 a população ocupava menos da metade do território da, então, província do Paraná. Iniciada no litoral, esta seguiu para o primeiro planalto, depois para os campos gerais e formou o chamado “Paraná tradicional”. Assim como nas demais províncias do país, havia um discurso constante, que também se tornaria tradicional para a necessidade de instruir a população, isto é, educar todo cidadão brasileiro, todo cidadão paranaense.

A instituição escolar, responsável pela instrução chamada pública, (com mais características estatais, pois não servia a todos os públicos), inicialmente conferida pela administração da colônia, para “civilizar” o povo, evolui para a conquista da instrução pelo povo. Escolaridade significava aprender a ler, escrever, dominar as operações aritméticas e ter noções das ciências sociais, ou seja, estabelecer condições para erigir uma sociedade digna o suficiente para conferir, ao gosto da Corte, coerência e coesão sociais, e, finalmente, promover o nivelamento moral dos brasileiros.

Segundo Oliveira:

Os discursos que enalteciam as benesses da modernidade, discursos caros aos oitocentos no Brasil, aquele processo baseou-se largamente na apologia da ciência, do progresso, da racionalidade e da civilização, pois tinha a finalidade de produzir e sedimentar uma instituição capaz de levar a cabo o projeto de consolidação de uma nova ordem baseada na afirmação do estado nacional, compósito difuso de diferentes processos como a industrialização, a redefinição das relações políticas internacionais, o acirramento da luta de classes e o florescimento de novas formas de comportamento individual e de grupo impulsionadas pela urbanização, todas as marcas distintivas da modernidade ocidental. Este largo e complexo processo demandava amplos

esforços no sentido da tentativa de inscrever cada país no "concerto das nações" (OLIVEIRA, 2001, p. 3).

A instrução era oferecida à população operária, trabalhadora, não para a elite, que recebia a instrução, principalmente a elementar, em suas próprias casas por professores subvencionados por suas famílias abastadas, isto é, estes tinham o que se chamava “escola doméstica”. Haveria a criação da escola graduada que, de acordo com Oliveira (2001, p. 4), seria concebida e implementada no âmbito de uma preocupação societária cada vez mais aguda com o processo de formação de massas.

Foi reconhecidamente um processo multifatorial de transformação, tanto no que se referia aos métodos de ensino, à organização das matérias, à conformação e distribuição do espaço e do tempo escolares (aí incluídos o mobiliário, os espaços de aprendizagem e de recreação, as brincadeiras do recreio e os tempos de intervalo, etc.). Tal transformação também fazia referências à formação de agentes especializados, isto é, de professores, à expansão dos serviços de inspeção das escolas, à criação de todo o universo escolar. Muitas foram as dimensões sobre as quais se mobilizaram esforços e investimentos no sentido de reformar de cima a baixo o processo de escolarização.

No segundo quartel do século XIX, predominavam as atividades agrárias e comerciais no Paraná. A liderança sócio-política daquele momento era composta pelos donos de terras que desejavam apropriar-se do comportamento europeu e necessitava, portanto, adotar critérios diferenciados na esfera sócio-político-cultural da província. O império precisava arregimentar, principalmente, aqueles que eram livres, que não se submetiam tais como: os marginalizados, os ladrões, os fugitivos, todos aqueles que não aceitavam o nivelamento por meio do trabalho. Fazia-se necessária uma instrução rígida e disciplinadora para esses que ameaçavam a Corte de perder o controle da situação.

Exigia-se que houvesse uma nova postura em relação às atividades econômicas que as províncias mantinham. Na província que viria a ser paranaense, surgia uma nova classe que representaria a nova ordem. Estes seriam os membros da igreja católica (aí se entende o porquê de os inspetores das escolas serem membros das paróquias católicas), os militares, os intelectuais e o funcionalismo público que se responsabilizariam pelo projeto de organização da nova província, uma vez que a nação se dizia “independente” desde 1822.

A instrução foi, assim, um bom alvo de atuação cultural para ditar os avanços políticos que o novo modelo exigia. O império e sua base precisavam ter o apoio de todos os partícipes que constituíam a sociedade, inclusive os trabalhadores. Desta forma, a instrução

pública vigente seria “democratizada” e haveria acesso de toda a população à escola. Pode-se notar, no entanto, que não houve acesso à instrução efetiva. Wachowicz (1981, p. 16) relata que, sob o discurso da democracia, jazia o ideário: “é necessário manter as escolas abertas, como uma bandeira liberal, então elas devem ser esvaziadas do saber”. Tal postura, fatalmente, levou a escolaridade ao fracasso na época e que se arrastaria até à atualidade.

A instrução deveria ser civilizatória, disciplinadora, ética, moralista, enfim, educadora como queria o Estado da época. Era a oportunidade que todos teriam de “melhorar na vida, subir” por meio de esforço próprio oferecido pela escolarização.

Em 1853, o Paraná deixou de pertencer à comarca de São Paulo para ser província independente. A 14 de setembro de 1854 é instaurada a obrigatoriedade da frequência nas escolas que cobravam multas de pais pobres cujos filhos tivessem 30 faltas. As multas variavam entre 10 a 50 mil réis para os tutores que tivessem em seu poder crianças em idade e circunstância de aprender.

O Presidente da Província em 1878, Joaquim Bento de Oliveira Júnior, reclama que o quadro de frequência de alunos é terrível, pois havia 3.062 matriculados e apenas 1.886 deles participavam das aulas com certa regularidade. Insistiam, assim, na obrigatoriedade do ensino para que a geração de despesas por parte da Província fosse justificada.

A obrigatoriedade de frequência dizia respeito aos meninos, uma vez que as meninas não deveriam circular pelas ruas. A obrigatoriedade para elas só ocorreu em 1882.

Os motivos para as faltas ou evasão absoluta da escola eram:

- i) muitas léguas de distância da habitação até a casa escolar;
- ii) falta de vestuário adequado;
- iii) carência de material para os estudos;
- iv) trabalho infantil;
- v) as várias doenças infantis ou epidemias;
- vi) alimentação parca e inadequada;
- vii) estradas perigosas em vários sentidos.

De acordo com Veiga (2008; 2009) era muito grave, também, o relacionamento pessoal com os professores despreparados como:

- i) a dificuldade do aluno em aprender e apreender o saber elementar (VEIGA, 2008, p. 513);
- ii) os diversos castigos, como o uso e abuso da palmatória (VEIGA, 2008, p. 513);

iii) embriaguês dos professores, como por exemplo, o caso de um professor suspenso pelo inspetor, pois “este se embriaga constantemente e maltrata moralmente os alunos” (VEIGA, 2009, p. 80);

iv) abuso sexual: um inspetor de ensino abre processo disciplinar contra o determinado professor que “tinha por hábito acariciar as pernas dos meninos oferecendo-lhes dinheiro” (VEIGA, 2009, p. 80), dentre outros absurdos.

A conduta tutelar do Estado não foi compreendida pelo povo que ainda não via os benefícios da proclamada civilização. Para Veiga (2008, p. 503), “no século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura”. Essa população só reivindicava a educação quando notava expressividade na vida social dos que possuíam escolaridade e, também, pelo novo acesso a melhores empregos.

Em Morretes, no Paraná, por volta de 1850, o senhor Noel Gillet e sua esposa mantinham um colégio particular em que ministravam aulas de Francês, Português, Aritmética, Geografia, História e outras disciplinas. O casal ensinava a prática da moral, do bem e da virtude, o que, segundo acreditavam, formavam o caráter de seus alunos. Houve outros colégios e escolas particulares em que os alunos morretenses e os de Porto de Cima receberam sólida instrução e educação. Em 1851, foram abertas duas classes para aulas particulares em Morretes que visava ao ensino das primeiras letras. Uma pertencia a Francisco Rodrigues Bacelar com 20 alunos e outra a Felipe José da Silva com mais de 40 alunos. No mesmo ano, o professor Francisco da Silva Neves abriu a primeira escola pública exclusivamente para meninos. Até esta data o magistério em Morretes era exercido somente por homens (CAVAGNOLLI, 1995, p. 151-152).

A densidade demográfica era pequena em toda a província do Paraná. A população livre era de 52.069 e a população escrava de 10.189. Conforme Wachovicz (1981, p. 30), a população escrava, por lei, era proibida de frequentar as escolas; o que não queria dizer que era vetada a frequência de negros. A sinonímia entre escravos e negros (e, por muitos, marginalidade) levou a vários enganos na historiografia da escolarização. No século XIX, a pesquisa de Veiga (2008, p. 502) mostra que “houve significativo aumento da população negra livre e a diminuição da população escrava”. Há, inclusive, historiadores que incorrem no erro de associar negros, crioulos e pardos a escravos.

Ainda, segundo Veiga (2008, p. 503), no século XVIII foram encontrados registros de escravos que praticavam a escrita e a leitura, não na escola que não os aceitava,

mas em casas de seus senhores. A autora relata que Luiz Carlos Villalta em seus estudos de 1999, Eduardo França Paiva, em 2003 e Christianni Cardoso Moraes, em 2007, encontraram mapas de frequência de alunos escravos em aulas particulares, como a de um professor que tinha como aluno um menino de 5 anos chamado Victor Máximo e que era escravo de Manoel Murta. Encontrou, também, o registro de Antonio Manuel da Guerra, de 7 anos, escravo de Manoel Guerra.

De acordo com Freyre (2004, p. 536), antropólogo e sociólogo, parece usar um tom preconceituoso ao registrar que “muita cria e mulatinho, filho ilegítimo do senhor, aprendeu a ler e a escrever mais depressa que os meninos brancos, distanciando-se deles e habilitando-se aos estudos superiores”. Diversas pesquisas da historiografia da educação confirmam a presença de alunos negros, mestiços e pobres na escola em várias províncias do país, inclusive na do Paraná. Veiga (2009, p. 80), relata a tensão que tais alunos sofriam, como no caso de uma professora que discriminava os alunos que “não vestem pele branca” e, também, não escondia os desprezo “que experimenta em tratar com meninos de cor e cabelo ruim”.

Os dados acima provam que, mesmo escravos, não ficaram totalmente limitados ao reduto da escravatura, ainda que, legalmente, a palavra “escravo” retire todos os direitos de humanidade do ser ao qual é aplicado (COHEN, 1980, p. 210). É nesta época que os jornais brasileiros, criam o termo: “páginas *negras* da história” que depois seria aplicado em outras situações de conotação inferiorizante.

Outro relato de Veiga (2008, p. 509) demonstra que os estudos de Horácio Gutiérrez revelam outro dado importantíssimo: a questão de ter havido escravos brancos no Paraná, embora esta tenha sido uma prática restrita. Além, é claro, da escravidão de índios.

Uma questão a ser refletida é a da escravidão de africanos e de seus descendentes ter durado mais que a de outras etnias. Isto talvez se deva à ideia arraigada no imaginário do Brasil de a *raça* negra ser inferior às demais. A propósito, Moysés (1995, p. 54) afirma que, nos séculos XVIII e XIX, a ideologia era a de que os negros possuíam somente a forma física dos brancos, mas intelectualmente eram inferiores. A autora conta que William Henry Lang<sup>27</sup>, em 1774, escreveu: “entre todas as espécies de seres humanos descobertos até agora, parecem ser os negros os mais incapazes, visto a inferioridade natural do seu espírito para pensar e agir como homens”. Pela ótica eurocêntrica dos viajantes ingleses, a causa de

---

<sup>27</sup> Paleobotânico inglês.

toda corrupção no Brasil foram os escravos, principalmente as escravas, as negras, as mucamas!

Veiga (2008) afirma entender a obrigatoriedade escolar para a população livre, independentemente de serem brancos, amarelos ou negros, pois o propósito era o de educar, civilizar os desvalidos de variadas etnias pela instrução. A descrição de Freyre (2004, p. 501) corrobora o dito de Veiga:

Foi uma heterogênea população infantil a que se reuniu nos colégios dos padres, nos séculos XVI e XVII: filhos de caboclos arrancados aos pais; filhos de normandos encontrados nos matos; filhos de portugueses; mamelucos; meninos órfãos vindos de Lisboa. Meninos louros, sardentos, pardos, morenos, cor de canela. Só negros e moleques<sup>28</sup> retintos.

Na província do Paraná, a estimativa da população em idade escolar era calculada sobre a população livre, não necessariamente branca. Utilizavam-se as comparações dos dados estatísticos da população em 1854 segundo as faixas etárias. A idade para matricular alunos era entre 6 e 14 anos. Nesta época as escolas registraram 5.376 meninos e 4.709 meninas. Porém, o total de alunos efetivos nas escolas de primeiras letras (ensino fundamental) no Paraná era de 664 meninos e 258 meninas. Havia, ainda, 60 alunos em escolas particulares, o que representa, em termos de porcentagem, 12,3% da população masculina e 5,4% da população feminina em idade escolar.

Neste momento sócio-histórico, a instrução pública era precária. As ordens vinham dos líderes políticos que se isolavam no litoral e não tinham noção do que realmente acontecia com a política pública de escolarização. As demais regiões do Brasil como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, que faziam do Paraná apenas terra de passagem, prejudicavam a urbanização e, logicamente, o desenvolvimento escolar que acabava esquecido. Segundo o governo, a precariedade da instrução era atribuída à:

- i) falta de pessoal habilitado para o ensino;
- ii) diminuta população em um vasto território;
- iii) falta de material que deveria ser fornecido pelos pais ou pelas escolas;
- iv) postura da população em não considerar importantes a cultura e o desenvolvimento intelectual.

---

<sup>28</sup> Do quimbundo: muleke, menino descendente de africanos que ajudava nas tarefas domésticas das casas-grandes.

Segundo o Decreto-Lei 981 de 8 de novembro de 1890 (BRASIL, 1890), a escola primária que constasse de três cursos teria uma estrutura curricular com as disciplinas de Leitura e Escrita; Língua Portuguesa; Cálculo; Aritmética; Sistema Métrico e Geometria; Geografia e História do Brasil; Ciências Naturais; Moral e Cívica; Música; Exercícios Militares; Trabalhos Manuais para os meninos e Trabalhos de Agulha para as meninas; Agronomia (ver anexo, p. 138).

Wachovicz (1981) relata que em 1854 não havia ensino secundário na Província do Paraná, pois o liceu da capital que havia sido fundado em 1846 estava fechado por falta de alunos. A cadeira de Geografia nunca teve professores, a de Geometria foi preenchida, mas ninguém pleiteava as aulas. As cadeiras de Filosofia Racional e Moral tiveram somente 2 alunos e as de Latim e Francês não duraram, pois o pagamento do professor era tão vergonhoso que ele não exerceu a função.

Em Paranaguá, os alunos do liceu deveriam contribuir com a quantia de 20 mil reis para auxiliar na manutenção do estabelecimento, mas os alunos carentes poderiam apresentar atestados de pobreza e ficar isentos de pagamento. Em 1858 havia 3 escolas secundárias em toda a província do Paraná. A intenção em manter essas instituições era a de preparar alunos para os cursos superiores.

Em 1869 propõe-se a criação de colégios particulares no Paraná. O primeiro colégio particular do Brasil havia sido criado em Caraça, Minas Gerais que, aliás, inspirou a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Este foi o primeiro Colégio público do Brasil oficializado, por Decreto Imperial, em 20 de dezembro de 1837, cujo batismo se deu em homenagem ao pequeno Imperador. No colégio particular da província paranaense, o professor de “Língua Nacional” deveria ser brasileiro ou português e o de Religião deveria ser católico. Os líderes da desorganizada instrução, também, discutem a criação de um colégio para meninas.

Os obstáculos para as mulheres sempre foram maiores do que para os homens em toda as províncias do país. Os documentos do colégio *Recolhimento de Nossa Senhora da Glória* de Olinda no Pernambuco, por exemplo, mostram que a instituição só recebia educandas pobres no caso de haver “rendas bastantes”, além de elas:

- i) serem filhas de pais brancos, e havidas de legítimo matrimônio;
- ii) terem sete anos de idade, e não padecerem enfermidade grave, ou mal contagioso;
- iii) pertencerem ao mesmo bispado, órfãs ao menos de pais, e verdadeiramente pobres (SILVA, 1977, p. 150).

Tais exigências, com exceção do terceiro item, também eram feitas às meninas cujos pais ou responsáveis poderiam pagar pela educação delas. Negras e filhas ilegítimas sofriam preconceito maior, isto é, não podiam ingressar nas escolas particulares.

Em 1873, o governo imperial cria uma “aula noturna” em Curitiba e outra em Paranaguá e, em 1876, a Província une os cursos secundário e profissional. Desta forma, os alunos que pudessem ingressar nos cursos superiores poderiam fazê-lo, e aqueles que necessitassem entrar no mercado de trabalho estariam preparados para tal. Em julho de 1876 foi inaugurada a escola Normal do Paraná que funcionava em Curitiba.

Em 1882, ocorreu no Império uma reforma política que exigia a assinatura do eleitor no momento do voto. Essa decisão impactou o discurso das autoridades acerca da importância da instrução pública. Nesse tempo, dos 150 mil habitantes de toda a província do Paraná, pelo menos, 120 mil eram analfabetos. É possível, portanto, inferir que a maioria branca, incluindo aí os socialmente privilegiados, não sabia ler ou escrever.

Surge, em 1886, a Escola de Artes e Ofícios, em Curitiba, no período noturno para atender à classe operária. Em pouco tempo esta instituição é acusada de ser “misturada” e de não fazer distinção de cor nem de categoria. Enquanto isso, na Escola Normal ocorre o aumento de alunas, moças provindas das famílias mais abastadas da capital.

Nos anos finais do século XIX, o Brasil recebe um grande número de imigrantes europeus que reconhece a importância da educação e mantém suas escolas para cultivarem a cultura de origem nas novas gerações. O governo do Paraná subvencionava o professor desde que ele lecionasse em língua portuguesa, já que os estrangeiros desprezavam a língua do Brasil e insistiam em falar a língua materna.

O currículo para o ensino secundário estabelecido em 8 de novembro de 1890, cujo Decreto-Lei 981, indicado pelo Conselho Federal, previa sua aplicação na Corte e em todas as províncias do Império.

Este ensino secundário seria dividido em internato e externato, ambos seriam independentes um do outro, mas sujeitos à inspeção do conselho diretor e geral. A duração do curso seria de 7 anos com as disciplinas de Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia, Física, Química, História do Brasil, Natural e Universal, Desenho, Ginástica, Esgrima, Noções Militares e Música.

As matérias do curso integral seriam divididas em 5 cadeiras no 1º, 2º, 3º anos e 3 cadeiras no 4º, 5º, 6º, e 7º anos com revisão de uma hora por semana para cada matéria (ver anexo, p. 138).

Conforme Wachovicz (1981), os primeiros inspetores escolares trabalharam sem remuneração, uma vez que eram considerados guardiões do ensino e sua remuneração era o poder político em sua área. O primeiro inspetor geral de instrução pública foi Joaquim Ignácio Silveira da Mota nomeado em 1854. Em 1858 havia três inspetorias de distrito nas cidades de Curitiba, Castro e Paranaguá. Cabia à inspetoria de Paranaguá inspecionar as escolas de Morretes, Porto de Cima e demais do litoral. A de Curitiba inspecionava as escolas da Serra e a de Castro as escolas dos campos gerais.

O inspetor era também o vigário local e, ele mesmo, mantinha uma escola particular em que lecionava de graça. O inspetor, a quem cabia organizar a inspeção e, ainda, escolher inspetores de distrito, conselhos literários e subinspetores, nessa ordem hierárquica, conversava diretamente com o presidente da província do Paraná, portanto, ele era fundamental para o bom funcionamento da instrução.

Os inspetores locais deveriam visitar as escolas (manuscritos 38, 39, 40, 41,42) nomear comissões examinadoras (manuscritos 56, 57, 58, 75, 76), presidir os trabalhos de fim de ano, verificar o exercício de professores e abonar seus serviços, encaminhar informações, dentre outras funções, bem como participar das atividades sociais na comunidade. Com o tempo, os próprios diretores de escola passaram a inspecionar o estabelecimento, enquanto os inspetores dedicavam-se à fiscalização das escolas rurais. Com a mudança das condições, a figura do inspetor escolar passou a representar uma autoridade tutelar que produzia atritos cada vez mais ácidos com os demais membros da instituição escolar (manuscrito 74).

Os inspetores diziam colaborar para a instrução pública quando vigiavam: (i) se uma cadeira de primeiras letras comportava, pelo menos, 20 alunos; (ii) se os documentos comprobatórios, como mapas trimestrais, eram enviados à inspetoria (manuscritos 08, 12, 13, 22, 23, 24, 31, 32, 33, 45), especialmente porque, caso não fossem enviados, os professores não recebiam seus “ordenados”. Também elaboravam (iii) as constrangedoras listas de “pais omissos” que não mandavam seus filhos à escola e (iv) faziam cartazes com os nomes desses pais e colavam em lugares públicos (VEIGA, 2008, p. 507).

A situação lamentável em que as escolas se encontravam mostrava aos inspetores, em suas visitas, crianças maltrapilhas e sem livros, alguns lendo nos livros dos colegas e outras escrevendo em papel sebento. Para arrecadar recursos financeiros, os professores organizavam quermesses e leilões.

No âmbito político da escola, havia a troca de favores e o tráfico de influências. Muitos professores não exerciam seu trabalho com competência técnica em sala de aula, nem cumpriam as exigências formais, como preenchimento de relatórios, pautas de presença, entre

outras. Quando a inspeção escolar cobrava do professor maior índice de frequência dos alunos e arrecadação da multa dos ditos pais omissos, os professores alegavam não ter bancos suficientes para todos os alunos, caso viessem.

Tão abandonada estava a educação que, em Morretes, o prefeito pediu à população que mandasse cair suas casas para melhorar o aspecto da cidade. A maioria atendeu ao pedido, mas a escola “restou como estava, como um prédio sem dono” (WACHOVICZ, 1981, p. 100), o que revela o descaso do próprio prefeito, a quem competia zelar pelo prédio escolar.

De 1889 a 1894, com a instabilidade política, como a revolução federalista de 1894, o Paraná, que havia tido quinze governadores, desorganizou-se quase que completamente, assim, tudo o que rodeava inclusive o ensino, decaiu sobremaneira, e ecoava alto uma importante questão: Como civilizar uma população abandonada?

O espaço que as escolas do século XIX herdaram do século XVIII era o que se pode chamar de “escolas de improvisado”. Como relatam Faria Filho e Vidal (2000, p. 21) “essas escolas ocupavam espaços improvisados como igrejas, sacristias, dependências de Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres”. Os mencionados historiadores contam que os interessados na educação do povo, aqueles que na Europa se formaram médicos, engenheiros, arquitetos, juntamente com outros intelectuais, eram unânimes em criticar o estado de precariedade dos espaços escolares, sobretudo os públicos.

Em 1870, circulava nos jornais do Império matérias que apontavam as condições precárias das escolas como publicado no editorial de *A provincia de São Paulo*, de 13/01/1876:

Como o professor é pobre e escasso o ordenado, instala a escola numa saleta qualquer, contanto que seja barata e lhe não absorva o ordenado. A título de mobília procura dois ou tres bancos de pau, uma cadeira para si, uma mesa onde ao menos possa encostar os cotovelos e tomar notas, um pote e uma caneca, e ai temos armado o alcatifado palacete da instrução. Agrupam-se ai dentro 20, 30 ou mais crianças, tendo por unico horizonte as frestas sombrias de uma rotula e durante quatro ou cinco horas martirizam os ouvidos e as cordas vocais da laringe em insolito berreiro, respirando ar viciado e poeira, arruinando a saude, cansando a inteligencia, matando a vontade de aprender, a natural curiosidade infantil e a paciencia [...] O resultado é tornar-se a criança o mau sonho das crianças (HILSDORF, 1986, p. 104).<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Mantive a ortografia original.

Wachovicz (1981, p. 93) afirma que, no Paraná, era notória a falta de local para o ensino, além da ausência do que chamavam “utensís”, isto é, os lápis, cadernos, livros, enfim, materiais para as escolas públicas em que os alunos eram muito pobres (manuscrito 71). A pesquisadora relata que a população que frequentava a escola pública deveria ser atendida pelo governo e que o regulamento de 1857 previa:

Art. 1º.- O ensino primário na província será dado em escolas públicas e particulares; as primeiras serão fundadas pelo governo, gratuitamente para todos, salvo a criação de casos de asilo, que só serão gratuitas para os indigentes, e as segundas por pessoas particulares ou associações com prévia verificação de habilitação e conduta.

Art. 31º.- Todos os móveis e utensílios das escolas serão fornecidos pelos cofres da província.

Art. 32º.- Aos meninos pobres se dará papel, penas, tinta, livros e os compêndios necessários.

O governo, entretanto, não cumpria o regulamento e cabia ao professor suprir tudo.

O regulamento de 1876 previa que as Câmaras municipais providenciassem vestuário, livros, e o mais necessário para os alunos carentes. Os órgãos competentes, no entanto, não possuíam um único edifício público escolar. O primeiro prédio destinado à escola pública foi construído em 1881, em Curitiba. O terreno havia sido doado e o construtor fez tudo gratuitamente. A necessidade da construção de um espaço adequado para a escolaridade auxiliaria na realização de sua específica função social.

Nesse tempo de tentativa de organizar a escola pública, houve um debate acerca da necessidade de adotar o “método mútuo” de ensino. Nessa nova maneira de ensinar, não mais individualmente, mas vários alunos ao mesmo tempo, na mesma sala de aula, acreditavam que o binômio ensino-aprendizagem seria mais eficiente e mais econômico. O novo método, tido como novidade por aqui, já havia sido sugerido pelo Imperador D. Pedro I em 1827, pois era assim que as escolas funcionavam na Europa (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

As questões de higiene foram decisivas para a conquista de espaços específicos para os prédios escolares. Saberes como os que os médicos traziam para o Brasil, discutidos nos meios políticos, revelavam o mal, as doenças e as dificuldades de aprendizagem que as crianças sofriam em consequência de condições lastimáveis das instalações físicas das escolas.

Freyre (2004, p. 506) declara que “com o aparecimento de maior número de colégios, um assunto que começou a preocupar os higienistas da época foi o da higiene escolar. [...] muito menino do interior morreu de febre ou de infecção nos colégios das capitais do Brasil”.

Nos anos finais do século XIX, é que foram criados os primeiros “grupos escolares” em São Paulo com a evidente intenção de construir, com o ideal da República, prédios monumentais. Silvia Wolff (1992, p. 48), em sua dissertação de Mestrado em Arquitetura, aponta que: “A arquitetura escolar pública nasceu imbuída do papel de propagar a ação de governos pela educação democrática. Como prédio público, devia divulgar a imagem de estabilidade e nobreza das administrações”. Depois de São Paulo, grupos escolares republicanos eram facilmente identificados nos demais estados do Brasil. No Paraná, tal construção foi erigida somente em 1914 (WACHOVICZ, 1981).

As escolas republicanas passaram a ser seriadas e construídas com mais de quatro salas de aula, biblioteca, gabinete do diretor, secretaria, sala de professores, pátio interno e entradas diferentes para meninos e meninas, até banheiros e zeladoria para manter os ambientes limpos. A ideia era destacar o grupo escolar na cidade para incutir nos alunos e na sociedade a importância da educação para valorizar a grandiosidade da ideologia republicana, inclusive os bons hábitos de higiene.

Além do aspecto físico, o tempo escolar também foi alterado em relação ao tempo imperial. Na República, um período escolar deveria ter 4 horas diárias, das 10 horas da manhã até às 14 horas. Os alunos tinham de 10 a 25 minutos para efetuar exercícios propostos pelo professor. Após 3 tempos de exercícios havia um intervalo de 10 minutos. Nessa pausa, os alunos deveriam marchar ou cantar dentro da sala de aula. No meio do dia, paravam por 30 minutos para o recreio em que podiam fazer *jogos cantados*, as cirandas folclóricas. As escolas contavam, ainda, com o apoio logístico de relógios, campainhas e sinetas, ferramentas essenciais na implantação dos regulamentos, dos controladores do tempo e da sociedade (manuscrito 05).

Os alunos deveriam almoçar em suas casas entre 8 e 9 horas da manhã, uma vez que a merenda escolar ainda não havia sido instituída. Os dias letivos deveriam contemplar, inclusive, dezembro e janeiro, mas a cultura das comunidades era de dedicação às festas natalinas em dezembro e dos Santos Reis, do dia primeiro até o dia seis de janeiro. Tal comportamento levava à frequência dos alunos à quase nulidade, desta forma, decidiu-se pelas férias nos mencionados meses. Também não havia, até o século XIX, 2 turnos, um de manhã e outro à tarde. Uma mudança mais racionalizada de tempo e espaços ocorreu somente

a partir do século XX (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). O horário de almoço das famílias passou a ser em torno de 11 horas ou meio-dia. Desta forma, a escola passou a dialogar com as comunidades, o que ajudou a mudar os costumes de toda a sociedade.

A preocupação com a saúde da criança em idade escolar no mundo iniciou-se na Europa a partir do século XVIII, especialmente na Inglaterra, com a promoção do desenvolvimento de serviços de saúde, por conta da taxa de mortalidade de crianças que, se vivas, poderiam colaborar com o serviço industrial.

Na França, foi instituída uma convenção em 1793 que aprovou as inspeções médicas nas escolas, mas não se tomou nenhuma atitude efetiva nesse sentido até o século XIX. Segundo Kuhlmann Jr. (2000), tal medida somente foi instalada naquele país em 1879, pois começaram as descobertas científicas no campo da microbiologia que viabilizaram a amamentação artificial. Foi o que ofereceu condições efetivas de criação das primeiras creches. A ideia chegou ao Brasil, ainda no Império, pelo jornal do médico Carlos Costa com o trabalho *A Mãe de Família* que sugeria, também, a criação da Associação Protetora da Infância Desamparada.

A Alemanha foi o segundo país a desenvolver um sistema de supervisão de saúde de escolares. Na Bélgica, isto ocorreu em 1874, e na Suécia em 1878. Nos Estados Unidos, a inspeção médica escolar começou por volta de 1870, de forma esporádica e se estabeleceu somente em 1894, devido à epidemia de difteria (MARTINS, 2003).

De acordo com Stolarski (2005), no Brasil colônia o primeiro interesse pela nutrição foi registrado quando o Império obrigou o plantio da mandioca. Os proprietários deveriam aproveitar os terrenos em que havia plantações de cana-de-açúcar, especialmente no nordeste do país. A providência era um meio de melhorar a alimentação de empregados nas colheitas, o que não quer dizer que o interesse era explícito pela área de alimentação e nutrição de estudantes, menos, ainda, do povo em geral. Todavia, a assistência alimentar nas escolas, com o formato que se tem atualmente, ocorreu somente na década de 1930 e foi idealizado voluntariamente pelas comunidades locais que adquiriam recursos da, então chamada, Caixa Escolar (órgão que recebia doações de empresas locais e de pais de alunos que podiam contribuir financeiramente), a atual Associação de Pais e Mestres. A conhecida *sopa escolar* constituiu a primeira forma de suplementação alimentar de modo regular. No início, era preparada pelas famílias e levada até as escolas, geralmente pelos pais que tinham condução.

Na época, entretanto, não havia a preocupação com o estado nutricional da criança que recebia o alimento, pois a desnutrição infanto-juvenil só foi identificada

posteriormente. A intenção era diminuir a fome das crianças mais pobres que chegavam à escola sem ter recebido, ao menos, o café da manhã.

Um dos problemas é que, até 31 de março de 1955, não ocorria em nosso país o fornecimento regular da alimentação escolar. O que houve, por iniciativa das caixas escolares, foi o fornecimento de alimentação a todos os alunos, ou àqueles mais carentes, de acordo com a disponibilidade de recursos. Havia o caráter assistencialista na situação, já que era usada a expressão *aluno da caixa escolar* (COLLARES; MOYSÉS, 1995). Os mesmos pesquisadores atestam também que, nessa mesma década, o governo redigiu um documento chamado *Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil*, em que apresentou a estrutura de um programa de alimentação escolar de abrangência nacional. O objetivo era o rendimento escolar para a promoção do índice de aprendizagem e, também, para diminuir a evasão e a repetência nas escolas.

O fim da guerra na Coréia, na década de 50, proporcionou uma supersafra que, politicamente, pertencia aos americanos. Isto promoveu um excedente agrícola em seus silos, que foi, assim, destinado ao mundialmente visado Unicef (*United Nations International Children Emergency Fund*). Desta forma, parte de tal doação foi encaminhada ao Brasil, por meio de acordos políticos a fim de atender ao programa de suplementação alimentar, principalmente a merenda escolar.

O Paraná tem adotado, desde 1997, um cardápio com refeições doces e salgadas para serem distribuídas a todas as escolas. Segundo técnicos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar, que nasceria somente em 1976), as escolhas por doces ou salgados dependem das condições sócio-econômicas dos alunos de determinada comunidade. Alunos nas escolas de periferia e no período noturno preferem a merenda salgada. Já os alunos de escolas em melhores condições financeiras preferem a merenda doce.

A presença da mulher no início da escolarização no Brasil é, praticamente, nula. Até esta época, elas foram impedidas de adquirir conhecimento formal e de praticar os direitos sócio-políticos, até então, concedidos aos homens. A educação das mulheres estava restrita a atividades que pudessem ser úteis e de valor doméstico, especialmente, porque o mercado daquele momento não carecia de sua mão de obra. Necessitava apenas de suas habilidades para os trabalhos de costura, de cozinha e, quando tinham professores de música, para tocar algum instrumento musical e entreter pretendentes ao casamento.

Freyre (2004, p. 45) afirma, em *Casa-Grande & Senzala*, que os confessionários estancaram, principalmente, nas mulheres a vontade de se revelarem aos outros. O pesquisador (FREYRE, 2004, p. 424) também relata que:

Histórias de casamento, de namoros, ou outras menos românticas, mas igualmente sedutoras, eram as mucamas que contavam às sinhazinhas nos doces vagres dos dias de calor, a menina sentada, à mourisca, na esteira de pipiri, cosendo ou fazendo rendas, ou então deitada na rede, os cabelos soltos, a negra catando-lhe piolho, dando-lhe cafuné; ou enxotando-lhe as moscas do rosto com um abano. Suprira-se assim para uma aristocracia quase analfabeta a falta de leitura.

Em países protestantes, era possível encontrar cartas, memoriais, autobiografias, romances autobiográficos, entre outras produções escritas, porque a religião protestante privilegiava o letramento para o estudo das Escrituras Sagradas (OLIVEIRA *et al*, 2009, p. 604). As avós brasileiras, tantas analfabetas, mesmo baronesas e viscondessas contavam seus segredos ao padre confessor e à mucama de estimação.

Mesmo na Europa, as dificuldades para as mulheres não foram menores do que no Brasil. Louise Garrett Anderson, em depoimento no ano de 1881 declarou:

A idéia de mulheres exercendo a medicina na Grã-Bretanha era angustiante para a rainha Vitória. Então, em 1881, o médico particular da rainha anunciou que o apoio real a um congresso internacional de medicina a ser realizado em Londres seria retirado se médicas fossem admitidas, então as mulheres foram impedidas de participar (SPARTACUS EDUCATIONAL, 2011).

Mulheres operárias da Inglaterra, como Selina Cooper, em artigo intitulado *The Lancashire Factory Girl*, no ano de 1898, registraram seus impedimentos:

Eu tenho escutado frequentemente comentários sarcásticos quanto às mulheres que trabalham em fábricas do tipo “oh, ela é apenas uma operária”; o que dá ao mundo a impressão que nós não temos o direito de sonhar com uma outra realidade a não ser a nossa. Eu lamento que ainda não estejamos atentas aos fatos e que percebamos que contribuimos muito para aumentar a riqueza da nação e, que em função disso, temos direito a respeito e não insultos. Pois em muitas casas de Lancashire há heroínas cujos nomes nunca serão conhecidos; ainda assim, é consolador saber que nós, como classe, contribuimos para o mundo (SPARTACUS EDUCATIONAL, 2011).

O depoimento de Teresa Billinton em 1884<sup>30</sup>, também da Inglaterra, corrobora o já dito sobre a condição das mulheres na sociedade da época:

---

<sup>30</sup> Tais depoimentos podem ser encontrados no site educacional Spartacus.

Nós eramos ensinadas a ser jovens senhoras católicas na mesma linha da educação dada a nossas avós. Não havia lições orais, não existiam demonstrações, análises ou resolução de problemas. Nós nos sentávamos e ficávamos silenciosas em nossas fileiras de carteiras, aprendíamos dos livros e nossas tarefas eram corrigidas por uma freira, que era a professora naquele momento, a partir das respostas na parte final de um livro similar ao nosso... Nós tínhamos longos períodos de instrução religiosa... Sexta feira a tarde era devotada exclusivamente a comportamento. “Os modos fazem uma dama”, nos era dito, não o dinheiro ou o ensino, não a beleza. Então praticávamos como abrir uma porta, entrar e sair de um cômodo; a trazer uma carta, uma mensagem, uma bandeja ou um presente; a pedir permissão às mães de nossas amigas para que elas pudessem participar de uma festa; a receber visitas na ausência de nossos pais, e assim por diante! (SPARTACUS EDUCATIONAL, 2011).

Somente o passar do tempo, isto é, as novas ideias vindas de países mais avançados foram aliados da mulher em sua condição estudantil. A modernidade mostrou que o patriarcado não conseguiria mais manter suas filhas sem educação formal, sem cultura. Para as mulheres economicamente privilegiadas, os colégios internos seriam a solução. Como eram colégios de doutrina católica, tudo ficou bem ao gosto do ideário positivista instalado no Brasil, pois o ensinamento católico exigia que as alunas fossem ordeiras, obedientes e respeitadoras da ordem constituída.

O primeiro colégio de freiras do Brasil foi o de São José de Chamberry, fundado em 1859, na cidade de São Paulo (LAGE, 2007, p. 30). Outros colégios foram criados em diversas partes do Brasil que aceitavam alunas filhas de pais ricos para serem preparadas para a grata *profissão* de esposa e mãe. Aceitavam, também, meninas órfãs e pobres para aprenderem de modo adequado as artes do trabalho. Na intenção desses colégios jazia o pensamento de Comte, ou seja, o trabalho não mais estaria associado à escravidão, mas à ordem e ao progresso republicano. De acordo com Lage (2007, p. 50), mesmo as mulheres das esferas populares deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus maridos e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. Deveriam, ainda, manter um lar sem distúrbios e sem perturbações.

As escolas confessionais, além de possuir recursos financeiros, agradavam às oligarquias brasileiras que viam legitimada a condição subalterna das mulheres.

A chegada da República não mais reconhecia o catolicismo dentro das escolas e o ensino público passaria a ser leigo. Mas, as escolas de freiras continuaram a vir para o Brasil, principalmente da Itália e da França. As religiosas atuavam em escolas, asilos e hospitais. Nas escolas, as *irmãs* educavam as meninas da elite, porém, também, concediam

vagas a meninas desvalidas, com a subvenção do Estado. Estas recebiam a instrução formal, o enxoval e um dote em dinheiro fornecido pelo governo da província.

Em Curitiba, no Paraná, a Congregação Nossa Senhora de Sion chegou somente em 1906 e funciona até à atualidade. Tal escola, fundada em Paris, tinha como objetivo acolher e converter ao catolicismo meninas órfãs judias (LAGE, 2007, p. 80).

No Paraná, as famílias abastadas não queriam suas filhas em escolas públicas que se encontravam em abandono, em atraso. Segundo Wachovicz (1981, p. 107), é desta maneira que uma das poucas professoras da província assim se manifesta:

A total falta de instrução que reinava na Província há dez anos fazia com que os habitantes nem cismassem que a cultura é uma necessidade. As meninas, sobretudo, dispensavam o cultivo individual, desde que apenas, para poderem casar, aos treze anos, soubessem de cor um pouco da doutrina cristã, e ainda assim quantas se casavam sem saber nem isso. Hoje a instrução se acha mais ou menos difundida e, a julgar pelo que sucede neste lugar, já os pais estão desejando que suas filhas não sejam de todo destituídas de conhecimento. Entretanto, as meninas não completam as aulas, não se conseguindo alunas para exame. Muito atraso causa às meninas pobres, não lhe serem ministrados os livros elementares (WACHOVICZ, 1981, p. 107).

No que concerne à figura do professor, a profissão do educador no século XIX sempre foi considerada o pilar da educação em todas as culturas, e isso não foi diferente no Brasil. As discussões acerca da formação de professores começaram assim que as instituições do saber foram instauradas no país. A política educacional brasileira já trouxe à tona diversas abordagens.

De acordo com Tanuri (2000), a institucionalização da instrução pública está ligada às ideias liberais de extensão do ensino primário a toda a sociedade. A Revolução Francesa ditou os ideais da *Escola Normal* por conta do Estado, com vistas a formar professores leigos. Antes da criação de tais escolas, já havia os exames de habilitação para a contratação de professores.

A lei imperial de 1827 (única lei que perdurou desde essa data até 1946), decretada por D. Pedro I, determinava a abertura de escolas de primeiras letras em todo o Império, bem como a realização de exames para a contratação de mestres. Neste mesmo ano é consagrado o método de ensino mútuo no Brasil, ou seja, um só professor ensina vários alunos ao mesmo tempo, na mesma sala de aula e não individualmente. A ordem estabelecida era a de que os professores, que não tivessem a formação necessária para o ensino, deveriam

instruir-se em curto prazo e, às próprias custas e de seus *ordenados* na capital do estado. Villela corrobora a afirmativa feita acima:

Somente pela compreensão desse projeto político mais amplo, de direção da sociedade, é que foi possível entender que a criação da Escola Normal da Província do Rio de Janeiro não representou apenas a transplantação de um modelo europeu mas, que pelo seu potencial organizativo e civilizatório, ela se transformava numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder (VILLELA, 1992, p. 28).

Com o passar do tempo, a escola Normal sofreu reformas em sua estrutura em 1892 e foi alterada em 1893 em que se destacou a criação de um ensino primário de 8 anos, dividido em Elementar e Complementar e um curso Superior, que visava à formação de professores, tanto para as escolas Normais quanto para os *ginásios*.

Quanto às mulheres, “estas seriam contratadas apenas se fossem brasileiras e de reconhecida honestidade e se mostrassem com mais conhecimento nos exames feitos” (TANURI, 2000, p. 63).

A primeira Escola Normal brasileira foi criada no Rio de Janeiro em 1835 para habilitar as pessoas que desejassem se dedicar ao magistério de instrução primária. A escola seria dirigida por um diretor/professor ao mesmo tempo. Este profissional deveria ter, pelo menos, 18 anos e ser brasileiro, ter boa índole e saber ler e escrever. Passado certo tempo, o professor deveria dominar os seguintes assuntos: ler e escrever pelo método lancasteriano<sup>31</sup>, as quatro operações e proporções, a Língua Nacional, elementos de Geografia e princípios de Moral Cristã. Em quatro anos a escola Normal havia formado apenas 14 alunos, dentre os quais três não se dedicaram ao magistério.

Em todas as províncias, as escolas normais não obtiveram os resultados esperados. Mostraram algum proveito somente a partir de 1870 quando surgiram os ideais liberalizantes e a obrigatoriedade da instrução primária. Em 1876 foi criada a primeira escola Normal no Paraná. O então presidente da Província, Adolpho Lamenha Lins assim as definiu: *as escolas normais são plantas exóticas: nascem e morrem quase no mesmo dia* (TANURI, 2000, p. 64).

As instalações físicas das escolas normais eram alvo de constantes críticas também. O currículo a ser cumprido era rudimentar: Pedagogia ou Métodos de Ensino e os conteúdos elementares. Essas escolas não despertavam interesse para a carreira docente, uma

---

<sup>31</sup> Método criado pelo inglês Joseph Lancaster que utilizava a disciplina militar. Soldados foram os primeiros mestres a aplicar tal método.

vez que os *ordenados* eram baixíssimos. Algumas províncias pararam de investir na escola Normal e passaram a empregar aprendizes auxiliares de professores em exercício. Essa tarefa era realizada na prática sem que os aprendizes tivessem recebido o mínimo de embasamento teórico.

Em vista do estudado anteriormente, a situação da primeira República não favoreceu o ensino, muito menos a escola Normal que passou a ser da competência dos estados e municípios os quais, por sua vez, não recebiam subvenção governamental que, aliás, divulgava uma etérea, mas não efetiva, ideia de que a Federação deveria *animar no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências* (TANURI, 2000, p. 68).

Apesar das mudanças, a escola Normal continuou com apenas uma cadeira de formação do professor: Pedagogia e Direção de escolas. O currículo também se tornou mais científico, exigiu-se cultura geral dos alunos, sendo adotados, tanto exames de seleção para ingresso na instituição, como em final de curso para avaliação. Entretanto, reconhecendo a falta de material específico e adequado ao preparo dos professores, surgiram discursos acerca da necessidade de dar real importância à formação de docentes para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo de uma instituição que se responsabilizaria, efetivamente, por um ensino primário de melhor qualidade.

O sucesso esperado, porém, não ocorreu. Houve a regulamentação do emprego dos professores como funcionários públicos, mas seus salários continuaram injustos. A profissão não emanava respeito, a formação continuou a ser rudimentar, limitada e limitadora. Para que o emprego do professor e, conseqüentemente, o *ordenado* fossem mantidos, o docente carecia ter um mínimo de 20 alunos. Era comum, desta maneira, forjar mapas de frequência com alunos fantasmas.

Com relação a professores e professoras negras, Veiga (2008, p. 508) afirma que, embora em número reduzido, havia alguns atuando no magistério. Tal descoberta foi feita por meio de entrevistas e iconografia. Também Freyre (2004, p. 503) relata que os negros e pardos no Brasil não foram apenas companheiros de meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. E o historiador defende:

E felizes dos meninos que aprenderam a ler e a escrever com professores negros, doces e bons. Devem ter sofrido menos que os outros: os alunos de padres, frades, “professores pecuniários”, mestres-régios – estes uns ranzinzas terríveis, sempre fungando rapé; velhos caturras de sapato de fivela e vara de marmelo na mão. Vara ou palmatória. Foi à força de vara e palmatória que “os antigos”, nossos avós e bisavós, aprenderam latim e gramática; doutrina e história sagrada.

Já no texto de Silva (2010, p. 1–3) encontra-se que o professor Pretextato conduziu a primeira escola exclusiva para *pretos e pardos* no século XIX. Nesta época, um grupo de pais de meninos *pretos e pardos* encarou o desafio de encontrar um professor, também, *preto* e manter uma escola específica para tal grupo. Pretextato dos Passos e Silva foi este homem.

Para justificar a existência desta escola perante a Corte, o professor, assim relatou no documento enviado à Inspeção Geral da Instrução Pública: *em algumas escolas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombriem com os de cor preta, por isso os professores geralmente repugnam admitir os meninos pretos. O professor Pretextato afirma que sua escola é necessária, pois os meninos pretos e pardos não são bem acolhidos na aula, e por isso não recebem uma ampla instrução, por estarem coagidos. Ele era ideal por ser, também, preto.*

Em 1871 a escola de *pretos e pardos* ainda funcionava com 15 alunos, mas não há registro da identidade deles. No ano seguinte o professor mudou-se para outra rua. Em 1873 ele foi despejado e seu material de trabalho foi penhorado pela Santa Casa de Misericórdia em razão da inadimplência dos alugueis de março e abril do mesmo ano. Era o fim da experiência pioneira do professor negro.

Em sua prática de sala de aula, os professores, negros ou brancos, que não possuíam a necessária formação continuada, partiam do princípio da memorização, ao invés do uso do raciocínio dos alunos. Havia, ainda, outras deficiências trazidas por uma clientela escolar inferiorizada pelo preconceito contra a cor da pele, pelas péssimas condições sócio-econômicas, enfim, pelos vários obstáculos já citados que dificultariam fazer da escola do Império, do início da República e do Paraná centros de civilidade.

#### 2.4 UM PANORAMA HISTÓRICO DA ESCOLARIZAÇÃO EM MORRETES

Em Morretes, a lei provincial nº. 17, de 22 de fevereiro de 1844, cria uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino, referendada pelo presidente da província de

São Paulo, Manoel Felizardo de Souza Melo: *Art. 1º. Fica criada na Villa de Morretes uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino.*

O ofício enviado ao presidente da província de São Paulo pela Câmara de Morretes, no dia 17/10/1844, propunha que Dona Geraldina Amélia de Souza, casada com Manoel da Cunha Viana, ocupasse, interinamente, a cadeira para o ensino de meninas. Ela ou outra pessoa que preenchesse os requisitos necessários deveria ser brasileira, honesta, provir de *boa família* (neste caso, ela era esposa de um dos professores públicos do município, além de ele ser politicamente articulado) e mostrar conhecimento, além de praticar a religião católica.

Em 1868, encontravam-se 5 meninas aprovadas nos exames finais com a professora Dona Maria Josefina Mangen. Em 31 de outubro de 1869, havia em Morretes 59 meninas matriculadas e em Porto de Cima, 32 meninas (CAVAGNOLLI, 1995, p. 151-153).

Em 1847, havia aula de música com o professor Ângelo Martins Ferreira que veio do Rio de Janeiro para ensinar piano e canto somente às meninas da elite morretense. Foram matriculadas: Guilhermina Guimarães, Emília e Júlia, filhas do tenente coronel Ricardo José da Costa Guimarães, Ana e Izabel Marques, filhas do Comendador Hipólito José Alves, Hipólita Alves de Araújo e Domicila Alves, futura esposa do conselheiro Jesuíno Marcondes, as filhas de Dona Maria Rosa de Lima, Joaquina Maria Rosa, que se casou com o industrial Antonio de Loiola e Silva, Maria Luiza de Araújo, Maria dos Anjos Cordeiro, Belisa Gonçalves de Moraes, Maria Antonia dos Santos, Cândida Gomes, Maria Gonçalves de Lima, Maria Narcisa Santos Loiola, que se tornou esposa do industrial Vicente Ferreira de Loiola, Joaquina Cruz, prometida em casamento ao tenente coronel Francisco Gonçalves Cordeiro Gomes, Ana Nóbrega, e Alexandrina Pereira da Costa (CAVAGNOLLI, 1995, p. 153).

Em 1884, Morretes contava com as seguintes escolas estaduais que funcionavam em salas alugadas: no bairro de Barreiros, dirigida pela professora Dona Maria das Dores Rocha Pombo (irmã do escritor Rocha Pombo); na Ponte Alta, dirigida pela professora Dona Ana Pereira de Oliveira; uma escola no distrito de Anhaia, dirigida por Dona Maria Ângela de Freitas com 48 alunos; uma no distrito de Saquarema, dirigida pela professora Dona Maria Ferreira de Freitas Trancoso; outra no distrito América de Baixo, dirigida pelas professoras Maria Cândida Cordeiro e Maria Rangel.

As primeiras normalistas em Morretes foram: Luiza Rodrigues Loiola Pinto e Francisca Hectoria Mangin da Cunha, aliás, sobre esta professora, o próprio imperador, D.

Pedro II, em sua visita à província do Paraná, para lançar a pedra fundamental da ferrovia Paranaguá-Curitiba, fez a seguinte menção (MORRETES, 1993, p.15, grifo da pesquisadora):

5 de junho – cinco e meia da manhã. Ontem fui à Câmara de Morretes. Casa alugada. Sala bem arranjada. Mesma reflexão sobre padrões métricos. Cadeia sem presos e sem nenhum livro. O delegado não gostou do que eu disse a tal respeito. O dono da casa, Joaquim Alves, levou-me ao cemitério que ainda não se acabou e parte carece de aterro. A Câmara endividou-se para fazê-lo. Teatro começado, porém não acabado. Aulas de melhores professores. Pareceram-me bons, sobretudo a professora Hectoria Mangin.

Perrot (1998, p. 108) sustenta que as professoras primárias começam, a partir do interesse pelo magistério, a adquirir certo prestígio entre as moças das classes menos favorecidas, as chamadas classes populares. Elas têm como parâmetro as mestras da infância, as pedagogas atentas como Maria Montessori, italiana, Marie Pape-Carpantier, primeira mulher francesa a proferir palestras e conferências na famosa e renomada universidade de Sorbonne. Desta maneira, para as moças de Morretes o desejo de exercer em público as qualidades das ditas mulheres não foi diferente, mas, ainda não era chegada a hora.

Por questões políticas e tradicionalistas, Morretes recebeu somente normalistas homens para atuarem nas escolas, eles eram: Raul Gomes, João Conceição, Antonio Polidor, Leopoldino Abreu e José da Silva.

Mello e Silva (2005, p. 105) afirmam que, nesta época, a educação é vista como a panaceia social, mesmo que se ressalte apenas o pequeno potencial transformador que a sustenta: a professora iniciante. No caso paranaense, por exemplo, à medida que as mulheres adentraram a escola Normal em fins do século XIX, os homens que participavam do mesmo curso passaram a aspirar a cargos administrativos, e não mais ao de professores. Em Morretes, o fenômeno de migração dos homens para outras funções também ocorreu. Em 1872 a situação é desesperadora, pois com o pedido de demissão de vários professores (manuscritos 18, 34, 36), em virtude do baixíssimo salário que recebiam, Morretes fica sem professores públicos. A fim de solucionar tal situação, a Câmara de vereadores da cidade envia, em 13 de janeiro de 1873, o seguinte apelo à província:

É grande o sentimento que sente esta Câmara ao tratar de tão momentoso assumpto. O insignificante ordenado pago aos professores publicos, em qualquer classe (ao pé da letra) que sejam considerados, alem de não compensar-lhe o trabalho arduo que pesa sobre seus hombros faz-os abandonar o Professorado, afasta a cadeira de Mestre, os mais habitudos, afugenta os que mais aptidão apresentam para o magisterio e, finalmente tornar a instrucção difficil, muito especialmente nesta cidade, onde a vida

custa e onde qualquer jornaleiro recebe um salário muito superior ao que hoje se dá a um professor público. A única Cadeira que ali há acha-se há muito tempo e se não fosse o Collegio Particular dirigido pelo senhor Serapião do Nascimento podia se dizer que o ensino entre nós é nullo com relação aos muitos meninos que há nesta cidade. Este Collegio é frequentado por 40 alunos entre os quais so 10 gratuitamente (CAVAGNOLLI, 1995, p. 154).

Graças a este apelo da Câmara, no dia 09 de novembro de 1874, surge a lei do ensino obrigatório em Morretes até um quilômetro ao redor da cidade. Em 17 de setembro de 1879, a Câmara nomeia o professor Cassiano da Silveira, aferidor de pesos e medidas, que tem qualidade de professor público para assumir a escola pública de Morretes. Em 22 de abril de 1882, foi criada uma aula noturna para adultos do sexo masculino. O professor era o senhor Lindolpho Siqueira Bastos, cujo “ordenado” anual era de 400.000 mil reis. A aula começou no dia 1.º de maio do mesmo ano com 35 alunos, porém durou somente dois anos, pois em março de 1884 o professor abandonou o cargo. O inspetor de ensino, nesta data, era desafeto do professor Lindolpho, o senhor José Gonçalves de Morais (manuscritos, 66, 74).

Pelo manuscrito 72 nota-se que o professor Lindolpho Siqueira Bastos é o inspetor de ensino, enquanto o professor José Gonçalves de Morais é o chefe da superintendência regional. Em sua atuação como professor, José Gonçalves de Morais não preenche as pautas de frequência e não cumpre outros deveres burocráticos especialmente para desafiar o inspetor Lindolpho. Este registra uma advertência contra o professor Morais. À época do manuscrito de número 74, o professor Morais é, novamente, o inspetor e, pelas falhas cometidas pelo professor Lindolpho em sua conduta docente, formaliza uma queixa, uma longa acusação contra a postura do mencionado professor que, segundo o inspetor era totalmente irregular e antiética. A desavença atinge até a participação de ambos na maçonaria, pois começam a frequentar lojas maçônicas diferentes.

Em 02 de março de 1883, a Câmara pede ao presidente da província, Doutor Carlos de Carvalho, duas escolas para a Colônia Nossa Senhora do Porto e uma para o bairro da Ponte Alta. Entretanto, não havia professores com formação mínima para assumi-las. Os dirigentes do município tomaram a iniciativa de trazer para Morretes o professor Miguel José Loureiro Scheleder, natural de Curitiba, viúvo da professora Eulália Marques Scheleder. Assim, por ter formação para tal, iniciou sua carreira no magistério público de Morretes, e, após alguns anos, foi removido para a capital, falecendo em 1892.

Somente em 19 de maio de 1886, a Câmara doou uma subvenção para a escola pública, regida pelo professor Manoel Francisco Pombo, pai de Rocha Pombo. (CAVAGNOLLI, 1995, p. 154-155).

Com o passar do tempo, a influência do Iluminismo europeu chegou ao Brasil, maior importância foi dada às escolas normais e estas ressurgiram com certo progresso em relação aos anos anteriores. Vários políticos, como Rui Barbosa, passaram a exigir do governo central subsídios para as escolas normais. Assim, ampliou-se e melhorou-se o currículo, os requisitos para ingresso de candidatos demonstraram maior rigor e passaram a admitir mulheres, inclusive moças de Morretes que foram estudar na capital. O magistério feminino seria uma solução para a falta de mão-de-obra nas escolas primárias cuja remuneração e desprestígio social não atraíam o público masculino, além, é claro, da crença de que a escola primária era a extensão do lar das crianças.

## 2.5 SÍNTESE DO 2º CAPÍTULO

O 2º. capítulo trata da sócio-história da escolaridade de Morretes nos anos 1800. Nesta época, ter escolaridade significava aprender a ler e a escrever, dominar as operações aritméticas e ter noção de ciências da natureza. Era preciso nivelar moralmente os brasileiros, assim, a escola seria um aparelho adequado na reprodução do ideário da Corte. Os membros da igreja católica, os militares e os funcionários públicos responsabilizaram-se pela organização da nova província. As escolas, bom alvo de atuação instrutiva, ditariam o novo modelo social que uma nação *independente* almejava: disciplinador, moralista, educador. No século XIX, as classes economicamente privilegiadas eram instruídas em casa com mestres particulares.

A evasão escolar, entretanto, era assustadora, mesmo após a obrigatoriedade da frequência. Dentre outras, as razões alegadas eram a longa distância da moradia do aluno, carência de material, trabalho infantil, alimentação parca, déficit de aprendizagem, castigos, abusos sexuais e embriaguês dos professores, entre outras.

Quanto ao ensino secundário, este não havia até 1854. O liceu da capital fechou por falta de alunos e os professores também não se candidatavam aos cargos. Em 1869, criou-se o primeiro colégio particular do Paraná em Curitiba e a escola noturna surgiu em 1873 quando ocorreram as primeiras discussões acerca de uma escola para meninas. Em 1886, surge o curso técnico para atender filhos da classe operária no mesmo momento em que nasce a Escola Normal para formar professores, especialmente advindos da elite. Os

imigrantes investem em educação de seus descendentes na língua de sua origem, mas o governo proíbe o ensino que não seja em língua portuguesa.

Com relação à inspeção escolar, os inspetores paroquiais eram sacerdotes católicos que *vigiavam* os trabalhos e as condições nas escolas de sua paróquia. Tinham poder político junto ao governo, bem como eram, frequentemente, convidados a participar da vida social das comunidades.

As instalações físicas das escolas eram precárias, pois eram *escolas de improviso*, funcionando em salas emprestadas pela igreja, maçonaria ou em casas dos próprios professores. Além da falta de local adequado, não havia material escolar para serem doados aos estudantes e seus pais não podiam custeá-los. Era alta a taxa de mortalidade infantil de crianças que contraíam doenças nas escolas.

Com a proclamação da República, as escolas passaram a ter mais salas de aula, biblioteca, gabinete do diretor, secretaria, sala de professores, banheiros, zeladoria, pátio e entradas separadas para meninos e meninas. A nova formatação escolar revelava a ideologia republicana que valorizava a educação, bem como os hábitos de higiene. Foi nessa época que a escola criou dois turnos: o matutino e o vespertino. Por conta dessa mudança na escola, a sociedade trocou o horário de almoço, que era entre 8 e 9 horas da manhã para 11 horas ou meio-dia.

No que concerne à merenda escolar, não havia preocupação com a alimentação dos alunos. A ideia de merenda com o formato atual ocorreu somente em 1930 com os provimentos da Caixa Escolar, enquanto tais ações já ocorriam desde os anos 1800, na França, Alemanha, Bélgica, Suécia e Estados Unidos.

Neste capítulo pesquisei, ainda, um dos assuntos mais importantes: a escolarização de mulheres. Sua presença no início da escolarização é considerada nula, pois eram impedidas de exercer os direitos sócio-políticos do saber ler e escrever e, portanto, de ser independentes. Eram preparadas para servir os homens no casamento. Em países protestantes as mulheres aprendiam a ler com a finalidade de estudar as escrituras sagradas. Suas dificuldades, porém, não foram menores que as das brasileiras. Com a modernidade as famílias economicamente privilegiadas foram obrigadas a oferecer educação às suas filhas que foram para os colégios internos católicos que ensinavam ordem e respeito. Mesmo as mulheres pobres deveriam ser ordeiras, honestas, diligentes e asseadas para constituírem lares sem perturbações da ordem e do progresso.

Em Morretes a primeira escola para meninas foi criada em 1844. A professora deveria ser brasileira, honesta, provir de *boa família*, mostrar competência técnica e ser católica.

No final do século XIX as moças paranaenses, da classe mais abastada, entraram para a Escola Normal, enquanto os homens que faziam o mesmo curso migraram para cargos administrativos, pois não mais visavam à docência.

Neste estudo, pude observar que o professor sempre foi considerado o pilar da educação brasileira. Desde a institucionalização da Instrução Pública no Brasil, os mestres deviam passar por exames para serem contratados. Aqueles que não tivessem a formação necessária eram obrigados a custear o que chamavam de *capacitação* em Curitiba.

O currículo da Escola Normal era elaborado de forma que o professor deveria saber ler e escrever, dominar as quatro operações, a Língua Nacional, Geografia e Moral Cristã. Tal escola formou poucos profissionais e alguns deles nem se dedicaram ao magistério. No Paraná, a primeira Escola Normal surgiu em 1876. Seu currículo era rudimentar, a carreira não era atraente, pois os salários eram vergonhosos. Em Morretes desta época só havia normalistas do sexo masculino. Sem atrativos na docência a cidade ficou sem professores. Foi graças ao apelo da Câmara Municipal que em 1879 um professor é nomeado para assumir a escola pública que durou somente 2 anos.

Com Rui Barbosa no cenário político, a formação de professores melhorou e as mulheres foram admitidas, uma vez que os homens procuravam empregos mais bem remunerados.

Passado o tempo, a função de professor tornou-se cargo público, mas seus pagamentos continuavam injustos. Sua formação, pouco mais científica, ainda não era satisfatória. Havia, ainda, os problemas com a clientela inferiorizada por preconceitos contra a etnia, más condições financeiras, além de outros obstáculos que impediam a escola de ser o esperado centro de excelência tão proclamado pela administração pública. Observo que o projeto de desenvolvimento da educação brasileira, embora tenha demonstrado avanços, ainda carece de políticas que resultem em ensino-aprendizagem efetivos.

## CAPÍTULO 3

### LÉXICO: HISTORIOGRAFIA E DISCUSSÕES

#### 3.1 LÉXICO

As discussões teóricas começam por tratar do léxico, suas definições e seu percurso histórico. Como suporte para o referencial, apresento, de modo sucinto, as origens da Gramaticografia e da Lexicografia e o estudo dos principais dicionários da Língua Portuguesa.

Léxico, como sinônimo de vocabulário, em sentido amplo, é o conjunto de palavras de que dispõe uma língua. Em sentido restrito, é a parte do vocabulário que corresponde aos vocábulos também chamados de lexemas como preferem alguns teóricos.

Para Fiorin e Platão (1990, p. 93), o léxico possui diferentes regiões (sim, os autores utilizam este termo): gírias (vocabulário especial usado por um dado segmento social); regionalismos (vocabulário próprio de uma região); jargões (vocabulário típico de uma especialidade profissional); estrangeirismos (termos estrangeiros incorporados à nossa língua); arcaísmos (palavras ou expressões conservadoras) neologismos (palavras inovadoras); clichês (expressões prontas, lugares-comuns).

Isquierdo e Oliveira, em um dos mais reconhecidos trabalhos acerca do estudo e da análise do léxico, afirmam que

Léxico é o saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico se configura como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo. Uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo, o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeia e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades de mundo, define, também, fatos de cultura (ISQUERDO; OLIVEIRA, 1998, p. 7).

Segundo Biderman (1998, p. 11), *o léxico é uma forma de registrar o conhecimento do universo. O acervo lexical reflete as experiências da população que o*

*utiliza*. A autora esclarece que o léxico é resultado da tensão entre indivíduo e sociedade. Desta forma, cada falante produz seu léxico conforme suas necessidades, portanto, não domina todo o acervo existente de maneira integral.

No dicionário etimológico de Cunha (1998, p. 472), léxico é *dicionário*, o *lexicon* do século XVI.

Carvalho (2001, p. 11) expõe que o léxico, do grego *lexikon*, é sinônimo de vocabulário. É o montante de vocábulos que estão nos dicionários de uma língua. O léxico está intimamente atrelado à realidade exterior e não à realidade linguística. Para a autora, o léxico é *um conjunto virtual onde se pode identificar como unidade básica, o morfema, ou unidade significativa mínima*. Cita que para Martinet: *o léxico é o conjunto de morfemas lexicais* e para Ulmman *é apenas o conjunto de palavras lexicais*. Porém, se duas línguas diferentes forem confrontadas por meio das palavras, léxico se oporá a dicionário.

Para Ferreira (2002, p. 1207), léxico, em primeira acepção, é um *dicionário de línguas clássicas antigas*; em segunda acepção, é um *dicionário dos vocábulos usados por um autor ou por uma escola literária*; em terceira acepção, o léxico é um: *dicionário abreviado*; em quarta acepção, é simplesmente um *dicionário* e, em quinta acepção, é *o vocabulário de uma língua*.

O léxico é importante para um idioma por se tratar de elemento concreto, palpável. Também é, indubitavelmente, a parte mais maleável da língua. Pode-se estudar o léxico do ponto de vista sincrônico, isto é, o acontecimento linguístico concomitante aos fatos contemporâneos que podem ser: a polissemia, a homonímia, a sinonímia, os campos semânticos. Há, ainda, as investigações do ponto de vista diacrônico, ou seja, o estudo dos fenômenos linguísticos observados quanto a seu desenvolvimento no tempo, como a história das mudanças semânticas, por exemplo.

Assim, é possível afirmar que o léxico é a reunião de unidades que constitui os falares, os linguajares de determinada comunidade, reflete e expressa a cultura proveniente dela.

Quanto à Lexicologia, esta se dedica à descrição do léxico, de sua análise, categorização e estruturação, além, é claro, da construção de seus significados, ou seja, atende a seu tratamento teórico.

Já, a Lexicografia para Borba (2003, p. 15)

Pode ser vista sob duplo aspecto: (i) como técnica de montagem de dicionários, ocupa-se de critérios para seleção de nomenclaturas ou conjuntos de entradas, de sistemas definitórios, de estruturas de verbetes, de critérios para remissões, para registro de variantes, etc.; (ii) como teoria, procura estabelecer um conjunto de princípios que permitam descrever o léxico (total ou parcial) de uma língua desenvolvendo uma metalinguagem para manipular e apresentar informações pertinentes.

Nomear a realidade é a primeira etapa no percurso científico do espírito humano na busca de conhecer o universo. O homem reúne os objetos em grupos, identifica-os de acordo com suas semelhanças e diferenciais, estrutura e rotula tais entidades. Isso é o que se chama geração do léxico das línguas naturais. É a postura adâmica de categorização dos signos linguísticos, ou, mais propriamente, as palavras.

Conceitos sócio-culturais mobilizam a estrutura da língua, pois a sociedade opera como agente, seja na elaboração do léxico, seja na manutenção do já existente. No caso desta tese, observa-se, nos manuscritos de Morretes, a postura ideológica daquela comunidade que deixa transparente a relação da linguagem formal com sua história. Uma história de convivência dos partícipes da educação do município com o poder imperial, com poetas, escritores, intelectuais, literatos e políticos influentes, como José Gonçalves de Moraes, por exemplo. Sobre este poeta morreteano, consta que era dono do *mais delicado lirismo dentre a grei romântica* com novelas e livros publicados, fundador do *Almanach Paranaense*, colaborador de revistas, professor, inspetor e diretor geral de instrução pública.

Os educadores de Morretes também tinham contato com Rocha Pombo, jornalista, historiador, escritor, diretor de jornais, etc. Com Adolfo Werneck, poeta simbolista. Com Silveira Neto, poeta e escritor, bem como com Visconde de Taunay, escritor das famosas obras *Inocência*, *Retirada da Laguna*, dentre outras (MORRETES, 1993, p. 27-32).

Como visto, no grupo de autores dos documentos escolares de Morretes na província do Paraná, é natural que se encontre a variante formal, deixando transparecer que o nível de escolaridade e a posição sócio-política do autor e o momento sócio-histórico-cultural da época são os responsáveis pela escolha do léxico. Como exemplos, cito:

(i) no de número 39, a professora é referida como *digna preceptora*; (ii) no de número 64, tem-se o requerimento da nomeação de Maria das Dores Rocha Pombo, irmã do intelectual Rocha Pombo, *orgulho* da província; (iii) no de número 64, há o aceite da nomeação da citada professora concedida pelo Visconde de Taunay; (iv) no de número 74, encontra-se uma denúncia contra um professor desonesto que não estaria agindo de acordo com a *dignidade do*

*cargo que ocupa*. Tudo isso é a confirmação do que registrou Georges Matoré em 1968, com tradução de Murakawa (2006, p. 30): *O vocabulário é a expressão de uma sociedade*.

Referindo-se à escolha lexical, um vocábulo é aceito como elemento da língua a partir do momento em que ele passa a exprimir todos os valores de determinado grupo social e, sobretudo, a satisfazer suas necessidades de comunicação (OLIVEIRA, 2001, p. 109).

Tanto a língua como o léxico pertencem a todos os indivíduos da mesma comunidade, mas só se concretizam por intermédio das interações sociais, por meio do vocabulário dos indivíduos.

Um falante que faz uso de uma língua não é um ser passivo, é aquele que interfere na constituição do significado do ato comunicativo, que faz da língua um movimento. Assim, existe a relação íntima entre o linguístico e o social no estudo da língua.

Há, ainda, que considerar a coerência de uma comunicação linguística em que é necessário conhecer o delineamento das diversas variantes, como da culta, exemplar, ideal, também chamada de prestigiada até a mais informal, real ou coloquial, para que ocorra o ato comunicativo propriamente dito. Castilho (2011) assinala que tais variantes podem ter influências:

a) *diatópicas ou geográficas*: o modo de falar uma língua aponta para sua origem geográfica. Quando duas variedades da mesma língua são muito distintas, a ponto de dificultar a intercomunicação, mesmo que os falantes percebam um *ar de família*, temos os dialetos. Mas quando as variedades não impedem a comunicação, criando apenas a sensação de que seus falantes não procedem da mesma região geográfica, temos os falares. Dialetos e falares são variedades da mesma língua. No Brasil só há falares da língua portuguesa, diferentemente do que se passa com o Italiano, por exemplo, que é um mosaico de dialetos.

b) *diastráticas ou sociológicas*: em que são verificadas as classes sociais que impõem seus traços linguísticos diferenciados. Castilho (2011) afirma que a classe socioeconômica do indivíduo transparece em sua fala, e com isto temos a fala não padrão dos analfabetos, e a fala culta dos alfabetizados.

c) *Variação de sexo*: também o sexo do falante transparece em seu modo de falar, e aqui temos a fala dos homens e a fala das mulheres.

d) *Variação etária*: conforme o falante muda de idade, sua linguagem também vai mudando, e assim teremos a fala das crianças, a fala dos adolescentes, dos adultos e dos mais idosos.

e) *Variação de estilo* (situacionalidade): dependendo da situação em que você se encontra, será selecionada uma fala formal, mais refletida, ou uma fala informal, mais à vontade.

f) *Variação de canal*: comunicação pode ser feita falando ou escrevendo, o que leva à língua escrita e à língua falada.

Para estudiosos de documentos antigos, creio que seja importante conhecer, ainda que brevemente, as origens da Gramaticografia e da Lexicografia.

### 3.2 A GRAMATICOGRAFIA E A LEXICOGRAFIA

Em uma perspectiva historiográfica apresento os rumos da Gramaticografia e da Lexicografia, disciplinas que nortearam as modernas Lexicografia e Lexicologia na Linguística como conhecidas atualmente. Com a passagem da letra de mão para a de forma da imprensa de Gutenberg, tanto os métodos de elaboração lexicográfica e lexicológica, quanto a configuração gráfica trouxeram evoluções técnicas para a constituição de seus estudos.

Para embasamento historiográfico deste trabalho, lancei mão da obra de Verdelho, *As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, de 1995, e de outros trabalhos deste autor.

Segundo Verdelho (1995, p.18), a Lexicografia portuguesa está relacionada às obras de grandes lexicógrafos como António de Nebrija, Ambrósio Calepino e Robert Estienne que são a referência na produção de dicionários, no quesito seleção de *corpus* e na técnica de estruturação lexical. Na realidade, a Lexicografia foi motivada pelas solicitações do ensino do latim como língua não materna. A técnica tipográfica determinou sua configuração e difusão (VERDELHO, 1994). Com tais modelos surgem os primeiros dicionários portugueses e o notável trabalho de Jerónimo Cardoso.

Os dicionários de Jerónimo Cardoso aparecem depois de trezentos e cinquenta anos de escrita vernacular e passa a ser o primeiro texto de confronto entre o latim e uma língua portuguesa sem aparente trânsito escolar. A partir dessas obras, tornou-se possível refletir acerca da organização lexical, da interação entre língua vulgar e o latim, do patrimônio cultural do latim, do esforço de escolarização sistematizada e do progresso da Língua Portuguesa (VERDELHO, 1995, p. 20).

Tanto a Gramaticografia quanto a Lexicografia auxiliam os estudos linguísticos, pois a aplicação de ambas contribui para a produção de dicionários no mundo. Não se pode descartar, ainda, o estudo da gramática que colabora para a aprendizagem do léxico. Bom exemplo é o dicionarista Jerónimo Cardoso que, antes de ser lexicógrafo, era gramático. Os dicionários de Cardoso destacam-se no panorama lexicográfico internacional. A obra oferece a primeira alfabetação geral e sistemática do *corpus* lexical português, ou seja,

conseguiu reunir os ingredientes mais importantes da elaboração dicionarística escolar do Renascimento. Ofertou, ainda, informações relevantes para a ação pedagógica e ideológica de seu espaço-tempo. Sua obra contém terminologias especializadas da medicina, da botânica, da retórica e, ainda, apresenta a influência eclesiástica, a onomástica e até a nomenclatura numismática (relativa à moeda). A orientação técnica do dicionarista é digna de reverência pelo avanço em época tão pretérita, inclusive na Lexicografia europeia. Seus dicionários latim-português e português-latim em um só volume eram práticos, portáteis e de preço acessível. Eles surgiram de aulas de gramática como um útil e novo manual que promoveu a aprendizagem do léxico latino.

A atenção à Gramaticografia latina formou autores portugueses de alta competência literária que, além da paleografia, possuíam o conhecimento da gramática e da base lexical latina. Desde o século XVI, porém, a teoria e a prática do ensino da Língua Portuguesa ainda carecem de problematização. Tal afirmativa é baseada nos trabalhos de Fernão de Oliveira e João de Barros, Duarte Nunes de Leão e de Magalhães de Gândavo, contribuições importantíssimas para a linguística portuguesa, mas que não têm interferido como deveriam nos estudos literários e linguísticos, isto é, não têm sido consideradas quanto aos trâmites escolares.

Até o final do século XVIII, a Língua Portuguesa passou a fazer parte do ensino apenas como vertente do latim que seguia os moldes das gramáticas latinas. Foi com o advento da obra de António José dos Reis Lobato, *Arte de Gramática da Língua Portuguesa* (1770), que a escolarização teve alguma base sistematizada para o ensino da gramática. Como parâmetro para sua teorização e estruturação, o texto português contou somente com a Gramaticografia e com a Lexicografia latinas até o século XIX (VERDELHO, 1995, p. 21).

### 3.2.1 A Gramaticografia Portuguesa

A teoria linguística portuguesa repercutiu pelo viés escolar e interferiu em todo o ambiente sócio-político-ideológico lusitano. Os textos engajam uma ideologia preocupada com a edificação de uma biblioteca portuguesa. Isto propiciou uma produção científica latino-portuguesa de qualidade. A efervescência acabou por criar as primeiras gramáticas portuguesas, os primeiros textos lexicográficos, a influente escolarização dos Jesuítas e o nascimento da gramaticografia moderna.

No panorama linguístico e pedagógico dos anos 1500, houve, ainda, a participação de autores portugueses que marcaram o período e exerceram influência como:

- a) Dom Máximo de Souza: primeiro manual conhecido, publicado em 1553 no Mosteiro de Santa Cruz para ser usado nas escolas. Volume de pequenas dimensões, de fácil manuseio, boa aparência, legível e de agradável leitura. Sua orientação pedagógica, contudo, é falha e pouco inovadora.
- b) João de Barros: a gramática latina de João de Barros, embora manuscrita no século XVI, foi impressa apenas em 1972. É considerada uma das mais originais gramaticografias portuguesas. Este manual traz a concepção teórica da gramática portuguesa, mas foi adaptada ao ensino do latim.
- c) André de Resende: sua obra prestigiou o latim, a prática escritural, o que desencadeou a relatinização do português. É um manual de informação complementar, feito para servir aos professores mais do que aos alunos, o que garantia o respeito dos mestres do latim.
- d) Duarte Pinhel: sua obra *O Latinae gramatices Compendium*, de 1543, é um manual de gramática original que pode ser comparado ao de João de Barros. É um texto didaticamente funcional cujo objetivo é ensinar a língua e não a gramática. Foi uma obra importante na Linguística portuguesa.
- e) Jerónimo Cardoso: publicou quatro edições de textos gramaticais em doze anos. O estilo de sua obra o levou ao sucesso editorial e comercial. A primeira publicação dedicava-se à conjugação dos verbos. Seus textos dão lugar à estrutura e à exemplificação linguística, não ao discurso teórico.
- f) Fernando Soares Homem: quase ignorado entre os humanistas portugueses, é relevante para a gramaticografia lusitana. Sua obra sintetiza a formulação gramatical dos renascentistas, traz uma reflexão e uma crítica ao ensino tradicional da língua latina, atenta para o aprendizado infantil, retoma o clássico como referência linguística ideal e afirma que sua gramática também pertence a Nebrija e Clenardo. Ficou conhecido pelo didatismo e por ter recebido influência de Jerónimo Cardoso. Criticava o ensino que aborrecia os alunos com memorizações, ao invés daquele que ensinava a ler e a escrever na prática.
- g) Manuel Álvares: seu opúsculo foi publicado em 1557 com vinte páginas e apresenta uma síntese da doutrina sintática de outras gramáticas. O jesuíta teria sido, ainda, autor de um primeiro texto gramatical saído na mesma data do manual de Soares Homem e da segunda edição da gramática de Jerónimo Cardoso (VERDELHO, 1995, p. 89-123).

### 3.2.2 As Enciclopédias

Embora originadas em Roma, as enciclopédias tiveram seu cultivo na Idade Média, precedem os dicionários na tradição greco-latina e se mantêm desde a Idade Média até a moderna e a contemporânea, especialmente no século XVIII. Sua característica suscitou a publicação de dicionários enciclopédicos ou universais. As enciclopédias medievais em latim guardam testemunhos manuscritos entre o espólio de Alcobaça na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Alguns destes textos originaram obras didáticas como as da Casa de Avis. Entretanto, o projeto mais conhecido é o de Rodrigues Lobo (1575-1621) com *Corte na Aldeia* (1619), tentativa de roteiro do saber global da época. A primeira enciclopédia teria sido escrita por Fr. Fradique Espínola com a *Escola Decurial de Varias Lições* em 12 volumes com reedições. Nos séculos XVI e XVII, destacaram-se outras obras de cunho enciclopédico, como a do Fr. João Pacheco (1677) com *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escholasticas e naturaes, sagradas e profanas, descobertas em todas as idades e estados do mundo ate o presente* de que foram publicados 4 tomos, segundo Inocência Silva. Porém, o projeto considerado mais bem elaborado em português é *Recreação Filosófica* do século XVIII, com autoria de Teodoro de Almeida (VERDELHO, 1994).

Nesta época organiza-se um *corpus* lexical. Esta organização linguística pode ser encontrada na obra de Jerónimo Cardoso que unia conhecimento enciclopédico e informação didática. Há, também, a obra de Santo Isidoro, em 22 livros, cujos textos estão guardados entre os valiosos manuscritos de Alcobaça. Em suma, as enciclopédias forneceram a informação lexical necessária para a prática cotidiana de leitura e escrita, isto é, promoveram a comunicação (VERDELHO, 1995, p. 140-142).

### 3.2.3 Os Glossários

A comunicação escrita precisou dos glossários, pois as confrontações bilíngues exigiam decodificação, apoio sinonímico e interpretação, isto é, aplicação, ainda que rudimentarmente, ao estudo do léxico. O glossário era uma espécie de apêndice cujos termos visavam a esclarecer as palavras não compreendidas, mas isso nem sempre ocorria..

Os glossários foram transmissores da tradição literária por guardarem as intervenções da crítica humana e o germen da ordenação das ideias dos homens; contribuiu para a concepção da lexicografia e da linguística diacrônica. Também deram informação

sobre a decadência do latim e a evolução dos vernáculos; portaram relevantes informações sócio-histórico-culturais.

A partir do século XVI, os glossários se multiplicaram, época em que o pouco conhecido gramático Plácido teria vivido e sido o grande nome da glossografia românica. Entretanto, ao bispo Ansileubo é atribuída a produção do mais importante glossário do século IX. Contudo, o glossário mais antigo, o latino-árabe pode ter sido elaborado onde nasceu o território de Portugal. Já o único glossário latim-português medieval conhecido é um dicionário de verbos datado do século XVI. Em sua ordenação e classificação houve investimento gramatical e foi adequado ao uso escolar (VERDELHO, 1995, p. 143-146).

Barbosa (1995, p. 20) define que o glossário é *um levantamento de palavras-ocorrências e das acepções que possuem num determinado texto*.

Por sua vez, Murakawa (2006, p. 17) esclarece que *a prática lexicográfica remonta aos glossários produzidos pelos gregos de Alexandria e pelos latinos. Naquela época, os glossários visavam à correção de erros e à compreensão de textos literários*.

### 3.2.4 Os Dicionários

Os primeiros dicionários da história de todas as línguas são os grandes vocabulários latinos, obras dedicadas aos estudos lexicais. Foram os pais dos modernos dicionários de língua e, sem dúvida, fundamentais ao desenvolvimento da escrita. Embora os dicionários medievais tenham sido muito criticados pelos humanistas no Renascimento, eles se serviram de tais obras para nelas colher informações e dados. Os dicionários mais importantes dessa época e que angariam respeito atualmente são de:

- a) Papias, *Elementarium* (1050);
- b) Osberno de Gloucester, *Derivationes*, ou *Panormia* (fins do século XII);
- c) Hugúcio de Pisa, *Liber derivationum* (fins do século XII);
- d) João Balbo de Génova, *Summa ou Catholicon* (1286);
- e) João Marchesino de Reggio, *Mammotrectus ou Mammothreptus* (1300).

O Papias *Elementarium* e o *Catholicon* foram os principais modelos para a lexicografia e exerceram grande influência na cultura lusitana. Com menor peso, as *Derivationes* de Hugúcio também serviram de modelo para a prática lexicográfica.

Por intermédio do dicionário de Papias é possível observar importantes traços da cultura medieval, como as informações e a organização do conhecimento daquele tempo.

Foi utilizado em Lisboa desde o século XIII, mas já era, anteriormente, usado em outros conventos do país. A terminologia empregada é marcada por um rigor semelhante ao dos métodos científicos modernos. Jerónimo Cardoso lançou mão deste formato em seu trabalho.

A informação sobre terminologia gramatical dos dicionários medievais foi uma verdadeira fonte para outras ciências como o direito, a medicina, entre outras e foi considerada origem e fundamento para as artes. O dicionário de Jerónimo contém, ainda, um abundante fundo lexical grego. É o primeiro projeto lexicográfico que inventaria as unidades lexicais descontextualizadas e propõe um novo contexto funcional. O próprio autor de uma obra tão audaciosa reconheceu que seu trabalho era destinado à formação escolar, além de ser um texto de consulta e referência para todas as áreas do saber.

O Papias é composto de 25.000 entradas, alfabeticamente distribuídas em duas colunas por página. Cada página traz 60 entradas com seus respectivos artigos. As entradas vêm marcadas com inicial maiúscula em destaque. Há, também, o sistema de abreviaturas que indicam as citações dos autores, o que serve para informar o fundo bibliográfico do dicionário e seu universo cultural.

Os dicionários despertaram consideração e tratamento especial, pois, mesmo oneroso, tornou-se, indubitavelmente, essencial ao universo linguístico, escolar e à pesquisa científica desde a época medieval.

O que distinguia os dicionários dos manuais didáticos é o fato de que os grandes dicionários eram obras de consulta destinadas aos mestres e aos estudiosos, não aos estudantes comuns. Eram volumosos e difíceis de portar e manusear. Os mosteiros e as escolas eram servidos de dicionários, mas raramente havia um exemplar nas casas.

O *Catholicon*, de João Balbo de Génova, é reconhecido como a segunda obra dicionarística de referência da Lexicografia medieval. Foi o primeiro texto lexical a ser impresso por Gutenberg em 1460 e teve, posteriormente, mais de 20 edições. Este volumoso trabalho foi composto a partir dos glossários existentes e, posteriormente, aos de Papias e Hugúcio. O *Catholicon* possui um texto lento, denso, erudito e demorada articulação sintática. Mas, apesar da distância do ideal de uma obra lexicográfica, o *Catholicon* tem rigorosa alfabetação, característica inovadora para a época, uma vez que tal metodologia não era usual na era medieval. Os gregos utilizavam a alfabetação como, por exemplo, Galeno sobre as glosas de Hipócrates, mas os latinos ainda não se aproveitavam da alfabetação para ordenar as informações no texto.

Os dicionários, tanto medievais quanto renascentistas, tornaram-se indispensáveis na normalização da escrita e do espírito normativo. Antes da prática de

distribuição dos artigos pela ordem alfabética das entradas, o trabalho lexicográfico demandava mais tempo e dinheiro com as diversas reescritas dos textos. Assim, as obras de Papias e de João Balbo, com a alfabetação total, representaram um grande avanço para a metodologia científica da história lexicográfica (VERDELHO, 1995, p. 146-159).

A partir da segunda metade do século XVIII, o Português passou a estabelecer contato com outras línguas como o francês, o inglês, e o italiano. São publicados os dicionários de Bernardo Bacelar (1783); de Moraes Silva (1789); da Academia das Ciências de Lisboa (1793); além de um conjunto de vocabulários especiais; ortográficos como Madureira Feijó (1734, 1739, 1781); Monte Carmelo (1767); J. P. Freire da Cunha (1769); arcaísmos, de Viterbo (1798); de arabismos, de Souza (1789) e outros para a retórica; o dicionário poético do árcade Cândido Lusitano ou Francisco José Freire; de sinônimos de Bluteau 1712-1728 e de rimas de Guerreiro (1784) (VERDELHO, 1994).

### 3.2.5 Os Dicionários: Tipologia

a) De língua: a diferença entre o dicionário de língua e o dicionário de coisas foi delineada por d'Alembert em seu artigo *Dictionnaire* da *Encyclopédie* que triparte as obras dicionarísticas em: dicionário de palavras, dicionários de fatos e dicionários de coisas. Pode-se integrar aos dicionários de coisas e de nomes próprios aos enciclopédicos em oposição aos de língua. Entretanto, não se deve radicalizar as diferenças, pois, a mesma série alfabética pode integrar-se em um dicionário de língua e em um referencial. Os dicionários de língua também podem conter amplas informações nocionais e/ou iconográficas (VERDELHO, 1995, p. 245).

Atualmente, os dicionários de língua agrupam grande número de entradas com o máximo de informação. Porto Dapena registra que

O dicionário de língua seria aquele cuja única preocupação é o estudo do léxico em todos e cada um de seus valores invariantes através dos distintos sistemas ou línguas funcionais que compõem um idioma ou língua histórica como o espanhol, o inglês, o alemão, etc., ou seja, tratando-se de um dicionário semasiológico, preocupado com o aspecto semântico das entradas, seu objetivo primordial consistiria em oferecer o(s) significado(s), sem registrar as variantes ou valores concretos que, no uso habitual da língua,

apresentam os distintos vocábulos ou unidades léxicas (PORTO DAPENA, 2002, p. 66-67).

Houve, ainda, outros tipos de dicionários que não podem ser esquecidos na Lexicografia do Renascimento publicados em anexo aos dicionários de língua formando um único tomo. O de Jerónimo Cardoso traz esta formatação característica dos dicionários escolares do século XVI.

- b) Plurilíngues: O Renascimento produziu grande número de dicionários plurilíngues, sobretudo o Calepino com latim, grego, italiano, espanhol, francês e, posteriormente, outras línguas europeias e a língua japonesa em 1595.

A proliferação de obras plurilíngues deve-se à intercomunicação entre os povos europeus. Esta realidade levou ao multilinguismo, fosse das línguas clássicas, fosse das vernáculos acompanhadas pela elaboração gramatical e lexicográfica e pela afirmação literária.

- c) Contextualizados: divididos em autorizados e fraseológicos, estes dicionários foram, assim, estruturados no Renascimento. Os autorizados auxiliaram a renovar o ensino, os fraseológicos contribuíram para a elaboração de dicionários bilíngues. Os fraseológicos influenciaram a Lexicografia da língua portuguesa, tanto na técnica dicionarística, quanto na normatividade. Os dicionários autorizados têm rigor documental de todos os lexemas contextualizando literariamente, enquanto os fraseológicos documentam o lexema com um texto que pode ser redigido pelo lexicógrafo.
- d) Pequenos dicionários escolares temáticos: estes dicionários eram organizados por assunto ou por matérias letivas. Matoré os designa *léxicos metódicos*, pois prolongam em plano lexical e linguístico, a organização do mundo e do conhecimento das enciclopédias medievais e pela obra de Santo Isidoro de Sevilha. Há registros de glossários e vocabulários plurilíngues organizados por temas (VERDELHO, 1995, p. 245-258). O autor ainda cita os dicionários de âmbito religioso, os eclesiásticos, os técnicos e outros de tipo enciclopédico, o vocabulário do direito, das atividades econômicas, os médicos e os botânicos.

### 3.3 BLUTEAU E MORAIS SILVA: OS MAIS IMPORTANTES DICIONÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Indubitavelmente, os mais importantes dicionários da e para a Língua Portuguesa são o *Vocabulario Portuguez e Latino* do padre Raphael Bluteau, de 1712-1728 e o *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de 1813, de Antonio de Moraes Silva. Desta forma, ambos merecem maior atenção neste estudo de Linguística Histórica, por sua relevância na esfera Lexicológica e Lexicográfica.

#### 3.3.1 O Vocabulário Portuguez e Latino de Raphael Bluteau

O dicionário de Bluteau é uma obra composta de oito volumes e dois suplementos. De acordo com Murakawa (2006, p. 29), os dois primeiros volumes foram publicados em 1712 e impressos no Colégio das artes da Companhia de Jesus. Os demais volumes foram impressos em locais diferentes até 1721. A obra completou-se em 1727 e 1728 com a impressão de dois volumes conhecidos como Suplemento.

As informações acerca dos dois dicionários mencionados serão embasadas na obra de Murakawa (2006) *António de Moraes Silva: Lexicógrafo da Língua Portuguesa* que traz, com teor científico, os fatos mais relevantes sobre os trabalhos dos dois dicionaristas.

O *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Bluteau, teve seu início em aproximadamente 1682 com pesquisas advindas de enorme acervo lexicográfico disponível no século XVII. Entretanto, material quinhentista também foi utilizado pelo lexicógrafo.

O dicionário de Bluteau era o retrato sócio-cultural de Portugal daquele século, momento de ínfimas produções culturais: por falta de investimento nesta área como ocorria em reinados anteriores; as publicações deveriam ser de teor religioso; o ensino jesuíta voltado ao catolicismo; o Santo Inquérito que proibia a liberdade de expressão e de pensamento.

Bluteau incluiu em sua obra textos de historiógrafos com a finalidade de enaltecer as proezas lusitanas pelo mundo, embora a nação portuguesa estivesse sob o jugo espanhol. Para abonar seus verbetes, o dicionarista utilizou-se de grandes cronistas de seu tempo. Camões também figura no dicionário. Já a poesia lírica, por exaltar o amor romântico e o ócio, foi pouco contemplada. Quanto ao teatro português, figuram as comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos no *corpus* de Bluteau. Devido à pobreza das investigações científicas da época, poucas obras nesta área foram citadas.

Bluteau também consultou obras de Aritmética, Arquitetura, Arte Militar, Astronomia (Quadrivium), dentre outros ramos das ciências. Porém, são destacadas as partes dedicadas à Linguística (gramática, léxico, ortografia) e Política.

Para os exemplos linguísticos, Bluteau recorreu a Duarte Nunes de Leão, Fernão de Oliveira, Bento Pereira, Agostinho Barbosa, João Franco Barreto e Amaro de Roboredo. Raphael Bluteau utilizou cerca de 406 obras para figurar em seu dicionário.

Ele próprio definiu o dicionário como:

Diccionario. Livro, em que as palavras de huma, ou mais lingoas estão impressas por ordem alphabetica. De ordinario, lhe chamamos Dictionarium, que He palavra novamente forjada, & taõ pouco Latina, que deriva de Dictio, que em Latim, como muito bem o mostra no cap. 31 do livro Divertiys Sérmonis, naõ significa huma dicção, ou huma palavra. Outros lhe chamaõ Vocabularium, & tem este nome a ventagem de ter derivado de Vocabulú, de que Cicero usa para significar hũa palavra. Em um discurso Latino, eu naõ quizera usar destas duas palavras, se naõ como de palavras barbaras com alguma modificação.

Redigiu a obra com erudição e características enciclopédicas, tal a qualidade de seu trabalho. Para exemplificar, o lexicógrafo registrou os verbetes com a definição (às vezes, antes da definição), a linguagem especial a que pertencia a palavra naquela época; a definição vem seguida da forma latina; logo após vêm os exemplos em português, a referência bibliográfica e seu correspondente latino. Também deu informações etimológicas; topônimos; os valores polissêmicos e sua correspondência latina.

Bluteau dedicou especial atenção aos estudos de línguas *mortas e vivas* como: a língua inglesa, a francesa, a italiana, a portuguesa, a espanhola e a grega. O autor, no prefácio de seu dicionário, justifica aos portugueses que o fato de ser estrangeiro não o impede de compor um dicionário de língua portuguesa.

Da tua impaciência conheço que és Português, como tal não podes deixar de estranhar, que se arrojasse um estranho a compor do teu idioma o Dicionário. Entendamo-nos amigo, e entende, que isto, que te parece arrojado, é veneração. Tirei dos autores portugueses as palavras, que fora da alfabética hierarquia andavam dispersas, e a todas elas como a simulacros da eloquência coloquei com ordem nas aras desta Filologia; recolhi palavras antiquadas, como relíquias de Portugal o velho, e acrescentei vozes modernas, como enfeites de Portugal o novo; entronizei nestas folhas a língua Portuguesa com tanta magestade, que ao pé de cada dicção se acha com exemplar fidelidade o Autor; com etimológicas descendências mostro a origem, e apuro a nobreza dos vocábulos; manifesto o parentesco, e afinidade, que eles têm com a língua Hebraica, Arábica, Grega, Italiana,

Castelhana, ou Francesa, e obrigo o Latim a ter com o português primorosas correspondências. (BLUTEAU, 1712-1728, v.1, Prólogo ao leitor português)

Já prevendo as críticas a seu dicionário, o autor assim se defende:

Ouçó, que sais com outra queixa, pseudocrítico leitor. Estranhas os muitos exemplos, que trago de autores portugueses. Sem estas autoridades como me havia eu de defender do rigor da tua crítica? De cada dicção, de que ignoras o significado, havias de condenar o assento; chamarias temeridade minha, o que é ignorância tua” (BLUTEAU, 1712-1728, v. 1, Prólogo ao leitor português).

Aos indoutos, Bluteau oferece o saber universal sem a mediação de professores:

Com estas gloriosas conveniências te convido, leitor indouto; sei quanto aborreces contendas e letígios das Escolas; quisera levar-te sem tropeços para o templo da sabedoria, e sem matrículas da Universidade tomara ver-te em toda a matéria científica universal (BLUTEAU, 1712-1728, v.1, Prólogo ao leitor indouto).

O *Vocabulario Portuguez e Latino*, de Bluteau, trazia fontes que Morais Silva utilizou para seus estudos, pois o trabalho legado pelo padre teatino<sup>32</sup> amealhava o que de melhor e mais consistente havia nas bibliotecas públicas e particulares de Portugal da época. A dedicação e o esforço monástico de Bluteau inspiraram o lexicógrafo brasileiro. Assim, as duas obras tornam-se extremamente valiosas.

A cronologia, encontrada no trabalho de Murakawa (2006), confirma que antes do Dicionário de Morais Silva de 1789, realmente, houve baixa produção lexicográfica em Língua Portuguesa

### 3.3.2 O Dicionário da Língua Portuguesa de António de Morais Silva

No *Diccionario da Lingua Portugueza*, é possível observar as similaridades com o dicionário de Bluteau, entretanto, Morais Silva, acrescentou, reorganizou, enfim, aperfeiçoou o trabalho.

Nascido no Rio de Janeiro, António de Morais Silva produziu seu *Diccionario da Lingua Portugueza* em Portugal. Ele consultou quase as mesmas obras que Bluteau, porém

---

<sup>32</sup> Religioso da congregação fundada em Roma por S. Caetano de Tiene (1480-1547) e GiAn Pietro Caraffa (1476 – 1559), o Papa Paulo IV (FERREIRA, 2002).

utilizou outras que o padre, por motivos religiosos, não fez uso como Gil Vicente, Garcia d'Orta, Bernardim Ribeiro e vários outros. Morais Silva registrou as obras de Camões em sua totalidade no *Diccionario*. Prestigiou, ainda, autores portugueses execrados pela Inquisição. O dicionarista valorizou também: Frei Agostinho da Cruz, Fernão Álvares do Oriente, Francisco de Moraes, Manuel de Galhegos, Garcia de Mascarenhas, Bernardo Gomes de Brito.

As referências das ciências da natureza e da terra, obras dos séculos XII ao XV, também constituíram o *corpus* de Morais Silva. Morais Silva teve o mérito e, sem dúvida, o bom senso de apresentar em seu dicionário obras científicas divulgadas somente no final do século XVIII, além de outros temas de, praticamente, todas as áreas do conhecimento, características do racionalismo iluminista. Morais Silva utilizou o *Vocabulario*, de Bluteau como parâmetro, mas produziu seu *Diccionario* de maneira original.

O trabalho mais importante de Morais Silva é a 2ª. edição, de 1813. O lexicógrafo reconheceu ser esta obra de sua própria autoria e a primeira a ter seu nome como autor. As edições posteriores foram bastante alteradas pelos organizadores.

Morais Silva enriquecia seu dicionário com obras relevantes de teor histórico, como a *Dedução Cronológica e Analítica*, narração do ocorrido aos condenados pela Companhia de Jesus. Obras jurídicas também figuram em seu *corpus* como as legislações portuguesas e as *Leis Modernas*, as *Constituições do Bispado da Guarda*, *Estatutos Antigos* da Universidade de Coimbra e os *Editais* da Real Mesa Censória. Trabalhos literários, anônimos ou de autoria duvidosa, além dos muitos raros estão presentes em Morais. Ele assim definiu o verbete dicionário: *Diccionario, s. m. vocabulário, livro em que se apontaõ as palavras de uma língua com a explicação de seus significados*.

De fato, o trabalho de Morais Silva em muito se assemelha ao de Raphael Bluteau, todavia, quem estuda as duas obras nota que Morais filtrou o que tornava a obra de Bluteau uma enciclopédia. Além de maior elaboração no elencamento das unidades léxicas apresentadas em seu *Diccionario*, Morais Silva registrou a norma culta utilizada pela sociedade de seu tempo. Prova disso é o vocabulário que caracteriza os manuscritos dos escribas de Morretes. Eles transmitiam, via escolarização, a norma exemplar que a sociedade em formação deveria absorver para, também, erigir coesão social.

Murakawa (2006, p. 118) mostra que mesmo tendo como base o *Vocabulario* de Bluteau, António de Moraes Silva avançou e inovou na prática lexicográfica com relação a:

- i) acréscimo de novos significados;
- ii) diferença na definição;

iii) ampliação da definição da palavra-entrada;  
 iv) acréscimo de verbetes ao dicionário. O próprio lexicógrafo registrou em seu trabalho de 1813: *novamente emendado, e muito accrescentado*, ou seja, melhorado.

Morais Silva não escapou de erros a que todo aquele que trabalha sozinho está sujeito. Estudiosos de sua obra detectaram falhas de impressão, de referência bibliográfica, de abreviaturas, de omissão de autores das obras citadas, de informações bibliográficas imprecisas, de títulos de algumas obras. Entretanto, a questão mais importante em um trabalho de tal envergadura, produzido por um único profissional, deve ser valorizado pelo que representa e pelo que gerou a partir de seu legado, não pelas imperfeições.

Murakawa, ainda, revela que, da primeira edição do dicionário de Moraes Silva de 1789 para a segunda em 1813, houve alterações. O autor percebeu a necessidade de agregar outras unidades e seus novos valores em uma próxima edição de seu Dicionário. Mesmo em um espaço curto de tempo, vinte e quatro anos, Moraes teve a preocupação de oferecer um trabalho mais preciso, mais elaborado. É possível observar acréscimo de exemplos e expressões, registros de autores e a identificação bibliográfica, o nível da palavra-entrada, a etimologia e o nome científico de determinadas palavras.

Murakawa (2006, p. 215) conclui que a obra de Moraes Silva pode ser considerada pela Lexicografia e pela Lexicologia, não unicamente um depósito do léxico português, mas um veículo, um testemunho da cultura portuguesa da época de seu *Diccionario da lingua portugueza*.

### 3.3.3 O Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa

Segundo Verdelho (1994), *O Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, de autoria do Frei Domingos Vieira, teve sua publicação em cinco volumes datada de 1871 a 1874, no Porto, em Portugal pelos editores Ernesto Chardron e Bartholomeu de Moraes. Ele forma com os dicionários de Bluteau e Moraes a grande trilogia dos maiores dicionaristas da Língua Portuguesa.

Frei Domingos Vieira, que pertencia à ordem dos *Eremitas calçados de Santo Agostinho*, produziu o manuscrito que deu origem à obra. A nomenclatura foi aumentada com a inclusão de formas flexionadas. É uma obra mais especificamente linguística. Os verbetes são de longa extensão, as definições gerais, as específicas, os domínios de especialidade, as citações literárias, inclusive os clássicos, as locuções, comentários enciclopédicos, além de

alusões e remissões. O manuscrito do Frei Vieira foi concluído por colaboradores como Adolfo Coelho (1847-1919) reconhecido como um dos introdutores da ciência filológica em Portugal e, segundo a Castilho (2011), o fundador da Linguística Portuguesa, que trabalhou com Teófilo Braga (1843-1924) após o falecimento do Frei.

O primeiro volume abre com os textos de informação teórica e histórica dos colaboradores de Domingos Vieira, a saber: *Sobre a lingua portugueza* e *Sobre litteratura Portugueza*. No segundo volume há uma *Chrestomathia histórica da lingua portugueza*. Estes textos contêm o predomínio do componente linguístico e a escolha do patrimônio literário. A nomenclatura aparece multiplicada com formas flexionadas de vários lexemas, documentadas frequentemente em extensas textualizações literárias. Determinado verbo pode dar lugar a várias entradas, a partir das flexões, além da forma do infinitivo distribuída pela ordem alfabética com glosas abonadas por bons autores. Esta obra despertou críticas no ambiente cultural que apontou suas falhas, mas alguns a receberam bem, como Camilo Castelo Branco.

Quanto à técnica lexicográfica, o dicionário de Vieira apresenta disformidade na seleção e estruturação da nomenclatura e nas citações que o faz parecer uma antologia. Havia, ainda, problemas com o texto patrimonial e com as abonações (VERDELHO, 1994).

### 3.3.4 Outras Obras de Valor

Outras reconhecidas obras, além das referidas, promoveram, também, o avanço da lexicografia e da lexicologia da língua portuguesa e, certamente, oferecem valiosas contribuições para a compreensão do idioma e da própria sociedade, especialmente porque um lexicógrafo pode realizar outros tipos de pesquisa.

- FRANCISCO JÚLIO DE CALDAS AULETE

Este dicionarista dedicou-se ao ensino na Escola Normal Primária de Marvila, da Escola Acadêmica e do Liceu Nacional de Lisboa. Produziu vários manuais escolares como a *Cartilha Nacional, método para aprender simultaneamente a ler, a escrever, a ortografar e desenhar* em 1873 e a *Selecta Nacional*, curso prático de literatura portuguesa 3 volumes: *Literatura* em 1875, *Oratória* em 1875 e *Poesia* em 1877. Em 1864, Caldas Aulete escreveu uma *Gramática Nacional (Curso Elementar)* que foi aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Pública para ser obrigatoriamente adotada nas escolas públicas de ensino primário por, no mínimo, três anos, com exclusão de qualquer outra obra. Houve uma reedição da *Gramática Nacional* em 1875.

O autor também organizou a *Enciclopédia das Escolas Primárias* em parceria com José Maria Latino Coelho em 1869. Aulete escreveu cadernos para exercícios caligráficos e complementos da *Cartilha Nacional*. Foi o idealizador e iniciador do *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa* em 1881. A obra editada em seu nome é considerada uma das melhores da Língua Portuguesa. Na realidade, o lexicógrafo concluiu apenas a letra A do dicionário, mas António Lopes dos Santos Valente (1839-1896) continuou a obra como projetada por Aulete (GIACOMINI, 2006).

Nesta obra, Aulete fez uma reflexão lexicográfica sobre o *estado em que se acham os estudos da sciencia lexicologica portuguesa*. Na análise encontra-se a comparação de excertos dos dicionários de Roquete, Lacerda e Morais. No prefácio há uma definição dos objetivos do trabalho e fala das características da ampla nomenclatura. O dicionário acolhe neologismos, termos técnicos, arcaísmos, etc. (VERDELHO, 1994).

- ANTÓNIO CÂNDIDO DE FIGUEIREDO

Conhecido como Cândido de Figueiredo foi o autor do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* publicado em 1899 com diversas reedições. Também publicou estudos linguísticos, ficção e crítica sócio-institucional como *Lisboa no ano 3.000* publicado em 1892 e reeditado. Foi tradutor de obras de filologia e linguística. Também foi professor provisório do Liceu Central de Lisboa em 1881 (NUNES, 2009).

Esta obra retoma textos do patrimônio escritural português como os autores de teatro António Prestes, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Simão Machado, de autores modernos como José Agostinho, Castilho, Herculano, Camilo. Também acolheu textos de Gil Vicente. Cândido Figueiredo ampliou o inventário lexical português; fez recolhas coloquiais e populares; regionalismos; brasileirismos e termos da tecnologia científica. A nomenclatura contém 110.000 entradas distribuídas em duas colunas por dois volumes com 781 e 860 páginas com a manutenção da informação gramatical e etimológica (VERDELHO, 1994).

- LAUDELINO DE OLIVEIRA FREIRE

Organizou trabalhos lexicográficos na Academia Brasileira de Letras. Em 1918 fundou a *Revista da Língua Portuguesa* e a *Estante Clássica* em 15 volumes. Em 1924 apresentou um projeto de um dicionário de língua portuguesa, todavia, a comissão encarregada do intento dissolveu-se em 1934. Projetou o *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* em 5 volumes pela editora *A Noite*, com os colaboradores J. L. Campos, Vasco Lima e António Soares Franco Júnior (NUNES, 2009).

- ANTENOR NASCENTES

Antenor de Veras Nascentes interessou-se pelos estudos linguísticos brasileiros e, logo depois, dedicou-se ao estudo da pronúncia do povo do Rio de Janeiro. Como filólogo atuou na *Sociedade de Estudos Filológicos* de São Paulo, no *Comité Internacional de Linguistas*, da *Sociedade dos Romanistas* e da *Comissão da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Como lexicógrafo escreveu o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa – 2 volumes* de 1932-1952; o *Dicionário Básico do Português do Brasil* de 1949; o *Dicionário da Língua Portuguesa – 4 volumes* de 1961-1967 que, de acordo com Murakawa (1998, p. 153), *saiu publicado numa única edição pelo Departamento de Imprensa Nacional, esgotando-se rapidamente*. Certamente, pela qualidade do trabalho. Há, ainda, outras obras do autor em destaque: *Noções de Estilística e de Literatura* de 1929; *Estudos Filológicos* de 1939; *Tesouro da Fraseologia Brasileira* de 1945; *A pronúncia brasileira da língua portuguesa* de 1952; *Gíria Brasileira* de 1953; *O linguajar Carioca* de 1953; *Elementos de Filologia Românica* de 1954; *Bases para a Elaboração do Atlas Linguístico do Brasil* de 1958 (NUNES, 2009).

Castilho, da Universidade de São Paulo (2011), em seu artigo *Como as línguas nascem e morrem?* cita as primeiras gramáticas do Português:

- a) *Grammatica da Lingoagem Portugueza* de Fernão de Oliveira em 1536;
- b) *Grammatica da Lingua Portugueza* de João de Barros em 1540;
- c) *Regras que ensinam a maneira de escrever a hortografia da língua portuguesa com um diálogo aque adiante se segue em defesa da língua portugueza* de Pero Magalhães de Gândavo em 1574;
- d) *Orthographia* de Duarte Nunes de Leão em 1576;
- e) *Origem da Lingoa Portugueza* de Duarte Nunes de Leão em 1606;
- f) *Methodo Grammatical para todas as Lingoas* de Amaro de Reboredo em 1619;
- g) *Breves Louvores da Lingua Portugueza* de Álvaro Ferreira de Vera;
- h) *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina* de Jerônimo Contador de Argote em 1721;
- i) *Orthographia* de Luís Caetano de Lima em 1736;
- j) *Orthographia* de João de Madureira Feijó em 1739;
- k) *Verdadeiro Methodo de Estudar* de Verney em 1746;
- l) *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza* de Jerônimo Soares Barbosa em 1782.

O autor registra, ainda, outros importantes dicionários de língua portuguesa:

- a) *Prosodia in Vocabularium Trilingue, Latinum, Lusitanum et Castelhanum* de Bento Pereira, 1634;
- b) *Tesouro da Língua Portuguesa* de Bento Pereira, 1647;
- c) *Vestígios da língua arábica em Portugal, ou Lexicon Etimológico das palavras e nomes portugueses que têm origem arábica* de Frei João de Souza, 1789;
- d) *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram- 2 volumes* de Frei Joaquim de Santa Viterbo, 1789-1799;
- e) *Dicionário de Vocábulo Brasileiros* de Visconde de Beaurepaire Rohan, 1889;
- f) *Subsídios a um dicionário completo (histórico-etimológico) da Língua Portuguesa* de Antonio Augusto Cortesão, 1900-1901;
- g) *Apostilas aos Dicionários Portugueses* de Anicedo Dos Reis Gonçalves Viana, 1906;
- h) *Glossário Luso-Asiático – 2 volumes* de Sebastião Rodolfo Dalgado, 1906;
- i) *Influências do Vocabulário português em línguas asiáticas* de Sebastião Rodolfo Dalgado, 1921;
- j) *Vocabulário Ortográfico da Academia das Ciências* de Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, 1940;
- k) *Dicionário Etimológico – 2 volumes* de José Pedro Machado, 1956-1959;
- l) *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* de Antônio Geraldo da Cunha, 1982;
- m) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda, 1986;
- n) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* de Antônio Houaiss, 2001;
- o) *Dicionário de Usos do Português do Brasil* de Francisco da Silva Borba, 2002.

Krieger traz uma síntese das razões da existência das obras lexicográficas, para além de sua função didática:

além do papel de arquivo de memória do componente lexical, muitas são as funções que, historicamente, os dicionários de língua desempenharam na e para as sociedades. Ao registrarem, de modo sistematizado, os itens lexicais de uma língua dão coesão às sociedades e projeção às suas culturas, porquanto definem a identidade linguística dos povos (KRIEGER, 2007, p. 297).

A propósito da questão de maior qualidade das novas obras lexicográficas, Murakawa (UNESP – Araraquara) está coordenando o projeto de elaboração do Dicionário Histórico do Português do Brasil – séculos XVI, XVII e XVIII (DHPB) que foi idealizado por Maria Tereza de Camargo Biderman. A obra tem caráter histórico, portanto, a equipe registra as mudanças semânticas ocorridas nas unidades lexicais desde o Brasil colônia, baseadas em variada documentação textual. O trabalho é dividido em: i) conceitos e opiniões acerca de um dicionário histórico; ii) constituição do *corpus* do DHPB e sua relação com a História; iii) alguns aspectos da prática lexicográfica do DHPB por meio de exemplos de verbetes. O dicionário deverá conter 10.000 palavras. Marco importante para a concretização de uma ferramenta útil e valiosa para a educação.

Na Universidade Estadual de Londrina Aguilera integra a equipe do Projeto Léxico dialetal galego português, com sede na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. O projeto visa a recolher trabalhos dialetológicos como atlas linguísticos, monografias, vocabulários com a finalidade de analisar as variedades faladas na Galícia, em Portugal e no Brasil. Aguilera da Universidade Estadual de Londrina (UEL), vice-coordenadora do projeto no Brasil, coordena a pesquisa em obras dialetológicas no Paraná. O projeto conta, ainda, com docentes e estudantes de graduação e pós-graduação em Estudos da Linguagem da UEL. Isto é outra prova do avanço das ciências da linguagem refletida em instrumentos de pesquisa científica como os dicionários.

Terreno fértil no interior do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina tem desenvolvido projetos em favor da Lexicografia. Segundo Aguilera (2010, p. 240),

em Londrina-Paraná, em 2008, o Prof. Dr. Joaquim Silva publicou o *Dicionário da língua portuguesa medieval*, projeto gestado durante mais de uma década na escolha paciente e criteriosa de 17.000 verbetes coletados junto a dezenas de fontes medievais já transcritas, como as *Cantigas de Santa Maria*, *as Décadas*, *O Cancioneiro da Ajuda*, *As Cantigas D'El rei dom Dinis*, entre outros.

### 3.3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo apresentei o referencial utilizado para o estudo do léxico. A definição de léxico na visão dos diversos especialistas como os estudiosos que têm suas obras publicadas na coletânea *As Ciências do Léxico*, de Aparecida Negri Isquierdo e colaboradores, além de outros pesquisadores, mostrou que as investigações acerca do tema devem ser constantes.

Para um embasamento que sustentasse este trabalho na apresentação do percurso historiográfico das obras dicionarísticas, como enciclopédias, dicionários, vocabulários e glossários, lancei mão dos textos de Verdelho e de outros estudiosos. Os textos mostraram que a Gramaticografia e a Lexicografia custaram a ganhar vulto na Língua Portuguesa, mas quando o fizeram, deixaram contribuições que já delineavam os passos que a moderna Lexicografia e a Lexicologia poderiam trilhar.

Quanto às mais importantes gramáticas e aos mais importantes dicionários, elenquei-os de acordo com registro feito por pesquisadores como Castilho, Murakawa e outros. A pesquisa dos autores citados mostrou que as primeiras obras eram feitas por lexicógrafos solitários, portanto não contavam com apoio logístico, tecnológico ou pessoal. Embora tais trabalhos contenham falhas, legaram aos dicionaristas modernos e contemporâneos acervo já pronto de modo que possam avançar nas pesquisas e na construção de obras mais bem elaboradas.

## CAPÍTULO 4

### A ELABORAÇÃO DO VOCABULÁRIO

#### 4.1. A ORGANIZAÇÃO DE UM VOCABULÁRIO

Conforme visto no capítulo anterior, a tipologia dicionarística é, definitivamente, variada. Para uma ciência que tem o léxico como objeto de estudo é necessário conhecer as origens da Lexicografia e da Gramaticografia que possibilitam uma compreensão mais abrangente da Lexicografia, da Lexicologia e da Metalexigrafia da Língua Portuguesa.

Outro fator importante é conhecer como uma obra lexicográfica é estruturada e como a organização depende de sua classificação. Porto Dapena (2002, p. 75) assevera que

todo dicionário é construído e organizado em torno de dois eixos fundamentais: uma *macroestrutura*, constituída por todas as suas entradas dispostas de acordo com um determinado critério ordenador, junto a uma *microestrutura* ou conjunto de informações – também dispostas de acordo com um determinado padrão ou padrões – que se oferecem dentro do artigo lexicográfico.

Mas, para organizar a estrutura, seja a macro ou a micro, de um dicionário, não basta levar em consideração a ordenação das entradas para responder às necessidades práticas de quem o utiliza.

Bugueño Miranda (2007, p.263), por exemplo, registra que desde a década de 1980, tem sido consensual para os lexicógrafos não ser possível uma obra abranger todo o léxico de uma língua e os elementos que o envolvem. Com relação ao usuário ou consulente do dicionário, o autor afirma que o lexicógrafo não se coloca na sua perspectiva, pois, é sabido que um usuário procura sempre o caminho mais curto para chegar ao seu objetivo, a informação que busca. Assim, as necessidades do consulente deveriam ser levadas em conta para uma construção macroestrutural mais refletida.

Creio, também, que muito além de oferecer respostas e auxílio aos que buscam o dicionário, existe a postura do lexicógrafo de legar uma herança, não unicamente o aspecto material como estrutura, capa, tipo de papel e de tinta, formatação, etc., mas, sobretudo, a representação de uma cultura, de uma ideologia, de um momento sócio-histórico, enfim, de sua ótica de mundo.

Deste modo, compreender esta estruturação, bem como a definição dos componentes canônicos é um passo deveras importante para o uso satisfatório de uma obra lexicográfica e do universo dicionarístico que é capaz de oferecer mais que definições. É o que Lara (2004, p. 152) defende quando postula:

Diz-se que a arte aparece quando os lexicógrafos colocam em prática seus métodos e redigem sua obra. Certamente, não há arte na composição da nomenclatura, na decisão sobre o tipo de entradas em que se ordenarão os vocábulos no dicionário, na sistemática rigorosa das explicações gramaticais que formam o lema, nos métodos de verificação e atribuição de marcas diatópicas e diastráticas ou na definição do esquema da micro-estrutura. Contudo, existe arte na sutil análise semântica e na reconstrução do significado no texto do artigo; no discurso da definição e sua relação orgânica com os exemplos; em toda essa <<arquitetura>> semântica e simbólica que se plasma no artigo lexicográfico, e que não se forja na pura aplicação do método, pois a qualidade do dicionário depende, finalmente, tanto da formação linguística do lexicógrafo como de sua sensibilidade em relação aos fenômenos da significação e de sua capacidade para redigir um texto breve, preciso e elegante. É isso que torna o dicionário uma obra que supera a necessidade de informação para dar lugar à verdadeira construção social do significado e ao papel determinante que têm os dicionários nas culturas verbais que conhecemos e apreciamos. Mas a arte do dicionário não é uma de suas disciplinas; é, em todo caso, resultado de outra disciplina, a de estudo e de trabalho de seu autor, o lexicógrafo.

Mas, o trabalho da recolha do que será uma verdadeira obra ocorre no momento em que determinada palavra (lema) é lematizada, isto é, entra na lista de algum trabalho lexicográfico (não unicamente no dicionário, mas, também, em enciclopédias, vocabulários, glossários), significa que ela se tornou uma entrada a partir da chamada *forma canônica*. Assim, o lema representa as variantes de determinado paradigma.

Por *forma canônica* entende-se que, se, por exemplo, a entrada na nomenclatura é um adjetivo, este deve figurar no singular masculino. Se for substantivo deve aparecer no singular. Se um verbo é elencado para ser entrada ele deve, necessariamente, figurar em sua forma infinitiva.

Há, ainda, trabalhos que apresentam formas flexionadas da unidade léxica no dicionário com o intuito de orientar o usuário estrangeiro que necessite consultar a obra. Geralmente, este tipo de dicionário, ou outro trabalho lexicográfico faz a remissão para a forma básica da unidade arrolada.

## 4.2 UNIDADE LEXICAL E DEFINIÇÃO LEXICOGRÁFICA

O conceito de palavra tem sido alvo de infindáveis discussões. Tão acirradas têm sido as discordâncias acerca do termo que, segundo Biderman (1999, p. 81), alguns linguistas presentes no VI Congresso Internacional de Linguística em Paris, no ano de 1948 propuseram o banimento do conceito de *palavra* da Linguística. Para a autora, o conceito de palavra deve ter um valor relativo, pois varia de língua para língua.

Conforme Azeredo (2004, p. 68), o termo palavra é impreciso por ser de uso muito comum e ter sentido amplo. Há, ainda, teóricos que acreditam ser a *palavra* sinônimo de *vocábulo*. Pode-se, ainda, entender vocábulo como lexia. Já o Dicionário de Termos Linguísticos (ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO TERMINOLÓGICA, 1976), considera a unidade lexical como “a unidade que diz respeito ao nível de análise relativo ao léxico. O termo unidade lexical pode recobrir várias realidades: o lexema (unidade da língua), o vocábulo (unidade do discurso ou da parole), a lexia, unidade lexicográfica, a palavra”.

### 4.2.1 A Estrutura da Definição Semântica no Dicionário

De acordo com Werner (1982, p. 259-262), o tipo mais frequente de dicionário é o semasiológico tradicional em que um artigo é composto de duas partes principais: uma sobre a qual se deve dar a informação (lema) e outra que contém a dita informação. O elemento primordial da chamada parte definitória é a definição semântica propriamente dita, que cumpre a função de ser a explicação do significado. O método da definição semântica nos artigos dos dicionários é baseado em larga tradição, como tantos outros elementos da lexicografia prática. Werner (1982, p. 259) afirma que não têm ocorrido propostas de um método totalmente novo para a definição semântica dos artigos nos dicionários. A maioria dos autores não tem problematizado a estrutura da definição lexicográfica para apresentar, de modo satisfatório, a estrutura do conteúdo ou significado da unidade léxica. A definição poderia consistir de uma simples instrução que permitiria ao usuário utilizar adequadamente uma unidade léxica como emissor ou entendê-la como receptor de uma mensagem linguística.

Se for retirada a parte definitória do artigo de um dicionário do tipo tradicional, as indicações sobre combinação de significantes, os exemplos do uso de significante que figuram como lema e, quando correspondem, restam apenas as indicações etimológicas. A parte central, geralmente, contém uma formulação metalinguística que é a descrição de possíveis conteúdos referenciais de uma unidade léxica.

Nos dicionários plurilíngues pode-se encontrar diferentes possibilidades de tradução. Nos dicionários que registram unidades léxicas consideradas elementos gramaticais, no caso de unidades de vocabulário gramatical, a parte central pode conter também a indicação dessa função, remetendo o usuário do dicionário a um paradigma gramatical. Antes e depois da parte central da definição há indicações que o usuário não conhece, como, por exemplo, se eles se referem às condições de uso de um significante ou às condições de atribuição de um conteúdo a um significante. A questão de qual dos dois tipos de condições se trata, está nas indicações que aparecem entre o lema e um conteúdo referencial. Werner (1982, p. 264) aponta que esse é um problema ainda não resolvido de maneira satisfatória na maioria dos dicionários publicados até hoje.

Quanto às instruções das unidades léxicas, segundo o autor citado (1982), o lexicógrafo pode dar-lhes usos detalhados que levem em conta todos os fatores de que dependem as relações entre conteúdo e significante. Até hoje não foi apresentado, de forma adequada, o problema da descrição do conteúdo ilocucionário das unidades léxicas. Os linguistas que consideram a dependência de singificantes e conteúdos de fatores situacionais e o conteúdo ilocucionário como fatos do sistema (competência comunicativa) têm publicado trabalhos lexicográficos de certa extensão, mas poucos trazem suas teorias semânticas de modo satisfatório. Para dar ao usuário instruções além da mera indicação de conteúdo referencial ou uma possibilidade de tradução, a maioria dos dicionários se serve de códigos de indicações muito sumárias. Do ponto de vista do modelo do signo linguístico proposto por Werner (1982), tais códigos não são outra coisa senão indicações de possíveis conteúdos ilocucionários e condições situacionais que correspondem a determinados conteúdos.

As indicações sobre condições de uso situacionais e possíveis conteúdos ilocucionários coincidem com a atribuição de unidades léxicas ou de conteúdos de unidades nos *subsistemas* do sistema linguístico que é objeto de descrição lexicográfica em obras dicionarísticas (WERNER, 1982, p. 266).

O fato é que os linguistas deveriam se ocupar de uma lexicografia que elaborasse um sistema de indicações que não distinga simplesmente níveis linguísticos, sem que se refiram explicitamente à determinação dos conteúdos ilocucionários e fatores situacionais da comunicação linguística. Como proposta para melhorar tais indicações, uma obra não pode limitar-se a dar um único exemplo de classificação determinada de modo pragmático, como se usa em um dicionário do tipo tradicional (WERNER, 1982, p. 267).

#### 4.2.2 A Metalíngua da Definição Lexicográfica

Os usuários de um sistema linguístico comum podem fazer asserções, não apenas sobre sua experiência da realidade, mas também sobre o mesmo sistema linguístico utilizado. A distinção clara entre língua-objeto e metalíngua foi adotada relativamente tarde pela Linguística moderna que a tomou da lógica formal do século XX, época em que a lexicografia prática contava já com uma tradição de vários séculos. Se a definição lexicográfica serve para dar aos usuários da língua instruções sobre o uso e sobre a compreensão de significantes léxicos, não há dúvidas de que a definição do conteúdo das unidades léxicas no dicionário representa uma comunicação no plano metalinguístico. Para vários autores, a definição lexicográfica é, simplesmente, uma asserção sobre o conteúdo ou o significado das unidades léxicas (WERNER, 1982, p. 269-270).

Independentemente das teorias linguísticas, o objeto da definição lexicográfica do dicionário semasiológico monolíngue tradicional ou do dicionário bilíngue é dar ao usuário uma instrução que lhe permita usar ou interpretar corretamente signos léxicos, segundo seu papel de emissor linguístico, receptor linguístico ou tradutor (WERNER, 1982, p. 271).

#### 4.2.3 A Técnica da Paráfrase Lexicográfica e Instrução Semântica com a Indicação de Sinônimos

Uma das possibilidades de definir o conteúdo referencial de uma unidade léxica consiste em parafrasear o semema que o corresponda mediante um sintagma cujo conteúdo referencial seja idêntico ao do semema a ser definido. Portanto, o semema de uma unidade léxica se explica mediante a combinação dos sememas de outras unidades léxicas. A explicação de uma definição só é satisfatória quando a combinação dos sememas do definidor compreende os mesmos semas que o semema da unidade a ser definida. Certos autores destacam as distinções existentes entre a parafrase e a definição lexicográfica pela indicação de sinônimos.

Em muitos dicionários os sememas de unidades léxicas não se definem frequentemente, segundo um mesmo procedimento uniforme. Junto à definição por parafrase tem-se com frequência a explicação por meio de sinônimos (WERNER, 1982, p. 276-277).

#### 4.2.4 O Círculo Vicioso das Definições Lexicográficas

A definição lexicográfica mediante paráfrase ou indicação de sinônimos oferece a vantagem de poder prescindir, em grande parte do uso de um inventário peculiar de signos metalinguísticos. Se o objeto da descrição lexicográfica constitui a unidade léxica de um sistema linguístico, as técnicas da paráfrase e da delimitação por intermédio de sinônimos implicam na definição de unidades léxicas por meio de outras que são, objeto de tal descrição. Assim, é, praticamente, impossível evitar as definições circulares. O problema do círculo vicioso poderia ser reduzido se o autor de um dicionário se esforçasse em explicar o conteúdo ou o uso de unidades léxicas por meio de outras de maior frequência. Ao aplicar este princípio com rigor, o lexicógrafo teria que resolver dois problemas bastante difíceis antes de cumprir sua missão propriamente dita: primeiro, teria que definir, de maneira geral, os conceitos de grau de frequência de uso e, em segundo lugar, deveria determiná-los para cada unidade léxica. O grau de difusão de uma unidade léxica só pode ser determinado em relação a um sistema individual ou (sub)sistema coletivo (WERNER, 1982, p. 275-282).

#### 4.2.5 Definição Linguística e Definição Enciclopédica

Em muitos dicionários há uma mescla de dados enciclopédicos e linguísticos. A distinção, em teoria, é bastante clara: no caso da definição enciclopédica, o lema pode ser considerado como significante da língua-objeto que se refere indiretamente a uma fração da realidade extralinguística. Esta realidade pode limitar-se a uma coletividade humana definida cultural e socialmente, mediante conceitos. Neste caso, a definição daria informações sobre o significante linguístico, seus conteúdos, seu uso, sua interpretação ou conhecimentos sociais da realidade extralinguística. No caso da definição linguística, o mesmo lema teria de ser concebido como significante metalinguístico que se refere ao significante da língua-objeto formalmente idêntico. A definição descreveria, neste caso, o conteúdo linguístico de uma unidade. Quanto a unidades léxicas que denominam coisas concretas, especialmente, animais, plantas, frutos, objetos exóticos, etc., a definição enciclopédica é superior à linguística (WERNER, 1982, p. 283-285).

#### 4.2.6 A Descrição Semântica no Dicionário

Na bibliografia recente sobre problemas da descrição semântica no dicionário bilíngue afirma-se, como algo natural, que o dicionário bilíngue traga, no lugar da definição monolíngue do significado, equivalentes por tradução. Assim, os dicionários bilíngues servem exclusivamente, ou em grande parte, como instrumentos para a tradução. Em teoria, seria possível estabelecer uma diferença entre a explicação lexicográfica do dicionário semasiológico monolíngue e a do dicionário de tradução bilíngue, diferença que consistiria em que aquele descreve quais conteúdos podem corresponder a determinados significantes de uma língua, e este, quais significantes de uma língua de destino podem corresponder a determinados significantes de uma língua de origem. Efetivamente, os dicionários bilíngues são usados com frequência, não apenas como ferramentas para a tradução, mas, também, para obter outras informações como ocorre nos dicionários semasiológicos e onomasiológicos (WERNER, 1982, p. 285-286).

#### 4.2.7 As Fraseologias

No vocabulário de documentos escolares de Morretes, encontrei nas fraseologias evidências da erudição e da cultura de pessoas escolarizadas no uso da escrita. São expressões cujo significado deve ser apreendido em sua forma global, pois a análise item a item das fraseologias teria outros sentidos. As fraseologias indicam, além do aspecto lexicológico, o reflexo sócio-histórico-cultural de seus usuários.

De acordo com Miranda,

as fraseologias constituem uma forma de identidade cultural de uma sociedade, são veículos por meio dos quais os falantes trocam informações, dão conselhos, reprimem e compartilham experiências, uma vez que, por estarem arraigadas na sabedoria popular, o uso dessas expressões tem uma força expressiva muito grande (MIRANDA, 2011).

Por terem a função de unidades lexicais, as fraseologias não podem ser analisadas como significados à margem dos demais, isto é, isoladamente. Elas apresentam características de expressões fossilizadas, cristalizadas, portanto não podem receber outros itens em seu interior, podem ser consideradas lexias complexas, um conjunto indecomponível, prognosticável e monossêmico.

Biderman assevera:

as palavras componentes de uma expressão idiomática devem ser interpretadas globalmente. Sendo registradas no patrimônio cultural da comunidade como hábitos verbais, as expressões idiomáticas se caracterizam por ser parte da herança lexical e devem, por conseguinte, ser aprendidas de cor pelos falantes da língua (BIDERMAN, 1999, p. 94).

Embora haja a postulação de que as fraseologias sejam indecomponíveis, há fraseologias em outros campos com possíveis combinações diferentes, como em documentos jurídicos, principalmente quando nas fraseologias são inseridos outros itens com valor de adjetivo ou de advérbio.

As fraseologias também são metafóricas e refletem o grupo de falantes que as utilizam. Nos documentos de Morretes elas têm caráter formal como é típico da produção escrita de profissionais envolvidos na escolaridade, especialmente, nos períodos imperial e republicano do Brasil.

#### 4.3 A MACROESTRUTURA

A macroestrutura é, também, chamada nomenclatura ou nominata, isto é, a reunião de entradas para o corpo do vocabulário e o modo como sua organização é estabelecida.

Segundo Porto Dapena (2002, p. 71),

A ordenação mais frequente dos dicionários é a alfabética; mas, a seu lado, existem outras que geralmente se dão em combinação com esta última, tais como a ideológica ou analógica, por famílias etimológicas ou morfológicas e a estadística, às que podemos acrescentar [...] a estrutural.

As questões relativas ao universo macroestrutural de um dicionário são a seleção e a ordenação do material léxico. Seja no onomasiológico (*thesaurus na língua inglesa*), também chamado de ideológico pela Lexicografia (que trata dos aspectos referentes à denominação, isto é, parte da ideia para chegar ao signo. Ideológico no sentido de estudar o conjunto de ideias e não no sentido moral ou social) ou no semasiológico (as unidades representam a forma em sua ordem alfabética).

Para Porto Dapena (2002, p. 171-174), os critérios da macroestrutura podem ser tanto de ordem externa quanto interna.

Os de ordem externa respeitam:

- 1) O público-alvo a quem o dicionário se destina, em que se distingue um dicionário escolar de um geral;
- 2) O tamanho ou extensão: diferencia-se o dicionário de bolso destinado a turistas (vocabulário essencial);
- 3) O preconceito: a exclusão de termos de baixo calão da nomenclatura, para respeitar a ideologia vigente.

Quanto à ordem interna ou linguística, deve-se respeitar:

- 1) A frequência: o grau de frequência de uso de palavras é o que determina a inclusão de um vocábulo em um dicionário. É considerado o melhor critério, porém traz dificuldades de aplicação prática, já que, para a sua efetivação, são necessários levantamentos lexicais que contemplem muitos textos. Ocorre que muitos lexicógrafos baseiam-se *em apreciações meramente subjetivas ou apriorísticas, sem realizar, assim, as comprovações estatísticas correspondentes*;
- 2) A correção linguística: critério em que *apenas serão admitidos como entradas de dicionários aqueles vocábulos sancionados pela tradição e bom-uso* que tem o objetivo de preservar a língua, em seu âmbito lexical, não apenas evitando os neologismos que não foram suficientemente sancionados, mas, também as novas criações do imaginário dos usuários (sem elas não se permitiriam as mudanças ou evoluções);
- 3) O critério diferencial ou contrastivo: critério utilizado *em vocabulários ou dicionários dialetais, ou, em geral, em alguma variedade concreta da língua*. Segundo ele, *incluem-se apenas como entradas as palavras que não existem na língua standard ou, se existem, possuem algum significado especial*. Os dicionários de neologismos contrastam o léxico de dois ou mais sistemas, respeita o mesmo critério.

Outros pesquisadores, também, oferecem sua visão do que para eles seria a macroestrutura de uma obra. Welker (2004, p. 80), por exemplo, afirma que *macroestrutura* se refere à forma como o corpo do dicionário é organizado. Empregando-se o termo nesse sentido, pode-se caracterizar a macroestrutura mediante certas perguntas que seriam:

- 1) O arranjo das entradas é temático ou alfabético?
- 2) Os verbetes têm todos o mesmo formato?
- 3) Há ilustrações gráficas e/ou tabelas no meio dos verbetes?

4) Informações sintáticas ou outras estão colocadas fora do bloco do verbete?

Landau (2001, p. 99) traz uma definição mais ampla de macroestrutura ao considerar que a quantidade de entradas, a homonímia, a utilização de subentradas (*run-on entries*) os critérios de lematização podem ser de ordem macroestruturais.

Assim, a macroestrutura é um instrumento a ser, constantemente, teorizado e questionado pelos lexicógrafos, pois, devemos lembrar que os acordos ortográficos podem alterar a macroestrutura das obras lexicográficas como, por exemplo, transformar entradas em subentradas.

#### 4.4 A MICROESTRUTURA

A microestrutura de um dicionário é, de acordo com Porto Dapena (2002, p. 182), *um estudo atomístico do léxico na medida em que considera isoladamente as palavras que lhe servem de entrada, é o conteúdo e a organização de um artigo lexicográfico*. Ou seja, são as informações que seguem o lema e como as informações relativas a ele figuram em sua organização. Seu objetivo é informar acerca de cada entrada. As informações têm naturezas diversas, com dados variados a respeito do verbete como: a categoria gramatical, a pronúncia, a etimologia, a história, separação silábica, abonações, remissões, a metaforização, expressões idiomáticas, fraseologias, etc. Geralmente os trabalhos lexicográficos dão prioridade ao conteúdo semântico da unidade léxica.

Nesta tese, em particular no *Vocabulário de documentos escolares em Morretes*, a significação do levantamento das unidades é extremamente importante, pois o vocabulário é um documento linguístico identitário dos que o produziram, da variação de registro (formal) e daquele momento sócio-histórico. Além disso, a procura pela definição é o que motiva a maioria dos consulentes a buscar um dicionário, porque o usuário comum, que não tem obrigações reflexivas acerca do que um dicionário pode oferecer ou demais elementos que compõem um artigo lexicográfico, acredita que a função da obra é codificar ou descodificar palavras.

A definição de um verbete, geralmente, é de teor explicativo-semântico parafrásico. A explicação deve ser clara, sem ambiguidades para ter valência e, sobretudo, utilidade, a quem recorre a um dicionário, pois é o componente semântico que determina as acepções e subacepções de uma unidade léxica. É, ainda, o componente semântico

lexicográfico que apresenta seus traços definidores para diferenciá-los de outras unidades. Biderman (1984, p. 32), esclarece que

a paráfrase deve ser redigida em linguagem simples, escurrita e ter sido formulada utilizando palavras muito frequentes na língua, preferencialmente lexemas que façam parte do vocabulário básico. Tal preocupação garantiria, em princípio, a compreensão fácil do termo cujo significado o consulente desconhece.

Há, também, as definições sinonímicas que definem certas entradas por indicação de sinônimos, especialmente quando definem um vocábulo cuja conotação for denotativamente semelhante.

Dentre os diversos modelos de definição, Biderman (1993, p. 30) afirma ser o mais próximo do ideal para substantivos é a definição hiperonímica que lança mão do hiperônimo (termo cujo significado é mais genérico), como base de classificação, com diferenças específicas: *Frequentemente esse tipo de definição assume um caráter descritivo das características que individualizam o referente.* Uma definição lexicográfica deve ser esclarecedora e objetiva, a mais útil a quem necessite consultar um dicionário, especialmente as crianças e os consulentes não especializados em obras dessa natureza.

Creio ser possível esperar mais do que legitimação da verdade registrada. *Um dicionário é mais do que a partilha entre o que significa a unidade e a permanência do sentido das coisas, é a certeza de um reconhecimento certo e seguro dessas mesmas coisas* (SILVA, 1996, p. 151). Assim, uma vez que o dicionário é reflexo de uma realidade sócio-histórico-econômico-cultural, pode-se dele esperar questionamentos.

A um grupo de palavras conhecidas por uma pessoa ou por um agrupamento de pessoas, de profissionais, ou outro grupo social, dá-se o nome de vocabulário. O vocabulário de um indivíduo é formado pelo volume de palavras que ele consegue compreender ou utilizar em sua conversação. O nível de escolaridade, a realidade sócio-histórico-econômico-cultural, mesmo condições físico-mentais de uma pessoa determinam o limite do uso de seu vocabulário.

Para Barbosa (1995, p. 20), *o vocabulário busca situar-se ao nível de uma norma linguística e sociocultural, têm como unidade-padrão o vocábulo.*

Este vocabulário, do tipo analógico, foi elaborado a partir das unidades coletadas nos manuscritos de Morretes, datados de 11 de janeiro de 1869 a 09 de agosto de 1900, todos relativos à escolaridade naquele município. A escolha dos 105 itens para compor

a nomenclatura do *Vocabulário*, acompanhadas de seus contextos por meio da abonação, reproduzem a norma culta da comunidade letrada morretense.

O *Vocabulário dos documentos escolares de Morretes* obedeceu à ordem alfabética em cuja organização, considere, também, o leitor deste trabalho, ou seja, a pessoa interessada em pesquisas diacrônicas, textos antigos, realidade escolar pretérita que pretende ou necessita consultar uma linguagem própria de determinada época, ou, ainda, por alguma outra razão específica; desta maneira, o ordenamento alfabético facilitará a busca.

Para organizar a microestrutura utilizei informações do contexto estudado como, por exemplo, as abonações extraídas do *corpus* (HAENSCH, 1982, p. 470). Como material introdutório, para a apresentação das unidades, assim convenicionei:

- a) As entradas dos verbetes deste vocabulário serão organizadas em ordem alfabética contínua;
- b) A entrada iniciará em caixa alta, negritada, com a mesma grafia da abonação;
- c) A forma atual de escrita virá entre colchetes, também, em negrito, logo após a forma contida na abonação, o termo a ser destacado virá, também, negrito entre < >;
- d) A classificação gramatical da palavra lematizada estará logo após a entrada atualizada;
- e) A definição, ou seja, a informação semântica segue o contexto em que a lexia se faz presente, para tanto, registrei a que me pareceu mais conveniente à situação encontrada nos manuscritos, pois, segundo Murakawa (2006, p. 164), *o exemplário que compõe um dicionário pode ser extraído da língua falada ou escrita na época, ou podem ser construções do lexicógrafo, baseadas na sua competência de falante do idioma.*
- f) A abonação e sua localização no corpus; o número do documento, se *recto* ou verso do fôlio e a (s) linha (s) da ocorrência virão logo após a classificação do verbe;te;
- g) As remissivas serão indicadas pela abreviação **VER.** (verificar) em negrito, pois, relacionam verbetes que integram a nomenclatura deste vocabulário e remete a verbetes complementares;
- h) O tamanho da fonte *Times New Roman* utilizado é 12;
- i) As abreviaturas referentes ao emprego no contexto do *corpus* são:

- *Adj.* = adjetivo; *expr.* = expressão; *f.* = feminino; *forma de trat.* = forma de tratamento; *fraseologia* = fraseol.; *m.* = masculino; *s.* = substantivo; *verbo= vt* = verbo transitivo; *v.i.* = verbo intransitivo.

#### 4.5 PARA SINTETIZAR

Este capítulo abordou os elementos indispensáveis à elaboração de obras dicionarísticas e, neste caso, de um vocabulário. Conforme Porto Dapena (2002), uma obra deste tipo é constituída de macro e microestrutura. Além da seleção e ordenação dos itens a que devem figurar em uma nomenclatura, é preciso respeitar critérios tanto de ordem externa, quanto interna.

Outros autores afirmam que a organização das entradas e suas definições, os paradigmas de estruturação e ordenamento alfabético, o aspecto das fraseologias, dentre outros procedimentos são de extrema relevância para a qualidade do trabalho lexicográfico.

Para a construção do *Vocabulário dos documentos escolares de Morretes*, fiz a recolha de 105 unidades léxicas, registrei as abonações extraídas *corpus* e mostrei as convenções adotadas para tal. Pelo grau de formalidade das unidades componentes do Vocabulário, observa-se que o léxico daqueles que fizeram a escolaridade em Morretes e que transmitiram esse falar à sociedade morretense é seu reflexo.

## 5 O VOCABULÁRIO DE DOCUMENTOS ESCOLARES EM MORRETES

**Analyse de construcção.** [análise de construção] s.f. Análise sintática. “Em seguida passou o examinador Fernando Machado de Simas a proceder o exame de grammatica e <analyse de construcção portugueza> e arythmetica [...]” (Doc. 57, fol. 001r, l. 27-28).

**Assembléa Legislativa Provincial.** [Assembleia Legislativa Provincial] fraseol. Grupo formado por políticos que legislavam com fins deliberativos na Província. “A <Assembléa Legislativa Provincial> do Paraná decreta [...]” (Doc. 51, fol. 001r, l. 2).

**Attestados de frequencia.** [atestados de frequência] s.m. Espécie de documento com a finalidade de controlar a frequência dos professores, funcionava como um tipo de livro-ponto. “[...] afim de que os respectivos Professores possão com brevidade obter os <attestados de frequencia>, para o recebimento dos seus ordenados (Doc. 63, fol. 001r, l. 16-17).

**Auxilio pecuniario.** [auxílio pecuniário] s.m. Tipo de ajuda financeira. “Tendo em vão dirigido um officio ao Presidente da Camara Municipal desta cidade, pedindo um <auxilio pecuniário>, para vestir alguns alumnos extremamente pobres [...]” (Doc. 71, fol. 001r, l. 4).

**Banca inclinada para escripta.** [banca inclinada para escrita] fraseol. Espécie de carteira escolar. “[...] três <bancas inclinadas para escripta>.” (Doc. 04, fol. 001r, l. 4).

**Bancos de assento.** s.m. Espécie de assento utilizado nas escolas. “<Cinco bancos de assento>.” (Doc. 04, fol. 001r, l. 3).

**Bancos de escripta.** [Bancos de escrita] s.m. Espécie de assento utilizado nas escolas. “Tinteiros de chumbo para <bancos de escripta>” (Doc. 03, fol. 001r, l. 8 – 9). **VER.** Bancos de assento.

**Bonets de papelão.** [bonés de papelão] s.m. Certo tipo de chapéu baixo feito de papelão, forrado com tecido. “[...] em troca de <bonets de papelão> [...]” (Doc. 74, fol. 002r, l. 18 - 19).

**Cabide para chapeu.** [Cabide para chapéu] s.m. Tipo de móvel, com hastes, específico para pendurar chapéus, também chamado de mancebo. “2 <cabides para chapeu>” (Doc. 03, fol. 001r, l. 7).

**Cadeira.** s.f. Disciplina, matéria escolar. “[...] para que seja preenchida a <cadeira> de instrução secundária [...]” (Doc. 01, fol. 001r, l. 6).

**Caixilho.** s.m. Espécie de caixa pequena para o traslado, transporte ou carregamento de objetos. “6 <Caixilhos> para traslado.” (Doc. 03, fol. 001r, l. 10).

**Caligraphia [caligrafia]** s.f. Tipo de escrita à mão segundo modelo estabelecido. “[...] 3 pautas de madeira para o ensino de ,caligraphia> (Doc. 5 , fol. 001r , l. 18).

**Capitação.** s.f. Certo imposto pago por cabeça; o que cabia a cada um pagar. “[...] quando elle leva o seu mercantilismo ao ponto de impor uma <capitação> aos seus alumnos [...]” (Doc. 74, fol. 002r, l. 15 - 17).

**Casa da residencia. [casa da residência]** s.f. Tipo de casa em que alguém mora, reside; domicílio. “Aos cinco dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e oitenta e cinco, nesta cidade de Morretes na <casa da residencia> do Inspector Parochial da Instrucção Publica [...]” (Doc. 57, fol. 001r, l. 4).

**Casa escolar.** s.f. O mesmo que escola. “[...] planta e orçamento do projeto da <casa escolar> [...]” (Doc. 55, fol. 001r, l. 4-5).

**Catavento político. [cata-vento político]** s.m. Forma metafórica para referir-se à pessoa que se comporta conforme sua conveniência, de caráter questionável, duvidoso. “[...] só uma mal-entendida protecção politica póde consentir que esse moço, verdadeiro <catavento político>, seja Professor publico [...]” (Doc. 74, fol. 001r, l. 22).

**Cathecismo de Pinheiro. [Catecismo de Pinheiro]** s.m. Espécie de manual de instrução religiosa. “[...] 6 <Cathecismos de Pinheiro>, os quaes recebi em máu estado [...]” (Doc. 7, fol. 001r, l. 4 – 5).

**Cento por cento. [cem por cento]** expr. O mesmo que cem por cento. “[...] no que tem um lucro superior a <cento por cento>!” (Doc. 74, fol. 002r, l. 21).

**Chufa.** s.f. Zombaria, deboche. “[...] por quanto esse professor zomba da autoridade de que a lei me revestio, cobre-me de <chufas>, tornando-me impotente para dar-lhe a correção legal [...]” (Doc. 74, fol. 002r, l. 10 - 12).

**Cidadao Director Geral da Instrucção Publica da Provincia. [Diretor da instrução pública da Província]** forma de trat. Forma de tratamento utilizada em documentos escolares dirigida ao inspetor da instrução provincial. “[...] <Cidadão Director Geral da Instrucção Publica>. Comunico-vos que no dia 17 de Julho [...]” (Doc. 77, fol. 001r, l. 1).

**Cidadao Doutor Governador do Estado. [Cidadão Doutor Governador do Estado]** forma de trat. Forma de tratamento utilizada para aquele que governava o Estado. “[...] licença que

me foi concedida pelo <**Cidadão Doutor Governador do Estado**> por decreto”[...] (Doc. 77, fol. 001r, l. 6 - 7).

**Compendio. [compêndio]** s.m. Espécie de livro. “[...] Acompanhando 2 <**Compendios**> da Historia do Brazil [...]” (Doc. 07, fol. 001r, l. 3-4).

**Confiar (Confiada).** v.t.d.i. estar certa ter certeza. “[...] e, por isso, <**confiada**> na reconhecida caridade [...]” Doc. 16, fol. 001r , l. 9).

**Côrte. [Corte]** s.f. Espécie de sede da administração de uma monarquia. “[...] vem respeitosa e requerer á Vossa Excelencia dois mezes de licença á fim de tratar de sua saude na <**Côrte**> [...]” (Doc. 10, fol. 001r, l. 10).

**Dar começo.** vb. Começar, iniciar, principiar. “[...] esta Camara, cujo Presidente é um dos superintendentes do ensino obrigatorio, tendo em sessão de hoje resolvido <**dar começo**> a edificação de uma casa escolar.” (Doc. 55, fol. 001r, l. 8).

**Desideratum. [desiderato]** expr. latina. Espécie de aspiração; aquilo que se deseja. “[...] espera que na generosidade de *Vossa Senhoria* encontrará efficaz apoio para chegar ao seo <**desideratum**>.” (Doc. 17, fol. 001r, l. 12).

**Desidia. [desídia]** s.f. O mesmo que preguiça. “[...] os factos succedem-se tão ininterruptamente, a <**desídia**> é tanta, que ousou asseverar á *Vossa Senhoria* que esse Professor não tem a illustração, o criterio, nem a moralidade necessarias [...]” (Doc. 74, fol. 001r, l. 14).

**Deus Guarde a Vossa Excellencia.** expr. protocolar e escatocolar utilizada em documentos officiais. “<**Deus Guarde a Vossa Excellencia**>” (Doc. 2 , fol. 001r , l. 13). **VER.** Deus Guarde a Vossa Senhoria.

**Deus Guarde a Vossa Senhoria.** expr. protocolar e escatocolar utilizada em documentos officiais. “<**Deus Guarde a Vossa Senhoria**>” (Doc. 1, fol. 001r, l. 9). **VER.** Deus Guarde a Vossa Excellencia.

**Ditto. [Dito]** adj. O já mencionado; o mesmo que “idem” na actualidade. “2 Bancos de 11 palmos, 2 dittos de 8 palmos, 2 dittos de 7 palmos” (Doc. 5, fol. 001r, l.8-9).

**Doutor Director geral de instrucção publica. [Diretor geral de instrucção pública]** forma de trat. Secretário de Educação do Estado. “[...] sociedade de immigração de Morretes e do <**Doutor Director Geral de instrucção publica**>” (Doc. 64, fol.001r, l. 16 – 17).

**Ensino do dia.** s.m. Matérias escolares específicas do dia. “Hoje porem achavaõ-se presentes 54 alumnos, que occupavaõ-se no exercicio do <ensino do dia>” (Doc. 39, fol. 001r, l. 5).

**Escola de primeiras letras do sexo feminino.** fraseol. Tipo de escola que oferecia os primeiros ensinamentos escolares como ler, escrever e contar, exclusivamente para meninas “[...] mappa das alumnas que freqüentaram a aula de primeiras letras, do sexo feminino [...]” (Doc. 22, fol. 001r, l. 3-4).

**Escola de primeiras letras do sexo masculino.** fraseol. Tipo de escola que oferecia os primeiros ensinamentos escolares como ler, escrever e contar, exclusivamente para meninos. “Orçamento dos objectos de que necessita a <escola de primeiras letras do sexo masculino> [...]” (Doc. 03, fol. 001r, l. 2-3). **VER.** Escolas de primeiras letras do sexo feminino.

**Escola mixta. [escola mista]** s.f. Tipo de escola em que meninos e meninas ocupavam o mesmo prédio para estudar, mas em salas de aula separadas. “[...] a professora nomeada para a <escola mixta> desta Cidade [...]” (Doc. 43, fol. 001r, l. 5 -6). **VER.** Escola promiscua.

**Escola promiscua. [escola promiscua]** s.f. Tipo de escola em que meninos e meninas estudavam juntos, mas em salas de aula separadas. “Determino que a senhora Professora disigne 20 de suas alumnas para o dia 31 do corrente em diante freqüentarem a <escola promiscua> desta cidade [...]” (Doc. 38, fol. 001r, l. 13). **VER.** Escola Mixta.

**Estação fiscal.** s.f. Espécie de posto fiscal da Receita Estadual. “O pagamento de vencimentos a empregados por <estações fiscaes> extranhas a dos districtos da residência dos mesmos funcionarios é vedado [...]” (Doc. 48, fol. 001v, l. 2).

**Estrado.** s.m. Espécie de tablado acima do nível do chão que fazia o piso mais elevado para pôr o professor em destaque nas sala de aula, com gavetas que serviam de depósito. “Inventário dos moveis pertencentes a escola de primeiras letras do sexo masculino da Freguesia [...] 1 mesa de 11 palmos sem gavetas bem uzada. 1 ditto de 8 palmos com 1 gaveta em bom uso. 1 ditto de 5 palmos com 1 gaveta em bom uso. 1 <estrado> com 2 gavetas” (Doc. 05, fol. 001 r, l. 6).

**Exemplar caligraphico. [exemplar caligráfico]** s.m. Espécie de modelo com as letras do alfabeto gravadas para os alunos copiarem “[...] 8 dittos com <exemplares caligraphicos>” (Doc. 5, fol. 001r, l. 16).

**Freguezia. [Freguesia]** s.f. Certa divisão da Paróquia sob o comando eclesiástico. “[...] o mappa das alumnas que frequentaram a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta <**freguezia**> [...]” (Doc. 13, fol. 001r, l. 4).

**Funcionar como Deputado. [funcionar como Deputado]** v.i. Cumprir mandato como deputado estadual. “[...] durante o impedimento do actual Inspector que está <**funcionando**> como Deputado à Assembleia Legislativa Provincial [...]” (Doc. 62, fol. 001r, l. 7-8).

**Horas da lição. [horas da lição].** s.f. Horário de aula. “[...] durante as <**horas da lição**>, e elle occupa-se diariamente em serviços seus ou alheios [...]” (Doc. 74, fol. 1v, l. 16 – 17).

**Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor. [Ilustríssimo e excelentíssimo]** Forma de trat. a autoridades. “[...] <**Illustrissimo e Excellentissimo Senhor**>, solicito [...]” (Doc. 02, fol. 001r, l. 1).

**Impreiteiro. [Empreiteiro]** s.m. Indivíduo que realiza obra por conta de outrem mediante pagamento combinado anteriormente. “[...] o Professor Lindolpho é <**impreiteiro**> de uns tantos metros de estrada no Rio Sagrado [...]” (Doc. 74, fol. 002r, l. 4-5).

**Incommodo de saúde. [Incômodo de saúde]** s.m. Problema com a saúde, doença, enfermidade. “[...] visto que seos <**incommodos de saúde**> aggravão-se [...]” (Doc. 17, fol. 001r, l. 4 -5).

**Inspector Geral de Instrucção Publica. [Inspetor de instrução pública]** s.m. Profissional responsável pela inspeção do andamento da instrução pública na Província. “Mui Digno <**Inspector Geral da Instrucção Publica**> da Província do Paraná [...]” (Doc.12, fol. 001r, l. 8-9).

**Inspector parochial. [Inspetor paroquial]** s.m. Profissional nomeado pela paróquia em que a escola estava circunscrita para inspecionar os trabalhos escolares. “Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de Vossa Senhoria datado de 16 do corrente mez nomeando-me para o cargo de <**Inspector parochial**> deste municipio” (Doc. 62, fol. 001r, l. 5).

**Inspectoria Geral de Instrucção Publica [Inspectoria de instrução pública]** fraseol. Núcleo educacional responsável pela inspeção do andamento da instrução pública “[...] <**Inspectoria Geral de Instrucção Publica**> do Paraná [...]” (Doc. 02, fol. 001r, l. 14-15).

**Instrucção primaria. [Instrução primária]** s.f. Primeiros anos escolares em que os estudantes eram ensinados a ler, escrever e contar; o mesmo que a primeira parte do ensino

fundamental na atualidade . “[...] professora da cadeira de <**instrução primaria**> da Freguezia do Porto de Cima [...]” (Doc. 16, fol. 001r, l. 3)

**Instrução secundaria.** [**Cadeira de instrução secundária**] s.f. Curso em que eram ensinadas matérias relativas ao segundo grau; ensino médio na atualidade. “[...] cadeira de <**instrução secundaria**>, ultimamente creada para esta cidade.” (Doc. 11, fol. 001r, l. 6-7).

**Lente.** s.m. Profissional designado a ler textos literários ou científicos em universidades ou outras instituições de ensino. Também atuava como professor universitário. [...] “O Doutor Brasílio Augusto Machado de Oliveira, <**Lente**> da Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente da Provincia do Paraná...” (Doc. 51, fol. 001r, l. 3).

**Livro de visitas.** s.m. Livro em que eram registradas as visitas do inspetor paroquial às escolas de sua paróquia. “[...] faz-se sentir na mesma aula, a falta de um <**livro de visitas**> [...]” (Doc. 29, fol. 001r, l. 14-15). **VER.** Termo de visita.

**Lousa.** s.f. Espécie de quadro pendurado à parede da sala de aula , de cor preta, utilizado para escrever. “2 <**lousas**>, 1 grande e 1 pequena” (Doc. 05, fol. 001r, l. 19). **VER.** Quadro preto.

**Mappa dos alumnos.** [**Mapa dos alunos**] s.m. Documento que continha informações acerca da frequência dos estudantes à escola. “Passo ás mãos de Vossa Senhoria o <**mappa dos alumnos**> que frequentaraõ minha escola [...]”. (Doc. 08, fol. 001r, l. 2)

**Materia do ensino.** [**Matéria do ensino**] s.f. Espécie de assunto ou objeto de estudo; disciplina escolar. “[...] Igualmente communico a Vossa Senhoria que achaõ-se preparadas para serem examinadas nas <**materias do ensino**> as alumnas – Justina Maria da Cunha Vianna, Maria Olimpia Xavier de Castro e Isolina Maria da Gracia [...]” (Doc. 23, fol 001r, l.7 -8).

**Meio therapeutico** [**Meio terapêutico**] s.m. Espécie de tratamento médico; certo tipo de terapia ministrada ao paciente. “Attesto que o Senhor Jose Gonçalves de Moraes soffre de estreitamento do canal da uretra, e que este seo padecimento ha resistido a muitos <**meios therapeuticos**> empregados”. (Doc. 09, fol. 001r, l 4 -5)

**Mister estranho.** s.m. Trabalho inadequado a estudantes ao momento da aula. “O § 1º do artigo 103 dis que é prohibido aos Professores occuparem-se ou occupar os seus alumnos em <**misteres estranhos**> ao ensino [...]” (Doc. 74, fol.1v, l. 17).

**Monarcha.** [**Monarca**] s.m. Certo título de nobreza em países cujo sistema de governo é a monarquia. “1 ditto do <**Monarcha**>” (Doc. 05, fol.001r, l. 15).

**Moxo. [Mocho]** s.m. Tipo de assento pequeno sem encosto; espécie de banco; banquetta. “2 <**moxos**> com assento de palhinha” (Doc. 05, fol. 001r, l. 10).

**Operação custosa.** s.f. Modalidade de cirurgia delicada, difícil, de risco à vida. “[...] unico lugar que offerece melhor garantia para um tratamento vantajoso na <**operação custosa**> pela qual precisa passar [...]”. (Doc. 10, fol 001r, l. 13)

**Ordenado.** s.m. Tipo de pagamento por determinado trabalho realizado; salário. “[...] para o recebimento dos seus <**ordenados**> [...]” (Doc. 63, fol. 001r, l. 17).

**Palmo.** s.m. Tipo de medida de comprimento. “2 bancos de 11 <**palmos**>” (Doc. 05, fol. 001r, l. 7).

**Pauta.** s.f. Espécie de régua com linhas horizontais e paralelas; linha que produz o traço reto, ou pelo fio de pauta para nortear a escrita. “3 <**pautas**> de madeira para o ensino de caligrafia” (Doc. 05, fol. 001r, l. 18).

**Peticionario. [Petitionário]** s.m. Aquele que requer; que faz um requerimento, pedido. “[...] sendo a rezão do atrazo – a falta de renda da collectoria do distrito a que pertencem os <**petitionários**> [...]”. (Doc. 48, fol. 002r, l. 21).

**Por timbre e alarde.** fraseol. Tipo de comportamento que denota arrogância; vanglória. “Muito de proposito tenho me conservado até hoje silencioso perante o procedimento criminoso e inqualificavel do Professor da primeira cadeira desta cidade, Lindolpho Siqueira de Bastos que, com teimosia e desrespeito, <**por timbre e alarde**> de ser superior a lei, esperando que os factos se precipitassem, e com a sua evidencia cruel, o posessem á mi [...]” (Doc. 74, fol. 001r, l. 6).

**Potentado.** adj. Aquele que apresenta comportamento provocador, briguento, abusado. “[...] mas elle os tem recebido, sem attestados meus por onde vejo quão nula é a minha autoridade perante esse <**potentado**> Professor” (Doc. 74, fol. 002v, l. 22).

**Preceptor da infancia. [Preceptor da infância]** s.m. Professor designado ao ensino das primeiras lições escolares da instrução primária . “[...] ousou asseverar á Vossa Senhoria que esse Professor não tem a illustração, o critério, nem a moralidade necessarias para ocupar o cargo de <**preceptor da infância**> [...]” (Doc. 74, fol. 001r, l. 17 – 18).

**Presidencia da Provincia [Presidência da Província]** s.f. Espécie de órgão máximo da administração provincial assumida pelo Presidente; atual governo do estado. “[...] tendo sido nomeado por acto da <**Presidencia da Provincia**> [...]” (Doc. 14, fol. 001r , l. 8).

**Presidente da Província [Presidente da Província]** s.m. Espécie de cargo máximo assumido por um político indicado na Província; atual governador do estado. “[... ] pede ao Excelentíssimo Senhor <**Presidente da Província**>, sua remoção [...]” (Doc. 17, fol. 001r, l. 5-6).

**Primeiras letras. [Primeiras letras]** fraseol. Tipo de escola a oferecer o curso de alfabetização. “[...] a escola de <**primeiras letras**> do sexo masculino da Villa de Morretes [...]” (Doc. 4, fol. 001r, l. 2).

**Professor de primeira classe.** fraseol. Professor designado a lecionar para o primeiro de 5 anos escolares. “[...] resolvi por acto de hoje, em virtude da lei nº 290 de 15 de Abril e regulamento de 13 de Maio do Corrente anno, nomeal-o <**professor de primeira classe**> para reger a cadeira de instrucção primaria [...]” (Doc. 37, fol.001r, l. 10)

**Professor interino.** s.m. Profissional contratado ou designado para exercer a função de professor em condição temporária, não efetiva. “[...] <**professor interino**> desta freguezia, em officio de hontem [...]” (Doc. 29, fol. 001r, l. 2). **VER.** Professora provisória.

**Professora definitiva.** s.f. Professora contratada para lecionar definitivamente. “[...] Dona Carmela Nascimento, tomou hoje posse do cargo de <**Professora definitiva**> da mesma cadeira [...]” (Doc. 73, fol. 001r, l. 7 -8).

**Professora provisoria. [Professora provisória]** s.f. Profissional contratada para lecionar temporariamente; interinamente. “[...] Venho communicar á Vossa Senhoria que a <**professora provisória**> da primeira cadeira do sexo feminino desta cidade (Doc. 73, fol. 001r, l. 4 - 5). **VER.** Professor interino.

**Provas de habilitação.** s.f. Testes com a finalidade de avaliar a competência técnica ou profissional de determinado candidato. “[...] Attendendo as <**provas de habilitação**> exhibidas em exame [...]” (Doc. 37, fol. 001r, l. 4 -5).

**Província [província]** s.f. Tipo de divisão administrativa de certos países, geralmente, liderada por um presidente. “[...] Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Vice-Presidente desta <**Província**> [...]” (Doc. 10 , fol. 001r, l. 10 ).

**Quadro do Redemptor. [Quadro do redentor]** s.m. Espécie de quadro de pendurar na parede com o retrato de Jesus Cristo. “1 quadro do <**Redemptor**>”. (Doc. 05, fol. 001r, l. 14).

**Quadro preto para exercicio de contabilidade.** [**Quadro preto para exercício de contabilidade**] fraseol. Tipo de quadro negro quadriculado próprio para fazer cálculo. “<Um quadro preto para exercício de contabilidade>” (Doc. 04, fol. 001r, l. 6).

**Quadro preto.** s.m. Espécie de quadro pendurado à parede da sala de aula, de cor preta, utilizado para escrever . “1 <quadro preto> para nelle leccionar”. (Doc. 05, fol. 001r, l. 12).  
**VER.** lousa.

**Receber Merce.** [**Receber Mercê**] expr. Expressão que requer um favor, obséquio. “[...] espera hoje merecer esta graça e Receber <Merce>” (Doc. 16, fol. 001r, l. 12).

**Reis.** [**Real**] s.m. Tipo de unidade monetária de Portugal e do Brasil, bem como de outros países lusófonos, também denominada *real*; certo tipo de dinheiro. “[...] cobrando quinhentos <reis> de cada um delles [...]” (Doc. 74, fol. 002r, l. 18).

**Relogio de cima de meza.** [**Relógio de cima de mesa**] fraseol. Tipo de instrumento ou mecanismo designado para medir intervalos de tempo. “1 <relogio de cima de meza>” (Doc. 05, fol. 001r, l. 17).

**Resenha.** s.f. Espécie de resumo, relato. “[...] em uma rapida <resenha> vou demonstrar á Vossa Senhoria a verdade desta asserção [...]” (Doc. 74, fol. 001r, l. 18).

**Rogar** v.t.d. pedir. “Illustrissimo Senhor, <Rogo> a Vossa Senhoria se digne transmitir com a sua informação [...]” (Doc. 18, fol. 01r, l. 2).

**Saude e fraternidade.** [**Saúde e fraternidade**] expr. Forma de despedida escatocular a autoridades. “<Saude e fraternidade>. Morretes, 9 de Agosto de 1900” (Doc. 77, fol. 001r, l. 9).

**Secundar** . v.t. Auxiliar, ajudar em funções, complementar. “Sinto-me bastante satisfeito por ter podido prestar este pequeno auxilio á instrucção deste Municipio, <secundando> os patrioticos exforços de Vossa Senhoria [...]” (Doc. 71, fol. 001r, l. 18).

**Senhora Dona.** forma de trat. O mesmo que senhora. “[...] a Excelentissima <Senhora Dona> Maria das Dores Rocha Pombo pede nomeação interina para reger a escola promiscua do nucleo America [...]” (Doc. 65, fol. 001r, l. 4).

**Signatario.** [**Signatário**] s.m. Pessoa designada a assinar algum documento específico. “[...] os demais <signatários> do alludido requerimento, só estão pagos, segundo consta da respectiva escripturação [...]” (Doc. 48, fol. 001v, l. 15).

**Subinspector [Subinspetor]** s.m. Profissional destacado pela Inspeção Provincial cuja função era fiscalizar o andamento escolar no município quando o inspetor estava ausente. “O <subinspector> Antonio Ribeiro de Macedo” (Doc. 1, fol. 001r, l. 14). **VER.** Subinspetoria.

**Subinspetoria [Subinspetoria]** s.f. Espécie de setor municipal cuja função era fiscalizar o andamento escolar no município. “<Subinspetoria> da Instrução Publica de Morretes [...]” (Doc. 26, fol. 001r, l. 12).

**Superintendencia de Instrução Publica. [Superintendência de Instrução Pública]** s.f. Tipo de divisão escolar incumbida da execução e fiscalização do trabalho escolar público. “[...] <Chefe da Superintendencia> – Conego Jose Jacintho de Linhares” (Doc. 38, fol.001r, l. 18 – 19).

**Superintendente do ensino obrigatorio. [Superintendente do ensino obrigatório]** s.m. Espécie de cargo na inspeção de ensino encarregado de supervisionar o trabalho dos profissionais da educação pública. “[...] Esta Camara , cujo Presidente é um dos <superintendentes do ensino obrigatório> [...]” (Doc. 55, fol. 001r, l. 7).

**Systema métrico. [Sistema métrico]** s.m. Tipo de sistema de medida que tem por base o metro. “Devo tambem informar Vossa Senhoria que não forão sufficientes os exemplares do <systema métrico>, tornando-se necessarios mais tres, para serem distribuidos á aula do sexo masculino” (Doc. 20, fol. 001r, l. 7).

**Supplicante. [Suplicante]** adj. Pessoa que faz um requerimento, uma solicitação. “[...] passo a informar, que a nomeação da <Supplicante> será um acto de justiça [...]” (Doc. 65, fol. 001r, l. 11)

**Tabelliao do publico judicial e notas. [Tabelião do público judicial e notas]** fraseol. Profissional designado para reconhecer assinaturas, fazer e registrar escrituras e outros documentos oficiais em escritório de notas públicas chamado de tabelionato; escrivão público. “Luciano José da Gracia, desejando inscrever-se para o concurso, que se acha aberto, para o cargo de <tabelião do publico judicial e notas> deste termo de Morretes, nesta Provincia, precisa habilitar-se com o respectivo exame de Portugues e Arithmetica [...]” (Doc. 75, fol. 001r, l. 5 – 6).

**Taboleta com as armas imperiais. [Tabuleta com as armas imperiais]** fraseol. Espécie de quadro de pendurar na parede com as armas imperiais e o brasão. “Uma <taboleta com as armas Imperiais>” (Doc. 04, fol. 001r, l. 8).

**Talha.** s.f. Tipo de recipiente de louça ou de barro para armazenar água; espécie de jarra. “[...] uma <talha> para agua” (Doc. 27, fol. 001r, l. 7).

**Termo d’examens [Termo de exames]** s.m. Espécie de avaliação aplicada nas escolas. “[...] tenho o praser de juntar as copias dos <termos d’examens> que se effeituaraõ nas escolas “[...] (Doc. 56, fol. 001r, l. 3).

**Termo de Morretes.** s.m. Espécie de subdivisão do município sob a jurisdição de um juiz ou pároco. “[...] para o cargo de tabellião do publico judicial e notas deste <termo de Morretes>, nesta Provincia [...]” (Doc. 75, fol.001r, l. 6 – 7).

**Termo de visita.** s.m. Tipo de declaração registrada por escrito ou lavrada em livro como documento. “<Termo de visita>. Tendo sido quase diariamente visitada esta escola por mim e os Senhores Superintendentes [...]” (Doc. 38, fol. 001r, l. 1).

**Thesouro provincial. [Tesouro provincial]** s.m. Espécie de divisão provincial encarregada de recolher impostos. “Constando porem que a collectoria tem ordem de enviar ao <Thesouro Provincial> 40% do imposto predial destinado aquelle fim [...]” (Doc. 55, fol. 001r, l. 13).

**Timbrar.** v.i. Orgulhar-se. “[...] e esse Professor, violando abertamente essa sabia disposição da lei <timbra> em faser o contrario do que é expressamente recommendado” (Doc. 74, fol. 001v, l. 13).

**Tinteiro.** s.m. Recipiente próprio para conter tinta de escrever. “9 <tinteiros> de chumbo para bancos de escripta” (Doc. 03, fol. 001r, l. 8).

**Traslado.** s.m. Transporte. “6 caixilhos para <traslado>” (Doc. 03 , fol. 001r, l. 10).

**Trimensal. [Trimestral]** adj. O que ocorre a cada três meses; trimestral. “[...] e juntamente o Mappa <trimensal>, relativo aos mezes de Abril, Maio e Junho”. (Doc. 13, fol. 13, l. 5)

**Utensil. [Utensílios]** s.m. Tipo de material escolar como lápis, caderno, caneta, borracha. “A cadeira provisoria do nucleo America está funcionando sem moveis, sem <utensis> e sem livros [...]”. (Doc. 70, fol. 1 001r, l. 8).

**Valetudinario. [Valetudinário]** adj. Pessoa doente; enferma. “[...] vendo-se impossibilitado por seu estado <valetudinário> e idade superior a cincoenta annos [...]” (Doc. 19, fol. 001r, l. 8).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais têm o objetivo de demonstrar que a hipótese apresentada nesta tese procede, pois o *Vocabulário em Documentos Escolares de Morretes* (como verificado pelo Capítulo 5) reflete o linguajar das pessoas letradas que os produziram. Independentemente da situação financeira do profissional da educação, o uso da norma exemplar, ou ideal, era condição obrigatória, especialmente para a transmissão desta regra culta via escolaridade. Esta era forma de expressão, não unicamente de intelectuais ou políticos reconhecidos, mas também, daqueles *financeiramente desprivilegiados*, que integravam o grupo dos profissionais da educação.

O capítulo 2 exhibe o traço de desleixo no desenvolvimento político, social e econômico do estado do Paraná, de Morretes e, penso que, nas demais unidades da federação: o abandono da educação. A investigação que trata da escolaridade no Paraná, também, atesta o descaso em relação à condição de trabalho e de remuneração dos professores, enquanto docentes e seres humanos. A situação dos alunos da escola pública em Morretes, também, era modestíssima, ousou dizer que, até, agressiva em determinadas situações. Em diversos momentos, os pais de tais alunos *puseram em xeque* a validade da formação escolar, pois a ascensão social por meio da educação não era notória. Assim, percebe-se que o Estado tem enfrentado muitas dificuldades em cumprir seus projetos educacionais de modo satisfatório.

A análise de manuscritos move, ainda, conceitos bastante úteis como, por exemplo, rever a historiografia da escolaridade paranaense, sob uma nova leitura. Uma leitura da sociedade que fora, em determinada época, vislumbrada como ideal por um grupo de pessoas em busca de sua identidade. A pesquisa acerca da sócio-história revelou, porém, por intermédio dos manuscritos, que tanto o Paraná quanto Morretes foram construídos por pessoas, não por ideologias.

A mesma sócio-história demonstrou que a construção da comunidade que se criou foi erigida por membros da classe social privilegiada, por imigrantes em busca do sonho da prosperidade, por grupos de negros e indígenas escravizados, por trabalhadores comuns, homens e mulheres, por gente como todas as gentes que fizeram o Brasil como o temos e que urge avançar em todos os setores da sociedade.

Quanto às personagens ilustres que escreveram os manuscritos, como Rocha Pombo, Visconde de Taunay, Agostinho Ermelino de Leão (do famoso mate-leão), estas, sim, figuram nos livros, nos almanaques nacionais, paranaenses e morretenses. As pessoas sem poderio econômico ou político, destituídas de influências, não têm registro histórico.

Informações sobre estas figuras são muito restritas. Outro fator negativo é que os órgãos públicos não faziam todos os termos de registro de seus professores nas inspetorias ou secretarias de educação.

No capítulo 3, a historiografia trouxe discussões acerca do estudo do léxico, mostrou o percurso dos dicionários ao longo do tempo. As origens da Gramaticografia e da Lexicografia revelaram quão difícil é produzir obras lexicográficas em qualquer época.

Pelos desafios enfrentados, as obras lexicográficas foram acusadas, por muitos especialistas, de não serem uma descrição fiel da realidade verbal de forma metódica e estudada em toda a população, ou, ainda, de ter se tornado um produto meramente comercial.

Conhecer as origens da Gramaticografia e da Lexicografia, também, comprovou que os dicionários que serviram de parâmetro para outros, como os de Bluteau e de Morais, mesmo que em condições precárias, fizeram uma viagem pela estrutura tecnológica das obras lexicográficas, isto é, apresentaram sua normatização e sua ordenação alfabética. A ação norteadora dos primeiros dicionaristas foi essencial na divulgação do conhecimento para a Língua Portuguesa e para os que pensam a Lexicologia e a Lexicografia na atualidade.

Obras como as de Bluteau e Morais Silva, Jerónimo Cardoso, Frei Domingos Vieira, Laudelino Freire, Caldas Aulete, dentre tantas outras também importantes, representam uma época, registram a memória de momentos albergados no tempo.

Na atualidade, os dicionaristas obtêm a colaboração de pesquisadores que se ocupam de diferentes áreas para a composição de obras mais bem estruturadas. Este trabalho, ainda que rodeado de controvérsias, confere às obras a legitimidade que a sociedade lhes concede como detentoras de verdades linguísticas.

As abonações autorizam os significados dados pelo dicionário. Algumas pertencem a literatos renomados, escolhidas com critério pelos dicionaristas, o que auxilia a reforçar o caráter de certeza da obra. No espaço dicionarístico, literatura e linguística dialogam muito bem. Dentre as várias transformações, que os dicionários no Brasil urgem fazer, algumas são as diferentes grafias e os empréstimos linguísticos.

Também foi verificado que glossário é, por muitos teóricos, chamado de *pequeno dicionário técnico* cujo propósito é facilitar a compreensão dos termos estranhos ou desconhecidos, registrados no glossário em determinado contexto. Há teóricos que consideram o vocabulário uma reunião do léxico de determinado grupo, em um momento e local específicos.

Instrumentos como dicionários, vocabulários e glossários deveriam ser utilizados como ferramenta de pesquisa científica mais amíúde. Senão para atacar suas falhas como fazem os especialistas, pelo menos, para consulta do usuário comum à procura de novos ou maiores conhecimentos, cuja falta restringe o saudável hábito da busca que deve ser iniciada com os alunos desde as *primeiras letras*. Para obter estas obras próximas do ideal, as modernas técnicas lexicográficas já podem oferecer os elementos adequados para compor uma obra dicionarística.

Na atualidade, pesquisadores dedicados à causa da produção de obras lexicográficas de alta qualidade. Profissionais como Castilho, Murakawa, Borba, Isquierdo, Silva e outros, integrados em equipes de alto nível de conhecimento dicionarístico, como convidados de estudiosos estrangeiros, têm buscado a realização do ideal sugerido por todos que trabalham com e para a linguagem.

O estudo do léxico daqueles que elaboravam a educação no estado foi apenas um enfoque do muito que ainda há para ser investigado. É ainda enorme a carência de pesquisas nesta área das mais variadas categorias, prestigiadas ou periféricas.

Os homens e as poucas mulheres que produziram manuscritos, somados àqueles que presidiram a província, mais os que foram mencionados nos textos de época, atuaram ao informar seus superiores, ao fazerem suas queixas, ao requisitarem material escolar, ao enviarem material, listas, pautas de frequência, ao esperarem as concessões necessárias, tanto no nível salarial, quanto pessoal. Viveram o drama da precariedade do ensino. O estudo da escolaridade e o da sócio-história não serviram como simples pano de fundo neste trabalho. Contribuíram para mostrar que os trabalhadores na e da educação não têm recebido a atenção merecida, principalmente, porque a o Brasil pretende ser uma nação avançada.

Com base no que foi apresentado, este resultado de pesquisa significa que esta tese, em minha proposição de analisar manuscritos, embasada nos estudos lexicológicos e lexicográficos, é um contributo válido para o acervo de estudos da Língua Portuguesa, a partir de documentos paranaenses, morretenses. Demonstra, sobretudo, que minha hipótese se confirma, pois identifiquei o recorte do léxico da Instrução Pública ao elaborar o *Vocabulário em documentos escolares de Morretes*.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. T. Alimentação escolar: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, p. 5-20, jul./set. 1995.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas linguístico do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade; ALTINO, Fabiane Cristina. Léxico histórico do Português Brasileiro. In: HORA, Dermeval da; SILVA, Camilo Rosa. (Org.). **Para a história do português brasileiro**: abordagens e perspectivas. João Pessoa - PB: Ideia/Editora Universitária, 2010. v. 8, p. 240-253.
- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes. **Pelos caminhos do sul**: história e sociologia do desenvolvimento sulino. Curitiba: Imprensa oficial, 1978.
- ANTONINA. **Historia**. Disponível em: <[www.praiaslitoralparana.com.br/antonina/historia-de-antonina.php](http://www.praiaslitoralparana.com.br/antonina/historia-de-antonina.php)>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Disponível em: <[www.arquivonacional.gov.br/media/transcreve](http://www.arquivonacional.gov.br/media/transcreve)>. Acesso em: 1 nov. 2011.
- ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÃO TERMINOLÓGICA. Dicionário de termos linguísticos-1976. Disponível em: <[www.ait.pt/recursos/dic-term-ling/dtl-pdf/U](http://www.ait.pt/recursos/dic-term-ling/dtl-pdf/U)>. Acesso em: 27 out. 2011.
- ASSOCIAÇÃO TORRE DE VIGIA DE BÍBLIAS E TRATADOS DO BRASIL. Os antigos escribas e a palavra de Deus. **Revista Sentinela**, São Paulo, n.7, p. 36-56, jul. 2007.
- AULETE, Francisco Júlio Caldas. **Diccionario contemporaneo da lingua portugueza**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BALHANA, Altiva. Política imigratória do Paraná. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. **Um mazzolini de Fiori**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. v. 1.
- BALHANA, Altiva; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1987.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Da neologia à neologia na literatura. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de, (Org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 31-50.
- BARBOSA, Maria Aparecida. Contribuições aos estudos de aspectos da tipologia de obras lexicográficas. In: **Uniletras**: Revista de Linguística Brasileira, São Paulo, n. 8, p. 15-30, 1995.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da lexicografia. **Revista ALFA**, São Paulo, n. 28, supl., p. 01-26, 1984.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. O dicionário como norma na sociedade. In: SILVA, Maria Emília Barcellos. *Lexicologia, lexicografia e terminologia: questões conexas*: In: ENCONTRO NACIONAL DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 161-180.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A definição lexicográfica. **Cadernos de Letras do IL**, n. 10, Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 23-43.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. **Humanitas**, São Paulo, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, Margarida (Org.). **Palavra**. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 131-144.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dicionário do português: da tradição à contemporaneidade. **Revista Alfa de Linguística**, Araraquara, v. 41, jan. 2003.
- BITTENCOURT, Armando de Senna. O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental. **Revista Brasileira de História Militar**, São Paulo, n. 3, dez/2010.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez e latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários**: uma introdução à lexicografia. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- BRASIL. Senado Federal. **Decreto n. 981- de 8 de novembro de 1890**. Aprova o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/4\\_1a\\_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2011.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARNEIRO, David. **A história da história do Paraná**. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952.
- CARVALHO, Nelly Medeiros. **Empréstimos linguísticos**. São Paulo: Ática, 2001.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Como e quando nasceu a língua portuguesa?** São Paulo: Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acesso em: 15 ago 2011.

CAVAGNOLLI, Stella Maris. **Morretes, o passado sem ruínas**. Morretes: Stella Maris, 1995.

COHEN, William. **The French encounter with North Africans: white response to blacks**. Bloomington: Indiana University Press, 1980.

COLLARES, C.; MOYSÉS, M. A. A. Aprofundando a discussão das relações entre a desnutrição, fracasso escolar e merenda. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, jul./set. 1995.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Celso; CARDOSO Wilton. **Estilística e gramática histórica: português através do texto**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

DAPENA, José Álvaro Porto. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: Arco/Libros, 2002.

DIAS, Luiz Francisco; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, Eduardo; FONTANA, Mônica Zoppi (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: a palavra e a frase**. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-37.

DUBOIS, Jean. **Diccionario de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Encyclopedic dictionary of the sciences of language**. Baltimore: The John's Hopkins University Press, 1979.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESTADOS do Brasil: Paraná. 2010. Disponível em:  
<<http://www.mundoeducacao.com.br/geografia/parana.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 19-34, jul./ago. 2000.

FERNANDES, Paulo. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Globo, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

FIORIN, José Luiz; PLATÃO, Francisco Savioli. **Para entender o texto**. São Paulo: Ática, 1990.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GIACOMINI, Iliada. O discurso do dicionário contemporâneo da língua portuguesa de Caldas Aulete: de 1881 até a atualidade. In: **Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL**, v. 4, n. 6, 2006. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>.

HAENSCH, Günter. Tipología de las obras lexicográficas e aspectos prácticos de la elaboración de diccionarios. In: HAENSCH, G. et al. **La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 33-73.

HENRIQUEZ, Francisco da Fonseca. **Âncora medicinal**: para conservar a vida com saúde. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Francisco Rangel Pestana**: jornalista, político, educador. 1986. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

ISQUERDO, Aparecida Negri; OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998.

KRIEGER, Maria da Graça. O dicionário de língua como potencial instrumento didático. In: ISQUERDO, Aparecida Negri et al (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande;UFMS, 2007. p. 295-309.

KUHLMANN JR, Moyses. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, maio/ago. 2000.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Escolas confessionais femininas na segunda metade do século XIX e início do XX**: um estudo acerca do colégio Nossa Senhora de Sion de Campanha (MG). 2007. 141 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação, Campinas.

LANDAU, Sidney. **Dictionaries**: The art and craft of lexicography. Cambridge: CUP, 2001.

LANGACKER, Ronald. **A linguagem e sua estrutura**. Petrópolis: Vozes, 1972.

LARA, Luis Fernando. O dicionário e suas disciplinas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri *et al* (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2004. p. 133-152.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. **Como falam os brasileiros**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LOBO, Tânia. **Cartas baianas setecentistas**. São Paulo: Humanitas, 2001. (Série Diachronica: fontes para a história da língua portuguesa, v. 3)

MARTINS, Angela Maria. A municipalização do ensino: algumas questões sobre o poder local. **Revista Iberoamericana de Educación**, [s.l.], n. 120, p. 221-229, nov. 2003.

MARTINS, Nilce Santana. **Introdução à estilística**. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1997.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reflexões e questionamentos sobre a constituição de *corpora* para o projeto para a história do português brasileiro. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; CALLOU, Dinah. **Para a história do português brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MELLO, Jose Maurício Santiago de; SILVA, José Domingos da. **A mulher na educação em Curitiba - século XIX e início do século XX:** de Júlia Wanderley Petriche a Annette Clotilde Portugal Macedo. 2005. Monografia (Especialização em História do Brasil). Campus Universitário Bezerra de Menezes das Faculdades Integradas Espírita – UNIBEM. Curitiba.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. Arquivo Público Mineiro. **APM. Terraes mineraes.** Disponível em: < [www.cultura.mg.gov.br](http://www.cultura.mg.gov.br)>. Acesso em: 23 fev. 2011.

MIRANDA, Félix Bugueño. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires *et al* (Org.) **As ciências do léxico:** lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2007. p. 261-264.

MIRANDA, Vanderlei Martins Ribeiro. **O estudo da fraseologia do léxico rural de Sabinópolis – MG.** Disponível em: <<http://www.mel.ileel.ufu.br>>. Acesso em 30 out. 2011

MORAIS SILVA, António de. **Grande dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: Confluência, 1949.

MORRETES. Prefeitura Municipal. **Morretes, 260 anos de memória.** Morretes: Gráfica municipal, 1993.

MORRETES. Secretaria de Cultura. **Portal de Morretes.** 2011. Disponível em: <[www.portaldemorretes.gov.br](http://www.portaldemorretes.gov.br)>. Acesso em: 6 mar. 2011.

MORRETES. Prefeitura Municipal. **Morretes (PR) História.** Disponível em: <[http://www.morretes\(pr\)Historia](http://www.morretes(pr)Historia)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. Literatura e história: imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n. 0, p. 53-61, 1995.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. **Antonio de Moraes Silva:** lexicógrafo da língua portuguesa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Primeiros dicionários a estabelecerem um padrão linguístico no Brasil. In: ENCONTRO DO GT DE LEXICOLOGIA, LEXICOGRAFIA E TERMINOLOGIA DA ANPOLL, 1., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ/UFPE: CNPq, 1998. p. 154-159.

NORBI. **Estrada da graciosa - Paraná.** 18 maio 2005. Disponível em: <<http://www.baixaki.com.br/papel-de-parede/6290-estrada-da-graciosa-parana.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2011.

NORTE, Diego Braga. Quem tem medo da economia? **Revista Língua Portuguesa,** São Paulo, v. 7, p. 18–23, jul. 2009.

NUNES, José Horta (Coord.). **Divulgação de dicionários de língua portuguesa no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/dicionario/autor/20freire/laudelino>> Acesso em: 15 ago 2011.

NUNES, José Horta (Coord.). **Divulgação de dicionários de língua portuguesa no Brasil.** Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/dicionario/autor/figueiredo/antonio>> Acesso em: 20 ago 2011.

NUNES, José Horta (Coord.). Divulgação de dicionários de língua portuguesa no Brasil. Disponível em: <<http://www.ibilce.unesp.br/dicionario/autor/nascentes/antenor>> Acesso em: 20 ago. 2011.

NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XX.** Campinas: Pontes, 2006.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. (Org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia.** Campo Grande: UFMS, 2001. p. 109-115.

OLIVEIRA, Ana Tereza Pinto de. **Manual de redação e estilo: teoria e prática.** São Paulo: Rideel, 1997.

OLIVEIRA, Marilza; SOUZA, Adriana; PEREIRA, Helcius Batista; SANTOS, Rosana; SIMÕES, José; RIBEIRO, Priscilla Barbosa. Perfil das escolas: fins do século XIX e início do XX. In: **Para a história do português brasileiro.** Londrina: Eduel, 2009. v. 2.

OSTOS, Pilar; PARDO, Maria Luisa; RODRIGUES, Elena. **Vocabulário de codicologia.** Madri: Arco/Libros, 1997.

PARANÁ. Arquivo Público. **Manuscritos.** Curitiba, 2008.

PARANÁ, Banco do Estado. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná.** Curitiba: Chain, 1991.

PARANÁ. Secretaria de Cultura de Antonina. **Antonina.** 2 fev 2010. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/bibliografia>>. Acesso em: 6 jul. 2011.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática histórica.** São Paulo: Nacional, 1932.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas.** São Paulo: UNESP, 1998.

REY-DEBOVE, Josette. **Léxico e dicionário.** São Paulo: Alfa, 1984. (Suplemento, v. 28)

ROBINS, Robert Henri. **Linguística geral.** Porto Alegre: Globo, 1977.

ROSEVICS, Larissa. **O instituto histórico e geográfico paranaense e a construção de um imaginário regional.** 2009. 125 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado.** São Paulo: Annablume, 1998.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **Proibida a entrada de Brancos.** 4 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao>>. Acesso em: 5 jul.2011.

SILVA, Beatriz da. Ecdótica. Uma abordagem panorâmica dos principais tipos de edição. **Solettras**, São Gonçalo, v. 10, n. 19, jan./jun. 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Educação feminina e educação masculina no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, v. 40, p. 149-164, 1977.

SILVA, Francisco de Assis. **A história do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1995.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: ORLANDI, Eni (Org.) **Definição, descrição e nomeação em dicionários do século XIX**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 151-162.

SMITH, Kaj Birket. **História da cultura**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

SOARES, Luis Roberto. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**: índice de pessoas. Curitiba: Chain, 1991.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1996.

SPARTACUS EDUCATIONAL. Teresa Billington. Disponível em: <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Wbillington.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Londrina: Eduel, 2002.

STOLARSKI, Márcia Cristina. **Caminhos da alimentação escolar no Brasil**: análise de uma política pública no período de 2003-2004. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

STREHLER, René. Marcas de uso nos dicionários. In: ISQUERDO, Aparecida Negri. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001. p. 171-180.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 61-68, jul./ago. 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 13, p. 502-516, dez. 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927). **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 21, p. 62-92, set./dez. 2009.

VERDELHO, Telmo. **As origens da gramaticografia e da lexicografia Latino-Portuguesas**. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. 1994. **Revista da Universidade de Aveiro/Letras**, Aveiro, 1994.

VERLAG, Max Niemeyer. Lexicografia. In: GÜNTER, Holtus *et al*: Lexikon der Romanistischen Linguistik. Tübingen. Disponível em: <<http://www.clp.dlc.ua.pt/Publicacoesqlexicografia>>.

VIEIRA DOS SANTOS, Antonio. **Memória histórica, cronológica, topográfica e descritiva da cidade de Paranaguá e do seu município**. Curitiba: Museu Paranaense, 1850.

VILLELA, Heloisa de Oliveira. A primeira escola normal do Brasil. In: NUNES, Clarice (Org.). **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 17-42.

WACHOVICZ, Lílian Anna. **A relação professor – estado**: estudo da política elaborada para o magistério no Paraná, de 1853 a 1930. 1981. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

WERNER, Reinhold. La Definición Lexicográfica. In: HAESNSCH. G.; ETTINGER, S.; WERNER, R. **La Lexicografía**: de La Lingüística Teórica a La Lexicografía práctica. Madrid: Biblioteca Románica hispánica, 1982. p. 259-328.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Espaço e educação**: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

ZANATTA, Flávia; MIRANDA, Félix Bugueño. **A normatividade nos dicionários gerais de língua portuguesa**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

**ANEXO**

## ANEXO A

### Currículo da escolaridade oitocentista

A estrutura curricular das escolas primárias em 19 de abril de 1879 – Decreto – Lei 7247 - trazia o seguinte texto: “O ensino nas escolas primarias do 1º. gráo do município da Corte constará das seguintes disciplinas:

- 1) Instrucção moral; 2) Instrucção religiosa; 3) Leitura; 4) Escripta; 5) Noções de cousas; 6) Noções essenciaes de grammatica; 7) Principios elementares de arithmetica; 8) Systema legal de pesos e medidas; 9) Noções de historia e geographia do Brazil; 10) Elementos de desenho linear; 11) Rudimentos de musica, com exercicio de solfejo e canto; 12) Gymnastica; 13) Costura simples para as meninas”.

Fonte: Anais do Congresso Nacional

A estrutura curricular da escola primária que tivesse três cursos, segundo o Decreto – Lei 981, de 08 de novembro de 1890 trazia esse texto: “O ensino das escolas primarias do 1º. gráo, que abrange tres cursos, comprehende:

- 1) Leitura e escripta; 2) Ensino pratico de lingua portugueza; 3) Contar e calcular; 4) Arithmetica pratica ate regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontâneos, e depois dos processos systematicos; 5) Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria); 6) Elementos de geographia e historia, especialmente do Brazil; 7) Lições de cousas e noções concretas de sciencias physicas e historia natural; 8) Instrucção moral e civica; 9) Desenho; 10) Elementos de musica; 11) Gymnastica e exercicios militares; 12) Trabalhos manuaes (para os meninos); 13) Trabalhos de agulha (para as meninas); 14) Noções praticas de agronomia”.

Fonte: Anais do Congresso

“§ 1º. – Este ensino será repartido em tres cursos: o elementar (para alumnos de 7 a 9 annos), o médio (para os de 9 a 11) e o superior (para os de 11 a 13), sendo gradualmente feito em cada curso o estudo de todas as materias.

§ 2º. – Em todos os cursos será constantemente empregado o methodo intuitivo, servindo o livro de simples auxiliar, e de accordo com programmas minuciosamente especificados.

§ 3º. – As noções de agronomia, comuns a todas as escolas, serão dadas com maior desenvolvimento nas escolas suburbanas.

Art. 4º. – O ensino das escolas primarias do 2º. gráo, que abrange tres classes, comprehende:

1) Calligraphia. 2) Portuguez. 3) Elementos de lingua franceza. 4) Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. 5) Geometria e trigonometria. 6) Geographia e historia, particularmente do Brazil. 7) Elementos de sciencias phisicas e historia natural applicaveis às industrias, à agricultura e à hygiene. 8) Noções de direito patrio e de economia politica. 9) Desenho de ornato, de paisagem, figurado e topographico. 10) Musica. 11) Gymnastica e exercicios militares. 12) Trabalhos manuaes (para os meninos). 13) Trabalhos de agulha (para as meninas)”.

Fonte: Anais do Congresso

“Parapho unico. A instrucção moral e civica não terá curso distincte, mas occupará constantemente e no mais alto gráo a attenção dos professores.

Art. 9º. – Cada escola primaria terá, além das salas de classe e outras dependencias, sua bibliotheca especial, um museo escolar provido de collecções mineralogicas, botanicas e zoologicas, de instrumentos e de quanto for indispensavel para o ensino concreto, um gymnasio para exercícios phisicos, um pateo para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagogicos.

Art. 10º. – Os programas minuciosos de todos os cursos das escolas de um e outro gráo, e bem assim a designação ou composição dos livros escolares que tenham de servir, e a escolha de todo o material das escolas, - tudo será formulado e indicado pelo conselho director, com aprovação do Governo.

Art. 11º. – Todo o expediente das escolas será feito à custa dos cofres públicos, mediante uma consignação proporcional à matricula dos alumnos”.

Fonte: Anais do Congresso

O decreto – Lei 7247, de 19 de abril de 1879, previa o seguinte para o ensino secundário:

“O ensino nas escolas do 2º. gráo constará da continuacão e desenvolvimento das disciplinas ensinadas nas do 1º. gráo e mais as que se seguem:

- 1) Principios elementares de algebra e geometria. Noções de physica, chimica e historia natural, com explicação de suas principaes applicações à industria e aos usos da vida.
- 2) Noções geraes dos deveres do homem e do cidadão com explicação succinta da organização politica do Imperio.
- 3) Noções de lavoura e horticultura.
- 4) Noções de economia social (para os meninos).
- 5) Noções de economia domestica (para as meninas).
- 6) Pratica manual de officios (para os meninos).
- 7) Trabalhos de agulha (para as meninas)”.

Fonte: Anais do Congresso

Quanto à grade curricular do ensino secundário de 08 de novembro de 1890, o Decreto-Lei 981, como indicado pelo conselho federal, era aplicado na Corte e nas demais províncias:

“Art. 25º. – O ensino secundário integral dado pelo Estado no Gymnasio Nacional (antigo Instituto Nacional de Instrução Secundária), cuja divisão em externato e internato se manterá por enquanto.

Paragrafo unico – Estes dous estabelecimentos serão completamente independentes um do outro pelo que respeita a administração: reger-se-hão porém, pela mesma lei, terão os mesmos programas de ensino e estarão sujeitos à alta inspecção do conselho director de instrucção e do inspector geral de Instrucção primaria e secundaria.

Art. 26º. – O curso integral de estudos do Gymnasio Nacional será de sete annos, constando das seguintes disciplinas:

- 1) Portuguez; 2) Latim; 3) Grego; 4) Francez; 5) Inglez; 6) Allemão; 7) Mathematica;
- 8) Astronomia; 9) Physica; 10) Chimica; 11) Historia natural; 12) Biologia; 13) Sociologia e moral; 14) Geographia; 15) Historia universal; 16) Historia do Brazil; 17) Litteratura nacional; 18) Desenho; 19) gymnastica, evoluções militares e esgrima; 20) Musica.

Art. 30º. – As materias do curso integral serão distribuidas pelos sete annos pela forma seguinte:

## PRIMEIRO ANNO

1ª. cadeira – Arithmetica (estudo completo). Algebra elementar (estudo completo): 6 horas por semana.

2ª. cadeira – Portuguez. Estudo completo da grammatica expositiva. Exercicios de redacção (com auxilio ministrado pelo lente): 3 horas.

3ª. Cadeira – Francez. Grammatica elementar; leitura e traducção de autores faceis. Versão de trechos simples de prosa. Exercicios de conversação: 3 horas.

4ª. cadeira – Latim. Grammatica elementar; leitura e traducção de trechos faceis: 3 horas.

5ª. cadeira – Geographia physica, especialmente do Brazil; exercícios cartographicos. Noções concretas de astronomia: 3 horas. Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso

## “SEGUNDO ANNO

1ª. cadeira – Geometria preliminar. Trigonometria rectilinea. Geometria especial (estudo perfunctorio das secções conicas, da conchoide, de cissoide, da limaçon de Pascal e da espiral de Archimedes): 6 horas.

2ª. cadeira – Portuguez. Grammatica histórica. Exercicios de composição: 3 horas.

3ª. cadeira – Francez. Revisão da grammatica elementar: leitura e traducção de autores gradualmente mais diffíceis. Exercícios de versão e conversação: 3 horas.

4ª. cadeira – Latim. Revisão da grammatica, traducção de prosadores gradualmente mais diffíceis: 3 horas.

5ª. cadeira – Geographia politica e economica, especialmente do Brazil. Exercicios cartographicos. Estudo complementar da astronomia concreta: 3 horas.

Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso

“TERCEIRO ANNO

1ª. cadeira – Geometria geral e o seu complemento algebrico. Calculo differencial e integral, limitado ao conhecimento das theorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecanica geral propriamente dita: 6 horas.

2ª. cadeira – Geometria descriptiva. Theoria. Theoria das sombras e perspectiva. Trabalhos graphicos correspondentes: 3 horas.

3ª. Cadeira – Francez. Grammatica complementar. Traducção de autores mais difficeis. Exercicios de versão e conversação (estudo completo): 2 horas.

4ª. Cadeira – Latim. Traducção de autores gradualmente mais difficeis (estudo completo): 2 horas.

5ª. cadeira – Inglez ou allemão. Grammatica elementar; leitura, traducção e versão fácil. Exercícios de conversação: 3 horas.

Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada materia.

Revisão: Portuguez, geographia: 1 hora por semana”.

Fonte: Anais do Congresso

“QUARTO ANNO

1ª. cadeira – Mecanica e astronomia.

1º. Período: Mecanica geral, limitada às theorias geraes de equilíbrio e movimento dos sólidos invariaveis e precedida das noções rigorosamente indispensáveis do calculo de variações.

2º. período – Astronomia, precedida da trigonometria espherica: geometria celeste e noções succintas de mecanica celeste (gravitação universal): 6 horas.

2ª. Cadeira – Inglez ou allemão. Revisão da grammatica; leitura e traducção dos prosadores fáceis. Exercicios graduados de versão e conversação: 3 horas.

3ª. Cadeira – Grego. Grammatica elementar; leitura e traducção de autores fáceis: 3 horas. Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada materia.

Revisão: Calculo e geometria, portuguez, francez, latim e geographia: 1 hora por semana para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso

“Revisão: Calculo e geometria, mecânica e astronomia, geographia, portuguez, francez e Latim: 1 hora por semana para cada matéria.

## QUINTO ANNO

1ª. cadeira – Physica geral e chimica geral: 6 horas.

2ª. cadeira – Inglez ou allemão. Leitura e traducção de autores mais difficeis.

Exercicios de versão e conversação (estudo completo): 3 horas.

3ª. cadeira – grego. Revisão da grammatica; leitura e traducção de prosadores gradualmente mais difficeis: 3 horas.

Desenho, gymnastica e musica: 2 horas para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso

## “SEXTO ANNO

1ª. cadeira – Biologia: 6 horas.

1º. período: biologia (estudo abstracto);

2º. período: noções de zoologia e botanica (estudo concreto)

2ª. cadeira – Meteorologia, mineralogia e geologia. (noções): 3 horas.

3ª. Cadeira – Historia universal (estudo concreto): 5 horas. Desenho e gymnastica: 1 hora para cada materia.

Revisão: Calculo e geometria, mecânica e astronomia, physica e chimica, francez, latim, inglez ou allemão, grego e geographia: 1 hora por semana para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso

## “SÉTIMO ANNO

1ª. cadeira – Sociologia e moral. Noções de direito patrio e de economia politica: 6 horas.

2ª. cadeira – Historia do Brazil: 3 horas.

3ª. cadeira – Historia da litteratura nacional: 3 horas.

Gymnastica: 1 hora.

Revisão: Calculo e geometria, mecanica e astronomia, physica e chimica, biologia, meteorologia, e geologia, historia universal, geographia, francez, inglez ou allemão, latim e grego: 1 hora por semana para cada matéria”.

Fonte: Anais do Congresso



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

ELVIRA BARBOSA DA SILVA

**O VOCABULÁRIO EM DOCUMENTOS ESCOLARES  
DE MORRETES OITOCENTISTA NO PARANÁ:  
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

Vol. 2 – Fac-Símiles e Transcrições

ELVIRA BARBOSA DA SILVA

**O VOCABULÁRIO EM DOCUMENTOS ESCOLARES  
DE MORRETES OITOCENTISTA NO PARANÁ:  
UM ESTUDO FILOLÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera

LONDRINA  
2011

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.  
(SARAMAGO,1996).

Ilmo Sr.

Tomou-se nota



Acusando o recebimento de officio de V. S. de 2 do cor-  
rente que acompanha o titulo de minha nomeação pa-  
ra subinspector das escolas deste distrito, tenho a hon-  
ra de communicar a V. S. que hoje perante a camara  
municipal da villa de Morretes, prestei juramento e  
entrei em exercicio do referido cargo.

Deus Guarde a V. S.

Subinspector das escolas do Posto de Cima, em 11  
de Janeiro de 1868.

Ex. Sr. Ernesto Francisco de Lima Sariva  
Inspector geral da instrucção publica.

69

O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo.

quanto sobre em - são - suspensas a ir-  
gratidão o a morte.  
Em quanto - tudo for assinado pelo  
estudistas, repimidos na falta mesa do  
organimento, dizem com escrivão - os  
A questão de abolição da - guarã ná-  
cional é questão do povo e só do povo.  
Brasilianus com tem - sentido para o te-

<b>No. Documento:</b> 1
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado.
<b>Ementa:</b> O subinspetor comunica que prestou juramento e está exercendo o cargo.
<b>Datação:</b> 11/janeiro/1869
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo.

[[03]]

*Illustrissimo Senhor*

[[Tome-se nota]]

Accusando o recebimento do officio de *Vossa Senhoria* de 2 do corrente que acompanhou o titulo de minha nomeação para subinspector das escolas deste districto, tenho a honra de comunicar a *Vossa Senhoria*, que hoje perante a camara municipal da villa de Morretes, prestei juramento e entrei em exercicio do referido cargo.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

10 Sub inspectoria das escolas do Porto de Cima, em 11 de Janeiro de 1869.

*Illustrissimo Senhor Doutor* Ernesto Francisco de Lima Santos  
*Dignissimo* Inspector geral da instrucção publica.

15

O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo.

M. de S. L.

A Thesouraria Provincial para informar  
Paiens da Presidencia do Paraná  
em 12 de Janeiro de 1869.

Thesouraria,

de V. Exa. a respeito de...



Segue de V. Exa. a mesma  
autorização para despendido a  
quantia de R\$ 100,00 constantes  
de uma carta de credito, em favor  
de que se destinou a escola de  
leitura de seus municípios da  
Cidade de Curitiba.

Desse modo a V. Exa.  
Superintendente geral da instrução pu-  
blica do Paraná, de Janeiro de  
1869.  
Sr. P. Antonio Aguiar de Souza  
Diretor da Instrução.

Thesouraria  
Eduardo Francisco de Lima

<b>No. Documento:</b> 2
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Solicitação para gastos.
<b>Ementa:</b> O inspetor solicita autorização para gastar 35.000 réis na escola de Morretes.
<b>Datação:</b> 12/Janeiro/1869
<b>Autor:</b> Ernesto Francisco de Lima Santos

[[149]]

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

[[Á Thesouraria Provincial para informar  
Palacio da Presidencia do Paraná  
aos 12 . de Janeiro de 1869.

*Attensiosamente*]]

05 [[Antonio, *naõ* esqueça a ordem.]]

Solicito de *Vossa Excelencia* a necessaria  
autorisação para despende a  
quantia de 35\$000 *reis*, constante  
do orçamento junto, com os objectos

10 de que necessita a escola de *primeiras*  
letras do sexo masculino da  
Villa de Morretes.

Deus Guarde á *Vossa Excelencia*

15 Inspectoria geral da instrucção pu-  
blica do Paraná, de janeiro de  
1869.

*Senhor Doutor* Antonio Augusto da Fonseca,  
Presidente da Provincia. -

O Inspector

20 Ernesto Francisco de Lima Santos

Examinado dos elpidos de que se  
 asseta a asseta de 1100 litros de saca  
 vellos da Villa de Parana.

A saber.

- 4 Canas com 11 pedras de comprimento
- 1 de largura
- 2 Cabides para Chapuz
- 9 Tutores de chumbo para barmas  
de estylo
- 6 Carretilhas para bustado

1000  
 1000  
 1000  
 3500

Impressão para as instruções publicas  
 do Parana, 11 de Janeiro 1850.

Le Louty



<b>No. Documento:</b> 3
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Orçamento
<b>Ementa:</b> O inspetor envia à Presidência da Província o orçamento para compra de materiais para a escola de Morretes.
<b>Datação:</b> 12/Janeiro/1869
<b>Autor:</b> Ernesto Francisco de Lima Santos

[[150]]

Orçamento dos objectos de que necessita a escola de *primeiras* letras do sexo masculino da Villa de Morretes.

A saber:

05	4 bancos com 12 palmos de comprimento e 1 de largura	16\$000
	2 Cabides para chapéu	10\$000
	9 Tinteiros de chumbo para bancos de escripta	{ 6\$000
10	6 Caixilhos para traslado	<u>3\$000</u>
		35\$000

Inspectoria geral da instrucção publica do Paraná, 12 de Janeiro de 1869.

Lima Santos.

255

Relação dos móveis pertencentes a escola pública de 1.<sup>ma</sup> letras da Villa de Morretes.



- 5 Bancos de assento.
- 3 Bancas inclinadas para escripta.
- 1 Estrado grande.
- 1 Quadro preto para exercicio de contabilidade.
- 3 Cavilhas para traslados.
- 1 Tabela com as armas Imperiaes.

Morretes 16 de janeiro de 1869

O Professor  
Jose Gonsalves de Moraes.

<b>No. Documento:</b> 4
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Inventário
<b>Ementa:</b> O professor faz uma relação de patrimônio existente na escola de Morretes.
<b>Datação:</b> 16/ Janeiro/ 1869
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

[[255]]

- Relação dos moveis pertencentes a escola publica de *primeiras* letras da Villa de Morretes.
- 5 Bancos de assento.  
3 Bancas inclinadas para escripta.
- 05 1 Estrado grande.  
1 Quadro preto para exercicio de contabilidade.  
3 Caixilhos para traslados.  
1 Taboleta com as armas Imperiais.
- 10 Morretes 16 de Janeiro de 1869  
O Professor  
José Gonsalves de Moraes.

Inventario das coisas pertencentes a varas de 1.<sup>as</sup> Lebras do sexo masculino da *Procuracia do Porto de Foz de Iguaçu*.

- 1. Livro de 11 folhas sem gavetas bem encadernado.
- 1. Livro de 8 " com 1 gaveta em bom uso.
- 1. Livro de 5 " com 1 gaveta em bom uso.
- 1. Escrva de cam. e gavetas.
- 2. Livros de 11 folhas.
- 2. Livro de 8 " "
- 2. Livro de 7 " "
- 2. Livros sem assento de poltrona.
- 2. Livro pequeno com assento de madeira.
- 1. Escrva feita para a villa de Foz de Iguaçu.
- 1. Escrva de poltrona a mesmo.
- 1. Escrva de Pedimento.
- 1. Livro de Honararia.
- 8. Livro com exemplares coligados e rubricados.
- 1. Relogio de cima de madeira já avinudado.
- 3. Livros de madeira p.<sup>a</sup> de urina de caligraphia.
- 2. Escrvas, 1 grande e 1 pequena.



Foz de Iguaçu, 12 de Janeiro de 1852.

Subinspector  
Antonio Rubica de Moraes  
Mauricio de Foz de Iguaçu

A questo de aliolegio da truela as-  
 tional de guerra de foz de Iguaçu de  
 1852.  
 A questo de aliolegio da truela as-  
 tional de guerra de foz de Iguaçu de  
 1852.  
 A questo de aliolegio da truela as-  
 tional de guerra de foz de Iguaçu de  
 1852.

<b>No. Documento:</b> 5
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Inventário
<b>Ementa:</b> O professor envia ao subinspetor de instrução pública o inventário dos móveis da escola do sexo masculino de Porto de Cima (Morretes).
<b>Datação:</b> 19/Janeiro/1869
<b>Autor:</b> Manoel da Cunha Vianna

[[02]]

Inventario dos moveis pertencentes a escola de *primeiras* letras do sexo masculino da Freguesia do Porto de Cima.

- 1 Mesa de onze palmos sem gavetas bem uzada.
- 1 Ditta de 8 palmos com 1 gaveta em bom uzo.
- 05 1 Ditta de 5 palmos com 1 gaveta em bom uzo.
- 1 Estrado com 2 gavetas.
- 2 Bancos de 11 palmos.
- 2 Dittos de 8 palmos.
- 2 Dittos de 7 palmos.
- 10 2 Moxos com assento de palhinha.
- 9 Dittos pequenos com assento de madeira.
- 1 Quadro preto para nelle lecionar.
- 1 Estante para o mesmo.
- 1 Quadro do Redemptor.
- 15 1 Ditto do Monarcha.
- 8 Dittos com exemplares caligraphicos.
- 1 Relogio de cima de meza (já arruinado.)
- 3 Pautas de madeira *para* o ensino de caligraphia.
- 2 Lousas, 1 grande e 1 pequena.

Freguesia do Porto de Cima 19 de Janeiro de 1869.

- 20 O subinspetor  
Antonio Ribeiro de Macedo  
O Professor  
Manoel da Cunha Vianna

M.º Sub.

01



Inclusa remette em cumprimento a circular de V.ª de 31 de maio e em anexo, o inventario dos livros da escola de suas mascotas desta freguesia.

Devo de fazer de do seus femininos, porque, segundo me informa a respectiva professora, não obstante achar-se por V.ª autorizada a fazer a compra dos que são necessarios, ainda não tem conseguido effectual, e são emprestados os que servem para os da outra.

Deus Guarde a V.ª

Subintendencia das escolas de Letra de Lima, 22 de Janeiro de 1868.

Ex.ª Sr. Lourenço Francisco de Lima Leites  
Inspector Geral da Instrucção Publica.

O Subintpector  
Antonio Ribeiro de Alencar

estudantes, reprimidos na hora mesa do  
organizado, dizem com escarmento—os  
a qualis do abalho da guarda na  
hospitalar abalho  
sa, e a attitude que ella deve assumir na  
calhentos quadra que atravessamos.  
Que importa mais se dizem na hora  
que o mesmo tudo for semelha, pelo  
quanto o mesmo tudo se compense a in-  
gratidão e a morte.

<b>No. Documento:</b> 6
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Inventário
<b>Ementa:</b> O subinspetor envia ao inspetor geral de instrução pública o inventário dos móveis da escola de Morretes.
<b>Datação:</b> 22/Janeiro/1869
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo

*Illustrissimo Senhor*

[[01]]

Incluso remetto em cumprimento á circular de *Vossa Senhoria* de 31 do mes e anno findo, o inventario dos moveis da escola do sexo masculino desta freguezia.

- 05 Deixo de faser-o da do sexo feminino, porque, segundo me informa a respectiva professora, não obstante achar-se por *Vossa Senhoria* autorisada a faser a compra dos que são necessarios, ainda não tem conseguido effectual-a, e são emprestados os que servem para uso da aula.

- 10 Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
Subinspectoría das escolas do Porto de Cima, 22 de Janeiro de 1869.

*Illustrissimo Senhor Doutor* Ernesto Francisco de Lima Santos  
Inspector Geral da instrução publica.

- 15 O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo

M. M. S. P.

254



Acceuo a recepção do officio de N.º 11 de 30  
de Janeiro corrente, acompanhando 2 Compen-  
dys da Historia do Brazil e 6 Cathecismos de  
Pinheiro, os quaes recebi em meu estado.  
Sciende da autorizaçãõ de N.º para despendor até  
a quantia de 35.000\$ na acquisiçãõ dos objectos  
de mais necessidade desta escola, vou tratar de  
fê-lo em execução

Deus Guarde a N.º

Morretes 28 de Janeiro de 1869

M.º Sr Ernesto Francisco de Lima Santos  
Inspector Geral da Instrucçãõ publica

69

José Gonçalves de Moraes

<b>No. Doc:</b> 7
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Recepção de officio
<b>Ementa:</b> O professor acusa a recepção de materiais escolares em mau estado e de autorização para despende 35.000 réis em outros recursos.
<b>Datação:</b> 28/janeiro/1869
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

Illustrissimo Senhor [[254]]

Accuzo a recepção do officio de Vossa *Senhoria* de 22  
de Janeiro corrente, acompanhando 2 Compendios da Historia do Brazil e 6 Cathecismos de  
05 Pinheiro, os quaes recebi em máu estado.  
Sciente da autorização de *VossaSenhoria* para despende até  
a quantia de 55.000s na aquisição dos objectos  
de mais necessidade nésta escola, vou tratar de  
pôl-a em execução  
10 Deus Guarde a *VossaSenhoria*  
Morretes 28 de Janeiro de 1869.  
Illmo*Senhor* Doutor Ernesto Francisco de Lima Santos  
*Dignissimo* Inspector Geral da Instrucção publica  
José Gonsalves de Moraes.

259

M. S.



Passo às mãos de V. S. o mappa dos alumnos  
que frequentarão minha escola durante o  
mez de Junho ultimamente findo, cumprimen-  
do assim o dever que me assiste.

Deus Guarde a V. S.  
M. S. D. Ernesto Fran.<sup>ca</sup> de Lima Santos,  
M. D. Inspector Geral da Instrucção Publica da  
Provincia do Paraná

O Professor, J. Ferr.<sup>tas</sup> e Noves

<b>No. Documento:</b> 8
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de frequência.
<b>Ementa:</b> O professor envia a pauta de frequência nas aulas do mês de junho.
<b>Datação:</b> (Provável) Julho
<b>Autor:</b> José Ferreira das Neves

[[259]]

*Illustrissimo Senhor*

Passo ás mãos de *Vossa Senhoria* o mappa dos alumnos  
que frequentaraõ minha escola durante o  
mes de Junho ultimamente findo, cumprin-

05 assim o dever que me assite.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

*Illustrissimo Senhor Doutor* Ernesto Francisco de Lima Santos,  
*Mui Digno* Inspector Geral da Instrucção Publica da  
Provincia do Paraná

10 O Professor, José Ferreira das Neves

214  
C. J. G. de Moraes, Presidente.

Como requer. Solucao em Penitencia em  
Parana, 28 de Maio de 1870.  
Assim

O Jazi Consalves de Moraes, pro-  
fessor publico desta Cidade, que  
achando-se gravemente enfermo, em  
forma feita pelo documento junto,  
sem respectivamente requerer a V. Ex.  
dois annos de licença a fim de ir  
tratar de sua saude na Corte, uni-  
co lugar que offerece melhor garan-  
tia para um tratamento sanitario  
na operação custosa pela qual pre-  
sica passar. O Supp.<sup>o</sup> es-  
pera merecer a graça que sempre  
pelos motivos justos que apresenta-  
ta, em nada soffrendo o serviço  
publico, na sua ausencia, por isso  
que deza exercendo o seu ma-  
gisterio o Cidadão João Euphrasio  
Cardoso Franca.

Assim e Supp.<sup>o</sup>  
C. J. G. de Moraes

Parana, 13 de Maio, 1870.



Josi Gonzalves de Moraes

<b>No. Documento:</b> 9
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Atestado Médico
<b>Ementa:</b> Atestado de que professor não tem reagido a tratamentos médicos.
<b>Datação:</b> 12/maio/1870.
<b>Autor:</b> Doutor Eugênio Guimarães Rebello.

[[218]]

Attesto que o *Senhor* Jose Gonçalves de Moraes soffre de estreitamento do canal da uretra, e que este seo padecimento ha resistido a muitos meios therapeuticos empregados.

05  
Paranaguá 12 de Maio de 1870.  
Doutor Eugenio Guimarães Rebello

214  
Alm. Esp. Sr. Dn. João Presidente.

Como requer. Salvo em Penitencia em  
Paraná, 29 de Maio de 1870.

Alheia

O Sr. José Gonçalves de Moraes, pro-  
fessor publico desta Cidade, que  
achando-se gravemente enfermo, em  
forma prova pelo documento junto,  
vem respectivamente requerer a V. Ex.  
duas horas de licença a fim de ir  
tratar de sua saúde na Corte, uni-  
co lugar que oferece melhor garan-  
tia para um tratamento sanatório  
na operação custosa pela qual pre-  
cisa passar. O Supp. es-  
pera merecer a graça que requer  
pelos motivos furtos que apprehen-  
do, em nada soffrendo o serviço  
publico, na sua ausencia, por isso  
que deza encarecendo o seu ma-  
l estado o Cidadão João Euphrasio  
Cardoso França.

Assim e Supp. e  
C. A. C. M.

Paraná, 13 de Maio, 1870.



Jose Gonçalves de Moraes

<b>No. Documento:</b> 10
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento
<b>Ementa:</b> Pedido de licença de professor para tratamento médico na Corte.
<b>Datação:</b> 20/maio/1870
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

Illustrissimo Excelentissimo Senhor Vice Presidente. [[217]]

[[Como requerido. Palacio da Provincia do  
Paraná, 20 de Maio de 1870.]]

[Antonio Ermelino Leão]

- 05 Diz José Gonsalves de Moraes, professor publico d'esta Cidade, que achando-se gravemente enfermo, conforme prova pelo documento junto, vem respeitosamente requerer á *Vossa Excelencia* dois mezes de licença á fim de ir
- tratar de sua saude na Côrte, unico lugar que offerece melhor garantia para um tratamento vantajoso na operação custosa pela qual precisa passar. O *Supplicante* es-
- 15 pera merecer a graça que requer pelos motivos justos que apprezenta; em nada soffrendo o serviço publico na sua auzencia, por isso que deixa exercendo o seu magisterio o Cidadão Joaõ Euphrasio
- 20 Cardoso França.

Assim o *Supplicante*

*Espera Receber Mercê.*

Morretes, 13 de Maio, 1870.

25 José Gonsalves de Moraes.

Min. Sr.

330

1

A bem da esperancosa medida  
de d'este florescente Município, se  
não pedir a V. S.<sup>a</sup> que se deigne  
promover os meios para que seja  
preenchida a Cadeira de Instruc-  
ção Secundaria, ultimamente crea-  
da para esta Cidade.

Seja despendida palavras  
ponderar a V. S.<sup>a</sup> as vantagens re-  
sultantes de tão transcendente im-  
provemento; e por isso licito me  
a esperar que o interesse que por  
elle toma seja de bom grado ac-  
ordado pelo V. S.<sup>a</sup> a quem

Seus Guarde  
Mortes, 1.<sup>o</sup> de Agosto de 1870.

Min. Sr. Dr. Bento Fernandes de  
Barros M. P. Inspector Geral da  
Instrução Publica da Provincia.



José Celestino de Carvalho

<b>No. Documento:</b> 11
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Solicitação.
<b>Ementa:</b> José Celestino de Lima solicita preenchimento da cadeira de instrução secundária da cidade de Morretes.
<b>Datação:</b> 01/Agosto/1870.
<b>Autor:</b> José Celestino de Lima.

Illustrissimo Senhor      [[330]]

- A bem da esperançosa mocidade deste florescente Municipio, venho pedir á *Vossa Senhoria*, que se digne
- 05 promover os meios para que seja preenchida a cadeira de instrução secundaria, ultimamente creada para esta Cidade.  
Seria desperdiçar palavras
- 10 ponderar á *Vossa Senhoria* as vantagens resultantes de tão transcendente melhoramento, e por isso limito-me a esperar que o interesse que por elle toma seja de bom grado ac-
- 15 colhida por *Vossa Senhoria*, á quem  
Deus Guarde.  
Morretes, *primeiro* de Agosto de 1870.  
*Illustrissimo Senhor Doutor Bento Fernandes de Barros. Mui Dignissimo* Inspector Geral da
- 20 Instrucção Publica da Provincia.  
José Celestino de Lima.

Mon. Sr.

291

Tenha a honra de passar ás  
mãos de V.S. os inclusos mappas  
das aulas desta Cidade relativos  
ao trimestre escolar de Maio a  
julho ultimo.

Deus Guarde a V.S.  
Corretor, 1.º de Agosto de 1879.

P. Bento Fernandes de  
Almeida, Inspector Geral da  
Educação Publica da Provincia.



*[Large signature]*  
F. S. Colutorio de Moraes

<b>No. Documento:</b> 12
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de Mapas.
<b>Ementa:</b> O professor envia mapas das aulas referentes a maio, junho e julho à inspetoria geral.
<b>Datação:</b> 01/Agosto/1870.
<b>Autor:</b> José Celestino de Lima.

[[292]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa *Senhoria* os inclusos mappas das aulas desta Cidade relativos ao trimestre escolar de Maio á Julho ultimo.

05

*Deus Guarde á Vossa Senhoria*

Morretes, *primeiro* de Agosto de 1870.

*Senhor Doutor* Bento Fernandes de  
*Mui Digno* Inspector Geral da  
 Instrucção Publica da Provincia.

10 José Celestino de Lima

426

Ill.<sup>mo</sup> Senr.

Tenho a honra de enviar a V. Sa<sup>o</sup> o Mapa das alunas que frequentaram a aula de 1.<sup>as</sup> letras, de sexo feminino, desta praçaria, a meu cargo, durante o mez de julho findo, e juntamente o Mapa trimestral, relativo aos mezes de Abril, Maio e Junho.

Deus Guarde a V. Sa<sup>o</sup>

Porto de Cima, 2 de Agosto de 1870.

Sr. D.<sup>o</sup> Inspector geral da Instrucção publica.

Maria Theresza de Jesus Guimarães.

<b>No. Documento:</b> 13
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de mapas.
<b>Ementa:</b> A professora envia mapa trimestral à inspetoria geral de instrução pública.
<b>Datação:</b> 02/Agosto/1870.
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[426]]

*Illustrissimo Senhor.*

Tenho a honra de enviar á *Vossa Senhoria* o Mappa das alumnas que frequentaram a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta freguezia, á meu cargo, durante o mêz de Julho  
05 findo; e juntamente o Mappa trimensal, relativo aos mezes de Abril, Maio e Junho.


Deos Guarde á *Vossa Senhoria*

Porto de Cima, 2 de Agosto de 1870.

*Senhor Doutor* Inspector geral da Instrucção publica.

10 Maria Thereza de Jesus Guimarães.

M. S. 252


  
 Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. S.<sup>a</sup> em que me comunica haver entrado no exercicio do cargo de Inspector geral da instrucção publica no dia 16 de julho proximo findo, tendo sido nomeado por acto da Presidencia da Provincia de 14 do mesmo mez de junho. Congratulo-me com V. S.<sup>a</sup> a quem

Seus Guardo

13 de Agosto de 1870

Benito Fernandes de Barros  
Inspector geral da instrucção publica.



José Gonçalves de Azevedo

<b>No. Documento:</b> 14
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Recebimento de Ofício.
<b>Ementa:</b> O senhor. José Gonçalves de Moraes congratula-se pela nomeação do sr. Bento Fernandes de Barros como inspetor geral de instrução pública.
<b>Datação:</b> 03/Agosto/1870.
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

[[252]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de accuzar o recebimento do officio de *Vossa Senhoria* em que me communica haver entrado no exercicio do cargo de Inspector geral da instrucção publica no dia 16 de Julho proximo findo, tendo sido nomeado por acto da Presidencia da Província de 14 do mesmo mez de Junho. Congratulo-me com *Vossa Senhoria*, a quem  
 Deus Guarde

Morretes 3 de Agosto de 1870  
*Senhor* Bento Fernandes de Barros  
 Inspector geral da instrucção publica.

15 José Gonsalves de Moraes.



<b>No. Documento:</b> 15
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Resposta à circular.
<b>Ementa:</b> O subinspetor oferece seus préstimos públicos e particulares ao inspetor geral de instrução pública.
<b>Datação:</b> 12/Agosto/1870
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo

[[21]]

*Illustrissimo Senhor*

Accuso a recepção da circular de *Vossa Senhoria* datada de 16 do mes passado, em a qual *Vossa Senhoria* se digna comunicar-me ter entrado em exercicio do cargo

05 de Inspector Geral da instrucção publica, para que foi nomeado por Acto da Presidencia de 14 do mesmo mes.

Em resposta, cumpre-me assegurar a *Vossa Senhoria*, que, sciente do justo desejo de *Vossa Senhoria* de ser auxiliado no tra-

10 balho da inspecção, a fim de que o pensamento de constituir ella uma condicção essencial do ensino publico, dirija e anima o ensino nas escolas mantidas pela provincia, e igualmente convencido de ser essa idéa verdadeira e salutar, procurarei, quanto as minhas

15 debeis forças o permittirem, coadjuvar a *Vossa Senhoria* em tão louvavel empenho.

E, prevaleço-me da oportunidade para pôr á disposição de *Vossa Senhoria* o meu diminuto prestimo, publico ou particular.

20 Deus Guarde a *Vossa Senhoria* Porto de Cima, 12  
de Agosto de 1870.

Doutor Bento Fernandes de Barros  
Inspector Geral da instrucção publica.

O sub inspector  
25 Antonio Ribeiro de Macedo.

Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Senr.<sup>o</sup> 201

Maria Thereza de Jesus Guimarães professora de  
instrução primaria da Freguezia do Porto de Cima,  
vem humilde e respeitosa mente a presença de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>  
implorar sua remoção para uma das cadeiras vagas  
da Capital.

Já, por vezes, a supplicante teve a confiança de  
apresentar a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> razões, que justificão este seu proce-  
dimento, e por isso, confiada na reconhecida carida-  
de e inimitavel justiça de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> espera hoje merecer  
esta graça: e

P. M.<sup>ce</sup>



Porto de Cima, 27 de Agosto de 1870.

Maria Thereza de Jesus Guimarães.



<b>No. Documento:</b> 16
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento.
<b>Ementa:</b> A professora da escola do Porto de Cima, município de Morretes, requer remoção para uma das cadeiras da capital.
<b>Datação:</b> 27/Agosto/1870
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

[[201]]

Maria Thereza de Jesus Guimarães professora de  
 Instrução primaria da Freguezia do Porto de Cima,  
 Vem humilde e respeitosamente á presença de *Vossa Excelencia*  
 05 implorar sua remoção para uma das cadeiras vagas  
 da Capital.  
 Já, por vezes, a supplicante teve a confiança de  
 apresentar á *Vossa Excelencia* rasões, que justificaõ este seo proce-  
 dimento, e por isso, confiada na reconhecida carida-  
 10 de e inimitavel justiça de *Vossa Excelencia* espera hoje merecer  
 esta graça: e  
*Receber Merce*  
 Porto de Cima, 27 de Agosto de 1870.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães.

M.<sup>mo</sup> Senr. D.<sup>o</sup> Inspector Geral da Instrução publica.

302

Maria Thereza de Jesus Guimarães professora de instrução primaria da Freguezia do Porto de Cima, não podendo continuar no exercicio da mesma, visto que seus incommodos de saúde aggravão se consideravelmente, pede ao Ex.<sup>mo</sup> Senr. Presidente da Provincia, sua remoção para uma das cadeiras vagas da Capital; e para isso firmaz a V.<sup>sa</sup> um requerimento para ser informado. A supplicante, sciendo de não obter esta graça sem a favoravel intervenção de V.<sup>sa</sup>, espera que na generosidade de V.<sup>sa</sup> encontrará efficaz apoio para chegar ao seu desideratium.

De cuja graça.

E. R. M.<sup>o</sup>



Porto de Cima, 27 de Agosto de 1870.

Maria Thereza de Jesus Guimarães.



<b>No. Documento:</b> 17
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Requerimento.
<b>Ementa:</b> A professora da escola do Porto de Cima, município de Morretes requer sua remoção para tratamento na capital.
<b>Datação:</b> 27/Agosto/1870
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

- Illustrissimo Senhor Doutor Inspector Geral da Instrucção publica.  
 Maria Thereza de Jesus Guimarães professora de instrucção primaria da Freguezia do Porto de Cima, naõ podendo continuar no exercicio da mesma, visto que seos modos de saúde aggravaõ-se consideravelmente, pede ao Excelentissimo Senhor Presidente da Provincia, sua remoção para uma das cadeiras vagas da Capital; e para esse fim traz á *Vossa Senhoria* um requerimento para ser informado. A supplicante, sciente de naõ obter esta graça sem a favoravel intervenção de *Vossa Senhoria*, espera que na generosidade de *Vossa Senhoria* encontrará efficaz apoio para chegar ao seo desideratum.  
 De cuja graça.  
*Espera Receber Merce.*
- 15 Porto de Cima, 27 de Agosto de 1870.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães.

Al Sr. Luchas

424

Por lo que se digna transmitir con la sua informacion a Sr. Luchas, Presidente de Provincia, sin eluso recu- rrimiento, en su caso, etc. etc. en vista de que me he de- ducido de su carta, solicitando de su cargo de Sr. Luchas, de esta provincia.

D. C. A. P.

Carlo de Lima, 31 de Agosto de 1870.

M. Luchas, Inspector general de Instruccion publica.



Manuel de la Cruz

<b>No. Documento:</b> 18
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Pedido de Demissão.
<b>Ementa:</b> O professor pede demissão do cargo de professor público devido a seu mau estado de saúde.
<b>Datação:</b> 31/Agosto/1870.
<b>Autor:</b> Manoel da Cunha Vianna.

[[424]]

*Illustrissimo* Senhor.

Rogo a *Vossa Senhoria* se digne transmittir com a sua informação a *Sua Excelencia* o Senhor Vice Presidente da Provincia, o incluso requerimento, em que como *Vossa Senhoria* verá, em vista do meu máu estado  
05 de saude, solicito demissão do cargo de Professor Publico desta freguesia.

Deos *Guarde* a *Vossa Senhoria*

Porto de Cima 31 de Agosto de 1870.

*Illustrissimo* Senhor Doutor Inspector geral da Instrucção publica.

10 Manoel da Cunha Vianna



<b>No. Documento:</b> 19
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Requerimento.
<b>Ementa:</b> O professor da escola do Porto de Cima, município de Morretes requer sua exoneração do cargo por estar doente.
<b>Datação:</b> 31/Agosto/1870
<b>Autor:</b> Manoel da Cunha Vianna.

[[205]]

*Illustrissimo e Excelentíssimo* Senhor Vice – Presidente desta Provincia.

[[Concedo a Comissão pedida.

Palacio da Presidencia do Paraná-

9 de Setembro de 1870

05 [[Antonio Ermelino de Leão]]

Manoel da Cunha Vianna, Professor de instrução primaria da freguesia do Porto de Cima, vendo-se impossibilitado por seu estado valetudinario e idade superior a cincoenta annos, de continuar no exercicio do referido emprego, vem respei-

10 tosamente requerer a *Vossa Excelencia* a sua exoneraçã.

Pede a *Vossa Excelencia* de assim o deferir, e =

*Espera Receber Merce* =

Porto de Cima 31 de Agosto de 1870.

Manoel da Cunha Vianna.



<b>No. Documento:</b> 20
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de mapas.
<b>Ementa:</b> A professora envia mapa trimestral à inspetoria geral de instrução pública.
<b>Datação:</b> 23/Outubro/1870.
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo.

[[141]]

*Illustrissimo Senhor*

[[Respondido em  
31 de setembro 1870.  
*Fernandes de Barros*]]

05 Junto tenho a honra de enviar a *Vossa Senhoria* duas relações dos livros distribuidos ás escolas desta freguesia, conforme o que me foi por *Vossa Senhoria* determinado em officio de *primeiro* de Agosto do corrente anno.

Devo tambem informar a *Vossa Senhoria* que não forão sufficientes os exemplares do systema metrico, tornando-se necessarios mais tres, para serem distribuidos á aula do sexo masculino.

10 Deus Guarde a *Vossa Senhoria* Porto de Cima,  
23 de Outubro de 1870.

*Illustrissimo Senhor Doutor* Bento Fernandes de Barros  
*Mui Dignissimo* Inspector Geral da Instrução publica.

15 O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo.

142

Comunicacion  
21 de Agosto de 1870.  
L. de Franco

Señor a honra de leer el reconocimiento de  
U.ª que contiene buena parte y entro en exa-  
mín de cargo. El profesor interino desta frecuencia por  
Baptista Lucena a tardada caja nombrada en  
fin de orden de U.ª comunicada, solo por la  
carta de Instrucción publica con officio de U.ª  
de sus pasados.

Quo guarde a U.ª  
23 de Agosto de 1870.

Porto de la...

M.ª José de Santa Teresita de Barro  
H. D. Inspector Jeral da Instrucción publica

*[Handwritten signature]*



Sub Inspector  
Antonio Roberto de Macaco

<b>No. Documento:</b> 21
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Comunicado de posse.
<b>Ementa:</b> O subinspetor envia ao inspetor geral de instrução pública um comunicado de posse de professor, até então, interino na escola do Porto de Cima, município de Morretes.
<b>Datação:</b> 23/Outubro/1870
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo

[[142]]

*Illustrissimo Senhor*

[[Communicou-se  
31 de *Outubro* de 1870  
L. de França]]

Tenho a honra de levar ao conhecimento de *Vossa Senhoria* que hontem tomou posse e entrou em exercicio do cargo, o Professor interino desta freguesia João Baptista Pereira de Andrade, cuja nomeação me foi da ordem de *Vossa Senhoria*, communicada pelo Secretario da Instrucção publica em officio de 29 do mes passado.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*                      Porto de Cima,  
23 de Outubro de 1870.  
*Illustrissimo Senhor Doutor Bento Fernandes de Barros.*  
*Mui Dignissimo* Inspector Geral da Instrucção publica.

O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo.

380

M<sup>me</sup> Leni.

Tenho a honra de enviar a V. Sa. a Mappa das  
 alumnas que frequentaram a aula de 1<sup>as</sup> letras,  
 do sexo feminino, desta freguezia, durante o mez  
 de Outubro findo; e igualmente a Mappa tri-men-  
 sal, relativo aos mezes de Julho, Agosto e Setem-  
 bre.

Deos Guarde a V. Sa.

Porto de Lima, 4 de Novembro de 1870.

Senr. D. Inspector geral da Instrucção publica.



Maria Thereza de Jesus Guimarães.

<b>No. Documento:</b> 22
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Ofício
<b>Ementa:</b> Envio de mapa para Inspetoria de Ensino com a frequência às aulas na escola de primeiras letras do sexo feminino.
<b>Datação:</b> 4/novembro/1870
<b>Autora:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães

[[380]]

Illustrissimo Senhor

Tenho a honra de enviar á *Vossa Senhoria* o Mappa das alumnas que frequentaram a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta freguezia, durante o mêz  
05 de Outubro findo; e igualmente o Mappa trimen-  
sal, relativo aos mêzes de Julho, Agosto e Setem-  
bro.

Deos Guarde á *Vossa Senhoria*

Porto de Cima, 4 de Novembro de 1870.

Senhor Doutor Inspector geral da Instrucção publica.

Maria Thereza de Jesus Guimarães.

96

M<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup>.

Tenho a honra de incluso remetter á V. Sa. o Mapa  
 pa das alumnas que frequentaram a aula de 1.<sup>as</sup> let-  
 ras, do sexo feminino, desta freguezia, durante o mez  
 de Novembro findo.

Igualmente communico á V. Sa. que achão-se prepa-  
 radas para serem examinadas nas materias do ensi-  
 no as alumnas, Justina Maria da Cunha Vianna,  
 Maria Olimpia Xavier de Castro e Isolina Maria  
 de Gracia, faltando a alumna Joaquina Isabel Perce-  
 ra, tambem preparada, que deixou de frequentar a  
 escola desde 15 de Outubro.

Deos Guarde á V. Sa.

Porto de Lima, 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1870.

Por Inspector geral da Instrucção publica.

Maria Thereza de Jesus Guimarães.

<b>No. Documento:</b> 23
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Remessa de mapas.
<b>Ementa:</b> A professora envia o mapa das alunas que estão preparadas para serem examinadas na escola do distrito de Porto de Cima.
<b>Datação:</b> 1º./Dezembro/1870
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[96]]

*Illustrissimo Senhor*

- Tenho a honra de incluso remetter á *Vossa Senhoria* o Mapa das alumnas que frequentaram a aula de *primeiras letras*, do sexo feminino, desta freguezia, durante o mês
- 05 de Novembro findo.
- Igualmente communico a *Vossa Senhoria* que achão-se preparadas para serem examinadas nas materias do ensino as alumnas, - Justina Maria da Cunha Vianna, Maria Olimpia Xavier de Castro e Isolina Maria
- 10 de Gracia, faltando a alumna Joaquina Isabel Pereira, tambem preparada, que deixou de frequentar a escola dêsde 15 de Outubro.
- Deos Guarde á *Vossa Senhoria*
- Porto de Cima, 1º. de Dezembro de 1870.
- 15 *Senhor Doutor* Inspector geral da Instrucção publica.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães.

150

170

Trabalho a honra de servir a V. Ex. e suplicar que  
considere a falta das alumnas que frequentam  
a escola.  
D. Quando a V. Ex.

Ex. Sr. Inspector Geral da construcção publica  
Rio de Janeiro de 1871  
João Baptista Pereira de Oliveira  
Professor da cadeira de uso marítimo



*[Faint handwritten signature]*

*[Faint handwritten text at the bottom of the page]*

<b>No. Documento:</b> 24
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de mapas.
<b>Ementa:</b> O professor da escola do Porto de Cima, município de Morretes envia pautas de frequência à inspetoria de instrução pública.
<b>Datação:</b> 31/Janeiro/1871
<b>Autor:</b> João Baptista Pereira de Andrade.

Illustrissimo Senhor .”      [[150]]

Tenho a honra de enviar a *Vossa Senhoria* o mappa, que demonstra a falta das alumnos que frequentão a escola.

05      *Deus* Guarde a *Vossa Senhoria*.

Illustrissimo Senhor Doutor Inspector Geral da instrucção publica

Porto de Cima 31 de Janeiro de 1871

João Baptista Pereira de Andrade

Professor da cadeira do sexo masculino

[[Archivo]]

M<sup>mo</sup> Senr.

122

Tenho a honra de enviar à V. Ex<sup>a</sup> o Mappa das  
alumnas que frequentarão a aula de *tas letras*, do se-  
xo feminino, desta freguezia, durante o mez de ja-  
neiro findo, e igualmente o Mappa *trimensal* re-  
lativo aos mezes de Outubro, Novembro e Dezem-  
bro do anno findo.

Deos Guarde à V. Ex<sup>a</sup>

Porto de Cima, 1.<sup>o</sup> de Fevereiro de 1875.

Por Inspector geral da Instrução publica



Maria Thereza de Jesus Guimarães.

<b>No. Documento:</b> 25
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Comunicado.
<b>Ementa:</b> A professora comunica o envio de pauta de frequência mensal e trimestral.
<b>Datação:</b> 01/Fevereiro/1871
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[122]]

Illustrissimo Senhor

[[Ao Archivo]].

Tenho a honra de enviar á *Vossa Senhoria* o Mappa das alumnas que frequentaraõ a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta freguezia, durante o mêz de Janeiro findo; e igualmente o Mappa trimensal relativo aos mêzes de Outubro, Novembro e Dezembro do anno findo.

Deos Guarde á *Vossa Senhoria*

10 Porto de Cima, 1º. De Fevereiro de 1871.  
*Senhor Doutor* Inspector geral da Instrucção publica.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães.

Ann. 1.

Tenho a honra de accusar o recu-  
 bimento do Officio de P.S.º com da-  
 ta de 24 de Janeiro ultimo, em que  
 me communicaa ter estado em ex-  
 ercicio do cargo de Inspector Geral  
 da Instrucção Publica, para o qual  
 foi nomeado interinamente por  
 auto do Exm.º Presidente da Provin-  
 cia datado de 23 do mesmo.

Seus Guardes, a P.S.  
 Subinspector da Instrucção Publica de  
 Montebus, 16 de Fevereiro de 1871

Ernesto Dias Laranjeira  
 Inspector Geral interino da Ins-  
 trução Publica da Provincia



*[Large handwritten signature]*  
 José Celestino de Oliveira

<b>No. Documento:</b> 26
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Recebimento de officio.
<b>Ementa:</b> A subinspetoria acusa o recebimento de officio que comunica a entrada de um inspetor geral interino da instrucção pública de Morretes.
<b>Datação:</b> 16/Fevereiro/1871
<b>Autor:</b> José Celestino de Lima.

Illustrissimo Senhor      [[112]]

Tenho a honra de accusar o recebimento do Officio de *Vossa Senhoria*, com data de 24 de Janeiro ultimo, em que  
05 me communica ter entrado em exercicio do cargo de Inspector Geral da Instrucção Publica, para o qual foi nomeado interinamente por  
10 acta do Excelentissimo Presidente da Provincia datado de 23 do mesmo.

Deus Guarde á *Vossa Senhoria*  
Subinspector da Instrucção Publica de Morretes, 16 de Fevereiro de 1871.  
Doutor Ernesto Dias Laranjeira,  
15 Inspector Geral interino da Instrucção Publica da Provincia.  
José Celestino de Lima.

M. L.

O 1 de Dezembro do anno findo a favor  
 de minha, ao antecessor do Sr. ... um ...  
 lo do ... da ... a ...  
 parent ... varios objectos de ...  
 sidade, como seja um relogio, um livro  
 para ... uma ... para ...  
 e dois ... force-me da ...  
 ritar.  
 Todos os objectos, constantes no ...  
 mento a ... me refiro, ...  
 rem esta com ...

Dada em ...  
 ... de 1871

...  
 ...  
 ...



...  
 ...

<b>No. Documento:</b> 27
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento de objetos para a escola.
<b>Ementa:</b> O professor interino da escola do Porto de Cima, município de Morretes requer utensílios para sua escola.
<b>Datação:</b> 22/Fevereiro/1871
<b>Autor:</b> João Baptista Pereira de Andrade.

[[170]]

*Illustrissimo Senhor*

- A 1 de Dezembro do anno proximo/passado tive a honra de enviar, ao antecessor de *Vossa Senhoria*, um orçamento das despesas da escola para o anno corrente;
- 05 porem sendo varios objectos de muita necessidade, como seja um relógio, um livro para matricula, uma talha para agua e dois canecos, força-me de novo requisitar.
- 10 Todos os objectos, constantes no orçamento a que me refiro, são precizos; porem estes com especialidade.

*Deus Guarde a Vossa Senhoria*

Porto de Cima 22 de Fevereiro de 1871.

- 15 *Illustrissimo Senhor* “Doutor Ernesto Dias Laranjeira.  
Dignissimo Inspector Geral Interino da Instrução Publica.  
João Baptista Pereira de Andrade  
Professor interino desta freguezia.

M. S. S.

64

63

Tenho a honra de transmittir a V. S. o in-  
doso officio da Professora de Sta. Fruzina, jun-  
tando um requerimento a S. Ex. S. Sr. Presiden-  
te da provincia em que pede um mes de licen-  
ca com vencimento para tratar de sua cauda.

Informando, tendo a declarar a V. S. que e-  
justo esse pedido, porquanto o patente e encomen-  
da de que se trata, que a torn obrigada a estar  
de comra ha ja alguns dias.

Deo Juizo a V. S. Porto de Biron,  
19 de Abril de 1874.

Ant. D.º Benedito. Dir. La. regencia,  
S.º Inspector Genl. da instrução publica.



O Subinspector  
Antonio Ribeiro de Moraes.

<b>No. Documento:</b> 28
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de ofício.
<b>Ementa:</b> O subinspetor envia pedido de afastamento da professora para tratamento de saúde.
<b>Datação:</b> 23/Fevereiro/1871
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo.

[[63]]

*Illustrissimo Senhor*

05 Tenho a honra de transmittir a *Vossa Senhoria* o incluso officio da Professora desta freguesia, juntando um requerimento a *Vossa Excelencia* o *Senhor Presidente* da provincia em que pede um mes de licença com vencimentos para tratar de sua saude.

10 Informando, tenho a declarar a *Vossa Senhoria* que é justo esse pedido, porquanto é patente o incommodo de que se queixa, que a tem obrigado a estar de cama há já alguns dias.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*      Porto de Cima,  
1º. De Abril de 1871.

*Senhor Doutor* Ernesto Dias Laranjeira,  
*Mui Digno* Inspector Geral da instrucção publica.

15 O subinspector  
Antonio Ribeiro de Macedo

M. S. S.

07



O Subinspector interno desta freguesia, em officio de honraria, que junto tenho a honra de transmittir a V. S. seguinte annexo objecto necessario ao uso do alumno e convenientemente regularidade da aula.

Tendo esse objecto reconhecidamente indispensavel, para a me, como necessidade de mais urgencia, estar no caso de ser attendido tal pedido, em prejuizo da requisição feita a concesso de V. S. em officio de 1.º de Dezembro passado, de outro objecto igualmente preciso.

Jalga tambem util acrescentar, que faz a sentir na mesma aula, a falta de um livro de contas, como já informei a essa Inspectoria em officio de 4 de 31 do mes de Dezembro citado.

Duo Juaz de a V. S. Porto de Lima,  
23 de Setembro de 1871.

M. S. S. D.º Consect. Dias Saraggeira  
D. Inspector Geral da Instrucção publica.

O Subinspector  
Antonio Ribeiro de Moraes.

<b>No. Documento:</b> 29
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento.
<b>Ementa:</b> O professor da escola do Porto de Cima, distrito de Morretes requer materiais e livros para a escola.
<b>Datação:</b> 23/Fevereiro/1871
<b>Autor:</b> Antonio Ribeiro de Macedo.

[[07]]

*Illustrissimo Senhor.*

O Professor interino desta freguezia, em officio de hontem, que junto tenho a honra de transmitir a *Vossa Senhoria*, requisita diversos objectos necessarios ao

05 uso dos alumnos e conveniente regularidade da aula.

Sendo esses objectos reconhecidamente indispensaveis, parece-me, como necessidade de mais urgencia, estar no caso de ser attendido tal

10 pedido, sem prejuizo da requizição feita ao antecessor de *Vossa Senhoria* em officio de *primeiro* de Dezembro passado, de outros objectos igualmente precisos.

Julgo tambem util accrescentar, que faz-se sentir na mesma aula, a falta de um livro

15 de visitas, como já informei a essa Inspectoria em officios de 4 e 31 do mez de Dezembro citado.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*. Porto de Cima,

23 de Fevereiro de 1871.

*Illustrissimo Senhor* Doutor Ernesto Dias Laranjeira

20 *Digno* Inspector Geral da Instrucção publica.

O Sub inspector  
Antonio Ribeiro de Macedo.



<b>No. Doc:</b> 30
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Remessa de Ata.
<b>Ementa:</b> O subinspetor envia ao inspetor geral de instrução pública remessa de cópias de atas de exames finais.
<b>Datação:</b> 29/Dezembro/1879
<b>Autor:</b> José Celestino de V. Silveira

[[08]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de passar ás mãos  
de *Vossa Senhoria* as incluzas copias das actas  
lavradas nas escolas desta Cidade  
05 por occasião dos exames finaes,  
que tiverão lugar nos dias 4 e  
7 de expirante mez, de conformi-  
dade com o determinado por *Vossa Senhoria*  
em Officio de 3 do corrente, cujo  
10 recebimento fica assim accusado.  
Deus Guarde á *Vossa Senhoria*  
Morretes, 29 de Dezembro de 1879.

*Illustrissimo Senhor Doutor* Bento Fernandes de  
Barros. *Mui Dignissimo* Inspector Geral da  
15 Instrucção Publica da Provincia.  
O subinspector das escolas de  
Morretes,  
José Celestino de V Silveira

Illmo. Senr.

Tenho a honra de enviar a V. Sa. o Mappa  
das alumnas que frequentarão a aula de Letras,  
do sexo feminino, desta freguezia, durante  
o mez de Fevereiro findo.

Deos Guarde a V. Sa.

Porto de Lima, 4 de Março de 1871.

Por Inspector geral da Instrucção publica.



Maria Thoreza de Jesus Guimarães.

elb. C. P. Lima, 4 de Março de 1871

<b>No. Documento:</b> 31
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de frequência.
<b>Ementa:</b> A professora da escola do Porto de Cima envia pauta de frequência escolar da escola feminina.
<b>Datação:</b> 04/Março/1871
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[81]]

Illustrissimo Senhor

Tenho a honra de enviar á *Vossa Senhoria* o Mappa das alumnas que frequentaraõ a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta freguezia, durante  
05 o mêz de Fevereiro findo.  
Deos Guarde á *Vossa Senhoria*  
Porto de Cima, 4 de Março de 1871.  
*Senhor Doutor* Inspector geral da Instrucção publica.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães

183

M.<sup>me</sup> S.<sup>ra</sup>

Tenho a honra de enviar a V.<sup>sa</sup> a mappa  
dos alumnos que frequentão a aula  
espirante mes.  
Pôrto de Lima, 31 de Maio de 1871



João Baptista Pereira de Andrade  
Luzias contínuo

<b>No. Documento:</b> 32
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de frequência.
<b>Ementa:</b> O professor interino da escola do Porto de Cima, município de Morretes, envia pauta de frequência .
<b>Datação:</b> 31/Março/1871
<b>Autor:</b> João Baptista Pereira de Andrade.

[[183]]

Illustrissimo Senhor”

Tenho a honra de enviar a *Vossa Senhoria* o mappa dos alumnos que frequentarão a aula no expirante mez.

05 Porto de Cima, 31 de Março de 1871

João Baptista Pereira de Andrade

Professor interino.

78

*M.ª Sr.ª*

Tenho a honra de incluzo ensiar a *D.ª Sr.ª* a respeito das alumnas que frequentarã a aula de *letras do sexo feminino*, desta freguezia, durante o mez de *Março* findo.

Deos Guarde a *V.ª Sr.ª*

Porto de Lima, 4 de Abril de 1871.



*Maria Thereza de Jesus Guimarães.*

<b>No. Documento:</b> 33
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de frequência.
<b>Ementa:</b> A professora envia para a inspetoria de instrução pública a pauta de frequência da aula de primeiras letras do sexo feminino.
<b>Datação:</b> 04/Abril/1871
<b>Autora:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[78]]

Illustrissimo Senhor

Tenho a honra de incluso enviar á *Vossa Senhoria* o Mapa das alumnas que frequentaraõ a aula de *primeiras* letras, do sexo feminino, desta freguezia, durante  
05 o mêz de Março findo.  
Deos Guarde á *Vossa Senhoria*  
Porto de Cima, 4 de Abril de 1871.  
Maria Thereza de Jesus Guimarães.

Mun. São

26

Tenho a honra de passar ao  
 V. S.ª e incluso requerimento de  
 Gonçalo de Moraes, Professor públi-  
 co desta Cidade, no qual o mesmo salu-  
 cita de S. Ex.ª e Sr. Presidente da Pro-  
 vincia a demissão de referido emprego.  
 Informando, cumprir-me assignar  
 a V. S.ª que o referido Professor é docen-  
 te e que por isso é justo o motivo que  
 allega.

Deus Guarde a V. S.ª  
 Curitiba, 15 de Abril de 1871

Sr. Ernesto Dias Laranjeira  
 Inspector Geral da Instrução  
 publica da Provincia



*[Large handwritten signature]*

Sr. Cel. Manoel de Oliveira  
 Antonio Joaquim Costa Silva

<b>No. Documento:</b> 34
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pedido de demissão.
<b>Ementa:</b> O professor envia o requerimento em que o professor de primeiras letras pede demissão do cargo.
<b>Datação:</b> 15/Abril/1871
<b>Autor:</b> José Celestino de Oliveira.

[[26]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de passar ás mãos  
de *Vossa Senhoria* o incluso requerimento de José  
Gonsalves de Moraes,. Professor publi-  
05 co d'esta Cidade no qual o mesmo soli-  
cita de *Sua Excelência* o *Senhor* Presidente da Pro-  
vincia a demissão do referido emprego.  
Informando, cumpre-me assegurar  
a *Vossa Senhoria* que o referido Professor é doen-  
10 tio, e que por isso é justo o motivo que  
allega.

Deus Guarde a *Sua Senhoria*  
Morretes, 15 de Abril de 1871.  
*Senhor Doutor* Ernesto Dias Laranjeira  
15 *Digno* Inspector Geral da Instrucção  
publica da Provincia.  
José Celestino de Oliveira.

Ilmo Snr.

79

Achando-me gravemente enferma, junto  
 offereço a V. Sa. o seguinte officio, para que, se  
 que solicitar do Exmo. Governo, um mez de  
 licença com todos os vencimentos para tra-  
 tar de minha saúde.

Deos Guarde a V. Sa. Porto de Cima 18 de  
 Abril de 1871



Inspeccor da Instrucção Publica

Maria Thereza de S. Guimarães.

<b>No. Documento:</b> 35
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Pedido de afastamento.
<b>Ementa:</b> A professora pede licença com vencimentos para tratamento de saúde.
<b>Datação:</b> 18/Abril/1871
<b>Autor:</b> Maria Thereza de Jesus Guimarães.

[[79]]

*Illustrissimo Senhor*

Achando-me gravemente enferma, junto  
ofereço a *Vossa Senhoria* o incluzo officio, para que, se di-  
gne solicitar do *Excelentissimo* Governo, um mez de  
05 licença com todos os vencimentos para tra-  
tar de minha saude.  
Deos Guarde a *Vossa Senhoria* Porto de Cima 18 de  
Abril de 1871.  
*Senhor Doutor* Inspector da Instrucção Publica  
10 Maria Thereza de Jesus Guimarães.

M. E. S.

116

De

E mto a honra de transmitir a  
 incluso requerimento de preposto  
 das da cidade de Morais, por  
 de Morais, em que pede demissão de dito  
 cargo.  
 Sabendo, sempre me declarar a  
 da verdade e que allega o peticionario, se  
 quando a informação prestada pelo subin-  
 spector das escolas d'aquella localidade.



De Guarde a P. E.

Inspectoria Geral da Instrução Pública  
de Carachi, em 25 de Maio de 1871.

J. G. de Moraes Jasi de Oliveira Lacerda,  
Presidente da Província.

O Inspector geral interino,  
Eusebio da Silva Pereira

<b>No. Documento:</b> 36
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pedido de demissão.
<b>Ementa:</b> O professor envia o requerimento em que o professor de primeiras letras pede demissão do cargo.
<b>Datação:</b> 25/Abril/1871
<b>Autor:</b> Ernesto Dias Laranjeira.

*Illustrissimo e Excelentissimo Senhor*

[[116]]

[[Deferido]]

- Tenho a honra de transmittir a *Vossa Excelencia* o  
 Incluso requerimento do professor de 1as. let-  
 05 tras da cidade de Morretes, José Gonçalves  
 de Moraes, em que pede demissão do dito  
 cargo.  
 Informando, cumpre-me declarar a *Vossa Excelencia*  
 ser verdade o que allega o peticionario, se-  
 10 gundo a informação prestada pelo Subin-  
 spector das escolas d'aquella localidade.  
 Deus Guarde a *Vossa Excelencia*.  
 Inspectoria Geral da Instrucção Publica  
 do Paraná, em 25 de Abril de 1871.  
 15 *Illustrissimo Senhor Doutor Venancio José de Oliveira Lisbôa*,  
 Presidente da Provincia.  
 O Inspector geral *interino*,  
Ernesto Dias Laranjeira.

rao 2a

161

Provincia do Paraná, Palacio da  
Presidencia, em 10 de Agosto de 1871

Comunico a Vm para seu Con-  
hecimento que attendendo ás premissas de  
habilitação estabelecidas em decreto, pelo ex-  
celente Sr. Ministro dos Estudos, resolve  
por este de hoje em virtude da lei n.  
290 de 15 de Abril e regulamento de  
13 de Maio de corrente anno, nomear o  
professor de 1.ª Classe para reger a ca-  
tedra de Instrução Primária da Cida-  
de de Maracá.

Deo Guarde a Vm



Remanijar a lista

Dr. Inspector Geral  
da Instrução Publica.

<b>No. Documento:</b> 37
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pedido de demissão.
<b>Ementa:</b> O professor envia o requerimento em que o professor de primeiras letras pede demissão do cargo.
<b>Datação:</b> 01/Agosto/1871
<b>Autor:</b> Venancio José Oliveira Lisbôa.

[[161]]

- Provincia do Paraná, Palacio da  
Presidencia em 1º. de Agosto de 1871.  
Communico a *Vossa Merce* para seo Conhe-  
cimento que attendendo ás provas de  
05 habilitação exhibidas em exame, pelo ci-  
dadão José Ferreira dos Santos, resolvi  
por acto de hoje, em virtude da lei no.  
290 de 15 de Abril e regulamento de  
13 de Maio do Corrente anno, nomeal-o  
10 professor de *primeira* classe para reger a ca-  
deira de instrucção primaria da Cida-  
de de Morretes.  
Deus Guarde a *Vossa Merce*  
Venancio José Oliveira Lisbôa  
15 *Senhor Doutor* Inspector Geral  
da Instrucção Publica.

Termo de recita. Sendo vós suas discretamente em  
 toda esta aula, por mim e os Sr.<sup>s</sup> Superintendentes,  
 tenho encontrado sempre na melhor ordem possível, na  
 lenda e aproveitamento, e muita dedicação por parte  
 da digna Professora, que cada vez mais fazera a con-  
 cisa de que se tornava necessária. Havia e actu-  
 almente matriculadas 82 alunas, faltando hoje ap-  
 nas 8 com motivos justificadas. E bem da regula-  
 ridade do ensino, e nas condições grande aglomeração  
 de alunas, em vista do acanhado espaço que possui  
 esta aula, determinei que a Sr.<sup>a</sup> Professora de-  
 que 20 de suas alunas para o dia 31 de maio  
 de em diante frequentarem a aula transmissa desta  
 cidade, tendo de comparecerem com o apêndice em anexo  
 que nesta data lhe era dirigido. Na forma de  
 vós remetta a esta Insuetaria duas cópias deste  
 termo. e Montevideo, 26 de Maio de 1855. O  
 Inspector Parochial e Chefe da Superintendencia  
 George José Jacobina de Pinheiro. Conferen-  
 da Professora Luiza Maria Huy



<b>No. Documento:</b> 38
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Termo de visita à escola.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial visita a escola de Morretes para averiguação de rendimentos e de frequência.
<b>Datação:</b> 28/maio/1882.
<b>Autor:</b> Luiza Maria Huy

[[37]]

- [[Copia]] Termo de visita. Tendo sido quase diariamente visitada esta escola por mim e os *Senhores Superintendentes*, tenho encontrado sempre na melhor ordem possível, notando-se aproveitamento, e muita dedicação por parte
- 05 da digna Professora, que cada vez mais prova o conceito de que se tornou merecedora. Achão-se actualmente matriculadas 82 alumnas, faltando hoje apenas 8 com motivos justificados. A bem da regularidade do ensino, e não convindo grande aglomeração
- 10 de alumnas, em vista do acanhado espaço que apresenta esta escola, determino que a *senhora* Professora designe 20 de suas alumnas para do dia 31 do corrente em diante frequentarem a escola promiscua desta cidade, tudo de conformidade com o exposto em officio
- 15 que nesta data lhe sera deregido. Na forma do *regulamento* remetta-se a esta Inspectoria duas copias deste termo- Morretes, 28 de Maio de 1882 - O Inspector Parochial e Chefe da Superintendencia - Conego José Jacintho de Linhares. – Confere.
- 20 A Professora Luiza Maria Huy

## Visita de visita.



Tendo quasi diariamente visitado esta escola, sempre encontrei com a maior regularidade. Hoje porém achava-se presentes 54 alumnos, que occupavam-se no exercicio do ensino do dia. Assistindo a todos os trabalhos escolares, notei haver boa disciplina, aproveitamento e mais regularidade na frequencia; sempre me lembrava digna preceptora, esperando que continuará como até aqui a manter o bom conceito de que se credera.

Conforme e determinado pela Directoria da Instrucção sobre o ensino religioso espuro a boa execucao do ensino nesta parte. Na forma do regulamento remette-se a esta Inspectoria duas copias d'esto termo. Novembro 20 de Maio de 1884.

O Inspector Parochial e Chefe da Supraintendencia. Carlos José Jacintho de Linhares.

Francisca Hectoria Mangio da Cunha.

<b>No. Documento:</b> 39	87
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Termo de visita à escola.	
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial visita a escola de Morretes para averiguação de rendimentos e de frequência.	
<b>Datação:</b> 20/maio/1884.	
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho da Silva.	

[[34]]

- Termo de visita.
- Tendo quasi diariamente visitado esta escola, sempre encontrei com a maior regularidade. Hoje porem achavaõ-se presentes 54 alumnos, que occupavaõ-se no exercicio do ensino do dia.
- 05 Assistindo a todos os trabalhos escolar, notei haver boa disciplina, aproveitamento e mais regularidade na frequencia; cumpre-me louvar a digna preceptora, esperando que continuará como até aqui a merecer o bom conceito de que é credora.
- 10 Conforme é determinado pela Directoria da Instrucção sobre o ensino religioso espero a boa execução do ensino nesta parte. Na forma do regulamento remetta-se a esta Inspectoria duas copias d'este termo. Morretes, 20 de Maio de 1884.
- 15 O Inspector Parochial e Chefe da Superintendência. Conego José Jacintho de Linhares.
- 20 Confere Francisca Hectoria Mangin da Cunha.

*Termo de Visita.*

Fendo sido visitada esta escola qua-  
si diariamente, não só por mim  
como também pelas Aesd Superin-  
tendentes, como se demonstra dos  
termos de visitas, cumpre-me de  
Lazaras que presentemente achão-  
se matriculados 28 alumnos,  
sendo a frequencia de hoje 25 ha-  
vendo apenas 3 faltas conforme te-  
ve occasião de verificar. Auis-  
tendo todos os exercicios do ensi-  
no, cumpreme louvar a manei-  
ra porque o digno professor se  
exhibe cada vez no desempenho  
de sua importante missãõ.

Na forma do Regulamento re-  
metta-se a esta Inspectoria duas  
copiaes d'este termo. Morretes, 25  
de Maio de 1884. Inspector  
Parochial e Chefe da Superintendencia  
Sr. Sr. Joze Jacintho de Sankos.

Empere. Lindolpho de Siqueira Bastos



<b>No. Documento:</b> 40	89
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Termo de visita à escola.	
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial visita a escola de Morretes para averiguação de rendimentos e de frequência.	
<b>Datação:</b> 26/maio/1884.	
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.	

[[35]]

[[copia]] Termo de Visita.  
Tendo sido visitada esta escola quasi diariamente, não só por mim como também pelos *Senhores Superintendentes*, como se demonstra dos termos de visitas, cumpre-me declarar que presentemente achão se matriculados 83 alumnos, sendo a frequencia de hoje 75 havendo apenas 5 faltas conforme tive ocasião de verificar. Assis-tindo todos os exercicios do ensino, cumpreme louvar a maneira porque o digno professor se exhibe cada vez no desempenho de sua importante missão.  
Na forma do Regulamento remetta-se a esta Inspectoria duas copias d'este termo: Morretes, 26 de Maio de 1884. O Inspector Parochial e Chefe da Superintendencia.  
Conego Jose Jacintho de Linhares.  
Confere. Lindolpho de Siqueira Bastos

## Termo de Visita

Visitando hoje a aula noturna e  
 ainda pelo Sr. Conde de S. Paulo,  
 verificamos a matriculados qua  
 ranta e dois alumnos e haer poucas fal  
 tas. Entroogados os alumnos prezentes se  
 lie as matdias de ensino, verificamos algum  
 aproveitamento. Apesar de grande aca  
 mbamento da escola, observei haer bra  
 oidem entre os alumnos. Falta mobilida  
 e mais utensilios necessarios para melhor  
 rendimento da escola. Observei que o  
 professor muito dedicada se pelo ensino, pelo  
 que louvo esperando que continuara es  
 me ali aqui a seguir se pelo bom se  
 cumprimento de seu importante cargo.

Na forma do Regulamento da Instrucao  
 remitta-se a esta Inspectoria duas copias  
 deste termo.

Brasilia 27 de Maio de 1884.

Inspector Geral e Chefe da Superintenden  
 cia - Carlos José Pinheiro de Lencastre,  
 Compe. Eulálio José de Sousa,



<b>No. Documento:</b> 41	91
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Termo de visita à escola.	
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial visita a escola de Morretes para averiguação de desempenho e de frequência.	
<b>Datação:</b> 27/maio/1884.	
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.	

[[33]]

Termo de Visita

Visitando hoje a aula noturna re-  
gida pelo *Senhor* Euristeu José da Cruz,  
verifiquei estarem matriculados qua-

- 05 rente e dois alumnos e haver poucas fal-  
tas. Enterrogados os alumnos presentes so-  
bre as materias do ensino, revelaraõ algum  
aproveitamento. Apesar do grande aca-  
nhamento da escola, observei haver boa  
10 ordem entre os alumnos. Falta mobilia  
e mais utencilios necessarios para melhor  
regularidade da escola. Observei que o  
professor muito dedica-se pelo ensino, pelo  
que louvo, esperando que continuará co-  
15 mo até aqui a esforçar-se pelo bom de-  
sempenho de seu importante cargo.

Na forma do Regulamento da Instrucção  
remetta-se a esta Inspectoria duas copias  
deste termo.

- 20 Morretes 27 de Maio de 1884.  
O Inspector Parochial e Chefe da Superintenden-  
cia. – Conego José Jacintho de Linhares.  
Confere Euristeo José daCruz.

cia.

Térmo de visita

De conformidade com o que pre-  
ceitua o Regulamento da Instruc-  
ção, tendo visitado frequentemente  
esta escola, e bem assim os Senhores  
Superintendentes, encontrando-a sem-  
pre na melhor ordem. Verifica-se  
acharem-se já matriculados 51 alum-  
nos sendo a frequência de hoje 46  
e 5 faltas, sendo estas justificadas.  
Entrevistados por mim os alumnos  
presentes sobre as materias do ensi-  
no, revelarão aproveitamento pelo  
que houve o digno professor. Cha-  
mo a attenção do mesmo sobre o  
disposto na circular ultima do  
Ex.<sup>mo</sup> Presidente da Provincia, com re-  
lação a boa ordem do ensino, e ins-  
trução religiosa. Outro sim em-  
preque os meios a seu alcance pa-  
ra a frequência desta escola. Na  
forma do Regulamento, remetto a  
esta Inspectoria duas copias deste  
térmo. Curitiba, 28 de Maio de 1884  
O Inspector Parochial e Chefe da Super-  
intendencia, Conego Joze Jacintho de  
Linhares.

Confere.

Francisco da Silva Pastor



<b>No. Documento:</b> 42	93
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Termo de visita à escola.	
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial visita a escola de Morretes para averiguação de rendimentos e de frequência.	
<b>Datação:</b> 28/maio/1884.	
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.	

[[36]]

[[copia]] Termo de visita  
De conformidade com o que pre-  
ceitua o Regulamento da Instruc-  
ção, tendo visitado frequentemente  
05 esta escola, e bem assim os senhores  
Superintendentes, encontrando-a sem-  
pre na melhor ordem. Verifica-se  
acharem-se já matriculados 57 alum-  
nos sendo a frequência de hoje 46  
10 e 5 faltas, sendo estas justificadas.  
Enterrogados por mim os alumnos  
presentes sobre as materias do ensi-  
no, revelarão aproveitamento pelo  
que louvo o digno professor. Cha-  
15 mo a atenção do mesmo sobre o  
disposto na circular ultima do  
*Excelentissimo* Presidente da Provincia, com re-  
lação a boa ordem do ensino, e ins-  
trução religiosa. Outro sim em-  
20 pregue os meios a seu alcance pa-  
ra a boa frequência desta escola. Na  
forma do Regulamento, remettasea  
esta Inspectoria, duas copias deste  
termo. Morretes, 28 de Maio de 1884.  
25 O Inspector Parochial e Chefe da Super-  
intendencia, Conego José Jacintho de  
Linhares.  
Confere. Francisco da Silva Bastos.

M. M. M.



Comunicamos a V. S.ª para os fins convenientes, que nesta data entrarem em exercício de seu cargo a professora nomeada para a escola municipal desta Cidade, D. Maria Candida Cardozo.

Antes disso, junto as copias dos termos de visitas dos escoles desta Cidade, pelo qual, será V. S.ª a muito que termos a presente do com a emisso obrigatorio.

Seus Guardas em V. S.ª

Mandato 31 de Maio de 1884.

M. S.ª João Manoel da Cunha  
D. Director Geral da Instrução Publica.

Caro José Jacinto de Lencastre.

<b>No. Documento:</b> 43
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado de admissão de professora e envio de termos de visita dos inspetores.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial comunica a admissão de professora e, com o termo de nomeação envia a cópia dos termos de visita à escola de Morretes.
<b>Datação:</b> 31/maio/1884.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.

[[38]]

*Illustrissimo Senhor*  
 Communico a *Vossa Senhoria* para os fins convenientes, que nesta data entrou em exercicio de seu cargo, a

05 professora nomeada para a escola mixta desta Cidade, *Dona Maria Candida Cordeiro*.

Outro sim, junto as copias dos termos de visitas das escolas

10 desta cidade, pelas quaes verá *Vossa Senhoria* a muito que temos aproveitado com o ensino obrigatorio.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*.  
 Morretes 31 de Maio de 1884.

15 *Illustrissimo Senhor Doutor João Manoel da Cunha*.  
*Dignissimo Director Geral da Instrucção Publica*.  
 Conego José Jacintho de Linhares.

134

M. J. de S. J.



Participo a V. S. que me  
foi dado entender no exposto  
em seu cargo a respeito  
em do livro do Sr. Luiz  
do S. Manoel Bulhões de  
Almeida Santiago e sobre  
um livro antigo.

S. J. de S. J.

Manoel, 24 de Junho 1884

M. J. de S. J. Manoel de C.  
Diretor Geral do Estado

O Sr. Manoel Bulhões  
Cargos por quanto se trata

<b>No. Documento:</b> 44
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Informativo.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial informa ao inspetor geral de instrução pública que a professora que se encontrava licenciada retornou ao cargo.
<b>Datação:</b> 24/Junho/1884.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho da Silva.

[[134]]

Illustrissimo Senhor

Participo a *Vossa Senhoria* que nesta data entrou no exercício de seu cargo a professora do ensino do rio Lageado *Dona Maria Eulalia do Amaral Souza* que se achava licenciada.

05 *Deus Guarde a Vossa Senhoria.*

10 Morretes, 27 de Junho de 1884.

*Senhor Doutor João Manoel da Cunha.*  
*Digno Director Geral de Instrucção.*  
 O Inspector Parochial  
 Conego José Jacintho de Linhares

11.º de Junho



Antes a hora de passar a mar  
de S.º os mapas timbrados de  
estas duas cidades.  
Folgo com esta circunstancia  
pela exactidão e aporeci-  
mento de instruções entre  
Cidade.

Despedido a S.º  
Manoel, 11 de Junho 1884

S.º Sr. Manoel de Cunha  
S.º Director Geral das Instruções

Commezarei quanto ao  
Respectivo Conselho

<b>No. Documento:</b> 45
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de mapas de frequência.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial envia mapas de frequência à inspetoria geral e afirma estar satisfeito com a regularidade e com o aproveitamento escolar.
<b>Datação:</b> 18/Julho/1884.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.

[[29]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de passar as mãos  
de *Vossa Senhoria* os mappas trimensais das  
escolas deste districto.

05 Folgo com essa Directoria  
pela regularidade e aprovei-  
tamento da instrucção nesta  
cidade.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

10 Morretes, 18 de Julho 1884.

*Illustrissimo Senhor Doutor* Joaõ Manoel da Cunha

*Digno* Director Geral da Instrucção

Conego José Jacintho de Linhares.

Inspector Parochial

M<sup>mo</sup> Sr.

Comunico a V. S. que a Camara Municipal desta Cidade em data de 30 de Abril proximo findo offerceu a escola sob minha direccao quatro burses inarriscados para o ensino dos meninos.

Deus faveas de v. s. b.

Marretes 10 de Maio de 1864

M<sup>mo</sup> Sr. D. João Manoel da Cunha  
H. D. Director geral da instrucção publica do Paraná.



Francisco da Silva Bastos  
Professor

<b>No. Documento:</b> 46
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema</b> Envio de mapas de frequência.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial envia mapas de frequência à inspetoria geral e afirma estar satisfeito com a regularidade e com o aproveitamento escolar.
<b>Datação:</b> 18/Julho/1884.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho da Silva.

[[40]]

- Illustrissimo Senhor*  
 Cumunico a *Vossa Senhoria* que, a Camara  
 Municipal desta Cidade, em data de  
 25 de Abril próximo findo offereceu a  
 05 escola, sob minha direcção quatro  
 bancos invernisados para assento  
 dos meninos.  
 Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
 Morretes 10 de Maio de 1884
- 10 *Illustrissimo Senhor Doutor* João Manoel da Cunha  
*Mui Dignissimo* Director Geral da instrucção publica  
 do Paraná.  
Francisco da Silva Bastos  
 Professor

202

Illm. Sr.

Comunicação a V. Sa. que, com data  
 de 1.º de corrente mês, e sobre o officio  
 do Sr. Francisco José de Souza de  
 bato participando-me de ter, na qua-  
 le dia, comido a licitação ma-  
 cadura do período de São José  
 da Graciosa, particularmente  
 quanto ao Sr. Passarappa Ti-  
 moral, de Azeite de feijão, per-  
 tencente ao mesmo professor  
 quando substituto do Sr.  
 Proprietário João Baptista  
 Guimarães professor de dita  
 escola. Para Guardar a 8.ª  
 Parte delima, 5 de Agosto de 1884.

Ser D.º Sr. João Manoel da Cunha  
 Director Geral da Instrução Publica



Pi Suspiadas Jurachica  
 M.º Salustio M.º Marques

<b>No. Documento:</b> 47
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado de recebimento de officio.
<b>Ementa:</b> O professor João Baptista Guimarães comunica ao diretor geral de instrução pública que o professor José de Souza Lobato estava trabalhando em escola particular.
<b>Datação:</b> 06/Agosto/1884.
<b>Autor:</b> Manoel Salustiano Gonçalves Marques.

[[202]]

Illustrissimo *Senhor*  
 Communico a *Vossa Senhoria* que, com data  
 de 1º.do corrente mez, recebi officio  
 do *Senhor* Francisco José de Souza Lo-  
 05 bato participando me ter, n'aque-  
 le dia, começado a leccionar na  
 cadeira do povoado de São João  
 da Graciosa, particularmente.  
 Junto para *Vossa Senhoria* o mappa tri-  
 10 mensal, de Abril a Junho, per-  
 tencente ao mesmo professor  
 quando substitucto do pro-  
 prietario. João Baptista  
 Guimarães. professor de dicta  
 15 escóla. Deos Guarde a *Vossa Senhoria*  
 Porto de Cima, 6 de Agosto de 1884.  
*Senhor Doutor* João Manoel da Cunha  
 Director Geral da Instrucção Publica.  
 Do Inspector Parochial  
 20 Manoel Salustiano Gonçalves Marques

**Thesouro Provincial do Paraná,**

180

Em 7 de Setembro de 1884.

N<sup>o</sup> 119



Mm. Excm. Srs.

Pelo requerimento que tenho a honra de in-  
cluzir deobrer, os professores primarios da  
cidades de Morretes e com elles o do povoa-  
do do Anhaya pedem providencias de V. Ex.  
no sentido de serem pagos de seus vencimen-  
tos atarados, pela Collectoria da cidade de  
Anterina.

Ó cunto que, com excepção da pro-  
fessora D<sup>na</sup> Maria Candida Cordero, que  
já tem exercicio a contar do mes de Junho,  
e demais signatarios do alludido requere-  
mento, si estão pagos, segundo consta da  
respectiva escripturação, dos vencimentos cor-  
respondentes aos meses de Janeiro e Fevereiro  
do corrente anno, sendo se raxar do atarado  
falta de renda da Collectoria do districto  
que pertencem os peticionarios, por onde  
nem ser elles pagos, em virtude de ordem  
do Thesouro.

<b>No. Documento:</b> 48
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Devolução de requerimento de pagamento de professores em atraso.
<b>Ementa:</b> O presidente da província devolve requerimento de professores com salário em atraso e alega baixo recolhimento da coletoria para o não pagamento dos vencimentos.
<b>Datação:</b> 09/Setembro/1884.
<b>Autor:</b> Joaquim Sá de Ribas.

[[180]]

Thesouro Provincial do Paraná,  
Em 9 de Setembro de 1884.

[[119]]

*Illustrissimo Excelentissimo Senhor*

- 05 Pelo requerimento que tenho a honra de incluso devolver, os professores primarios da cidade de Morretes e com elles o do povoado Anhaya pedem providencias de *Vossa Excelencia* no sentido de serem pagos de seus vencimentos
- 10 atrasados, pela collectoria da cidade de Antonina.
- É certo que, com excepção da professora *Dona Maria Candida Cordeiro*, que só tem exercicio a contar do mez de Junho,
- 15 os demais signatarios do alludido requerimento, só estão pagos, segundo consta da respectiva escripturação, dos vencimentos correspondentes aos mezes de Janeiro e Fevereiro do corrente anno, sendo a razão do atrazo –
- 20 a falta de renda da collectoria do districto a que pertencem os peticionarios, por onde devem ser elles pagos, em virtude de ordem deste Thesouro.



O pagamento de vencimentos a empregados, estações fiscaes, estancias e dos districtos e residencia dos mesmos funcionarios, e de fuzila nessa legislacao, e não pode, portanto, ser permitido, aos peticionarios, que não, tencem ao districto da Collectoria de Antonina, o pagamento de vencimentos por esta estacao conforme pedem.

Cabendo de pagamento em que actualmente se achão os professores de Mocoretés, da se também com estes varios funcionarios de algumas outras localidades, principalmente dos que são pagos pelo Thesouro, e desde que se conceda o pedido daquelles professores, não se pode negar o mesmo favor a quaisquer outros empregados, e entao a renda da Collectoria de Antonina que é, donde tira a Administracao alguns recursos anenciaes, para atender a despesas urgentes, ficará completa

<b>No. Documento:</b> 48
<b>Composição:</b> fol. 1v
<b>Tema:</b> Devolução de requerimento de pagamento de professores em atraso.
<b>Ementa:</b> O presidente da província devolve requerimento de professores com salário em atraso e alega baixo recolhimento da coletoria para o não pagamento dos vencimentos.
<b>Datação:</b> 09/Setembro/1884.
<b>Autor:</b> Joaquim Sá de Ribas.

O pagamento de vencimentos a empregados por estações fiscaes extranhas a dos districtos da residencia dos mesmos funcionarios é vedado pela nossa legislação, e não pode, por tanto,

05 ser permitido aos peticionarios, que não pertencem ao destricto da collectoria de Antonina, o pagamento de vencimentos por esta estação conforme pedem.

O atrazo de pagamen-

10 to em que actualmente se achão os professores de Morretes, da-se tambem com os diversos funcionarios de algumas outras localidades, principalmente dos que são pagos pelo Thesouro, e desde que se conceda o

15 pedido d'aquelles professores, não se podera negar o mesmo favor aquaesquer outros empregados, e então, a renda da Collectoria de Antonina, que é d'onde tira a Administração alguns recursos mensaes, para at-

20 tender a despesas urgentes ficará completa-



dos por  
ção da  
vidado  
por tanto,  
pico por  
entem  
n esta  
ngamun  
propis  
a os de  
as loca  
pagos  
ada o  
podna  
chos em  
elociao  
Actua  
para al  
mpletar

mente, annullada, sem mesmâ bastar para  
cubrir os gastos que deramtao todos os ven-  
cimentos de empregados para serem pa-  
gos em dia.

Arenda da collectoria de Mar-  
atés, que, como quanto naõ basta para  
atender em dia a todos os gastos de ven-  
cimentos de empregados de seu districto, pode  
todavia, bastar, para adiantar-lhes os pa-  
gamentos, e parece-me por isto deoer se man-  
ter os vacas existentes até que, no fim do me-  
sio, se tome as providencias do artigo  
28 § 1.º do Regulamento de 29 de Dezembro  
de 1882.

Seus Guardes a V. Exc.ª

Com: Sr. Dr. Basilio Augusto Macha-  
do - M. P. - Presidente da Provincia  
1.º Tenente  
Francisco de Paula

<b>No. Documento:</b> 48
<b>Composição:</b> fol. 2r
<b>Tipo:</b> Devolução de requerimento de pagamento de professores em atraso.
<b>Ementa:</b> O presidente da província devolve requerimento de professores com salário em atraso e alega baixo recolhimento da coletoria para o não pagamento dos vencimentos.
<b>Datação:</b> 09/Setembro/1884.
<b>Autor:</b> Joaquim Sá de Ribas.

[[181]]

mente annullada, sem mesmo bastar para  
cubrir os gastos que demandão todos os ven-  
cimentos de empregados para serem pa-  
gos em dia.

- 05           A renda da Collectoria de Mor-  
retes, que com quanto, não baste para-  
attender em dia a todos os gastos de ven-  
cimentos dos empregados de seu districto, pode,  
todavia, bastar, para adiantar-lhes os pa-  
10 gamentos, e parece-me por isto dever-se man-  
ter as ordens existentes até que no fim do exer-  
cicio, se tome as providencias do artigo  
28 § do 1º. do regulamento de 29 de Dezembro  
de 1882.

- 15           Deus Guarde a *Vossa Excelencia*  
Illustrissimo Excelentissimo *Senhor Doutor* Brasilio Augusto Macha-  
do d'Oliveira – *Mui Digno* Presidente da Provincia.  
O Inspector  
Joaquim Sa de Ribas

Provincia de Paraná, Palacio da Presidencia, 154

Ex. Mo.

em 17 de Setembro de 1854

Comunique-se.  
Sua M.

Mm. Srs.

Comunique-se a P. S.ª que, nesta data, resolveu suspender as subscções annuaes de 400\$000 concedidas a cada um das professoras do povoato de Barreiros, municipio de Marretil, e da ex-colonia S. Candido, P. P. Francisca Augusta Machado e Ernestina de Loyola Xavier, por actas de 16 e 19 de mez pasado -

Deus Guarde a P. S.ª

N.º 10.º de Setembro de 1854



Sr. Director da Instrucção publica.

<b>No. Documento:</b> 49
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado..
<b>Ementa:</b> O inspetor de instrução informa ao representante da província do Paraná que cortou as subvenções anuais às professoras do município de Morretes.
<b>Datação:</b> 17/Setembro/1884.
<b>Autor:</b> Brasília Augusto Machado de Oliveira.

[[154]]

Provincia do Paraná, Palacio da Presidencia,  
Em 17 de Setembro de 1884

[[Communique-se]]

João [ilegível]

05 *Illustrissimo Senhor*”

Communico a *Vossa Senhoria* que, nesta data, resolvi  
suspender as subvenções annuaes de 400#000

concedidas a cada uma das professoras

do povoado de Barreiros, municipio de Mor-

10 retes, e da ex-colonia *Santa Candida*, Dignissima *Dona*

Francisca Augusta Machiavel e Ernes-

tina de Loyola Xavier, por actos de 16

e 19 do mez passado-

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

15 *Doutor Brasília Augusto Machado d Oliveira*

*Senhor* Director da Instrucção publica.

Lei n.º 475 de 14 de Outubro de 1854. 141



O Doutor Basilio Augusto Machado de Oliveira, Reitor da Faculdade de Direito de S. Paulo e Presidente da Província de Paraná.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica creada uma cadeira gratuita de instrucção primaria na cidade de Antonina.

Artigo 2.º Fica igualmente creada uma cadeira gratuita de instrucção primaria na cidade de Morretes.

Artigo 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mande, por tanto, a todas as auto-

<b>No. Documento:</b> 50
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Decreto.
<b>Ementa:</b> O Presidente da província do Paraná sanciona lei que cria cadeira de instrução primária nas cidades de Antonina e de Morretes.
<b>Datação:</b> 04/Outubro/ 1884.
<b>Autor:</b> Brasília Augusto Machado de Oliveira.

[[141]]

- Lei *numero* 775 de 4 de Outubro de 1884.  
O Doutor Brasílio Augusto Machado de Oliveira, Lente da Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente da Provincia do Paraná [[ ]]
- 05 Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:
- 10 Artigo 1º.= Fica creada uma cadeira promiscua de instrucção primaria na cidade de Antonina.
- Artigo 2º.= Fica igualmente creada ûa cadeira promiscua de instrucção primaria na cidade de Morretes-
- 15 Artigo 3º.= Ficão revogadas as disposições em contrario.
- Mando, por tanto, a todas as auto-

162  
1854 de Outubro de 1854

Atta da Assemblia Legislativa Provincial  
de Sorocaba  
decreta



Art. 1º Fica creada uma cadeira por  
miserica de instrucção primaria na cidade de  
Sorocaba

Art. 2º Fica igualmente creada uma  
cadeira primaria de instrucção primaria na  
cidade de Mocuzos

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em  
contrario

Faca da Assemblia Provincial de Sorocaba, 11  
de Outubro de 1854

*[Signature]* Presidente  
José Lourenço de Sá Ribas, 1º Secretario  
Lino Thomaz de Ribas, 2º Secretario

<b>No. Documento:</b> 51
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Decreto.
<b>Ementa:</b> A assembléa legislativa do Paraná cria, por decreto, escolas de instrução primária nas cidades de Antonina e Morretes.
<b>Datação:</b> 04/Outubro/1884.
<b>Autores:</b> Manoel Alves de Araújo, José Lourenço de Sá Ribas, João Manoel Ribeiro Vianna.

[[162]]

Lei *numero* 775 de 4 de outubro de 1884  
A Assembléa Legislativa Provincial  
do Paraná

decreta

- 05 *Artigo* 1º. – Fica creada uma cadeira promiscua de instrucção primaria na cidade de Antonina.  
*Artigo* 2º. – Fica igualmente creada uma cadeira promiscua de instrucção primaria na
- 10 cidade de Morretes.  
*Artigo* 3º. – Ficão revogadas as disposições em contrario.  
Paço da Assembléa Provincial do Paraná, 4 de Outubro de 1884.
- 15 Manoel Alves d' Araujo Presidente  
José Lourenço de Sá Ribas, 1º. Secretario  
Joao Manoel Ribeiro Vianna, 2º. dito

163  
Tillado e publicada no Secretario  
da Presidencia do Paraná, em 4 de  
Outubro de 1884.

Secunio de Secretario  
Luiz F. Franco



<b>No. Documento:</b> 52
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado
<b>Ementa:</b> O secretário da presidência da província anuncia o selamento do decreto e a publicação do mesmo.
<b>Datação:</b> 04/Outubro/1884.
<b>Autor:</b> Luiz Ferreira França.

[[163]]

Sellado e publicado na Secretaria  
da Presidencia do Paraná, em 4 de  
Outubro de 1884.

Servindo de Secretario

05 Luiz Ferreira França

Secretaria da Assembléa do Paraná

4 de Outubro de 1888

V. Ex.ª

Senhor Sr.

Aprio de ser presente a S. Ex.ª e Sr. Gov. Presidente da Provincia, tenho a honra de remetter a V. Ex.ª o incluso projecto, approvado pela Assembléa, emando ca-  
lendas promiscuas de instrucção prima-  
ria nas Cidades de Antonina e More-  
ti, aprio de que se digne S. Ex.ª sancio-  
na-lo.

Deus guarde a V. Ex.ª

Aprio Sr. Luiz Ferraz Franca  
Secretario interno



O 1.º Secretario,  
José Lourenço de Sá Ribas.

<b>No. Documento:</b> 53
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de projeto.
<b>Ementa:</b> O primeiro secretário envia ao secretario interino da assembléa projeto para criação de escolas primárias em Antonina e Morretes.
<b>Datação:</b> 04/Outubro/1884.
<b>Autor:</b> José Lourenço de Sá Ribas.

[[67]]

[[N]].....

Secretaria da Assembléa do Paraná

4 de Outubro de 188

[[Sanccionado]]

*Illustrissimo Senhor*A fim de ser presente á *Sua Excelencia* o *Senhor*

- 05 *Doutor* Presidente da Provincia, tenho a hon-  
ra de remetter a *Vossa Senhoria* o incluso projecto,  
approved pela Assembléa, creando ca-  
deiras promiscuas de instrucção prima-  
ria nas cidades de Antonina e Morre-  
10 tes, afim de que-se digne *Sua Excelencia* sancchio-  
na-lo

Deus Guarde a *Vossa Senhoria**Illustrissimo Senhor* Luis Ferreira França*Digno* Secretario interino

O 1º. Secretario,

José Lourenço de Sá Ribas.

M. M. J.

215



O<sup>o</sup> acordo com o que precedeu  
 e § 3<sup>o</sup> do Art. 142 do Reg. organ.  
 da Instrução public. do Paraná  
 em, remetida a 65<sup>o</sup>, os mapas, bo-  
 rneiros, das escolas, d'esta munici-  
 cipio, e bem assim as copias, to-  
 dos os livros que se acham em  
 posse dos livros que se acham em  
 posse das escolas, ficando com  
 a remessa d'estas copias, subsiste  
 em parte o disposto no Art. 142  
 do citado regulamento.

Deus Guarde a V. S.

Horribiliter, 15 d'Out: de 1884

M. M. J. or João Manoel de Almeida  
 Desmissio Inspector Geral da Instrução public.  
 do Paraná

Romulo Josue de Almeida  
 Inspector Substituto

<b>No. Documento:</b> 54
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de presença trimestral e cópias dos termos de visita.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial substituto envia à inspetoria geral de instrução pública as pautas de presença, juntamente com as cópias dos termos de visita às escolas de Morretes.
<b>Datação:</b> 15/Outubro/1884.
<b>Autor:</b> Rômulo José Pereira.

[[215]]

*Illustrissimo Senhor*

D'accordo com o que preceitua  
o § 3º. do artigo 147 do *Regimento* organi-  
co da instrucção publica da Provin-  
05 cia, remetto a *Vossa Senhoria*, os mappas tri-  
mensaes das escolas d'este muni-  
cipio, e bem assim as copias dos  
termos de visita por mim passa-  
do nas visitas que fiz a as  
10 escolas d'esta cidade, ficando com  
a remessa d'estas copias, satisfeito  
em parte o disposto no artigo 142  
do citado regulamento.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

15 Morretes, 15 d'*Outubro* de 1884  
*Illustrissimo Senhor* Doutor João Manuel da Cunha  
Dignissimo Inspector Geral da instrucção publica  
da Província  
Romulo Jose Pereira  
20 Inspector Parochial substituto



Ilmo. Sr. Ex. Sr.

Para melhor saber e mais sempre para a ca-  
 ridade supletiva, a m. appropriação a melhor do  
 Terreno, planta e arcação da população casa  
 escolar, e informo esta Camara que presidente e um dos  
 com. que <sup>vistas</sup> ~~procurou~~ <sup>superintendentes de ensino</sup> ~~obrigados~~, tendo em  
 suas de hoje resolvido dar ordem a edificação  
 de uma casa escolar, para o que ja fez esta  
 de convenientes terrenos, sem pedir a  
 V. Ex. a sua approvaçao.

Constando porém que a collectora tem  
 ordem de enviar ao Chefe Provincial 40%  
 do imposto predial destinado a quella fins,  
 pede esta Camara a V. Ex. em vista da  
 resolução hoje tomada, de revogar aquel-  
 la ordem.

Deus Guarde a V. Ex.

Raes da Camara Municipal de Nor-  
 setes, em sessão extraordinaria em 9  
 de Dezembro de 1884

Ilmo. Sr. Dr. Benedito Augusto Machado de Oliveira  
 V. P. Presidente da Provincia do Paraná.

<b>No. Documento:</b> 55
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento.
<b>Ementa:</b> A câmara municipal de Morretes pede aprovação orçamentária ao presidente da província do Paraná para a construção de uma escola.
<b>Datação:</b> 09/Dezembro/1884.
<b>Autores:</b> Vereadores de Morretes.

[[46]]

Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor

[[G]]

- [[ Para decidir sobre o caso cumpre que a camara sujeite, á *minha* aprovação a escolha do Terreno, planta e orçamento do projecto da casa
- 05 escolar, e informe com que verbas pretende cobrir taes despezas]] Esta Camara, cujo Presidente é um dos superintendentes do ensino obrigatorio, tendo em sessão de hoje resolvido dar começo a edificação de uma casa escolar, para o que já fez esco-
- 10 lha de conveniente terreno, vem pedir á *Vossa Excelencia* a sua aprovação. Constando porem que a collectoria tem ordem de enviar ao Thezouro Provincial 40% do imposto predial destinado áquelle fim,
- 15 pede esta Camara a *Vossa Excelencia*, em vista da resolução hoje tomada, de revogar aquella ordem.

Deus Guarde a *Vossa Excelencia*

- Paço da Camara Municipal de Mor-
- 20 retes, em sessão extraordinaria em 9 de Dezembro de 1884

Excelentíssimo *Senhor Doutor* Brazilio Augusto Machado de Oliveira  
*Mui Digno* Presidente da Provincia do Paraná.

148

deus a praver de justa a copia  
do termo d'examens que se effectuou  
na escola d'arte e officio, pelo  
que meo nome se encontra no  
com esse diploma pelo qual se  
promittamente que se tem a  
nossa de pois da obrigatões  
de ensino.

Deo fidei a r.  
Paraná, 10 de dezembro 1854.



M. de S. Manoel de Castro  
Inspector de Letras Publicas

Caro gen. Jacinto de Lima

<b>No. Documento:</b> 56
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de documentos escolares e congratulações.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial envia cópias dos exames efetuados na escola e congratula-se pelos bons resultados obtidos.
<b>Datação:</b> 10/Dezembro/1884.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.

*Illustrissimo Senhor*

[[148]]

05 Tenho o praser de juntar as copias dos termos d'exames que se effectuaraõ nas escolas desta parochia, pelo que mais uma vez congratulo-me com essa Directoria pelo gráo de aproveitamento que se tem apurado nesta, depois da obrigatoriedade do ensino.

10 Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
 Morretes, 10 de Dezembro de 1884.  
*Doutor* João Manoel da Cunha  
 Director da Instrucção Publica  
 Conego José Jacintho de Linhares.



<b>No. Documento:</b> 57
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Ata.
<b>Ementa:</b> O secretário lavra a ata do exame de habilidades em diversas áreas.
<b>Datação:</b> 05/Janeiro/1885.
<b>Autor:</b> Fernando Machado de Simas.

- Aos cinco dias do mez de Janeiro de mil oitocentos oitenta e cinco, nesta cidade de Mortes na casa da residencia
- 05 do Inspector Parochial da Instrucção Publica achando-se constituída a mesa examinadora composta do mesmo inspector conego
- 10 José Jacintho de Linhares e examinadores nomeados Fernando Machado de Simas e o *capitam* Romulo José Pereira superintendente
- 15 do ensino obrigatorio desta cidade, procedeu-se ao exame pela forma seguinte: na pessoa do examinador João Pereira da Fonseca:
- 20 o *Senhor* Inspector convidou: o *capitam* Romulo José Pereira e examinou em calligraphia e leitura; em seguida passou o examinador Fernando *Machado* de Simas a
- 25 proceder o exame de grammatica e analyse de construcção portugueza e arythmetica até propor caso
- 30 tivesse esgotado a hóra passarão os examinadores a dar a solução sobre as provas e forão de parecer que o

<b>No. Documento:</b> 57
<b>Composição:</b> fol. 1v
<b>Tema:</b> Ata.
<b>Ementa:</b> O secretário lavra a ata do exame de habilidades em diversas áreas.
<b>Datação:</b> 05/Janeiro/1885.
<b>Autor:</b> Fernando Machado de Simas.

[[104]]

- examinando estava aprovado nas materias constantes do presente exame plenamente – e para
- 05 constar lavrei eu o presente termo que sera por todos assinado e eu Fernando Machado de Simas, servindo de Secretario
- 10 o escrevi e assigno - Conego José Jacintho de Linhares – Romulo José Pereira – Fernando Machado de Simas.  
 [[Esta copia tirou-se do original; o qual foi entregue á parte.]]

103

1885

Junto remetto a V. S. a todos  
 do exame que se fez a esse  
 Director João Pereira Faria  
 e que em seu favor interveio  
 em officio de 5 de mes findo  
 que tem a honra de responder.  
 Seus servicos a V. S.  
 Manoel de Jesus 1885.

João Manoel de Paula  
 Director Geral de Justiça



Manoel de Jesus

<b>No. Documento:</b> 58
<b>Composição:</b> fol.1r
<b>Tema:</b> Envio de requerimento.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial envia o termo de exame de habilitação requerido.
<b>Datação:</b> 05/Janeiro/1885.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.

[[103]]

Illustrissimo Senhor

05 Junto remetto a *Vossa Senhoria* o termo do exame que requereu a essa Directoria João Pereira Fonseca e que me foi autorizado em officio de 5 do mes findo que tenho a honra de responder.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
Morretes 5 de Janeiro de 1885.

10 *Senhor Doutor* João Manoel da Cunha  
Director Geral da Instrucção  
Conego José Jacintho de Linhares.

100

Após isso de



Em cumprimento a disposto no  
artº 15 do Regulamento de 3 de  
Dezembro de 1889, e Circular  
da Presidência de 21 de março  
de 1890.

Os quadros de inventários  
incluindo aqui o nº qual a nu-  
meração das coisas ultimamen-  
te anuladas entre Curatarias  
e bem assim a movimentação  
incluindo por ordem depois da  
obrigatoriedade de envio.

Deu ordem a Sr.  
Manoel de Jesus de 1889

M. S. Paulo Augusto Machado de Aze  
Presidente da Comissão

Caio José Quinto de Souza

<b>No. Documento:</b> 59
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Informativo.
<b>Ementa:</b> O inspetor informa ao presidente da província o aumento do número de estudantes após a obrigatoriedade do ensino público.
<b>Datação:</b> 20/Janeiro/1885.
<b>Autor:</b> Cônego José Jacintho de Linhares.

[[100]]

Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor

Em cumprimento ao disposto no  
 Artigo 15 do Regulamento de 3 de  
 Dezembro de 1883, e circular  
 05 dessa Presidência de 31 do mes fin-  
 do respondo.  
 Pelo quadro demonstrativo  
 incluso verá *Vossa Excelencia* qual o nu-  
 mero das crianças ultimamen-  
 10 te arroladas nesta circunscrip-  
 ção e bem assim o movimento  
 escolar que houve depois da  
 obrigatoriedade do ensino.  
 Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
 15 Morretes, 20 de Janeiro de 1885.  
 Senhor Doutor Brazilio Augusto Machado de Oliveira  
 Presidente da Provincia  
 Conego José Jacintho de Linhares.

M.ª Sr.



Fizto a Senha de con  
municar a M.ª que mudou  
a aula da rua dos Mirai  
nos para a do Coronel. Ho  
deste, onde estas ja tirei.

Aproveito a oportuni  
dade para tambem certifi  
car a M.ª que acaba me  
de posse dos tres livros que  
me foi attribuido para  
melles fazer a escriptura  
ção da escola a meu cargo

Deus guarde a M.ª

Menetes, 27 de Fevereiro de 1853

M.ª Sr. Genço José Juninho de Sampa  
Inspector Municipal das escolas

Lindolpho de Siqueira Bastos

<b>No. Documento:</b> 60
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado.
<b>Ementa:</b> O professor comunica ao inspetor paroquial das escolas que mudou a aula de endereço e que está de posse de três livros para fazer a escrita da escola.
<b>Datação:</b> 27/Fevereiro/1885.
<b>Autor:</b> Lindolpho de Siqueira Bastos.

[[57]]

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de com-  
 05 municar a *Vossa Senhoria* que mudei  
 a aula da rua dos Minei-  
 ros para a do Coronel Mo-  
 desto, onde antes ja tive.  
 Aproveito a oportuni-  
 dade para tambem scienti-  
 10 ficar a *Vossa Senhoria* que acho-me  
 de posse dos trez livros que  
 me foi destribuido para  
 n'elles fazer a escriptura-  
 ção da escola a meu cargo.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

15 Morretes, 27 de Fevereiro de 1885.  
*Illustrissimo Reverendissimo Senhor* Conego José Jacintho de Linhares  
 Mui *Digno* Inspector Parochial das escolas.  
Lindolpho de Siqueira Bastos



<b>No. Documento:</b> 61
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Acusação de recebimento.
<b>Ementa:</b> O professor acusa o recebimento de três livros enviados pelo inspetor paroquial.
<b>Datação:</b> 28/Fevereiro/1885.
<b>Autor:</b> Francisco da Silva Bastos.

[[78]]

*Illustrissimo Senhor*

05 Accuso o recebimento de  
trez livros, que me fôra des-  
tribuido para a escriptura-  
ção da escola a meu cargo.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

Morretes, 28 de Fevereiro de 1885

*Illustrissimo Senhor* Conego José Jacintho de Linhares

*Digno* Inspector Parochial das escolas

10 de Morretes.

Francisco da Silva Bastos

Montes 17 de Outubro 1885

128

Mm. Srs

128 5 198 21

Tenho a honra de accusar o recebimento do officio de V. Ex. datado de 15 de Corr. mer nome. e a pedido-me para o cargo de Inspector municipal desta municipalidade durante o impedimento de actual Inspector que esta funcionando como Deputado da Assembleia Legislativa Provincial.

Aparente de differença de habilitação para um excedente cargo, não posso entretanto deixar de aceitar-o, tal é a confiança que tenho na benevolencia de V. Ex. hontem entri em exercicio.

Agradeço a distincão com que V. Ex. honrou-me e as palavras benévolas que me dirigio.

Deus Guarde a V. Ex.

Dr. João Pereira do Lago  
Intendente da Instrução Publica.



Ernesto Francisco Lages

<b>No. Documento:</b> 62	138
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Recebimento de officio .	
<b>Ementa:</b> O atual inspetor de instrução acusa o recebimento do officio que o nomeia, comunica que entrou em exercício e agradece pela distinção.	
<b>Datação:</b> 19/Outubro/1885.	
<b>Autor:</b> Ernesto Frederico Laynes.	

[[128]]

Morretes 19 de Outubro 1885

*Illustrissimo Senhor*

Tenho a honra de accusar o recebimento  
do officio de *Vossa Senhoria* datado de 16 do corrente mez nome-  
05 ando-me para o cargo de Inspector parochial deste  
municipio durante o impedimento do actual  
Inspector que está funcionando como Deputa-  
do à Assembleia Legislativa Provincial.  
Apezar da difficiencia de habilitações  
10 para bem exercer este cargo, não posso entretanto  
deixar de aceitar-o, tal é a confiança que tenho  
na benevolencia de *Vossa Senhoria*, hontem entrei em  
exercicio.  
Agradeço a distinção com que *Vossa Senhoria* honrou-  
15 me e as phrases lisongeiras que me dirigio.

Deus Guarde a *Vossa Senhoria*

Doutor João Pereira do Lago

Inspector da Instrucção Publica.

Ernesto Frederico Laynes

Alm. Sr. Dr. 120



Requerendo se fira da circumscripção  
d'esta cidade e da de Inhaia as  
escolas do Rio Sagrado, BARRIOS  
e Senhora do Porto. Se tendo passage  
para os chefes da superintendencia  
do ensino obrigatorio todas as attribui  
ções do Inspector Parochial, cargo es  
te que foi supprimido vnto como me  
cumpra, pedir a V. S.ª que se digne in  
formar-me a quem compete a fiscaliza  
ção d'aquellas escolas, se a mim, como  
chefe da 8.ª circumscripção, se ao chefe  
da circumscripção de Inhaia, assim de  
que os respectivos Professores possam com  
brevidade obter os attestados de frequen  
cia, para o recebimento dos seus ordenados.

D. L. a. V. S.ª

Novetes, 2, de Dezembro de 1885

Alm. Sr. Dr. Manoel Pereira Lacerda  
D. me Director da Instrucção Publica.

Frei Goncalves de S.º

<b>No. Documento:</b> 63	140
<b>Composição:</b> fol. 1r	
<b>Tema:</b> Requerimento.	
<b>Ementa:</b> O chefe da 8ª. circunscrição requer esclarecimentos quanto às suas atribuições para que possa informar aos professores o que devem fazer para receber seus pagamentos.	
<b>Datação:</b> 02/Dezembro/1885	
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.	

[[120]]

*Illustrissimo Senhor Doutor*

Achando-se fóra da circumscripção  
d'esta cidade e da do Anhaia as  
escolas do Rio Sagrado, Barreiros  
05 e Senhora do Porto, e tendo passado  
para os chefes da superintendencia  
do ensino obrigatorio todas as attribui-  
ções do Inspector Parochial, cargo es-  
te que foi suppreido venho como me  
10 cumpre, pedir a *Vossa Senhoria* que se digne in-  
formar-me a quem compete, a fiscaliza-  
ção d'aquellas escolas, se a mim, como  
chefe da 8ª. circumscripção, se ao chefe  
da circumscripção do Anhaia, afim de  
15 que os respectivos Professores possam com  
brevidade obter os attestados de frequen-  
cia, para o recebimento dos seus ordenados,  
*Deus Guarde a Vossa Senhoria*  
Morretes, 2 de Dezembro de 1885  
20 *Illustrissimo Senhor Doutor* João Pereira Lagos  
*Dignissimo* Diréctor da Instrucção Publica.  
José Gonsalves de Moraes.

181

181  
I  
Expediente no Sr. Ex. Sr. Presidente da Província

M. Ex. Sr. da Instrução publica  
de 10 de Dezembro de 1885  
Escragnella Taunay

Ex. Sr. Sociedade de Immigração e Marinha  
para interpor o seu parecer - Curitiba  
11 de Dezembro de 1885  
Escragnella Taunay

Em vista das informações da Sociedade de Immigração e Marinha, e de o Sr. Director geral da instrução publica, seja nomeada Calacicio da Guaidencica do Paraná, em 31 de Dezembro 1885.  
no Taunay

Comun. do Sr. Ex. Sr. Presidente da Província de 10 de Dezembro de 1885.



Montes 4 de Dezembro de 1885

Memo das D. e S. Rocha Tombo

Antonio  
Vieira Lima

<b>No. Documento:</b> 64
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Solicitação.
<b>Ementa:</b> A Professora solicita que o presidente da província nomeie a professora interina da escola primária mista no município de Morretes.
<b>Datação:</b> 04/Dezembro/1885.
<b>Autor:</b> Maria das Dores Rocha Pombo.

- [[181]]  
 [[*Sanccionado*]] *Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Provincia.*  
 [[ao Senhor Doutor da Instrucção publica
- 05 14 de Dezembro de 1885  
 Escragnoille Taunay<sup>33</sup>]]  
 [[C. A Sociedade de Immigração de Morretes  
 para interpor o seu parecer – Curitiba  
 11 de Dezembro de 1885.
- 10 Escragnoille Taunay]]  
 [[Em vista das  
 informações da  
 sociedade de im-  
 migração de  
 15 Morretes e do  
 Doutor Director ge-  
 ral da instruc-  
 ção publica,  
 seja nomeada. Palácio da  
 20 Presidência do Paraná, em  
 31 de Dezembro 1885.  
 Esc. Taunay.]]  
 [[Communicado ao *Inspector parochial* e *Director de instrucção*  
 publica em 2 de Janeiro de 1886.]]
- Maria das Dores Rocha Pombo vem respeitosa-  
 mente pedir a *Vossa Excelencia*, se digne de a nomear in-  
 terinamente para reger a cadeira publica de ins-  
 trução primaria mixta, rescentemente creada em  
 o núcleo colonial Senhora do Porto, no municí-  
 pio de Morretes. Do que  
*Espera Receber Merce*  
 Morretes 4 de Desembro de 1885.  
Maria das Dores Rocha Pombo.

<sup>33</sup> O Visconde de Taunay, presidente da província na época, faz o aproveitamento do papel para responder à solicitação.



<b>No. Documento:</b> 65
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Envio de pauta de frequência.
<b>Ementa:</b> O inspetor paroquial envia as pautas de frequência à inspetoria geral e afirma estar satisfeito com a regularidade e com o aproveitamento escolar.
<b>Datação:</b> 18/Julho/1884.
<b>Autor:</b> Gabriel Pinto da Silva.

Illustrissimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente da Provincia.

Em cumprimento ao despacho de *Vossa Excelencia* na petição [?], em que a *Excelentíssima Senhora Dona*

- 05 Maria das Dores Rocha Pombo pede nomeação interina para reger a escola promiscua do nucleo “America” da ex-colônia Nova Itália, deste municipio, creada pela lei no. 812 de 3 de Novembro do corrente
- 10 anno, passa a informar, que a nomeação da *Supplicante* será um acto de justiça, não só pelas habilitações que a reccommendão, pela attenção a numerosa familia , que tem, mas tambem pelo o immenso proveito fque ha de
- 15 ressaltar, com relação a instrucção das crianças d’aquelle nucleo em elevado numero. É quanto me cabe informar.  
Morretes 13 de Desembro de 1885.  
Gabriel Pinto da Silva.

225  
 Ill. me Sr.

Em visita a escola dirigida pelo Professor  
 Lindolpho Siqueira Bastos, lancei um ter-  
 mo no livro competente, fazendo algumas ob-  
 servações sem cabidas, quanto ao modo por que  
 este Professor cumpre actualmente os seus de-  
 veres. Depois de proferir por toda a cidade  
 que não me mandaria a cognição sobre o termo,  
 como determinantemente estatui o art. 141  
 do Reg. organico da instrucção publica, e pin-  
 de ser remittido a V. S. amta m'o declaro  
 face a face, procurando desprestigiar dessa  
 forma a autoridade de que a lei me revestiu.  
 Admestuo como era de meu dever, e hoje  
 venho a presenciar de V. S. pedir maior je-  
 na de que aquella que a lei me facul-  
 ta, e por um praticas, para que, attenta  
 a gravidade do caso, seja em mim o re-  
 frutado o principio da autoridade.  
 Certo da justica de V. S. orio que este  
 principio não soffra' descalabro.  
 D. G. a V. S.  
 Mossoró, 1 de Fevereiro de 1886.

Ill. me Sr. Dr. João Pereira Lagoa.  
 Juro Director de Instrucção publica.  
 O chefe da superintendencia  
 José Consalves de Moraes.



<b>No. Documento:</b> 66
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Reclamação/Queixa
<b>Ementa:</b> O diretor da Instrução pública reclama ao chefe da superintendência do mau comportamento do professor e denuncia a insubordinação do mesmo.
<b>Datação:</b> 01/fevereiro/1886.
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

[[225]]

Illustrissimo Senhor

Em revista á escola dirigida pelo Professor Lindolpho Siqueira Bastos, lancei um termo no livro competente, fazendo algumas ob-

05 servações bem cabidas, quanto ao modo porque este Professor cumpre actualmente os seus deveres. Depois de propalar por toda a cidade que não me mandaria a copia desse termo, como terminantemente estatue o artigo 141

10 do *Regimento organico da instrucção publica*, afim de ser remettido a *Vossa Senhoria* ainda m'o declarou face a face, procurando desprestigiar dessa forma a autoridade de que a lei me revestio. Admoestei-o como era do meu dever, e hoje

15 venho a presença de *Vossa Senhoria* pedir maior pena do que aquella que a lei me facultta, e por em pratica, para que, attenta a gravidade do caso, seja em mim respeitado o principio da autoridade.

20 Certo da justiça de *Vossa Senhoria* creio que este principio não soffrerá descalabro.

*Deus Guarde a Vossa Senhoria.*

Morretes, 1 de Fevereiro de 1886.

Illustrissimo Senhor Doutor João Pereira Lagos.

25       Doutor Director da Instrucção publica.  
              O chefe da superintendencia  
              José Gonsalves de Moraes.

*M. L.*

13

Incluse remettida a P. P. a fim de que  
seja transmittida ao Ex. Sr. P. Presiden-  
te da Provincia, o officio e mais docu-  
mentos, reactivos de telegramma offi-  
cial, que dirige a P. P. em 1 de Fevereiro  
corrente, e uma parte anteriormente  
dada ao mesmo Ex. Sr.

Deus Guarde a P. P.

Macretes, 6 de Fevereiro de 1886

M. L. de S. Pedro Pereira Lagos  
Director Geral da Instrucção publica do  
Paraná.



*Indolphi de Siquiera Brito*

<b>No. Doc:</b> 67
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Ofício
<b>Ementa:</b> O diretor geral de instrução pública envia ao inspetor ofício e outros documentos relativos a determinado telegrama dirigido ao próprio inspetor.
<b>Datação:</b> 06/fevereiro/1886
<b>Autor:</b> Lindolpho de Siqueira Bastos

*Illustrissimo Senhor* [[13]]

Incluso remetto a *Vossa Senhora*, a fim de que seja transmittido ao *Excentissimo Senhor Doutor* Presidente da Provincia, o officio e mais documentos, relativos ao telegramma official, que dirigi a *Vossa Senhora* em 1 de Fevereiro corrente, e uma parte anteriormente dada ao mesmo *Excelentissimo Senhor*

Deus Guarde a *Vossa Senhora*

10 Morretes, 6 de Fevereiro de 1886  
*Senhor Doutor* João Pereira Lagos  
*Dignissimo* Director Geral da Instrucção publica do Paraná.  
Lindolpho de Siqueira Bastos

Apud  
Fonseca, P. Luro.

230  
Ilmo Sr.

Nem uma intervenção tive na nomeação da Professora de Estudos "Senhora do Porto," não fui ouvido sobre isso, nem me veio participação alguma dessa Direção, o que me induz a ser informado de V. S. se essa escola está sob a minha inspecção, a vista de não me ser dirigido um officio qualquer que tivesse respeito a essa escola, que está funcionando já, como sei particularmente sem ter preceitido certas formalidades indispensáveis. Digne-se, porisso, V. S. informar-me sobre o que devo fazer neste caso.

D. Querri a V. S.  
Mozetes, 9 de Setembro de 1858.

Ilmo Sr. Dr. João Pereira Lagez.  
Ins. Director geral da instrução publica.

José Gonschevichovans.



<b>No. Documento:</b> 68
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Queixa/Reclamação
<b>Ementa:</b> O diretor queixa-se ao diretor geral de instrução pública por não ter sido comunicado da nomeação de uma professora no núcleo de Nossa Senhora do Porto.
<b>Datação:</b> 09/fevereiro/1886.
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

[[230]]

Illustrissimo Senhor

Nem

uma intervenção tive na nomeação da Professora do Nucleo ,, Senhora do Porto,, não fui ouvido sobre isso, nem  
05 me veio participação alguma dessa Directoria; o que me indus a vir informar-me de *Vossa Senhoria* se essa escola está sob a minha inspecção, a vista de não me ser dirigido um officio qualquer que dissesse  
10 respeito á essa escola, que está funcionando ja, como sei particularmente, sem ter precedido certas formalidades indispensaveis. Digne-se, porisso, *Vossa Senhoria* informar-me sobre o que devo  
15 faser neste caso.

*Deus* Guarde a *Vossa Senhoria*.

Morretes, 9 deFevereiro de 1886.

Illustrissimo Senhor Doutor João Pereira Lagos.

*Dignissimo* Director geral da instrucção publica.

20

José Gonsalves de Moraes.

Comunicação  
P. 24 de 1850  
P. 24 de 1850  
P. 24 de 1850

74  
M. J.

Comunicação de V. S. com o seguinte, que me  
foi dada antes em virtude do cargo de Provisor Juiz  
da 1.ª cadeira de sua comarca, data cedente, e  
qual foi nomeada em acto do Poderão da Proin-  
cia, de dia 12 de Junho. Este cargo procurar-se  
poderá de novo comparecer de direito, e de  
V. S. cujo seu serviço a causa da instrução e  
mais se venha a se proclama.

D. João de V. S.

Monte de Janeiro de 1850.

M. J. D. José Maria Lopes  
Procurador geral da instrução pública.

Comissão de Assessoria.



<b>No. Documento:</b> 69
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado.
<b>Ementa:</b> A Professora comunica que entrou em exercício provisoriamente na cadeira do sexo feminino, agradece pela nomeação e promete corresponder à confiança dos que a indicaram.
<b>Datação:</b> 17/Fevereiro/1886.
<b>Autor:</b> Carmella Nascimento.

[[74]]  
 Illustrissimo Senhor

[[Comunique só ao

Presidente Pereira – 24 de Fevereiro de 1886.]]

R. [ilegível]

- 05 Venho communicar á *Vossa Senhoria* como me cumpre, que nesta data entrei em exercicio do cargo de Professora provisoria da 1<sup>a</sup>. cadeira do sexo feminino, desta cidade, para o qual fui nomeada por acto da Presidencia da Provincia, do dia 12 do corrente. Neste cargo procurarei corresponder á honrosa confiança do digno Presidente, e de
- 10 *Vossa Senhoria*, cujos bons serviços á causa da instrucção cada dia mais se reconhece e se proclama.

*Deus Guarde á Vossa Senhoria*  
 Morretes, 17 de Fevereiro de 1886.

- 15 *Illustrissimo Senhor Doutor* João Pereira Lagos  
*Dignissimo* Director geral da instrucção publica.  
Carmella Nascimento.

227  
 Ilmo Sr.

Aqui junto o officio em que a Ex.<sup>ma</sup> S.  
 Carlota Nascimento communica a V.  
 S. que entrou hontem em exercicio do  
 cargo de Professora provisoria da 1.<sup>a</sup>  
 cadeira de sexo feminino desta cidade.

A cadeira promissora do  
 melho America esta funcionando sem  
 moras, sem attencas e sem livros, tao essen-  
 ciais a sua regularidade. O meu tem-  
 po tem me impedido de ir visitala, e  
 intao organizar o orcamento do que ella  
 mais precisa, afim de poder chegar a V.  
 S. que tao solícito se tem mostrado a  
 favor da instrucção da Provincia.

D. G. a V. S.

Montevideo, 18 de Fevereiro de 1856.

Ilmo Sr. Sr. João Pereira Lagos.  
 Director geral da instrucção publica.

João Gonçalves de Barros.



<b>No. Documento:</b> 70
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado
<b>Ementa:</b> O inspetor comunica que a professora provisória do núcleo América assumiu o cargo em uma escola sem móveis, utensílios ou livros.
<b>Datação:</b> 18/fevereiro/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

[[227]]

Illustrissimo Senhor

Aqui junto o officio em que a *Excelentissima Dona*  
*Carmela Nascimento* comunica á *Vossa*  
*Senhoria* que entrou hontem em exercicio do  
 cargo de Professora provisoria da *primeira*  
 05 cadeira do sexo feminino desta cidade.

A cadeira promiscua do  
 nucleo America está funcionando sem  
 moveis, sem utensis e sem livros, tão essen-  
 10 ciaes a´ sua regularidade. O mau tem-  
 po tem me impedido de ir visital a, e  
 então organizar o orçamento do que ella  
 mais precisa, afim de faser chegar á *Vossa*  
*Senhoria*, que tão solícito se tem mostrado á  
 favor da instrucção da Provincia.

15 *Deus Guarde a Vossa Senhoria*  
 Morretes, 18 de Fevereiro de 1886.

*Illustrissimo Senhor Doutor João Pereira Lagos.*  
*Dignissimo Director geral da instrucção publica.*

José Gonsalves de Moraes.

224  
Ill. mo Sr.

Tendo em vão dirigido um officio ao Presidente da Camara Municipal desta cidade, pedindo um auxilio pecuniario, para vestir alguns alumnos extremamente pobres, que por falta de roupa não frequentassem a escola, e não devendo, nem podendo contar com a phylantropia particular para esse fim, resolvei vestir á minha custa a primeira menina que eu poubesse achar, e n'aquele caso, e hoje está matriculada, e frequentando a 1.ª cadeira do sexo feminino, a alumna Maria Amalia da Silva Cruz, filha de José da Silva Cruz, pai de familia pobre.

Escrevo-me bastante satisfeito por ter podido prestar este pequeno auxilio á instrucção deste Municipio, secundando os patrioticos esforços de V. Sa., a quem

D. Guarde

Mozzetez, 23 de Fevereiro de 1885

Ill. mo Sr. João Pereira Lopes

Imo Director Geral da instrucção publica

José Gonçalves de Moraes



<b>No. Documento:</b> 71
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado
<b>Ementa:</b> Cidadão comunica ter prestado auxílio financeiro à família pobre de uma das primeiras alunas da escola do sexo feminino.
<b>Datação:</b> 23/fevereiro/1886.
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes.

[[224]]

Illustrissimo Senhor

Tendo em vão dirigido um officio ao Presidente da Camara Municipal desta cidade, pedindo um auxilio pecuniario, para vestir alguns alumnos extremamente pobres, que por falta de roupa não frequentassem a escola, e não devendo, nem podendo contar com a philantropia particular para esse fim, resolvi vestir á minha custa a primeira menina que eu soubesse achar-se n'aquelle caso, e hoje está matriculada, e frequentando a 1<sup>a</sup>. cadeira do sexo feminino, a alumna Maria Amalia da Silva Cruz, filha de José da Silva Cruz, pai de familia pobrissimo.

Sinto-me bastante satisfeito por ter podido prestar este pequeno auxilio á instrucção deste Município, secundando os patrioticos exforços de *Vossa Senhoria*, a quem  
 Deus Guarde.

Morretes, 23 de Fevereiro de 1886.

Illustrissimo Senhor Doutor João Pereira Lagos.  
 Dignissimo Director Geral da instrucção publica.

José Gonsalves de Moraes.

M. Sr.

138

Conforme a recommendação de  
v. S. requer novamente attestados  
de Sr. Bispo da Superintendencia, e  
foram-me devolvidos em branco.

Junto os requerimentos com os res-  
pectivos anappas para serem attesta-  
dos, e os que de Sr. Moraes foram de-  
volvidos.

Deus Guarde a V. S.

Moçetes, 6 de Março de 1886

D. João Pereira Lago  
Proctor Geral da Instrucção do Paraná



Sindolpho de Siqueira Bastos

bank.

<b>No. Doc:</b> 72
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Ofício
<b>Ementa:</b> O diretor geral de instrução pública informa que o chefe da superintendência tem devolvido atestados e mapas em branco.
<b>Datação:</b> 06/março/1886
<b>Autor:</b> Lindolpho de Siqueira Bastos

*Illustrissimo Senhor* [[128]]

Conforme a recommendação de  
*Vossa Senhoria*, requeri novamente atestados  
do *Senhor* Chefe da Superintendencia, e  
05 forão-me devolvidos em branco.

Junto os requerimentos com os res-  
pectivos mappas para serem atesta-  
dos, e os que do *Senhor* Moraes forão de-  
volvidos.

10 Deus Guarde a *Vossa Senhoria*  
Morretes, 6 de Março de 1886  
*Illustrissimo Doutor* João Pereira Lagos  
*Dignissimo* Director Geral da Instrucção do Paraná  
Lindolpho de Siqueira Bastos.



<b>No. Doc:</b> 73
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado
<b>Ementa:</b> O inspetor comunica ao diretor geral da instrução pública que a professora provisória tomou posse definitiva da cadeira do sexo feminino de Morretes.
<b>Datação:</b> 17/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

Illustrissimo Senhor [[191]]

Comunicado a Provincia em 17 de Maio de 1886.  
 Venho comunicar á Vossa Senhoria que a  
 Professora provisoria da primeira cadeira  
 05 do sexo feminino desta cidade, Dona  
 Carmela Nascimento, tomou ho-  
 je posse do cargo de Professora defi-  
 nitiva da mesma cadeira, para  
 a qual foi nomeada por acto da  
 10 terceira directoria proximo passado.

*Deus Guarde á Vossa Senhoria*

Morretes, 15 de Maio de 1886.

Illustrissimo Senhor Doutor Luis Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque.  
 Dignissimo Director geral da instrucção publica.

15 José Gonsalves de Moraes.

229

S. S. S.



Diante do propósito tenho me consensado até hoje  
 silencioso perante o procedimento criminoso e inque-  
 rível do Professor da 1.ª cadeira desta cidade,  
 Antolpho Siqueira Bastos, que, com temerária e des-  
 respeito, por tombo e alarde de ser superior a lei,  
 esperando que os factos se precipitassem, e com a  
 evidencia cruel e possessora d'um, perante a  
 quelle que têm a seu cargo zellar o cumpri-  
 mento da lei e a moralidade da administração.  
 Tão tantas e tão graves as factas commettidas,  
 com manifesto alarde, por esse Professor, no exer-  
 cicio de seu cargo, os factos succedem-se tão in-  
 interruptamente, a desidia e tanta, que não ad-  
 mirar á V. S. que esse Professor não tem a il-  
 lustração, o criterio, nem a moralidade neces-  
 sarias para occupar o elevado cargo de prescep-  
 tor da infancia. Em uma rapida resenha  
 demonstrar á V. S. a verdade desta asserção,  
 acrescentando que só uma mal-entendida pro-  
 teccion politica pôde consentir que esse moco,  
 verdadeiro catavento politico, seja Professor publico  
 nesta localidade, onde e oportuno como in-  
 teresse do cargo que occupa. Contra o sis-  
 tema no artigo 28 do Reg. Organico da instruc-  
 ção publica, esse Professor abandona a escola,  
 sem licença nem sciencia minha, e vai á Cu-  
 ritiba; d'ũa, quando lhe aprax, os merinos

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

Illustrissimo Senhor      [[229]]

Muito de proposito tenho me conservado até hoje silencioso perante o procedimento criminoso e inqualificavel do Professor da 1ª. cadeira desta cidade,

05 Lindolpho Siqueira de Bastos que, com teimosia e desrespeito, por timbre e alarde de ser superior a lei, esperando que os factos se precipitassem, e com a sua evidencia cruel o posessem á mi, perante aquelles que têm á seu cargo zellar o cumprimento da lei, e a moralidade da administração.

10 São tantas e tão graves as faltas commettidas, com manifesto alarde, por esse Professor, no exercicio de seu cargo, os factos succedem-se tão ininterruptamente, a desidia é tanta, que ousou asseverar á *Vossa Senhoria* que esse Professor não tem a illustracção, o criterio, nem a moralidade necessarias para occupar o elevado cargo de preceptor da infancia. Em uma rapida resenha vou demonstrar á *Vossa Senhoria* a verdade desta asserção,

20 accrescentando que só uma mal-entendida protecção politica póde consentir que esse moço, verdadeiro catavento politico, seja Professor publico nesta localidade, onde é apontado como indigno do cargo que occupa. Contra o disposto no artigo 28 do *Regimento Organico* da instrucção publica, esse Professor abandona a escola, sem licença nem sciencia minha, e vai á Curitiba; deixa, quando lhe apraz, os meninos

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol. 1v
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

feixados na salla da escola, e sáe, de chapeo na cabeça, ficando fóra ás vezes uma hora, a ponto de não encontral-o quando vou visitar a escola.

- Admitte compendios não autorisados para o ensino, e lecciona arithmetica aos seus alumnos por uma Taboada sua, que não mereceo um –parecer- durante a Presidencia do *Senhor Doutor* Brasilio Machado, que o protegia como correligionario politico.
- 10 O § 5º. do *artigo* 101 dis que se deve guardar nas escolas o silencio, o respeito, a regularidade; e esse Professor, violando abertamente essa sabia disposição da lei timbra em faser o contrario do que é expressamente recommendado.
- 15 O §1º. do *artigo* 103 dis que é prohibido aos Professores occuparem-se ou occupar os seus alumnos em misteres estranhos ao ensino, durante as horas da licção, e elle occupa-se diariamente em serviços seus ou alheios, durante as aulas, e fas dos alumnos confiados á sua guarda, os mais obedientes creados, ao ponto de mandar por elles recados desaforados aos seus superiores, como já os tenho recebido.
- 25 O § 4º. do *artigo* 103 tambem prohibe ausentarem-se os Professores nos dias lectivos, das localidades onde estiverem as suas escolas, salvo com licença legitimamente obtida dos agentes da

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.2r
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

pho, durante dois annos. Achão-se em meu pó-  
 der outros documentos, de tudo quanto affirmo.  
 Agora repete-se nesta cidade, com admiração  
 e insistencia, que o Professor Lindolpho é imprei-  
 05 teiro de uns tantos metros de estrada no Rio  
 Sagrado, e os commentarios sobre esse facto o-  
 brigão-me á vir perante *Vossa Senhoria* tirar de sobre mim  
 a responsabilidade delle, como dos outros, por  
 quanto esse Professor zomba da autoridade de  
 10 que a lei me revestio, cobre-me de chufas, tor-  
 nando-me impotente para dar-lhe a correção  
 legal, pois não tenho merecido o apoio necessa-  
 rio e legitimo, que esperava das autoridades  
 competentes. Entretanto eu ja não admi-  
 15 ro-me de vel-o impreiteiro, quando elle leva  
 o seu mercantilismo ao ponto de impor uma  
 capitação aos seus alumnos, cobrando qui-  
 nhentos reis de cada um delles, em troca  
 de bonets de papelão, forrados exteriormen-  
 20 te de ganga vermelha, no que tem um lu-  
 cro superior á cento por cento! Cabe  
 á *Vossa Senhoria* apreciar devidamente esses factos ver-  
 gonhosos, que se não terião succedido, com  
 expressa violação da lei, se a nossa socie-  
 25 dade soubesse dar á cada um seu justo va-  
 lor, ou os meus superiores vissem dia á dia,  
 como eu, o que é, e quanto vale o Profes-

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.2v
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

[[231]]

- sor Lindolpho Siqueira Bastos.  
 Não podendo até aqui faser-o cumprir com os seus deveres, e tornar-se sério como lhe cumpre, tenho, apesar disso, me conservado
- 05 no cargo de chefe da superintendencia, esperando esta oportunidade para declinar de um cargo, que se me tem tornado demasia-damente penoso.
- Nem uma reparação venho pedir á *Vossa Senhoria*, e,
- 10 pelo contrario, peço á *Vossa Senhoria* que nem uma providencia tome no sentido de desaggravar um dos insultos e desaforos que hora á hora recebo desse moço, porquanto hoje destituo-me do cargo que occupo, em
- 15 officio ao Vice-Presidente da Provincia. Anteriormente tinha tentado chamar esse Professor ao cumprimento dos deveres que a lei lhe impõe, negando-lhe attestados para receber seus vencimentos, mas elle
- 20 os tem recebido, sem attestados meus por onde vejo [ ] quão nulla é a minha autoridade perante esse potentado Professor. Tambem para mim e contra mim é violado o *artigo* 168 do Regulamento da instrucção.
- 25 É por tudo isso quenada mais exijo dos meus superiores do que a demissão, que me será extremamente um motivo de

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.3r
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

justa alegria.

Dito isto, acho-me demittido do cargo de chefe da superintendencia da 8<sup>a</sup>. circunscripção, e confesso-me muito menos valioso do que

05 o Professor de quem me occupo.

Á *Vossa Senhoria* apresento os meus sinceros protestos de respeitosa sympathia, consideração e estima.

*Deus Guarde a Vossa Senhoria.*

10 Morretes, 20 de Maio de 1886.

*Illustrissimo Senhor Doutor Luis Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque. Dignissimo Director da Instrucção publica.*

José Gonsalves de Moraes.



ficavam na sala da escola, e são, de chapas na  
boca, ficando fora de vez uma hora, a ponto  
de não encontrar o quando ven visitar a escola.  
Admitte compendios não autorizados para seu  
uso, e lecciona arithmetica aos seus alumnos  
por uma taboada sua, que não morreu sem  
parecer durante a Presidencia de Sr. Du. José  
Sibio Macchado, que o protegia como conculpa  
do político.

O § 5.º do art. 107 em que se deve guardar nas  
escolas o silencio, o respeito, a regularidade, e o  
Professor, violando abertamente essa sabida disposi  
ção da lei, timbra em fazer o contrario de quem  
é expressamente recommendado.

O § 1.º do art. 103 em que é prohibido aos Profes  
sores occuparem-se ou occupar os seus alumnos  
em misteres estranhos ao ensino, durante as horas  
da lição, e elle occupa-se diariamente em seus  
seus ou alheios, durante as aulas, e far dos seus  
meus confiantes a sua guarda, se mais obediencia  
creados, ao ponto de mandar por elles occor  
desaforados aos seus superiores, como ja se  
nho recebido.

O § 4.º do art. 103 tambem prohibe ausentarem  
se os Professores nos dias lectivos das localida  
des onde estivoerem as suas escolas, salvo com  
licença legitimamente obtida dos agentes de

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol. 1v
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

feixados na salla da escola, e sáe, de chapeo na cabeça, ficando fóra ás vezes uma hora, a ponto de não enconral-o quando vou visitar a escola.

- Admitte compendios não autorisados para o ensino, e lecciona arithmetica aos seus alumnos por uma Taboada sua, que não mereceo um –parecer- durante a Presidencia do *Senhor Doutor* Brasilio Machado, que o protegia como correligionario politico.
- 10 O § 5º. do *artigo* 101 dis que se deve guardar nas escolas o silencio, o respeito, a regularidade; e esse Professor, violando abertamente essa sabia disposição da lei timbra em faser o contrario do que é expressamente recommendado.
- 15 O §1º. do *artigo* 103 dis que é prohibido aos Professores occuparem-se ou occupar os seus alumnos em misteres estranhos ao ensino, durante as horas da licção, e elle occupa-se diariamente em serviços seus ou alheios, durante as aulas, e fas dos alumnos confiados á sua guarda, os mais obedientes creados, ao ponto de mandar por elles recados desaforados aos seus superiores, como já os tenho recebido.
- 25 O § 4º. do *artigo* 103 tambem prohibe ausentarem-se os Professores nos dias lectivos, das localidades onde estiverem as suas escolas, salvo com licença legitimamente obtida dos agentes da



pho, durante dois annos. Achão-se em meu po-  
 der outros documentos, de tudo quanto affirma.  
 Agora repete-se nesta cidade, com admirável  
 insistência, que o Professor Leopoldo é impo-  
 seiro de uns tantos metros de estrada no Rio  
 Sagrado, e os commentarios sobre esse facto e  
 brigas me adiv perante V. S. tirar se sobre mim  
 a responsabilidade delle, como seu autor, por  
 quanto esse Professor conta da autoridade de  
 que a lei me revestio, cobra-me de chufas, e  
 manda-me impotente para dar-lhe a correccão  
 legal, pois não tenho merecido e apois mere-  
 cio e legitimo, que esperava das autoridades  
 competentes. Entretanto eu ja não abun-  
 do-me de vel-o impoiteiro, quando elle teve  
 o seu mercantilismo ao ponto de impor uma  
 capitação aos seus alumnos, cobrando quin-  
 zentos reis de cada um delles, em troca  
 de bonets de papetao, forrados exteriormen-  
 te de ganga vermelha, no que tem um lu-  
 cro superior á cento por cento! Cabe  
 a V. S. apreciar devidamente esses factos, sen-  
 gouhoias, que se não teriam succedido, sem  
 expressa violação da lei; se a nossa soci-  
 dade souberse dar á cada um seu justo va-  
 lor, ou os meus superiores vissem dia á dia,  
 como eu, o que é, e quanto vale o Propri-

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.2r
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

pho, durante dois annos. Achão-se em meu pó-  
 der outros documentos, de tudo quanto affirmo.  
 Agora repete-se nesta cidade, com admiração  
 e insistencia, que o Professor Lindolpho é imprei-  
 05 teiro de uns tantos metros de estrada no Rio  
 Sagrado, e os commentarios sobre esse facto o-  
 brigão-me á vir perante *Vossa Senhoria* tirar de sobre mim  
 a responsabilidade delle, como dos outros, por  
 quanto esse Professor zomba da autoridade de  
 10 que a lei me revestio, cobre-me de chufas, tor-  
 nando-me impotente para dar-lhe a correção  
 legal, pois não tenho merecido o apoio necessa-  
 rio e legitimo, que esperava das autoridades  
 competentes. Entretanto eu ja não admi-  
 15 ro-me de vel-o impreiteiro, quando elle leva  
 o seu mercantilismo ao ponto de impor uma  
 capitação aos seus alumnos, cobrando qui-  
 nhentos reis de cada um delles, em troca  
 de bonets de papelão, forrados exteriormen-  
 20 te de ganga vermelha, no que tem um lu-  
 cro superior á cento por cento! Cabe  
 á *Vossa Senhoria* apreciar devidamente esses factos ver-  
 gonhosos, que se não terião succedido, com  
 expressa violação da lei, se a nossa socie-  
 25 dade soubesse dar á cada um seu justo va-  
 lor, ou os meus superiores vissem dia á dia,  
 como eu, o que é, e quanto vale o Profes-

231



seu Antelpho Siqueira Bastos.

Não podendo até aqui fazê-lo cumprir com  
seus deveres, e tomar-se sério como lhe  
cumpro, Senhor, apesar disso, me conservei  
na carga de Chefe da Superintendência, espe-  
rando esta oportunidade para reclinar de  
um cargo, que se me tem tornado demoradi-  
samente penoso.

Com uma reparação venho pedir a V. S., e  
pelo contrario, peço a V. S. que nem uma  
providencia tome no sentido de desaggra-  
var-me dos insultos e desaforos que hora  
a hora recibo desde meo, porquanto hoje  
destituo-me do cargo que ocupo, em  
officio de Vice-Presidente da Provincia.  
Anteriormente tinha tentado chamar esse  
Professor ao cumprimento dos deveres que  
a lei lhe impõe, negando-lhe attestados  
para receber seus vencimentos, mas elle  
não tem recebido, sem attestados meus, por on-  
de vejo ~~que~~ que não nulla e' a minha au-  
toridade perante esse potentado Professor.  
Tambem para mim e contra mim e' o ar-  
tado e art. 168 do Regulamento de instrucção.  
E' por tudo isso que nada mais exijo dos  
meus superiores do que a demissão, que  
me sera extremamente um motivo de

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.2v
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

[[231]]

- sor Lindolpho Siqueira Bastos.  
 Não podendo até aqui faser-o cumprir com os seus deveres, e tornar-se sério como lhe cumpre, tenho, apesar disso, me conservado
- 05 no cargo de chefe da superintendencia, esperando esta oportunidade para declinar de um cargo, que se me tem tornado demasia-damente penoso.
- Nem uma reparação venho pedir á *Vossa Senhoria*, e,
- 10 pelo contrario, peço á *Vossa Senhoria* que nem uma providencia tome no sentido de desaggravar um dos insultos e desaforos que hora á hora recebo desse moço, porquanto hoje destituo-me do cargo que occupo, em
- 15 officio ao Vice-Presidente da Provincia. Anteriormente tinha tentado chamar esse Professor ao cumprimento dos deveres que a lei lhe impõe, negando-lhe attestados para receber seus vencimentos, mas elle
- 20 os tem recebido, sem attestados meus por onde vejo [ ] quão nulla é a minha autoridade perante esse potentado Professor. Tambem para mim e contra mim é violado o *artigo* 168 do Regulamento da instrucção.
- 25 É por tudo isso quenada mais exijo dos meus superiores do que a demissão, que me será extremamente um motivo de

justa alegria.

Dito isto, acho-me demittido de cargo de Chefe  
da Superintendencia da S.<sup>a</sup> Circunscripção,  
e confesso-me muito menos valioso do que  
o Professor de quem me ocupo.

Com X. S. apresento os meus sinceros proci-  
tos de respeito e sympathia, consideração  
e estima.

D. G. a S. S.

Horretes, 20 de Maio de 1880

Almo. Sr. Luiz Antonio Torres de Carvalho e A.  
Luiz Queiroz, Sr. Director da Instrução Publica



José Gonçalves de Moraes

<b>No. Doc:</b> 74
<b>Composição:</b> fol.3r
<b>Tema:</b> Denúncia
<b>Ementa:</b> O inspetor denuncia o professor Lindolpho de Siqueira Bastos ao diretor geral de instrução pública por mau comportamento e por falta de ética no exercício do cargo.
<b>Datação:</b> 20/maio/1886
<b>Autor:</b> José Gonçalves de Moraes

justa alegria.

Dito isto, acho-me demittido do cargo de chefe da superintendencia da 8<sup>a</sup>. circunscripção, e confesso-me muito menos valioso do que

05 o Professor de quem me occupo.

Á *Vossa Senhoria* apresento os meus sinceros protestos de respeitosa sympathia, consideração e estima.

*Deus Guarde a Vossa Senhoria.*

10 Morretes, 20 de Maio de 1886.

*Illustrissimo Senhor Doutor Luis Antonio Pires de Carvalho e Albuquerque. Dignissimo Director da Instrucção publica.*

José Gonsalves de Moraes.

Mo. Sr. D. Director Geral de In-  
strução Publica.

Senhor Cidadão Ricardo de Souza Diniz  
Alfaro, para presidir os exames dos concu-  
rentes ao cargo de tabelião de Mooretos e para  
examinadores, os cidadãos Lindolpho de  
Siqueira Bastos e Lourenço de Castro Lobo.

Luiz de Albuquerque  
Junta de 26 de Junho de 1880. Luiz de Albuquerque

Luciano José de Gracia, desejando  
inscrever-se para o concurso, que se  
acha aberto, para o cargo de tabelião  
de publico judicial e notas deste ter-  
mo de Mooretos, nesta Província, pe-  
cisa habilitar-se com o respectivo  
exame de Portuguez e Arithmetica; e  
por isso vem requerer a V. Sa. que se  
digne de nomear Presidente e exa-  
minadores nesta cidade, perante  
os quaes preste o supp. e exame res-  
pectivo. De requerido o supp. V

P. a V. Sa. deferimento.

E. R. M. C.



Mooretos 23 de Junho de 1880.

Luciano José de Gracia

<b>No. Doc:</b> 75
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento
<b>Ementa:</b> Candidato a concurso público requer examinadores para o exame de Português e de Aritmética.
<b>Datação:</b> 23/junho/1886.
<b>Autor:</b> Luciano José de Gracia.

[[107]]

*Illustrissimo Senhor Doutor* Director Geral de Ins

trução Publica.

[[ Nomeio o cidadão Ricardo de Souza Dias<sup>34</sup>  
Negrão, para presidir os exames dos concorrentes ao cargo de Tabelliaõ de Morretes e para examinadores os cidadãos Lindolpho de Siqueira Bastos e Fernando da Costa Lôbo.  
Curityba 26 de Junho de 1886. Pires d'Albuquerque.]]

Luciano José de Gracia, desejando  
inscrever-se para o concurso, que se  
05 acha aberto, para o cargo de tabellião  
do publico judicial e notas deste termo de Morretes, nesta Provincia, precisa habilitar-se com o respectivo  
exame de Portugues e Arithmetica; e  
10 por isso vem requerer *Vossa Senhoria* que se  
digne de nomear Presidente e examinadores nesta cidade, perante os quaes preste o *supplicante* o exame respectivo. Do requerido o *supplicante*  
15 *Pede a Vossa Senhoria* deferimento.  
*Espera Receber Merce.*  
Morretes 23 de Junho de 1886.  
Luciano José de Gracia

<sup>34</sup> O senhor Pires d'Albuquerque também faz o aproveitamento de papel para nomear examinadores como requerido.

M. J. Director da Instrução  
pública da Província

Pedro Ayus d'Alvira Passos, pre-  
tendendo a presentarse no concurso  
para o Cartorio desta Cidade, tem  
suficientemente feito a V.ª a si dig-  
ne nomear nesta Cidade examina-  
dores perante os quos prova o sup-  
p sua habilitação em português e  
arithmeticou

E. R. M.<sup>ce</sup>

Martes 20 de Setembro de 1886

Pedro Ayus d'Alvira Passos

<b>No. Doc:</b> 76
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Requerimento
<b>Ementa:</b> Candidato a concurso público requer exame de Português e de Aritmética.
<b>Datação:</b> 20/setembro/1886.
<b>Autor:</b> Pedro Ayres d'Oliveira Passos.

[[82]]

Illustrissimo *Senhor Doutor* Director da Instrucção  
 publica da Província  
 Pedro Ayres d'Oliveira Passos pre-  
 tendendo apresentar-se no concurso  
 05 para o Cartorio desta cidade, vem  
 respeitosamente pedir a *Vossa Senhoria* se dig-  
 ne nomear nesta cidade examina-  
 dores perante os quaes prova o *supplicante*  
 sua habilitação em portuguez e  
 10 arithemetica  
*Espera Receber Merce*  
 Morretes 20 de Setembro de 1886.  
Pedro Ayres d'Oliveira Passos.

175

Cidadão Director Geral da  
Instrução Publica

Comunico-vos que no dia 17  
de Julho proximo findo entrei  
no gozo da licença que me foi  
concedida pelo Cidadão Deputado  
Governador do Estado, por decreto de  
11 do mesmo mez.

Saude e fraternidade.

Marretes 9 de Agosto de 1900

Ao Ilustre Cidadão Sincio Corcua  
M. D. Director Geral da Instrução  
Publica.



Maria Luiza Rodrigues.

<b>No. Doc:</b> 77
<b>Composição:</b> fol. 1r
<b>Tema:</b> Comunicado
<b>Ementa:</b> A professora comunica entrar em licença concedida pelo governador do estado.
<b>Datação:</b> 09/agosto/1900
<b>Autora:</b> Maria Luiza Rodrigues.

[[175]]

Cidadão Director Geral da  
Instrucção Publica.

05 Communico-vos que no dia 17  
de Julho proximo findo entrei  
no gozo da licença que me foi  
concedida pelo Cidadão *Doutor* Gover-  
nador do Estado por decreto de  
11 do mesmo mez.

Saude e fraternidade.

10 Morretes 9 de Agosto de 1900  
Ao Illustre Cidadão Leoncio Correia  
*Mui Digno* Director Geral da Instrucção  
Publica.

Maria Luiza Rodrigues.